



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

**CENTRALIDADE EDUCACIONAL: UM ESTUDO SOBRE A REGIÃO
ADMINISTRATIVA DE TAGUATINGA – DISTRITO FEDERAL**

Luiz Gustavo Leonel dos Reis
Dissertação de Mestrado

Brasília - DF
2019



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

**CENTRALIDADE EDUCACIONAL: UM ESTUDO SOBRE A REGIÃO
ADMINISTRATIVA DE TAGUATINGA – DISTRITO FEDERAL**

Luiz Gustavo Leonel dos Reis

Orientadora: Profa. Dra. Nelba Azevedo Penna

Dissertação de Mestrado

Brasília - DF

2019



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Luiz Gustavo Leonel dos Reis

**CENTRALIDADE EDUCACIONAL: UM ESTUDO SOBRE A REGIÃO
ADMINISTRATIVA DE TAGUATINGA – DISTRITO FEDERAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do Grau de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Gestão Ambiental e Territorial

Linha de Pesquisa: Produção do Espaço Urbano, Rural e Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Nelba Azevedo Penna

Brasília - DF

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Reis, Luiz Gustavo Leonel dos

Centralidade educacional: um estudo sobre a Região Administrativa de Taguatinga – Distrito Federal / Luiz Gustavo Leonel dos Reis. -- 2019.

221 f.

Orientadora: Nelba Azevedo Penna.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Brasília, BR-DF, 2019.

1. Centralidade educacional. 2. Região Administrativa. 3. Taguatinga. 4. Educação Distrito Federal. 5. Pós-Graduação. I. Penna, Nelba Azevedo, orient. II. Título

Luiz Gustavo Leonel dos Reis

**CENTRALIDADE EDUCACIONAL: UM ESTUDO SOBRE A REGIÃO
ADMINISTRATIVA DE TAGUATINGA – DISTRITO FEDERAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do Grau de Mestre em Geografia.

Aprovado em: _____ de _____ de _____.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Nelba Azevedo Penna (Orientadora)
Departamento de Geografia - Universidade de Brasília

Profa. Dra. Cristina Maria Costa Leite (Membro Interno)
Faculdade de Educação - Universidade de Brasília

Prof. Dr. Rosinaldo Barbosa da Silva (Membro Externo)
Secretaria de Estado de Educação – Governo do Distrito Federal

Prof. Dr. Neio Lúcio de Oliveira Campos (Suplente)
Departamento de Geografia - Universidade de Brasília

Brasília, 16 de agosto de 2019

Para todos aqueles que me encorajaram a
cumprir este desafio.

AGRADECIMENTOS

Produzir o trabalho de dissertação foi uma das tarefas mais árduas que eu enfrentei nos últimos anos, tendo em vista os múltiplos obstáculos que foram surgindo ao longo do curso de mestrado e que, vez ou outra, me desanimavam. Porém, tomei a decisão de que jamais abandonaria a jornada de pesquisa que eu iniciara com tanto custo, ainda que estivesse exitoso sobre o que, de fato, viria a acontecer ao final desse processo. Enquanto as angústias acadêmicas me afligiam, tive imensa sorte de encontrar pessoas iluminadas que, inúmeras vezes, propuseram-se a me ajudar na lida diária, nem que fosse com simples palavras de conforto que, sabiamente, aquietavam o meu espírito. Assim, posso dizer que devo à atitude altruísta e gentil dessas pessoas a finalização do estudo que, agora, apresento publicamente, sem o que, talvez, fosse muito difícil ter a estabilidade necessária para tal. Nesse contexto, registro o carinho, admiração e sincero respeito que tenho por cada um e/ou uma daqueles que estão referenciados nas próximas linhas:

Inicialmente, agradeço à minha família. À minha avó, Clélia Leonel dos Santos. Ao meu avô, Baltazar Avelino de Souza. À minha mãe, Cristiane Leonel Barros. E, também, aos meus irmãos mais novos: Vitor Leonel Felix e Júnio Leonel Araújo.

Ao meu companheiro, Ricardo Bernardineli, por ter aguentado as minhas crises de ansiedade e ter me dado o suporte necessário à finalização desta tarefa. Reitero, aqui, a importância que você teve durante todo o percurso.

À minha orientadora, Profa. Dra. Nelba Azevedo Penna, por confiar na minha capacidade em prosseguir com esta pesquisa e, obviamente, pelas discussões enriquecedoras que tivemos durante as reuniões na UnB.

À minha ex-orientadora de graduação, se é que pode ser dito desta maneira, Profa. Dra. Maria Terezinha Serafim Gomes, que sempre me incentivou a seguir adiante com a rotina acadêmica. Hoje, suas palavras ainda ecoam.

Aos amigos do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal: Denise, Agnês, Otávio, Ivana, Telma, Cleuza, Ivonete e Marcelo, que me ajudaram a cumprir com os objetivos que eu propus nesta dissertação, além de terem me recepcionado muitíssimo bem no espaço onde, agora, eu trabalho.

À amiga que também conheci no IHG-DF e que, em tão pouco tempo, já demonstrou ser uma pessoa de grande valor: Ana Karina Fraga, pelo apoio técnico, terapêutico e emocional dos últimos tempos.

Aos amigos da graduação ou, até mesmo, de muito antes, pelos quais eu sempre tive completa admiração. E também aos amigos que conheci no Distrito Federal ao ingressar na carreira de Professor da Educação Básica.

Aos professores que tive desde a infância até recentemente, os quais, de muitas maneiras, contribuíram com os resultados alcançados por mim. E, também, aos professores que aceitaram avaliar esta dissertação: Profa. Dra. Cristina Maria Costa Leite, Prof. Dr. Rosinaldo Barbosa da Silva e Prof. Dr. Neio Lúcio de Oliveira Campos; pela atenciosidade e presteza.

Obrigado por tudo!

RESUMO

As metrópoles articulam os fluxos que percorrem o território de um país. Elas centralizam os meios de inovação tecnológica, a produção industrial e, a grosso modo, a maior fatia da riqueza nacional. Em contrapartida, são elas que também apresentam os maiores índices de pobreza e desigualdade social. A partir da segunda metade do século XX, as metrópoles, em maior ou menor ritmo, começaram a se transformar morfológica e estruturalmente. Devido à intensificação do êxodo rural e às novas formas de produção do espaço urbano, elas se apresentam cada vez mais dispersas e fragmentadas. Essas transformações repercutiram sobre a centralidade urbana, que, então, se rompe e multiplica. Estabeleceram-se, assim, as novas áreas de centralidade, que também são conhecidas como subcentros ou núcleos secundários. A metrópole brasiliense é dispersa, desigual e multicêntrica. Nela, à medida em que as periferias se alargam contínua ou descontinuamente, a centralidade também está se fragmentando, como, por exemplo, no que se refere à RA III – Taguatinga. Neste trabalho, defende-se a ideia de que Taguatinga, hoje, está se tornando uma centralidade educacional e, enquanto isso acontece, o movimento da vida cotidiana na metrópole brasiliense, gradativamente, se transforma. O presente estudo tem como objetivo compreender a centralidade educacional exercida pela Região Administrativa de Taguatinga em relação ao espaço metropolitano de Brasília. Em sua abordagem, foram analisados os dados do Censo Escolar e do Censo da Educação Superior entre 2016 e 2018, além dos projetos políticos pedagógicos das escolas atualizados em 2019 e, em caráter complementar, informações diversas que elas disponibilizam através dos sítios eletrônicos. Esses instrumentos, juntos, permitiram analisar o desenvolvimento das atividades educacionais em Taguatinga ao longo do tempo, identificar onde elas estão concentradas nos dias de hoje e, ainda, apontar os fluxos de estudo cotidianos que elas mobilizam.

Palavras-chave: centralidade educacional, região administrativa, Taguatinga, educação no Distrito Federal, espaço metropolitano.

ABSTRACT

The metropolises articulate flows that cross the territory of a country. They centralize the most of technological innovation, industrial production and, roughly, the largest share of national wealth. On the other hand, they also have the highest indices of poverty and social inequality. From the second half of the 20th century, the metropolitan areas, at greater or lesser pace, began to transform morphologically and structurally. Due to the intensification of the rural exodus and the new forms of production of urban space, they are increasingly dispersed and fragmented. These changes reflected on the centrality of urban, which, then, breaks and multiplies. Thus, new areas of urban centrality were established, which are also known as Subcenters or secondary cores. The metropolis of Brasília is dispersed, unequal and multicentric. In it, as the peripheries widen continuously or discontinuously, the centrality is also fragmented, as, for example, with regard to RA III - Taguatinga. Defends the idea that Taguatinga, today, is becoming an educational centrality and, as it happens, the movement of everyday life in the metropolis of Brasília is transformed. Finally, the present study goal is to understand the centrality of education exercised by the Administrative Region of Taguatinga in relation to the metropolitan area of Brasília. In its approach, we analyzed data from the School Census and the Census of Higher Education between 2016 and 2018, in addition to the pedagogical political projects of the schools updated to 2019, and complementary character, the information that they make available in the electronic websites. These instruments, together, allowed us to analyze the development of educational activities in Taguatinga through time, to identify where they are concentrated in the present day, and to highlight the daily study flows that they mobilize.

Key words: educational centrality, administrative region, Taguatinga, education in the Brazilian Federal District, metropolitan space.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	O tripé conceitual que sustenta o presente trabalho	9
Figura 2 -	Modelo das zonas concêntricas – Burgess, década de 1920	13
Figura 3 -	Modelo dos setores de residência – Hoyt, 1939	14
Figura 4 -	Modelo dos núcleos múltiplos – Harris e Ullman, 1945	14
Figura 5 -	Modelo dos lugares centrais - Christaller, 1933	17
Figura 6 -	A estruturação do espaço metropolitano de Brasília	39
Figura 7 -	Propaganda do governo Vargas sobre a Marcha para o Oeste, 1943	45
Figura 8 -	Quadrilátero demarcado após comissões realizadas nas décadas de 1940/50	47
Figura 9 -	Plano Piloto de Brasília	51
Figura 10 -	Cidade Contemporânea para Três Milhões de Habitantes - Le Corbusier, 1922	54
Figura 11 -	Inauguração de inauguração, 21 de abril de 1960	57
Figura 12 -	Cidade Livre – 1956	60
Figura 13 -	Expansão urbana no Distrito Federal e municípios vizinhos, 1985	71
Figura 14 -	Águas Claras e Vicente Pires, 2015	74
Figura 15 -	Sol Nascente, RA IX (Ceilândia), 2019	75
Figura 16 -	Jardins Mangueiral, RA XIV (São Sebastião), 2012	76
Figura 17 -	W3 Sul entre as décadas de 1960 e 1970	93
Figura 18 -	A discussão em torno da centralidade educacional	102
Figura 19 -	Empreendimentos imobiliários em Taguatinga	107
Figura 20 -	Equipamentos de educação e saúde existentes em Taguatinga	108
Gráfico 1 -	Taxa de desemprego total entre 1992 e 2019 no DF e no Brasil	89
Gráfico 2 -	Desenvolvimento das atividades educacionais públicas na RA III-Taguatinga entre 1959-2019	179

Gráfico 3 -	Desenvolvimento das atividades educacionais particulares na RA III- Taguatinga entre 1959-2019	195
Mapa 1 -	Área Metropolitana de Brasília	4
Mapa 2 -	Quadrilátero demarcado pela Comissão Cruls	42
Mapa 3 -	Expansão urbana no Distrito Federal, 1958	62
Mapa 4 -	Expansão urbana no Distrito Federal, 1964	63
Mapa 5 -	Expansão urbana no Distrito Federal, 1975	63
Mapa 6 -	Expansão urbana no Distrito Federal, 1986	64
Mapa 7 -	Regiões Administrativas do Distrito Federal, 2019	66
Mapa 8 -	Expansão urbana no Distrito Federal entre 1960 e 2013	80
Mapa 9 -	Área urbanizada e densidade demográfica no espaço metropolitano de Brasília, 2018	81
Mapa 10 -	RIDE-DF e AMB (Área Metropolitana de Brasília), 2018	83
Mapa 11 -	Setores que compõem a Área Central de Brasília	95
Mapa 12 -	Localização da Região Administrativa III - Taguatinga, Distrito Federal	104
Mapa 13 -	Quantidade de matrículas Ensino Infantil/Rede pública - Área Metropolitana de Brasília e Distrito Federal, 2018	117
Mapa 14 -	Quantidade de matrículas Ensino Infantil/Rede particular - Área Metropolitana de Brasília e Distrito Federal, 2017/2018	121
Mapa 15 -	Quantidade de matrículas Ensino Fundamental/Rede pública - Área Metropolitana de Brasília e Distrito Federal, 2018	126
Mapa 16 -	Quantidade de matrículas Ensino Fundamental/Rede particular - Área Metropolitana de Brasília e Distrito Federal, 2017/2018	130
Mapa 17 -	Quantidade de matrículas Ensino Médio/Rede pública - Área Metropolitana de Brasília e Distrito Federal, 2018	136
Mapa 18 -	Quantidade de matrículas Ensino Médio/Rede particular - Área Metropolitana de Brasília e Distrito Federal, 2017/2018	141
Mapa 19 -	Instituições de ensino públicas e particulares que atuam na Educação Superior, Distrito Federal, 2016	147

Mapa 20 -	Distribuição espacial das matrículas nas instituições de ensino públicas existentes na Ra III – Taguatinga, Distrito Federal, 2016/18	153
Mapa 21 -	Quantidade de estudantes matriculados nas escolas públicas da RA III – Taguatinga, 2017/18, período diurno (à esquerda) e noturno (à direita)	156
Mapa 22 -	Distribuição espacial das matrículas nas instituições de ensino privadas existentes na Ra III – Taguatinga, Distrito Federal, 2016/18	158
Mapa 23 -	Quantidade de estudantes matriculados nas escolas particulares da RA III – Taguatinga, 2016/18, período diurno (à esquerda) e noturno (à direita)	161
Quadro 1 -	As abordagens teóricas e o tripé conceitual adotado	29
Quadro 2 -	Rede pública de ensino em Taguatinga: historicidade e/ou desenvolvimento	170
Quadro 3 -	Rede particular de ensino em Taguatinga: historicidade e/ou desenvolvimento	184

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População residente nos municípios próximos ao DF entre 2010 e 2018	69
Tabela 2 - População residente nas regiões administrativas que compõem o DF entre os anos de 2004 e 2015	78
Tabela 3 - Escolas públicas que atuam na educação infantil, Distrito Federal, 2017	114
Tabela 4 - Escolas públicas que atuam na educação infantil, AMB, 2018	115
Tabela 5 - Escolas particulares que atuam na educação infantil, Distrito Federal, 2018	118
Tabela 6 - Escolas particulares que atuam na educação infantil, AMB, 2018	119
Tabela 7 - Escolas públicas que atuam no Ensino Fundamental, Distrito Federal, 2018	123
Tabela 8 - Escolas públicas que atuam no Ensino Fundamental, AMB, 2018	124
Tabela 9 - Escolas particulares que atuam no Ensino Fundamental, Distrito Federal, 2017	127
Tabela 10 - Escolas particulares que atuam no Ensino Fundamental, AMB, 2018	128
Tabela 11 - Escolas públicas mantidas pelo governo distrital que atuam no Ensino Médio Regular e/ou Ensino Técnico, Distrito Federal, 2018	132
Tabela 12 - Escolas públicas que atuam no Ensino Médio Regular, AMB, 2018	134
Tabela 13 - Escolas particulares que atuam no Ensino Médio Regular e/ou Ensino Técnico, Distrito Federal, 2017	137
Tabela 14 - Escolas particulares que atuam no Ensino Médio Regular, AMB, 2018	138
Tabela 15 - Instituições de ensino públicas e particulares que atuam na Educação Superior, Distrito Federal, 2016	144

Tabela 16 - Desenvolvimento das atividades educacionais públicas em Taguatinga entre 1959-2019 por quadras	180
Tabela 17 - Desenvolvimento das atividades educacionais particulares em Taguatinga entre 1959-2019 por quadras	198

LISTA DE SIGLAS

- AMB – Área Metropolitana de Brasília
- ACDF – Associação Comercial do Distrito Federal
- ADE – Área de Desenvolvimento Econômico
- BNH – Banco Nacional da Habitação
- CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás
- CBD – *Central Business District*
- CED – Centro Educacional
- CEF – Centro de Ensino Fundamental
- CEI – Centro de Educação Infantil
- CEJA – Centro de Educação para Jovens e Adultos
- CEM – Centro de Ensino Médio
- CEMAB – Centro de Ensino Médio Ave Branca
- CEMEIT -Centro de Ensino Médio Escola Industrial de Taguatinga
- CEMTN – Centro de Ensino Médio Taguatinga Norte
- CEP – Centro de Educação Profissional
- CEPI – Centro de Ensino da Primeira Infância
- CIAM – *Congrès Internationaux d'Architecture Moderne*
- CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica
- COC – Colégio Oswaldo Cruz
- CODHAB/DF - Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal
- CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal
- EC – Escola Classe
- EJA – Educação de Jovens e Adultos
- ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
- EPIA – Estrada Parque Indústria de Abastecimento

EPCT – Estrada Parque Contorno

EPNB – Estrada Parque Núcleo Bandeirante

FE – Fundação Educacional

GDF- Governo do Distrito Federal

GEB – Guarda Especial de Brasília

IAPI – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IFB – Instituto Federal de Brasília

IHG-DF – Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal

INEP – Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

JK – Juscelino Kubitscheck

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

MPC – Modo de Produção Capitalista

NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital

ONU – Organização das Nações Unidas

PCMV – Programa Minha Casa, Minha Vida

PDAD – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios

PDE – Plano Distrital de Educação

PDOT/DF – Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal

PEA – População Economicamente Ativa

PEOT/DF – Plano Estrutural de Organização Territorial do Distrito Federal

PLANIDRO – Plano Diretor de Água, Esgoto e Controle da Poluição

PNB – Produto Nacional Bruto

PPP – Projeto Político Pedagógico

RA – Região Administrativa

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das
Universidade Federais

RIDE-DF – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno

SCIA – Setor

SEDUH/DF – Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal

SEDUMA/DF – Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do
Distrito Federal

SEE/DF – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESC – Serviço Social do Comércio

SESI – Serviço Social da Indústria

SIA – Setor de Indústria e Abastecimento

SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília

UCB – Universidade Católica de Brasília

UnB – Universidade de Brasília

UNICEUB – Centro Universitário de Brasília

UEG – Universidade Estadual de Goiás

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. CENTRALIDADE, ESTRUTURA URBANA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO: DISCUSSÃO TEÓRICA	9
1.1. A abordagem da ecologia humana e a Escola sociológica de Chicago	10
1.2. A abordagem econômica e a Teoria das localidades centrais	15
1.3. As abordagens marxistas e a Teoria do espaço social	21
1.4. Resumindo os pressupostos adotados	28
1.4.1. As novas áreas de centralidade urbana	30
1.4.2. A estruturação da metrópole	32
1.4.3. Os agentes sociais	35
2. A ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO METROPOLITANO DE BRASÍLIA	39
2.1. As ideias precursoras: Brasília, cidade-modelo	40
2.1.1. A proposta mudancista	40
2.1.2. O projeto urbanístico	50
2.2. A realidade prático-material: Brasília, metrópole dispersa	55
2.2.1. As cidades-satélites	56
2.2.2. Os municípios goianos	67
2.2.3. A ocupação dos interstícios não-urbanizados	70
2.2.4. A Área Metropolitana de Brasília (AMB)	79
2.3. A dinâmica econômica: Brasília, metrópole multicêntrica	85
2.3.1. A terciarização da economia urbana	85
2.3.2. A centralidade móvel	91
3. TAGUATINGA: CENTRALIDADE EDUCACIONAL	102
3.1. Caracterizando a Região Administrativa III	103
3.2. A distribuição das atividades educacionais	110
3.2.1. Educação Infantil	113
3.2.2. Ensino Fundamental	122
3.2.3. Ensino Médio Regular e/ou Técnico	131
3.2.4. Educação Superior	142
3.3. As áreas de concentração-dispersão	151
3.3.1. Rede pública: eixos	152

3.3.2.	Rede particular: nucleações	157
3.3.3.	As atividades de comércio e/ou serviços complementares	162
3.4.	A consolidação da centralidade através do tempo	167
3.4.1.	Rede pública: pioneirismo	168
3.4.2.	Rede particular: ampliação dos papéis	182
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	202
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	206

INTRODUÇÃO

Segundo o Relatório Perspectivas da Urbanização Mundial publicado pela ONU em 2018, 4,2 bilhões de pessoas moram em cidades, ou seja, aproximadamente 55% da população mundial. No Brasil, de acordo com o último censo realizado pelo IBGE em 2010, elas reúnem cerca de 89% dos moradores, enquanto em 1960, ou seja, apenas meio século atrás, essa taxa era de aproximadamente 44%. Hoje, conforme ilustram os indicadores demográficos, "o fenômeno urbano se estende sobre uma grande parte do território" e "as populações se amontoam atingindo densidades inquietantes" (LEFEBVRE, 2008, p. 18), ao mesmo tempo em que se formam aglomerações cada vez mais extensas, cujos limites, muitas vezes, sequer podem ser abarcados pela vista. Assim, pode-se dizer que a problemática urbana é um dos aspectos mais importantes da realidade socioespacial contemporânea e, por esse motivo, seja no ambiente acadêmico ou, ainda, nos órgãos de planejamento pertencentes à administração pública, o interesse pela dinâmica das cidades está constantemente se renovando.

As cidades existem há, pelo menos, cinco mil anos e, ao longo da história, elas assumiram "formas, características e funções distintas" (CARLOS, 2008, p. 57). Em fins do século XVIII, período durante o qual a indústria começou a se desenvolver no continente europeu, destaca-se o advento das metrópoles. O vocábulo metrópole provém da língua grega e possui o significado de cidade-mãe. É uma expressão utilizada para se referir às cidades que exercem papéis de comando a nível regional, nacional e/ou global e que possuem "mais de um milhão de habitantes" (PAVIANI, 2013, p. 109). As metrópoles são os principais nós de articulação dos fluxos materiais e imateriais que percorrem o território de um país, bem como das infraestruturas de circulação que sustentam esses fluxos. Elas centralizam os recursos financeiros, os meios de inovação tecnológica, a produção industrial e, a grosso modo, a maior fatia da riqueza nacional. Contraditoriamente, sobretudo nos países em desenvolvimento, são elas que também apresentam os maiores índices de pobreza e desigualdade.

Atualmente, existem 512 cidades com mais de 1 milhão de habitantes em todo o mundo (ONU, 2018), enquanto no território brasileiro há 17 aglomerações que já alcançaram esse patamar (IBGE, 2018). Nas últimas décadas, essas cidades cresceram em ritmo acelerado em face da "intensa dinâmica migratória rural-urbana

e urbana-urbana" (COSTA, 2013, p. 67) provocada pelo aprofundamento da concentração espacial dos meios de produção durante a fase do capitalismo industrial e, posteriormente, do capitalismo financeiro e/ou monopolista. Ao longo deste período, surgiram diversas pesquisas acadêmicas com o propósito de investigar o desenvolvimento das metrópoles, sobretudo no que diz respeito à estruturação de seus espaços internos. Nesse contexto, destacam-se os estudos que abordam a questão da centralidade, cujas ideias foram sistematizadas entre o segundo quartel do século XX e o início do século XXI, desde a Escola de Chicago e o modelo das zonas concêntricas elaborado por Burgess em 1929 até o paradigma da metrópole dispersa utilizado nos dias de hoje.

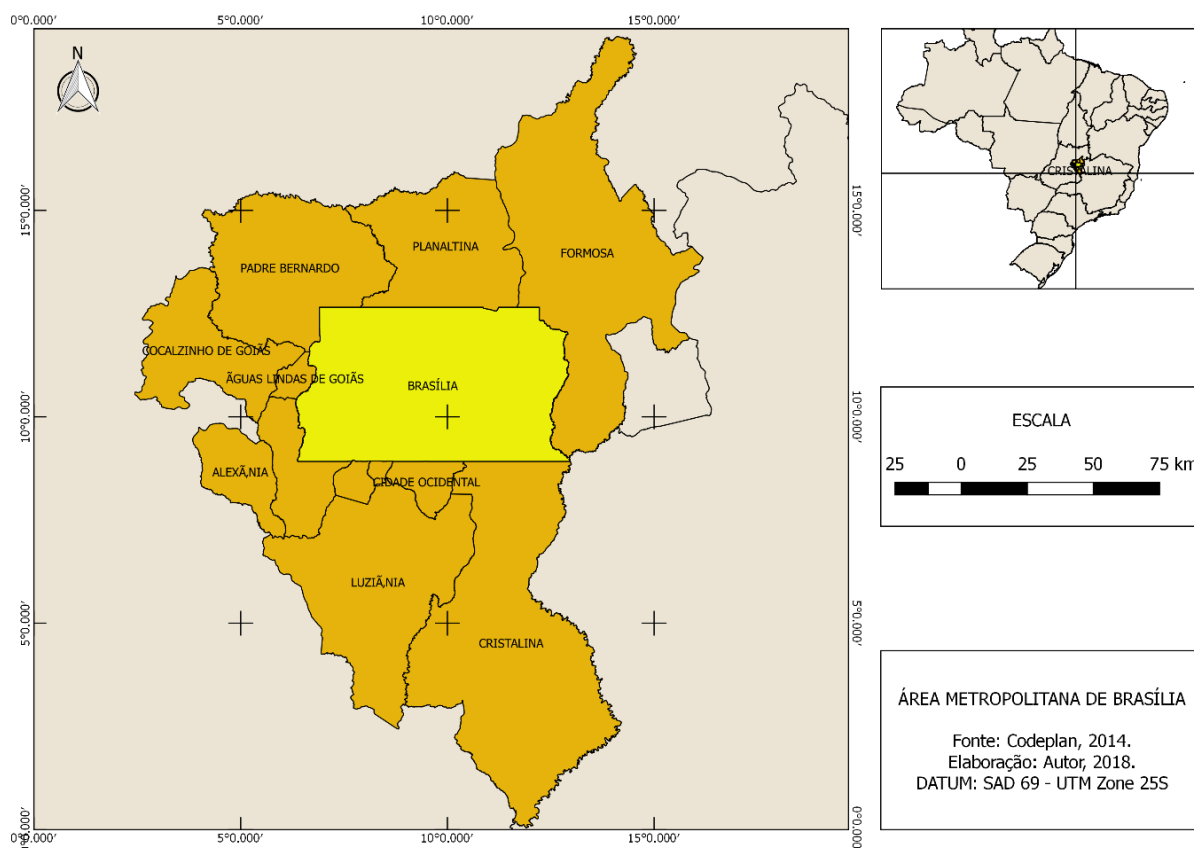
Atualmente, as teorias que tratam sobre a estruturação do espaço metropolitano, seja na área de geografia ou, ainda, nas outras ciências sociais, apontam para o fato de que as metrópoles são cada vez mais dispersas e fragmentadas, fenômeno que Lefebvre (1999), por exemplo, chamava de implusão-explosão. Assim, "assistimos a uma trajetória de mutação da metrópole: de compacta para dispersa e de coesa para fragmentada" (LENCIONI, 2008, P. 16). À medida em que esse processo acontece, as atividades urbanas geradoras de tráfego, emprego e renda, que antes estavam aglomeradas no centro originalmente constituído, começam a se descentralizar em direção às áreas periféricas, onde surgem novos nós de atração. Desse modo, a estruturação do espaço metropolitano se torna multi(poli)cêntrica, haja vista a formação de núcleos secundários de comércio e serviços, também chamados de novas áreas de centralidade e/ou subcentros. Portanto, parafraseando Sposito (2004), a centralidade urbana nos espaços metropolitanos tornou-se múltipla, cambiante e efêmera, dinâmica que, por sua vez, alterou significativamente o movimento da vida cotidiana.

Dentre as atividades que estão se descentralizando em direção às áreas periféricas dos espaços metropolitanos e que, portanto, endossam o desenvolvimento de núcleos secundários, destacam-se as atividades educacionais. Elas mobilizam diferentes fluxos de estudo, pois, cotidianamente, recebem inúmeros estudantes vindos de longe e/ou de perto, além dos profissionais que atuam nas escolas e, ainda, os fornecedores de insumos e serviços terceirizados. Em muitos casos, haja vista a intensidade dos fluxos, essas atividades acabam se tornando responsáveis por atrair uma miscelânea de estabelecimentos menores ligados ao setor de comércio e

serviços que, por sua vez, instalam-se nas proximidades. Nesse contexto, compreende-se que as atividades educacionais estão contribuindo para consolidar a estrutura multi(poli)cêntrica das metrópoles, sob a égide do Estado ou, ainda, da iniciativa do setor privado. Desse modo, torna-se importante caracterizar essas atividades, distingui-las, apontar sua relevância, histórica ou presente, e, levando-se em conta a sua pluralidade, investigar as práticas espaciais e/ou os agentes que as produziram. Esse é o escopo do presente trabalho.

A fim de discutir a problemática em tela, tomou-se como referencial empírico o espaço metropolitano de Brasília, também chamada de Área Metropolitana de Brasília, tal qual define a Codeplan (2014) – Mapa 1. Hoje, essa área possui população estimada em 4.115.596 habitantes, incluindo o Distrito Federal e doze municípios pertencentes ao entorno goiano. Dentro deste espaço, a despeito da predominância que o centro originalmente constituído, isto é, a RA I – Plano Piloto, ainda desempenha sobre as outras regiões administrativas e municípios, destaca-se o surgimento, desde a década de 1960, de vários núcleos secundários de comércio e serviços. Com o passar do tempo, à medida em que a metrópole brasiliense foi se tornando dispersa, a centralidade exercida por esses núcleos se tornou proporcionalmente maior. Dentre eles, entende-se que a Região Administrativa de Taguatinga (também denominada RA III) é aquela que mais se destaca atualmente, levando-se em conta que ela concentra o maior número de atividades localizadas fora da RA I - Plano Piloto, bem como os empregos, motivo pelo qual foi escolhida como recorte analítico. Segundo Cavalcante (2009), A RA III é caracterizada como subcentralidade regional.

Mapa 1 – Área Metropolitana de Brasília



Fonte: CODEPLAN, 2014.

Nesse contexto, nota-se que é comum os estudos sobre a estruturação do espaço metropolitano de Brasília que trabalham com a questão da centralidade discutirem a respeito da Região Administrativa de Taguatinga. Entretanto, mesmo que haja várias pesquisas sobre emprego, transporte, comércio e serviços, vide os trabalhos de Cavalcante (2009), Souza (2010) e Serrano (2014), outras perspectivas de análise ainda podem ser exploradas a respeito do tema. Esse é o caso do processo de descentralização das atividades educacionais, que, segundo Cavalcante (2009), mobilizam 27% dos deslocamentos diários no Distrito Federal e que, portanto, têm influenciado, sobremaneira, as articulações que se estabelecem entre os espaços internos da metrópole brasiliense. Quando se fala em descentralizar, neste caso, não significa necessariamente que as atividades educacionais estejam, agora, completamente dispersas na AMB. Pelo contrário, uma vez que elas se descentralizam, surgem novos nós de atração, onde, mais uma vez, elas se aglomeram. Assim, a centralidade se rompe para, em seguida, reproduzir-se.

Diante do que foi exposto, destacam-se as seguintes questões de pesquisa:

como aconteceu a estruturação do espaço metropolitano de Brasília, dentro do qual está inserida a Região Administrativa de Taguatinga? Quais são os papéis desempenhados por Taguatinga, hoje, em relação ao espaço delimitado? As atividades educacionais estão contribuindo para reforçar a centralidade exercida pela RA III atualmente? Que atividades são essas? Onde elas estão concentradas? Como elas se classificam? Quais são os fluxos cotidianos que elas mobilizam? E, enfim, quem são os agentes sociais que permitiram que elas se desenvolvessem através do tempo? Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho é compreender a centralidade educacional exercida pela Região Administrativa de Taguatinga em relação ao espaço metropolitano de Brasília. E, para alcançá-lo, foram estabelecidos como objetivos específicos:

- Identificar as atividades educacionais localizadas em Taguatinga e os espaços onde elas estão concentradas;
- Identificar os fluxos cotidianos mobilizados pelas atividades educacionais localizadas em Taguatinga;
- Analisar o desenvolvimento temporal das atividades educacionais localizadas em Taguatinga;
- Reconhecer os principais agentes que estão contribuindo para consolidar a centralidade educacional exercida por Taguatinga.

Em consonância com os objetivos propostos, foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos:

- *Pesquisa bibliográfica* – leitura de textos acadêmicos, livros, artigos e teses sobre os conceitos de centralidade, estrutura urbana e produção do espaço. Foram analisadas as abordagens sobre o tema que influenciaram o pensamento geográfico ao longo das últimas décadas, passando pela Escola de Chicago, a Teoria das Localidades Centrais e, por fim, as abordagens marxistas;
- *Definição do viés interpretativo* – etapa em que foi escolhida a abordagem teórico-metodológica mais apropriada para se compreender a centralidade

educacional de Taguatinga. Privilegiou-se a abordagem da produção do espaço, com a preocupação de articular as análises sobre a centralidade à questão das práticas espaciais, incluindo, ainda, as transformações históricas e/ou socioeconômicas próprias de cada época, sem prescindir, ainda, dos elementos quantitativos;

- *Levantamento de dados* – nesta etapa, foram consultados documentos e pesquisas já feitas sobre a estruturação do espaço metropolitano de Brasília, desde a construção da nova capital até os dias atuais, utilizando-se, para tanto, o material disponibilizado pelo IHG-DF, pela CODEPLAN e pelo IBGE. No que se refere às atividades educacionais, os dados necessários à pesquisa foram conseguidos por meio do Censo Escolar (2017/18) e do Censo da Educação Superior (2016), sendo que, algumas vezes, foi necessário recorrer, também, aos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas e, ainda, às informações gerais colocadas nos sítios eletrônicos dessas instituições;
- *Saída de campo* – foi realizada para que se pudesse constatar *in loco* algumas dinâmicas relacionadas à implantação das atividades educacionais em Taguatinga, como, por exemplo, a existência de atividades de comércio e/ou serviços complementares;
- *Produção de mapas, tabelas e gráficos* – Os dados reunidos foram interpretados com o auxílio de mapas, tabelas e gráficos produzidos pelo próprio autor e, em alguns casos, retirados dos órgãos oficiais do GDF. Os mapas de autoria própria foram feitos com o programa Quantum GIS, enquanto as tabelas e gráficos foram produzidos por meio do Microsoft Excel 2013;
- *Redação final* – Após a pesquisa bibliográfica, o levantamento dos dados secundários sobre a produção do espaço e das atividades educacionais na AMB e, enfim, a elaboração dos mapas, tabelas e gráficos, procedeu-se à escrita da dissertação, conforme segue adiante.

A presente dissertação foi estruturada em três capítulos. O Capítulo 1 –

Centralidade, estrutura urbana e produção do espaço: discussão teórica – apresenta o debate em torno do tripé conceitual que sustenta o presente trabalho, conforme já foi dito anteriormente. Fala-se a respeito das principais abordagens teóricas que emergiram ao longo do século XX sobre o tema em discussão, isto é: a Escola de Chicago e a abordagem da ecologia humana, a abordagem econômica e a Teoria das Localidades Centrais e, por fim, as abordagens marxistas e a teoria do espaço social. Este capítulo deve sua razão de existir à necessidade manifesta pelo autor no sentido de organizar os conceitos a serem utilizados durante a pesquisa, os quais, ao iniciar a jornada de investigação científica, permaneciam confusos.

No Capítulo 2 – A estruturação do espaço metropolitano de Brasília – fala-se a respeito de como a metrópole brasiliense se estruturou ao longo da história e, mais que isso, como ela veio a ser produzida. Primeiro, são apresentadas as ideias que foram previstas no projeto urbanístico de Brasília e, ainda, na proposta mudancista. Depois, são discutidas as mudanças que ocorreram ao longo das últimas décadas no que se refere à expansão territorial da metrópole brasiliense em direção às periféricas do Distrito Federal e/ou do entorno goiano e, também, à dinâmica econômica do espaço investigado, já que, para se compreender a questão da centralidade, ambos são fenômenos importantes. Neste capítulo, pretende-se mostrar que a AMB está se tornando dispersa, desigual e multicêntrica, o que, por sua vez, tem contribuído no sentido de ampliar os papéis exercidos pela RA III – Taguatinga em relação ao movimento da vida cotidiana.

O Capítulo 3 – Taguatinga: centralidade educacional – é aquele em que foram inseridas as análises sobre as atividades educacionais localizadas em Taguatinga, a fim de caracteriza-la como centralidade educacional, primeiro, em relação ao espaço metropolitano de Brasília e, segundo, internamente. De início, fala-se a respeito da distribuição das atividades no Distrito Federal e nos municípios vizinhos que integram a AMB, comparando-se os fluxos de estudo mobilizados por cada um deles em cada etapa do sistema educacional. Depois, discute-se a respeito das áreas de concentração-dispersão existentes em Taguatinga e, em caráter complementar, demonstra-se como essas áreas estão articuladas, ainda, à dinâmica da centralidade comercial, já que estão reunidas em localidades que também desempenham outras vocações. Por último, discute-se sobre o processo de desenvolvimento das atividades educacionais ao longo do tempo, estabelecendo-se, então, os recortes espaço-

temporais mais relevantes.

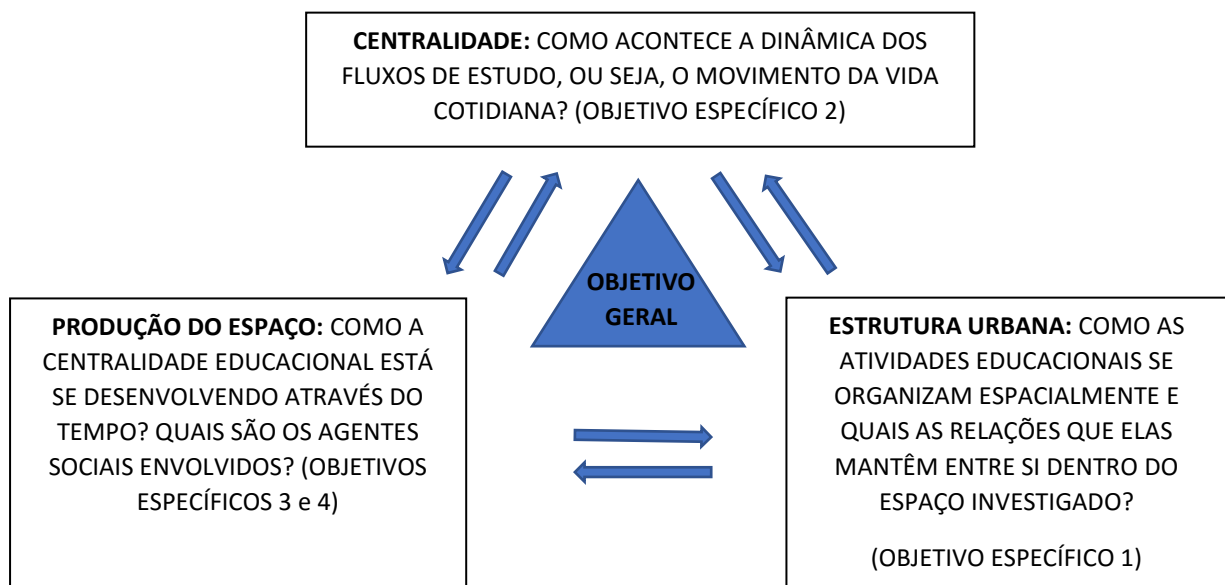
Nas Considerações Finais, os resultados obtidos pela pesquisa são, enfim, sumariados, atentando-se para os objetivos estabelecidos na presente introdução. São colocadas as limitações encontradas ao longo do processo investigativo e, além disso, as possibilidades futuras de trabalho que se abrem a partir das discussões feitas até aqui.

1. CENTRALIDADE, ESTRUTURA URBANA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO: DISCUSSÃO TEÓRICA

Neste capítulo, serão apresentadas as principais abordagens teóricas a respeito do tripé conceitual que sustenta este trabalho, isto é, a centralidade, a estrutura urbana e a produção do espaço. Conforme se vê na figura 1, esses conceitos e/ou categorias¹ encontram-se intrinsecamente articulados aos objetivos que foram propostos nesta pesquisa. Assim, a fim de se compreender a centralidade educacional exercida pela Região Administrativa de Taguatinga, é necessário, antes de seguir adiante, demonstrar como é que eles foram pensados no âmbito das ciências sociais até o tempo presente.

No primeiro tópico, fala-se a respeito da ecologia humana, abordagem que foi estabelecida durante o período áureo da Escola Sociológica de Chicago. Depois, a abordagem econômica e, então, as abordagens marxistas influenciadas por Manuel Castells e Henri Lefebvre, respectivamente. Ao final do capítulo, serão apresentados os pressupostos que, extraídos do debate teórico sobre a questão da centralidade, foram diretamente utilizados neste estudo, momento em que serão introduzidas algumas referências contemporâneas sobre o tema, sobretudo brasileiras.

Figura 1 – O tripé conceitual que sustenta o presente trabalho



Fonte: Do autor, 2019.

¹ No caso da produção do espaço, pode-se considerar como categoria analítica.

1.1. A abordagem da ecologia humana e a Escola sociológica de Chicago

A Escola sociológica de Chicago, vertente teórica que emergiu nos EUA entre 1915 e 1940, tratava de questões relacionadas ao crescimento da pobreza urbana e à intensificação dos fluxos migratórios em direção às grandes cidades norte-americanas. Esses estudos buscavam compreender os motivos que geravam o aumento da criminalidade, a atuação das gangues, a imigração estrangeira e as tensões culturais entre comunidades multiétnicas, as condições insalubres de habitação e saneamento básico, a localização desigual dos empregos e das atividades urbanas, e assim por diante. Segundo Coulon (1995, p. 18), os pesquisadores filiados a essa vertente acreditavam que “a solução desses problemas passava pela utilização de métodos científicos de pensamento”, ou seja, uma perspectiva analítica que se podia considerar como pragmática. Entre os expoentes da Escola de Chicago, destacam-se Albion Small, Charles Colby, William Thomas, Robert Park, Robert Mackenzie e Ernest Burgess.

De início, a Escola de Chicago era deliberadamente influenciada pela ideologia cristã, visto que muitos pesquisadores estavam ligados ao protestantismo, fato pelo qual pode ser explicada sua preocupação em solucionar as patologias urbanas que, sob a ótica dos pesquisadores, obstaculizavam a harmonia social. Com o passar do tempo, os valores cristãos foram atenuando-se e os estudos adotaram conceitos análogos às ciências da natureza, com o propósito de tornar o conhecimento puramente científico e/ou profissional. Surgiram teses que defendiam princípios evolucionistas influenciados pelo darwinismo social e que utilizavam as noções de adaptação, competição, assimilação, comunidade, interdependência e *habitat*. Com efeito, criaram-se argumentos que, mais tarde, foram severamente criticados pelas vertentes vindouras, como a ideia de que “o simples fato de morar em certas partes da cidade constituía um indício ou um prognóstico de delinquência” (COULON, 1995, p. 75), já que o comportamento social dos indivíduos era, sob essa ótica, determinado pelo meio ambiente urbano.

Em meados de 1940, a Escola de Chicago começou a perder prestígio face à introdução de técnicas estatísticas nos estudos sociológicos norte-americanos, tendência que, em maior ou menor grau, atingiu todas as áreas de estudo que integram as ciências sociais, incluindo a própria geografia. De acordo com Coloun

(1995, p.121):

As demais metodologias sociológicas foram sendo então progressivamente suprimidas, e as publicações que tinham por base as pesquisas e se apoiavam em análises estatísticas invadiram as revistas. Esse aumento do poderio da sociologia quantitativa coincidiu com a extinção da segunda geração de pesquisadores em Chicago: em 1951, Burgess aposentou-se, Wirth morreu em 1952 e Blumer foi nesse mesmo ano para a Universidade da Califórnia em Berkeley.

A Escola de Chicago realizou diversos estudos a respeito da estrutura urbana, a partir de uma visão marcadamente empírica que, por esse motivo, privilegiava a dimensão física e/ou aparente do espaço urbano. Para os seguidores dessa abordagem, as cidades eram formadas por diferentes conjuntos de áreas naturais: o centro, os distritos, os bairros e as vizinhanças, que, articulados entre si, formavam a estrutura urbana. Essa estrutura, por sua vez, repetia-se regularmente em todas as cidades que possuíam o mesmo patamar demográfico e/ou mesmos atributos hierárquicos. Portanto, acreditava-se que a estrutura urbana apresentava padrões independentes da intencionalidade humana, uma vez que as cidades, conforme proposto, progrediam naturalmente numa mesma direção. Essa perspectiva analítica deu origem ao campo de pesquisa denominado de ecologia humana, haja vista que, assim como já foi referido, utilizavam-se teses prenes de comparações com o mundo animal e/ou vegetal.

De acordo com Eufrásio (1999), Robert Park foi o primeiro expoente da Escola de Chicago que tratou sobre o tema em discussão. Ele via as cidades como mecanismos vivos, uma estrutura psico-física que é, ao mesmo tempo, material e moral. Para Robert Park (*apud* Eufrásio, 1999), a estrutura urbana era influenciada, sobretudo, pelas características do sítio onde as cidades estavam assentadas e, além disso, pela distribuição dos meios de transporte. De acordo com suas interpretações, a vizinhança era o elemento mais simples dessa estrutura e, ao mesmo, um dos mais importantes, pois é onde as pessoas estabelecem os laços comunitários. Além da vizinhança, outro elemento que Park estudou foram as regiões morais, isto é, regiões das cidades que, parafraseando Eufrásio (1999), eram construídas pelos costumes e valores das pessoas que lá moravam e/ou frequentavam. Park chegou à conclusão de que as metrópoles norte-americanas várias regiões como essas, que formavam diferentes lugares de moradia, encontro ou diversão, com diferentes restrições e/ou

permissões de conduta.

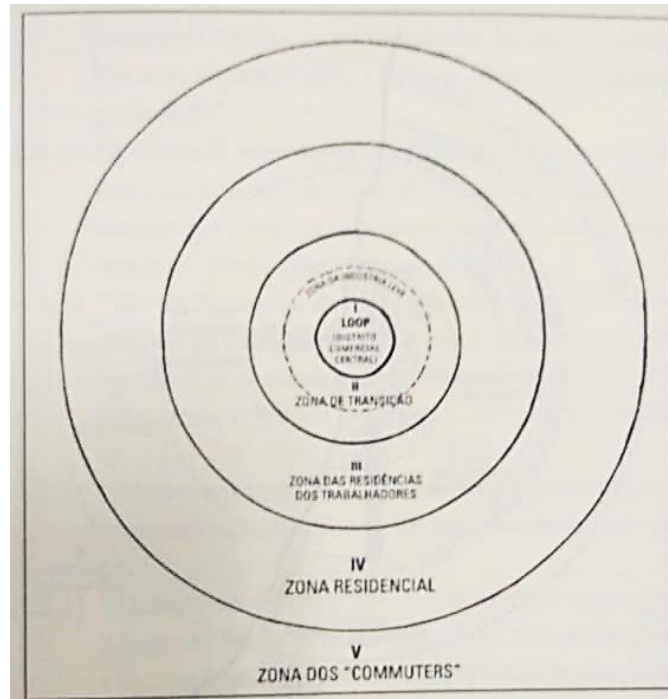
Em 1921, após os estudos de Park, novas discussões sobre a estrutura urbana apareceram no livro publicado por Robert MacKenzie, chamado “*A Vizinhança: Um Estudo da Vida Local na Cidade de Columbus, Ohio*”. De acordo com Eufrásio (1999), McKenzie afirmava que as metrópoles norte-americanas estavam organizadas em torno de um centro comercial que, geralmente, encontrava-se localizado próximo ao centro geográfico, ao redor do qual existia uma área desintegrada, formada por atacadistas, hotéis, diversões baratas e prédios de apartamento. Nos setores mais afastados, ele observou que existiam subcentros de comércio e serviços “em cruzamentos de vias de tráfego de automóveis, pontos de transferência ou baldeação onde se encontram correntes ou fluxos diários de transeuntes [...]” (EUFRÁSIO, 1999. p. 62). Segundo McKenzie (*apud* Eufrásio, 1999), a distância em relação ao centro e o tempo de deslocamento eram os principais fatores que direcionavam a localização das atividades urbanas. Ele propôs a tese de que as cidades se estruturavam através da competição entre as pessoas e/ou as atividades pelos pontos mais vantajosos e/ou acessíveis, processo análogo à competição ecológica das espécies.

Apesar das contribuições pioneiras de Park e MacKenzie, quem deu maior visibilidade para o pensamento da Escola de Chicago sobre a estrutura urbana foi Ernest Burgess, durante os trabalhos que publicou entre 1922 e 1929. Segundo Eufrásio (1999), Burgess observou que as cidades se estruturavam através de diferentes processos espaciais, a saber: a invasão, a expansão, a sucessão, a concentração, a centralização e a descentralização. De acordo com seus estudos, esses processos eram responsáveis pelo metabolismo das cidades e, atuando conjuntamente, contribuíam para que formassem vários círculos concêntricos, onde as atividades urbanas se distribuíam diferencialmente de dentro para fora: a Zona I, localizada no interior da cidade, era considerada o Distrito Comercial Central (*Central Business District – CBD*) ou *Loop*, onde acontece a vida econômica, política e cultural; a Zona II, local de transição, reunia o comércio atacadista, a indústria e as áreas residenciais deterioradas, chamadas de *slums*; a Zona III, era o local de moradia dos trabalhadores industriais; a Zona IV, onde estavam as melhores residências, destacando-se a formação de subcentros; e, por fim, a Zona V, isto é, os subúrbios ajardinados e cidades-satélites.

Burgess sistematizou sua análise em um modelo “típico-ideal” (EUFRÁSIO,

1999, p. 210), cuja representação pode ser observada na figura 2:

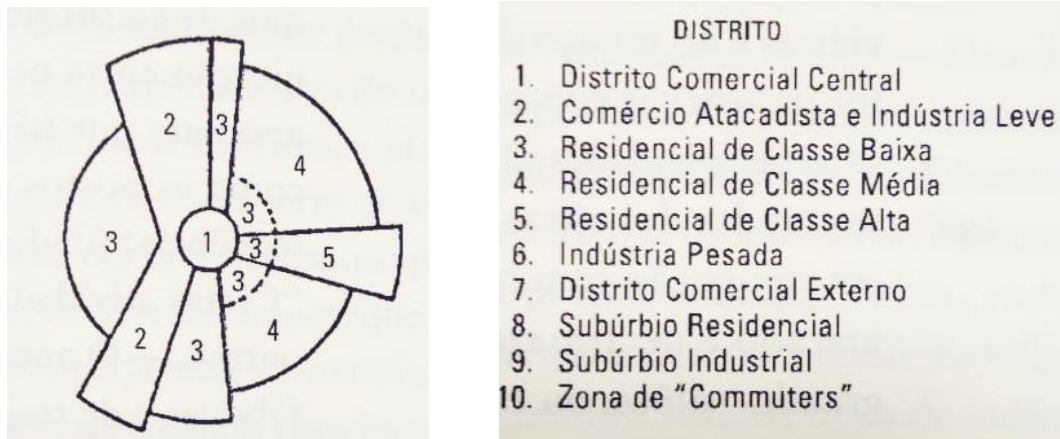
Figura 2 – Modelo das zonas concêntricas – Burgess, década de 1920



Fonte: EUFRÁSIO, 1999.

Após a publicação dos estudos de Burgess sobre as zonas concêntricas, outros pesquisadores da Escola de Chicago despertaram interesse pelo assunto e, logo, surgiram novos modelos de interpretação com o intuito de aperfeiçoá-lo. Destacam-se duas propostas: a teoria dos setores de Homer Hoyt e a teoria dos núcleos múltiplos de Harris e Ullman. Em 1939, conforme diz Eufrásio (1999), Hoyt decidiu estudar a dinâmica do uso residencial nas metrópoles norte-americanas. Ele constatou que essas cidades estavam organizadas em diferentes setores que se distribuía radialmente a partir do CBD, onde moravam classes de renda distintas. Segundo o autor, essas classes disputavam as melhores localizações entre si e, com o passar do tempo, elas poderiam adentrar os lugares que classes distintas já ocuparam anteriormente, processo que Burgess chamava de invasão. Para Hoyt, esses setores tinham um ciclo de vida e morte, uma vez que o local de moradia dos estratos mais ricos, além da própria classe média, estava se deslocando em direção às áreas mais distantes do CBD, onde começava a surgir uma “cidade suburbana elegante” (EUFRÁSIO, 1999, p. 223). A figura 3 ilustra sua teoria:

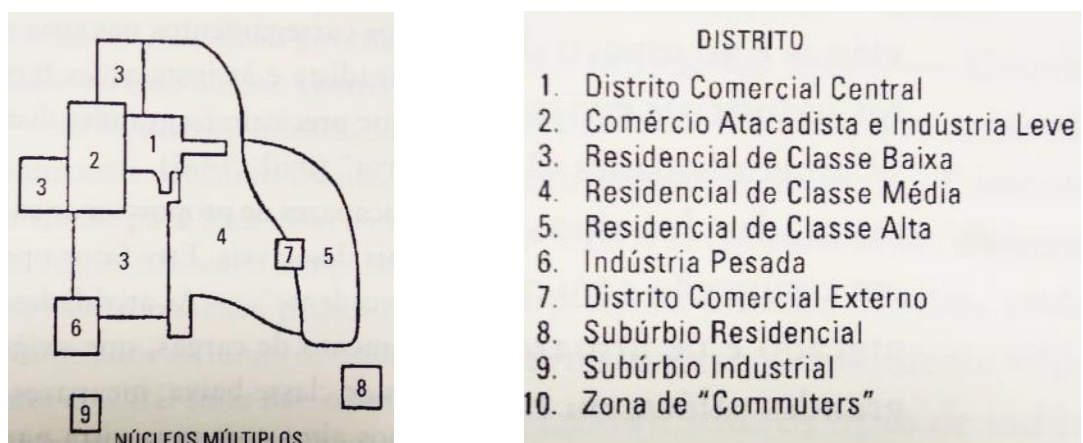
Figura 3 – Modelo dos setores de residência – Hoyt, 1939



Fonte: EUFRÁSIO, 1999.

Enfim, Harris e Ullman criaram a teoria dos núcleos múltiplos em 1945. Segundo Eufrásio (1999), ambos os pesquisadores observaram que a maioria das metrópoles norte-americanas, especialmente as maiores entre elas, apresentava diferentes núcleos de comércio e serviços especializados distribuídos em seu interior em vez de um único centro comercial ao redor do qual a cidade se estruturava. Assim, propuseram um novo paradigma teórico para se interpretar a estrutura urbana, escapando à definição que prevalecia no modelo de Burgess. Em suas análises sobre as metrópoles, Harris e Ullman nomearam os núcleos múltiplos identificados como distritos: o distrito comercial central, o distrito atacadista e de indústrias leves, o distrito de indústrias pesadas, o distrito residencial, os núcleos menores, localizados em torno de universidades, colégios, praças e parques, e, por último, os subúrbios e satélites. A figura 4 representa o modelo elaborado pelos autores:

Figura 4 – Modelo dos núcleos múltiplos – Harris e Ullman, 1945



Fonte: EUFRÁSIO, 1999.

De todas as propostas que surgiram na Escola de Chicago sobre a estrutura urbana e que, além disso, tratavam sobre a questão da centralidade, a teoria dos núcleos múltiplos é a que resistiu mais tempo às transformações vivenciadas pelas metrópoles após a Segunda Guerra Mundial, levando-se em consideração que a maioria delas, desde então, deixou de estruturar-se em torno de um centro único. Em contrapartida, àquela época, conforme adverte Reis (2014, p. 29), “mesmo os modelos teóricos que contemplam a existência de subcentros de comércio e serviços [como esses] são considerados, para fins de análise, modelos monocêntricos, pois são dotados de um único CBD – dominante”. Nesse sentido, a teoria dos núcleos múltiplos, assim como as teorias que vieram antes dela, também é insuficiente para caracterizar a estrutura dos espaços metropolitanos atuais onde existem novas áreas de centralidade que, agora, desempenham papéis equivalentes ou, até mesmo, mais relevantes que o CBD e/ou o centro originalmente constituído.

1.2. A abordagem econômica e a Teoria das localidades centrais

Contemporaneamente à abordagem da Escola Sociológica de Chicago, desenvolveu-se uma vertente econômica sobre a estrutura urbana, incluindo as questões relativas ao centro e à centralidade, a partir do segundo quartel do século XX. Segundo Ferreira (1989), essa abordagem filiava-se, por um lado, à teoria da localização industrial de Alfred Weber, e, do outro, à teoria da localização agrícola de Johan Heinrich von Thunen. Em geral, esses trabalhos defendiam a tese de que a base econômica é o fator mais relevante para se compreender a organização espacial das cidades, uma vez que os padrões de distribuição das atividades urbanas são determinados pelas preferências locacionais das firmas e/ou dos indivíduos dentro de um ambiente de negócios competitivo: o mercado. Assim, conforme diz Ferreira (1989, p. 67), a abordagem econômica busca interpretar “as decisões empresariais sobre o melhor sítio onde localizar-se”, pois são essas decisões que direcionam a estrutura urbana e, com efeito, a própria dinâmica da centralidade. Essa perspectiva analítica é conhecida pelo uso de metodologias quantitativas e entre os expoentes que desenvolveram estudos geográficos que se vinculam à abordagem em questão, destacam-se Walter Christaller e Brian Berry.

O geógrafo alemão Walter Christaller escreveu a Teoria das Localidades

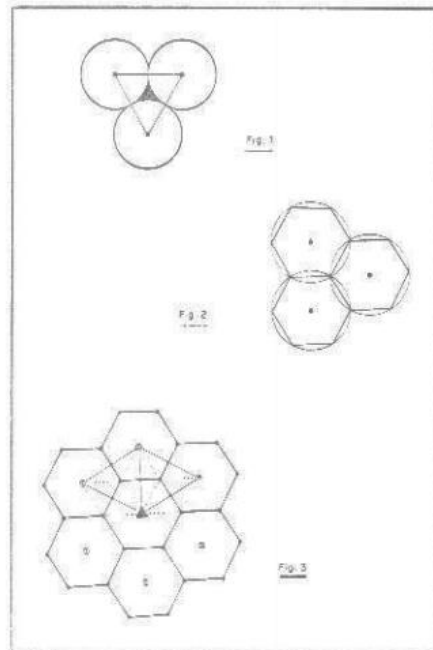
Centrais em 1933, mas seus estudos se tornaram populares três décadas depois, quando foram traduzidos para a língua inglesa. Christaller (1966) observou que as cidades se organizavam em redes urbanas hierárquicas formadas por diferentes núcleos que, em função da maior ou menor concentração de atividades relacionadas à distribuição de bens e serviços, eram considerados *central places* ou lugares centrais. Segundo o autor, a posição hierárquica que esses núcleos ocupavam tinha a ver, sobretudo, com a variedade de funções centrais que eles desempenhavam corriqueiramente no sentido de satisfazer as necessidades de abastecimento das pessoas que moravam nos espaços próximos e/ou distantes. Nesse sentido, a teoria das localidades centrais enxergava as cidades como espaços de troca que articulavam os setores produtivos e os mercados consumidores diversos localizados dentro de sua órbita.

Segundo a teoria proposta por Christaller (1966), cada tipo de serviço e/ou mercadoria possui uma área de mercado, chamada por Beaujeu-Garnier (1983, p. 370) de “limite de difusão”, cujo tamanho varia a depender da disposição que as pessoas têm para deslocar-se a fim de satisfazer suas exigências de consumo relacionadas à mercadoria e/ou o serviço em questão. Mercadorias que são consumidas cotidianamente, como pão e leite, têm uma área de mercado reduzida, pois a demanda necessária para manter esse tipo de negócio é bastante usual e os deslocamentos, via de regra, têm que ser próximos do local de moradia. Por outro lado, mercadorias como veículos e aeronaves têm uma área de mercado bastante ampla, pois, como a demanda por esses bens não é frequente, esse tipo de negócio necessita ampliar a escala de atuação para garantir mais vendas e, assim, sobreviver à competição do mercado.

Nesse contexto, mercadorias e serviços que têm um área de mercado reduzida localizam-se em núcleos que possuem diferentes tamanhos, incluindo os pequenos, ao passo que as mercadorias e os serviços que precisam de uma área de mercado mais ampla localizam-se apenas nos lugares centrais mais relevantes, onde conseguem, assim, aproveitar as economias de aglomeração, a saber: maior concentração populacional, maior visibilidade e proximidade com outras atividades correlacionadas e, sobretudo, maior facilidade de acesso às redes de comunicação e transporte que permitem atingir, inclusive, os consumidores que se encontram a dezenas ou centenas de quilômetros de distância. A figura 5 demonstra o modelo

elaborado por Christaller a fim de ilustrar essas proposições. Os hexágonos representam a área de mercado sob influência dos lugares centrais, ou seja, as áreas cujas necessidades de abastecimento, em teoria, esses centros conseguem satisfazer:

Figura 5 – Modelo dos lugares centrais - Christaller, 1933



Fonte: BEAUJEU-GARNIER, J., 1983, p. 369.

Comparando-se a teoria de Christaller e o pensamento da Escola de Chicago, nota-se uma diferença: enquanto os sociólogos urbanos estavam atentos à estrutura física das cidades, formada por diferentes conjuntos de áreas e/ou distritos, a teoria das Localidades Centrais foi criada com o propósito de explicar os fluxos de trocas que interligam as cidades umas às outras. Por conseguinte, é uma teoria que se refere, pelo menos de início, a outro nível de centralidade: o da centralidade interurbana. Só mais tarde, quando é revisitada pelos geógrafos, surgem trabalhos que analisam a rede de lugares centrais na escala intra-urbana. Além disso, nota-se que, dentro dessa abordagem, a estrutura urbana é analisada, tão-somente, em função da estrutura comercial. Em contrapartida, permanece, tanto numa vertente, como na outra, a ideia da competição, que é herdeira de uma visão atrelada às ciências da natureza. Assim, ambas as teorias defendem que as cidades são estruturadas através da disputa pelo acesso às melhores localizações, ou seja, pela proximidade em relação ao centro.

Em 1967, o geógrafo estadunidense Brian Berry publicou o livro *Geography of Market centers and retail distribution*, quando, então, rediscute a teoria elaborada por Christaller nos anos 1930. Inicialmente, Berry (1967) dedica-se a falar sobre a rede de lugares centrais no Estado de Iowa – EUA, a nível regional. Não obstante, à medida em que a leitura progride, ele começa a apresentar diversas ideias relacionadas à estruturação interna das cidades, colocando ênfase sobre as práticas de consumo para explicar como as atividades urbanas se distribuem espacialmente. Para Berry (1967), os consumidores preferem realizar poucas viagens a fim de comprar os bens e/ou serviços de que necessitam e, por isso, a sobrevivência dos negócios depende de sua capacidade em localizar-se uns próximos dos outros e, mais que isso, próximos de pontos acessíveis à população, seja pelo transporte ferroviário ou, ainda, pelas vias de circulação existentes. Daí a tendência que se verifica para a concentração dessas atividades no CBD ou nos centros de mercado estrategicamente posicionados em relação à rede viária.

Assim:

Given the distribution of consumers, the scheme of market centers can be observed now depends on the successive determinations (and for the main, cumulative centers) of the access points to the population: flour mills, post offices, capitals of county, railroad stations, and junctions of major paved roads (BERRY, 1967, p. 12).

Segundo as análises de Berry (1967), as cidades contêm vários centros de mercado que reúnem grupos de atividades distintos entre si e que, por esse motivo, lhes asseguram diferentes níveis de alcance espacial. Entre os centros de mercado, alguns desempenham funções abrangentes, atraindo consumidores vindos de longe, seja dentro ou, inclusive, fora da cidade. Nessa perspectiva, pode-se dizer que esses centros exercem papéis regionais. Por outro lado, também existem centros de mercado que concentram funções menos diversificadas e, com isso, menor alcance espacial e níveis de frequência inferiores. Em face dessa distinção, Berry (1967) propôs uma tipologia de áreas de negócios que, a exemplo das teorias que antecederam seus estudos, eram comandadas pelo CBD, ou seja, uma estrutura tipicamente monocêntrica. Sua proposta, elaborada para explicar a estrutura comercial de Chicago, consta no trecho que segue:

Chicago's business pattern is typical of American metropolitan areas. It developed in response to the spread of commuting suburbs across

counties in wich business was originally provided by a hierarchy of rural mark centers [...]. Much of this socio-economic symmetry remains today as the underpinning of Chicago's business pattern. [...]. A complete hierarchy of business centers can be identified, from street-corner clusters of convenience shops, through neighborhood, community, and regional shopping centers, anda culminating in th Loop, the metropolitan CBD. [...] In community centers, the regional level core is, of course, eliminated". (BERRY, 1967, p. 47-51).

Em Chicago, Berry (1967) constatou que existiam aproximadamente 2 mil estabelecimentos pertencentes ao setor de comércio e serviços no CBD, ao passo em que havia, em média, 80 estabelecimentos desse tipo em cada uma daquelas áreas que ele veio a chamar de *regional centers*, ou seja, subcentros regionais. No CBD, Berry diferenciou dois setores: a área *core* e a área *frame*. O *core*, também chamado de núcleo central, reúne as atividades que conseguem suportar os valores elevados dos alugueis, incluindo joalherias, lojas de departamento, escritórios, bancos, hotéis e os espaços de entretenimento. Segundo o autor, essas atividades formam vários distritos especializados, onde aglomeram-se em função de sua natureza e/ou afinidade. Já o *frame*, também chamado de zona periférica do centro por Corrêa (1989), localiza-se ao redor do núcleo central do CBD, onde estão instaladas as atividades atacadistas, industriais, oficinas mecânicas, além de usos residenciais.

Em seus escritos, Berry (1967) tratou, ainda, sobre o surgimento de novas áreas comerciais planejadas ao longo dos eixos rodoviários que interligavam o CBD aos subúrbios das metrópoles norte-americanas. De acordo com o autor, a quantidade de *shopping centers* havia aumentado rapidamente nos anos 1970 em razão das facilidades de deslocamento provocadas pelo uso crescente do automóvel particular ao mesmo tempo em que foram ampliados os financiamentos imobiliários em parceria com o governo para aquisição de casas unifamiliares em áreas distantes do núcleo central. Assim, *"the traditional pattern of centers remanis, but major planned shopping plazas are now located in the interstices between and at the outer edges of the prewar built-up area"* (BERRY, 1967, p. 53). Para Berry (1967), os *shopping centers* apresentavam muitas vantagens competitivas sobre os centros de mercado não-planejados em razão de sua exposição máxima ao consumidor.

Por último, é importante frisar Berry (1967) também falava a respeito de uma noção que é amplamente utilizada pelos geógrafos contemporâneos: a metrópole e/ou cidade dispersa. Berry (1967) acreditava que as metrópoles norte-americanas estavam entrando em uma fase na qual sua estrutura tornar-se-ia cada vez mais

difusa, interligando diferentes *clusters* de áreas urbanizadas entremeados por vários centros comerciais especializados, planejados e/ou não-planejados. Segundo o autor:

The concept of the dispersed city is used to identify the beginning of the phase shift. The idea is simple. Clusters of urban places exist with distances between them short enough for consumers to consider several within their range of alternative choice for shopping. Such places perform local functions for their own populations, but specialize in the performance of high-order functions for the group. One will become the automobile sales center, another the furniture center, another the medical center, and so forth. (BERRY, 1967, p. 58).

Entre as décadas de 1960 e 1980, período áureo da geografia teórico-quantitativa, a abordagem econômica influenciou diversos trabalhos sobre a rede de localidades centrais feitos por pesquisadores brasileiros, sobretudo os estudos desenvolvidos pelo IBGE. No que se refere à estrutura urbana e a questão da centralidade, destaca-se o trabalho feito por Haidine Duarte em 1974, intitulado “A cidade do Rio de Janeiro: descentralização das atividades terciárias – Os centros funcionais”. Nesse texto, Duarte (1974, p. 54) afirmava que “a cidade do Rio de Janeiro, encarada como um sistema, se apresenta[va] composta por [diversos] centros intra-urbanos, hierarquicamente encabeçados pela Área Central (CBD)”. Segundo a autora, as residências estavam ocupando áreas cada vez mais distantes do centro originalmente constituído e, por causa desse movimento em direção às periferias, o equipamento terciário também estava se redistribuindo.

Àquela época, Duarte (1974) constatou que o Rio de Janeiro tinha, pelo menos, vinte e um centros funcionais, isto é, centros que buscavam “oferecer a um espaço[s] a ele[s] ligado[s], por meios de circulação mais eficientes, os serviços indispensáveis à vida cotidiana” (1974, p. 55). Hierarquizados, esses núcleos reuniam diferentes conjuntos de atividades, que a autora classificava em quatro categorias distintas: comércio, serviços profissionais, serviços financeiros e serviços de divulgação e cultura. Para cada categoria, Duarte (1974) estabeleceu uma série de subdivisões e, assim, chegou ao total de vinte funções centrais. Quanto mais funções o centro desempenhava, mais alto na escala hierárquica imaginada pela autora ele era inserido. Desse modo, existiam centros de primeira categoria, além dos de segunda e, também, os de terceira. Segundo Duarte (1974), compreender a organização dessa estrutura era de suma importância para se pensar ações futuras de planejamento urbano.

1.3. As abordagens marxistas e a Teoria do espaço social

No último quartel do século XX, nota-se uma crescente influência das abordagens marxistas sobre os trabalhos acadêmicos que tratam a respeito da estrutura urbana. Esses trabalhos passaram a adotar uma postura marcadamente crítica, que difere dos estudos convencionais sobre o tema, tanto no que se refere à Escola de Chicago, quanto a abordagem econômica. São estudos que buscam explicar a estrutura urbana, incluindo a questão da centralidade, levando-se em conta as articulações entre o modo de produção capitalista, as relações sociais e a luta de classes. Os trabalhos que seguem essa vertente, a despeito da pluralidade dos conceitos que são empregados, dedicam-se a compreender as contradições, os conflitos, as injustiças e as desigualdades que caracterizam as cidades e que, à primeira vista, podem estar ocultas e/ou irreconhecíveis. Em relação ao tripé conceitual adotado neste trabalho, é importante destacar, pelo menos, duas visões: primeiro, Manuel Castells e a análise sobre a organização social do espaço urbano; e, depois, Henri Lefebvre e a teoria do espaço social.

O sociólogo Manuel Castells dedicou a estudar a estrutura urbana no livro *A Questão Urbana*, publicado pela primeira vez em 1972. Para ele, a estrutura urbana é determinada pela estrutura social, fato pelo qual sua perspectiva analítica ficou conhecida como organização social do espaço urbano. Ao longo do referido livro, Castells (1983) fez diversas críticas à Escola de Chicago, pois, de acordo com sua experiência, as ciências sociais estiveram por muito tempo presas à análise formal da estrutura urbana, sem colocar a devida atenção sobre a maneira como as transformações que ocorrem nessa estrutura estão ligadas à dinâmica contraditória da sociedade. Assim, por exemplo, os estudos produzidos pela Escola de Chicago referiam-se ao conjunto das atividades urbanas características do CBD, mas pouco se importavam em desvelar as relações e, sobretudo, os conflitos, que, historicamente, vieram a permitir a formação da centralidade dentro deste espaço. Nessa perspectiva:

O espaço urbano é estruturado, quer dizer, ele não está organizado ao acaso, e os processos sociais que se ligam a ele exprimem, ao especifica-los, os determinismos de cada tipo e de cada período da organização social. A partir desta evidência, cheia de implicações, o estudo da estrutura urbana deve ser conduzido em dois planos: trata-se, por um lado, de elaborar instrumentos teóricos suscetíveis de apreender o concreto-real de uma maneira significativa e, por outro lado, de utilizar estes instrumentos numa sucessão descontínua de

análises particulares visando a dados fenômenos históricos (CASTELLS, 1983, p. 182).

Mediante o parágrafo supracitado, entende-se que, segundo Castells (1983), a estrutura urbana é composta por duas dimensões inter-relacionadas: a dimensão física e/ou concreta, amplamente discutida pelas abordagens teóricas analisadas nos tópicos anteriores; e a dimensão histórica e/ou social, atrelada à maneira como a sociedade está organizada em cada recorde temporal. Segundo o autor, essa estrutura reflete a combinação de três sistemas diferentes: o econômico, o político-institucional e o cultural. O sistema econômico abrange a produção, por um lado, e o consumo, do outro, incluindo, também, as atividades de troca e circulação. Já o sistema político-institucional abrange as relações de dominação-regulação e integração-repressão, ou seja, refere-se aos espaços onde acontece o exercício do poder, com destaque para a atuação do Estado. E, por fim, o sistema ideológico ou cultural é formado pela rede de signos que são compartilhados socialmente, como, por exemplo, os valores religiosos e cívicos.

Apesar das menções que Castells (1983) faz aos sistemas político e cultural, é para o sistema econômico que ele dedica a maior parte de sua elaboração teórica. De acordo com o autor, “numa sociedade onde o M.P.C. [modo de produção capitalista] é dominante, o sistema econômico é o sistema dominante da estrutura social” (1983, p. 203) e, por extensão, da própria estrutura urbana. Conforme já foi referido, esse sistema é composto por três elementos: a produção, o consumo e a troca. A produção acontece através do uso de numerosos recursos técnicos (meios de trabalho) aplicados sobre um conjunto específico de matérias-primas (objeto de trabalho) a fim de conceber um produto qualquer que é necessário à reprodução dos próprios meios de produção empregados pela sociedade ou, ainda, à reprodução da força de trabalho. Esse processo, pelo menos desde o final do século XVIII, se dá num ambiente industrial, composto por firmas privadas, cujo propósito fundamental é conseguir elevadas taxas de lucro.

O consumo, por sua vez, está ligado à questão da moradia, dos espaços verdes, do aparelho escolar e, enfim, de todos os equipamentos necessários à vida cotidiana. Sobre a questão da moradia, Castells (1983) ressalta que existe uma crise habitacional em andamento provocada pela incapacidade do setor privado em atender às necessidades dos estratos de baixa renda. Essa crise tende a se aprofundar, pois

como a demanda por moradia é continuamente elevada, os preços estão sempre aumentando e, nesse sentido, tende a intensificar a especulação imobiliária, que, por sua vez, dificulta ainda mais que o problema seja resolvido. O autor observa que “não há praticamente produção privada de moradia social [...]” (CASTELLS, 1983, p. 230), uma vez que o retorno que as empresas obtêm nesse tipo de empreendimento em termos de lucro é muito lento e imprevisível. Nesse contexto, a responsabilidade pela moradia social é transferida para o Estado e “[...] a intervenção pública pode ocorrer em dois planos: intervenção na demanda com a criação de uma demanda solvável, e intervenção na oferta, com a construção direta das moradias e a adoção de medidas para facilitar as realizações imobiliárias e diminuir seu preço” (CASTELLS, 1983, p. 237).

No que se refere à troca, Castells (1983) analisa a dinâmica dos transportes e da circulação intra-urbana. Para o autor, as cidades são formadas por diferentes setores justapostos e associados uns aos outros e “[...] nenhum setor pode bastar-se a si mesmo, a dinâmica do aglomerado só se realiza ao nível de seu conjunto” (CASTELLS, 1983, p. 275). De acordo com o autor, no que se refere à troca, não basta explicar como os meios de transporte evoluíram ao longo do tempo, como faziam as abordagens convencionais sobre o tema. Antes de seguir por esse caminho, é necessário compreender o que é que se transporta de um lugar para outro, ou seja, quais são as necessidades de fluxos geradas pela estrutura urbana: entre produção e consumo, entre gestão e produção, entre troca e consumo, e assim por diante. De acordo com o autor, esses fluxos possuem diferentes exigências quanto à capacidade de carga, rapidez, segurança, conforto, custo, entre outras variáveis. Em contrapartida, nem sempre os meios de transporte exigidos estão presentes dentro de uma cidade, o que, por esse motivo, provoca problemas de circulação que comprometem as articulações necessárias entre os elementos que constituem o sistema econômico.

Após interpretar como se organiza a estrutura urbana, Castells (1983) faz alguns apontamentos sobre a questão da centralidade. Para o autor, “o termo de centro urbano designa ao mesmo tempo um local geográfico e um conteúdo social” (CASTELLS, 1983, p. 311). Nesse sentido, ele apresenta três perspectivas teóricas distintas que são empregadas no tempo presente pelas ciências sociais para se analisar o conteúdo que caracteriza a centralidade urbana. Primeiro, o ponto de vista do urbanista, de que o centro é o espaço integrador da comunidade urbana, cuja

vivência cotidiana precisa ser mantida e/ou reconstituída através de ações voltadas para o planejamento. Segundo, a visão dos ecologistas e da economia clássica, que construíram a ideia do CBD, com a primazia do processo de troca de bens e serviços e da competição entre os indivíduos como elemento que define a centralidade, numa perspectiva funcionalista. E, por último, a visão prospectiva, daqueles que consideram o centro como espaço lúdico, lugar de entretenimento e lazer, com simbologia e linguagem próprias. De acordo com Castells (1983), essas três visões sobre o conteúdo que define a centralidade criaram as noções de centro comunitário, centro de trocas e centro simbólico, respectivamente.

À mesma época de Castells, o filósofo e sociólogo Henri Lefebvre desenvolveu outra abordagem de origem marxista sobre o processo de urbanização e, portanto, sobre a estrutura urbana, que ficou conhecida como a perspectiva da produção do espaço, ou em outros termos, a teoria do espaço social. Essa abordagem está presente em diversos livros publicados por Lefebvre desde a década de 1960, como, por exemplo, *O Direito à Cidade*, *A Produção do Espaço*, *A Vida Cotidiana*, *Espaço e Política*, *Do Rural ao Urbano*, *a Revolução Urbana*, entre outros. Ao longo de sua obra, o autor elaborou “uma teoria geral da relação entre o espaço e a sociedade”, levando-se em conta “uma concepção do espaço como produto social” (LEFEBVRE, 2006, p. 6-7). Para ele, toda sociedade engendra, através do trabalho, ou seja, de práticas intencionalmente dirigidas, um espaço que lhe é característico. Diante dessa realidade, Lefebvre propõe o conceito de espaço social, cujo significado se distanciava, ao mesmo tempo, do espaço geométrico estudado pelos matemáticos e do espaço cósmico atribuído às ciências da natureza.

A partir dos escritos originais de Marx e Engels, Lefebvre propôs duas definições diferentes para o vocábulo produção: uma que é mais ampla e outra mais restrita. No sentido amplo, é uma expressão que designa o processo através do qual a sociedade produz a si mesma, incluindo a realidade espacial, que serve de suporte indispensável às atividades humanas. No sentido restrito, designa a produção das coisas, ou seja, de todos os objetos palpáveis que, numa economia de mercado, são trocados entre si. Se o espaço social é indispensável enquanto suporte das atividades humanas e, portanto, do processo histórico, trata-se de um produto circunscrito à definição mais ampla que o uso do vocábulo produção sugere, mesmo que, muitas vezes, ele também seja tratado como coisa, isto é, enquanto uma mercadoria

intercambiável. Segundo Lefebvre (2006), as mercadorias mascaram e/ou escondem as relações sociais que foram necessárias à sua produção. Portanto, é preciso “tirar a máscara das coisas para revelar as relações (sociais) [..]” (LEFEBVRE, 2006, p. 122) que as produziram, tanto no caso dos objetos palpáveis, como no caso da realidade espacial que se apresenta aos nossos olhos, através de uma análise que se debruça sobre as práticas espaciais.

Lefebvre era crítico do pensamento economicista e manifestava abertamente o desejo em “renovar as démarches marxistas” (2006, p. 8). Ele recusava a visão estruturalista de Castells, isto é, o olhar de quem enxerga o espaço social como uma estrutura formada por diferentes níveis ou planos hierarquizados e que se apresenta enquanto mero reflexo do modo de produção em cada recorte temporal. Para Lefebvre (2006), a articulação entre espaço e sociedade é uma via de mão dupla ou, em outras palavras, uma relação dialética. Isso quer dizer que as relações sociais são responsáveis pelo processo de produção do espaço, mas, em contrapartida, o espaço já produzido pelas gerações anteriores também intervém sobre as possibilidades de ações futuras, preservando, assim, um certo grau de autonomia existencial que Castells ignorava. “Efeito de ações passadas, ele [o espaço] permite ações [futuras], as sugere ou as proíbe” (LEFEBVRE, 2006, p. 112). Assim, nota-se que o espaço social é, ao mesmo tempo, produto e produtor da história, além de ser também produtivo, pelo fato de que serve de meio e/ou terreno para a fabricação das coisas de que necessitamos.

De acordo com o pensamento lefebvriano, existem espaços de representação e representações sobre o espaço. Os espaços de representação são aqueles onde a vida cotidiana se desenrola em atos e/ou ações, simultaneamente e sequencialmente, ou seja, é o próprio devir da história. Já as representações sobre o espaço são ideias e, sobretudo, ideologias, a respeito de como o espaço deve ser produzido, nesta ou naquela direção. O primeiro remete ao conceito de espaço vivido, enquanto o segundo remete, por sua vez, ao conceito de espaço concebido. Entre um e outro, existe ainda o espaço percebido, isto é, o espaço da experiência sensorial, de quem vê, sente ou percorre. Segundo Lefebvre (2006), essas são as três dimensões da prática espacial: o vivido, o concebido e o percebido. A fim de interpretá-las, propõe-se utilizar o método regressivo-progressivo, ou seja, “um estudo para trás do espaço social na sua história e na sua gênese, a partir do presente, remontando para essa gênese – em seguida,

retorno sobre o atual, o que permite entrever, senão prever o possível e o futuro” (LEFEBVRE, 2006. p. 11).

A teoria do espaço social serviu de base para inúmeras teses acadêmicas e permanece influente no âmbito das ciências sociais nos dias de hoje. Entretanto, Lefebvre se tornou importante, também, por aquilo que disse, especificamente, em relação às cidades. Em seus escritos, o autor formulou a hipótese de que a fase da industrialização seria superada pelo surgimento de um novo tipo de sociedade, a sociedade urbana, que se apresentava, à época em que sua obra foi produzida, como um objeto virtual, ou seja, uma realidade possível que não havia se estabelecido por inteiro. Assim, prossegue ele, a urbanização completa da sociedade é uma tendência que está no horizonte, mas antes que ela se manifeste, ter-se-ia um período de transição, em que as questões relacionadas à industrialização e o crescimento econômico, pouco a pouco, passariam a ser menos relevantes em favor da problemática urbana.

Lefebvre (1999) ressalta que, ao longo do referido processo, as formas urbanas que foram produzidas ao longo dos períodos históricos precedentes, como a cidade comercial e/ou industrial, tornar-se-iam desmesuradamente amplas, estendendo-se em direção aos campos e, mais que isso, capturando-os sob seu domínio. Essa dinâmica foi denominada pelo autor de implosão-explosão, isto é, um:

[...] processo histórico: a implosão-explosão (metáfora emprestada da física nuclear), ou seja, a enorme concentração (de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamento) na realidade urbana, e a imensa explosão, a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites, etc.) [para fora].

A implosão-explosão, que também pode ser lida como concentração-dispersão, além de produzir novas formas, seria responsável, ainda, pelo surgimento de novas estruturas, tanto morfológicas, quanto sociológicas. De acordo com o Lefebvre (2006), entende-se que as estruturas morfológicas se referem à dimensão física do espaço urbano, sob a condição de realidade prático-material, enquanto as estruturas sociológicas dizem respeito à maneira como a sociedade se reproduz. Suas reflexões sobre a implosão-explosão das cidades estavam associadas às transformações ocorridas em Paris, na França, cuja expansão territorial, segundo o autor, se deu em três atos: primeiro, com as iniciativas do Barão de Haussman em meados de 1850

para reurbanizar o centro da capital francesa e distanciar as classes de menor renda; segundo, com a suburbanização ocorrida em fins do século XIX em face do êxodo rural maciço, aliado à especulação imobiliária; e terceiro, no período pós Segunda Guerra, a partir da construção de novos pavilhões e conjuntos habitacionais através da ação direta do Estado, quando surge uma nova forma de *habitat* estritamente racionalizado.

Para Lefebvre, o espaço urbano é, por definição, um espaço de concentração, que aglomera, aproxima e reúne. Assim, é um espaço que “supõe e pressupõe a concentração de tudo o que existe no mundo, na natureza, no cosmos: frutos da terra, produtos da indústria, obras humanas, objetos e instrumentos, atos e situações, signos e símbolos” (LEFEBVRE, 1999, p. 44). Por esse motivo, também é um espaço de confrontação, onde os agentes sociais se colocam frente-a-frente. De acordo com o autor, “descobrimos o essencial do fenômeno urbano na centralidade” (1999, p. 108), pois é a centralidade que coordena o movimento da vida cotidiana, ou seja, as relações, as trocas, os encontros e os fluxos que atravessam o espaço urbano diuturnamente, penetrando nos interstícios da materialidade. Em face do processo de implosão-explosão, Lefebvre (1999) ressalta que a centralidade se rompe e/ou se enfraquece para, em seguida, reaparecer alhures. Assim, “pode-se conceber cidades policêntricas, centralidades diferenciadas e renovadas, e mesmo centralidades móveis” (LEFEBVRE, 2004, p. 75). Enfim, existe uma tendência em direção:

- a) À centralidade, através dos distintos modos de produção, das diferentes relações de produção, tendência que vai, atualmente, até o “centro decisional”, encarnação do Estado, com todos os seus perigos;
- b) À policentralidade, à oniscencialidade, à ruptura do centro, à disseminação, à tendência que se orienta seja para a constituição de centros diferentes (ainda que análogos, eventualmente complementares), seja para a dispersão e para a segregação. (LEFEBVRE, 1999, p. 110).

Hoje, as metrópoles e, em certa medida, as cidades de porte médio, estão se tornando cada vez mais dispersas, processo que se faz acompanhado de mudanças morfológicas, mas, sobretudo, mudanças que dizem respeito à estrutura e/ou à estruturação de seus espaços internos. À medida em que isso acontece, elas oscilam entre a centralidade e a multi(poli)centralidade, haja vista que as atividades urbanas, sejam antigas ou recém-criadas, acompanham o movimento em direção às periferias, onde surgem diferentes nós de atração dos fluxos cotidianos. Essa dinâmica conduz

a uma nova realidade prático-material, pois rompe com a ideia de que as metrópoles se organizavam em estruturas monocêntricas dirigidas pelo CBD, à maneira que pensavam as teorias precedentes.

1.4. Resumindo os pressupostos adotados

As abordagens teóricas discutidas estão sumariadas no quadro 1:

Quadro 1 – As abordagens teóricas e o tripé conceitual adotado

Abordagem teórica	Estrutura urbana	Centralidade	Produção do espaço	Expoentes mencionados	Período áureo
<i>Ecologia Humana</i>	Aparece como sinônimo de estrutura física da cidade, composta por diferentes conjuntos de áreas naturais. Essa estrutura apresenta regularidades entre uma cidade e outra.	A discussão volta-se para a questão do centro, em torno do qual a estrutura urbana se organiza. Cria a noção de CBD (<i>Central Business District</i>) e faz algumas referências descritivas à formação de subcentros nos subúrbios das metrópoles.	Não se fala a respeito. Privilegia as relações ecológicas e as influências do meio ambiente urbano sobre o comportamento humano.	Albion Small, Robert Park, Robert Mackenzie, Ernest Burgess.	Décadas de 1920 – 1940.
<i>Teoria das Localidades Centrais</i>	Reduz-se à estrutura comercial, associada à distribuição de bens e serviços. A base econômica explica a organização espacial das cidades.	Trata-se da centralidade econômica, espaço de troca e/ou intercâmbio. Depende da variedade e da quantidade de funções centrais que ocupam um espaço. O CBD subordina os demais centros de mercado.	Não se fala a respeito. As cidades se organizam através das decisões locacionais das firmas ou dos indivíduos, segundo a lógica competitiva do mercado.	Walter Christaller, Brian Berry.	Décadas de 1960 – 1970.
<i>Organização social do espaço urbano</i>	Articula-se à estrutura social e, nesse sentido, possui duas dimensões: uma física e outra histórica. É determinada pelos sistemas econômico, político-institucional e cultural.	O centro é um local geográfico. Já a noção de centralidade exprime o conteúdo social que se vincula ao centro. Esse conteúdo pode ser econômico, político ou simbólico. Surgem novos centros especializados.	Trata sobre a relação entre espaço e sociedade, mas não chega a falar a respeito da produção do espaço. Visão estruturalista: o espaço urbano possui diferentes instâncias e reflete a organização do sistema capitalista de produção, indistintamente.	Manuel Castells.	Décadas de 1970 – 2010.
<i>Teoria do espaço social</i>	É, ao mesmo tempo, morfológica e sociológica. As estruturas urbanas estão se transformando em face do processo de implosão-explosão.	A centralidade é a essência do espaço urbano. É forma e conteúdo, ao mesmo tempo. Reúne, aglomera, concentra e dispersa. Com o tempo, ela se rompe e, no seu lugar, surge a policentralidade, ou seja, a constituição de vários centros.	É privilegiada como categoria do pensamento. O espaço urbano é um produto social. A relação entre espaço e sociedade é dialética, ou seja, eles reagem um sobre o outro. Enquanto produto, o espaço se articula às práticas empreendidas pelos agentes sociais.	Henri Lefebvre.	Décadas de 1970 – 2010.

Fonte: Do autor, 2019.

Diante da pluralidade de concepções a respeito dos conceitos e/ou categorias que foram apresentados, faz-se necessário esclarecer brevemente quais são os pressupostos a serem adotados daqui por diante, ou seja, especificar de que maneira esses conceitos e/ou categorias serão empregados nos próximos capítulos deste trabalho, articulando-se aos objetivos propostos inicialmente. A fim de cumprir esta tarefa, serão introduzidas algumas referências contemporâneas, sobretudo brasileiras. Conforme será visto, esses autores, em sua maioria, privilegiam as abordagens marxistas. Porém, suas análises também contêm elementos extraídos das teorias produzidas pelas vertentes anteriores, a partir de um olhar renovado, no interior do qual estão presentes, ao mesmo tempo, elementos quantitativos e qualitativos.

1.4.1. As novas áreas de centralidade urbana

A partir daquilo que já foi apresentado, entende-se que a centralidade compreende o movimento da vida cotidiana ou, em outras palavras, os fluxos de trabalho, consumo, lazer e cultura que atravessam o espaço urbano cotidianamente, seja durante o dia ou, então, à noite. Portanto, é uma centralidade efêmera e/ou cambiante. Assim como já havia dito Lefebvre (1999), ela pode vir a se romper e/ou fragmentar, pois se move, multiplica e, até mesmo, desaparece. Nas últimas décadas, com a expansão das periferias e dos subúrbios² pertencentes às metrópoles, observa-se a constituição de vários centros, também chamados de núcleos secundários ou, ainda, novas áreas de centralidade urbana³, isto é, “numerosos pontos de consumo, de comando, de reunião, de trabalho, de lazer, de intercâmbio, de cultura, etc” (TOURINHO, 2006, p. 291)⁴. Assim, conforme diz Sposito (2010, p. 203), “vimos, atualmente, inscrever nossa reflexão em uma perspectiva de centros e não mais de centro”. Para a autora, “se constatamos a existência de mais de um centro, temos a multicentralidade. Se constatamos diferentes níveis de especialização e importância entre esses centros, estamos em face de uma policentralidade” (2010, p. 205).

O centro da cidade é o espaço da concentração e da troca, ponto de confluência

² Os conceitos de periferia e subúrbio aparecem em Sposito (2004). Para a autora, os subúrbios sempre estiveram relacionados à “fuga” das elites para os arrabaldes das cidades. Já as periferias são áreas residenciais distantes do centro que, no caso dos países subdesenvolvidos, estão associadas à pobreza urbana.

³ Segundo Reis (2007), esses centros também podem ser chamados de núcleos secundários, pois a partir de um ponto de vista genético, eles surgiram após o centro da cidade originalmente constituído.

⁴ Tourinho (2006) também designa os núcleos secundários como novas áreas de centralidade urbana.

dos sistemas de transporte e comunicação, de onde convergem/divergem os fluxos que articulam a estrutura urbana. Assim, “o centro é, pois, o espaço de excelência e a expressão dessa concentração; ele é o ponto de integração geográfica e social”. (SPOSITO, 2010, p. 201). Durante um certo período de tempo, prevaleceu a ideia de que as cidades eram estruturadas em torno de um único centro. Segundo Santos (2008, p. 198-9):

Nos países subdesenvolvidos suas características [do Centro ou Área Central] são a de constituir o nódulo principal de rede de vias urbanas (quanto a esse ponto, pode haver vários centros dentro de uma mesma cidade) e a de apresentar uma forte concentração de serviços de todos os níveis, especialmente comércios. Em certo número de cidades dos países subdesenvolvidos, especialmente nas de importância média ou nas que vêm desenvolveram muito rapidamente, o centro é único e monopoliza todas as funções correspondentes: serviços urbanos e serviços à escala da região ou do país.

Na perspectiva do centro único, a periferia, por sua vez, era o não-centro, distante e, muitas vezes, isolada. Para Villaça (2001, p. 238), “toda aglomeração, desenvolvida precisamente para gerar a aproximação, gera afastamento”. Entretanto, tal oposição começou a se tornar menos rígida em meados do século passado, haja vista que “a centralidade única no interior das cidades não é mais uma forma predominante de articulação de sua estrutura interna”. (SPOSITO, 2010, p. 202). Nesse contexto, nota-se “o aparecimento de periferias no centro e centralidades na periferia” (SPOSITO, 2004, p. 305). A descentralização das atividades urbanas induziu à formação de diferentes nós de atração onde, por outro lado, essas atividades se reuniram mais uma vez. Segundo Sposito (2010), três pontos são importantes para se explicar essa dinâmica: primeiro, o fato de que as cidades, sobretudo as metrópoles, se tornaram descontínuas e territorialmente desintegradas; segundo, o aumento da capacidade de consumo nos últimos anos, que incidiu sobre a expansão da base econômica das cidades; e terceiro, pelo motivo de que surgiram novas formas de circulação mais flexíveis, como o automóvel particular, incluindo, também, a possibilidade de realizar serviços e compras à distância.

A formação das novas áreas de centralidade não é necessariamente um tema novo na teoria urbana. A Escola de Chicago já falava a respeito deste processo há quase um século atrás, ao mencionar os subcentros. Porém, de lá para cá, compreende-se que essa dinâmica se tornou qualitativamente diferente, pois, hoje,

existem núcleos secundários cujos papéis são mais relevantes que o centro originalmente constituído, conforme indica a tese desenvolvida por Reis (2007) a respeito de Vitória-ES. Antes, eles não competiam com a predominância da Área Central, pelo contrário, eram, sobretudo, complementares, incluindo os subcentros⁵. Agora, por outro lado, a desconcentração das atividades urbanas se intensificou ao ponto de que, em muitas cidades, a Área Central tenha se desvalorizado. Esse é motivo pelo qual foram criadas diferentes propostas de requalificação que buscam resgatar os papéis que os centros de algumas metrópoles exerciam antes que essas atividades lhe abandonassem, até mesmo elitizá-los, processo que os geógrafos chamam de gentrificação.

De acordo com Villaça (2012), a desvalorização da Área Central tem a ver com as práticas empreendidas pelas classes de maior aquisitivo, para o qual também contribui a atuação do Estado. Segundo o autor, enquanto as metrópoles se dispersam, as elites procuram estabelecer “[...]um outro ponto que, apenas para os mais ricos, ao utilizarem seus habituais meios de locomoção, é mais acessível que o centro tradicional, embora não o seja para a população como um todo” (VILLAÇA, 2012, p. 95). Essa reflexão coloca, ao menos, duas ideias importantes, que perpassam as análises sobre a centralidade urbana. Primeiro, a ideia de que a centralidade mantém vínculos estreitos com a questão da acessibilidade e, por conseguinte, da infraestrutura de circulação. E, em segundo, a ideia de que a centralidade está associada à segregação das classes e/ou dos grupos sociais, levando-se em conta que, a partir do momento em que esses grupos se distanciam uns dos outros, os espaços de consumo e de lazer que eles frequentam também deixam de ser compartilhados.

1.4.2. A estruturação da metrópole

Segundo o Dicionário Michaelis (2019), o vocábulo estrutura designa a “organização e disposição das partes ou dos elementos essenciais que formam um corpo”. Dessa forma, entende-se que a estrutura é como se fosse um arranjo, uma

⁵ Para Corrêa (1989, p. 51), “o subcentro regional constitui-se em uma miniatura do núcleo central. Possui uma gama complexa de tipos de lojas e de serviços, incluindo uma enorme variedade de tipos, marcas e preços de produtos. Muitas de suas lojas são filiais de firmas da Área Central, e, à semelhança deste porém em menor escala, o subcentro regional constitui-se em importante foco de linhas de transporte intra-urbano”.

armação ou um conjunto, no interior do qual existem diferentes elementos que, por sua vez, estão relacionados entre si. No que se refere à estrutura urbana, conforme já foi analisado, a ideia que prevalece é muito parecida. Assim, existe um arranjo espacial, isto é, o conjunto formado pelas áreas e/ou setores que compõem as cidades, dentro das quais pode-se distinguir diferentes elementos, ou seja, as atividades urbanas articuladas umas às outras. Porém, essas atividades não se articulam por conta própria, como se fossem sujeitos autônomos: são as próprias pessoas, à medida em que se realiza o movimento da vida cotidiana, que colocam a estrutura urbana em funcionamento. No dia a dia, as pessoas se reúnem num espaço ou noutro a fim de executar suas tarefas diárias. Em seguida, elas se afastam, e, assim, ao longo deste movimento contínuo e, também, contingente, a estrutura urbana se forma e/ou transforma.

A estrutura urbana é física, ou seja, é algo que se pode ver ou representar cartograficamente e, ao mesmo tempo, é sociológica, pois os fluxos que interligam os espaços das cidades uns aos outros envolvem múltiplas relações sociais, ou, como diz Lefebvre (2006), práticas espaciais. Nessa perspectiva, compreende-se que a estrutura urbana se articula ao espaço vivido, ou seja, à realidade prático-material. Porém, também existem estruturas urbanas imaginadas, aquelas que são pensadas pelos quadros técnicos da universidade e/ou pelos agentes políticos. Essas estruturas se articulam, em contrapartida, ao espaço concebido. Em alguns casos, sobretudo em Brasília-DF, a estrutura imaginada influencia amplamente a realidade histórica presente e/ou passada. Assim, o movimento da vida cotidiana, ou seja, os fluxos, é apenas um lado da moeda: as decisões estratégicas de ordenamento territorial também são importantes para se entender como a estrutura urbana se materializa, processualmente.

A partir desses pressupostos, é necessário desfazer, de antemão, algumas confusões que podem ofuscar o caminho que será percorrido a partir de agora. De acordo com Sposito (2004, p. 312):

A expressão estrutura urbana é, a nosso ver, apropriada para se fazer referência à forma como se encontram dispostos e se articulam os usos de solo, num dado momento do contínuo processo de estruturação dos espaços da cidade. Em outras palavras, essa noção aplica-se muito bem para exprimir a forma como está organizado o espaço de uma cidade.

Percebe-se que a autora utiliza o conceito de estrutura urbana com o sentido que lhe foi atribuído neste trabalho, mas acrescenta uma novidade: a ideia de estruturação. Para Sposito (2004), a estrutura urbana, assim como a centralidade, é efêmera e isso quer dizer que a localização das atividades urbanas está sempre mudando. Hoje, a estrutura que se apresenta ao pensamento pode, num momento posterior, transformar-se. Portanto, observa-se que existe um processo de estruturação, ao longo do qual as estruturas se sobrepõem ou sucedem umas às outras, ao mesmo tempo em que a produção do espaço se realiza ou, melhor, em decorrência dela. A autora ainda diz que:

O que diferentes autores que têm adotado a expressão estruturação pretendem ao agregar o sufixo “ção”, parece-nos que seria garantir a passagem da ideia de que estamos falando de um processo contínuo, múltiplo e contraditório e, por essas qualidades, ele contém sua própria negação. Isso deve ser considerado, pois a estrutura urbana, como expressão momentânea do processo mais amplo de estruturação é redefinida não apenas pela expansão territorial ou pelo acréscimo de novos usos de solo, mas também por desestruturações, ou seja, pela destruição de formas urbanas, pela negação de usos de solo urbano antes existentes ou pela total ausência deles em parcelas dos espaços urbanos que, anteriormente, tiveram funções econômicas e/ou importantes papéis simbólicos.

Assim, além da estruturação, também ocorrem desestruturações e, mais que isso, reestruturações. Apoiando-se em Villaça (2001), Sposito (2004) afirma que os estudos recentes sobre a estruturação urbana têm duas perspectivas distintas: alguns dedicam-se à escala regional, pelo que se faria mais sentido utilizar o termo estruturação regional; e outros dedicam-se à escala dos espaços internos das cidades, pelo que se usa, muitas vezes, o termo estruturação intra-urbana. Neste trabalho, pretende-se escapar à confusão que esse debate é capaz de suscitar e, para tanto, será utilizado, daqui em diante, o termo estruturação do espaço metropolitano. Não seria prudente continuar usando o termo estruturação urbana, em razão daquilo que já foi exposto, isto é, pela sua ambiguidade. Igualmente, não faria sentido adotar o termo estruturação da cidade, cujo emprego é defendido por Sposito (2004), devido ao fato de que isso, inevitavelmente, provocaria uma discussão sobre o que é ou não é uma cidade no Distrito Federal, distanciando-se do foco da pesquisa, ou seja, a questão da centralidade. Portanto, a ideia de que existe uma estruturação do espaço metropolitano é mais adequada à proposta deste trabalho e, de imediato, já expressa

a escala geográfica a ser contemplada pelas análises que constam nos próximos capítulos⁶.

Como se caracteriza a estruturação dos espaços metropolitanos nos dias de hoje? Para Soja (2013), a estruturação desses espaços se compreende pelo uso do conceito de cidade-região, “enquanto a metrópole monocêntrica moderna se metamorfoseia em uma cidade regional policêntrica, abrangendo uma rede amplamente distribuída de aglomerações de variados tamanhos – uma nova geografia urbana” (SOJA, 2013, p. 154). Para Sposito (2004), trata-se da metametrópole, “aquilo que ainda tem como elemento estruturador a metrópole, mas já se constitui além dela” (SPOSITO, 2004, p. 369), porque difusa e fragmentada. Já Gottdiener (1997) defende que as metrópoles são desconcentradas, haja vista que existe “agora uma população metropolitana distribuída e organizada em áreas regionais em permanente expansão” (GOTTDIENER, 1997, p. 14). Enfim, muitos termos vêm sendo utilizados para caracterizar a estruturação dos espaços metropolitanos no tempo presente, mas todas essas expressões designam a mesma realidade prático-material que, agora, se impõe: as metrópoles dispersas e, frequentemente, multi(poli)cêntricas. Portanto, este é o paradigma que se apresenta ao pensamento nos dias atuais.

1.4.3. Os agentes sociais

O espaço urbano é um produto social, ou seja, ele se produz e reproduz ao longo do processo histórico a partir das práticas espaciais que os agentes sociais realizam, um dia após o outro. São essas práticas que intervêm sobre a estruturação do espaço metropolitano, ou seja, sobre a distribuição das atividades urbanas. São essas práticas que materializam as estruturas imaginadas pelos quadros técnicos. São essas práticas que colocam a vida cotidiana em movimento e, assim, se tornam responsáveis pela centralidade que os lugares exercem uns sobre os outros. Essas práticas são intencionalmente dirigidas e, conseqüentemente, também são conflitantes. No âmbito da sociedade capitalista desigual e contraditória, cada agente social tem seus próprios interesses, relacionados, por um lado, às estratégias de

⁶ “Não há uma escala que *a priori* seja melhor que outra. Sua escolha, para efeito de pesquisa, vincula-se aos propósitos do pesquisador, que constrói o seu objeto de investigação. Nessa construção, emerge a escala espacial apropriada que ressaltará alguns pontos do real, minimizando ou eclipsando outros. O objeto construído é, em termos geográficos, escalarmente delineado”. (CORRÊA, 2013, p. 42).

reprodução do capital ou, do outro, às necessidades de reprodução da própria vida, seja no sentido estrito (biológico) ou no sentido amplo (das relações sociais).

Assim, levando-se em conta que o espaço urbano e, especificamente, o espaço metropolitano, é socialmente produzido, a sua estruturação também:

É consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade. [...]. Os agentes soias da produção do espaço estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista. Refletem, assim, necessidades e possibilidades sociais, criadas por processos e mecanismos que muitos deles criaram. E são agentes que materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído, seja a rede urbana, seja o espaço intraurbano. (CORRÊA, 2013, p. 44).

Mas quem são esses agentes? Corrêa (2013) defende a ideia de que existem cinco tipos ideais. De acordo com o autor, “são eles os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos”. Um único agente pode vir a desempenhar vários papéis, como, por exemplo, as grandes corporações, que, além de atuar no setor produtivo e/ou comercial, também realizam outras operações, como por exemplo, as operações imobiliárias. Esses agentes têm por objetivo, sobretudo, o “controle do uso da terra urbana” (CORRÊA, 1989, p. 12) e, por extensão, o controle sobre a estruturação do espaço urbano, seja nesta ou naquela direção. Suas práticas se confundem, haja vista que, às vezes, eles possuem interesses idênticos, mas também são antagônicas e, não raramente, eles se confrontam. Os proprietários dos meios de produção são as empresas capitalistas que veem a terra urbana enquanto suporte das atividades econômicas que exercem. Os proprietários fundiários são os donos da terra, os especuladores responsáveis pela expansão periférica das cidades. Os promotores imobiliários são aqueles que executam tarefas relacionadas à construção civil, desde a incorporação de um novo imóvel até a sua disponibilização para venda no mercado. Já os grupos sociais excluídos são os moradores das cidades que não têm condições de moradia, trabalho, renda e/ou alimentação satisfatórias. Esses grupos se instalam nos espaços disponíveis que não interessam aos agentes hegemônicos, seja no centro ou na periferia, e, a partir de lá, “lutam pelo direito à cidade” (CORRÊA, 1989, p.30).

Entre os tipos ideais de Corrêa (2011), o Estado ocupa uma posição destacada: possui um amplo leque de possibilidades de ação. Quando age, o Estado incorpora os interesses dos outros agentes que produzem o espaço urbano, especialmente os interesses da classe dominante. Entre as atividades que o Estado executa, estão:

- Estabelecer o marco jurídico (leis, regras, normas, posturas) de produção e uso do espaço;
- Taxar a propriedade fundiária, as edificações, o uso da terra e as atividades produtivas [...];
- Produzir as condições de produção para outros agentes sociais, como vias de tráfego, sistemas de energias, água e esgotamento sanitário, assim como o próprio espaço físico da cidade [...];
- Controlar o mercado fundiário, tornando-se, sob certas condições, proprietário de glebas que poderão ser permutadas com outros agentes sociais;
- Tornar-se promotor imobiliário, investindo na produção de imóveis em determinados locais do espaço intraurbano para determinados grupos sociais[...];
- Tornar-se produtor industrial, interferindo assim na produção do espaço, por meio da implantação de unidades fabris, e dos [seus] impactos [...]. (CORRÊA, 2011, p. 45-6).

Nota-se que a atuação do Estado é complexa e, além disso, onipresente. Nesse sentido, mesmo nos casos onde as economias se caracterizam pelo elevado grau de liberdade no que se refere ao funcionamento do mercado, o Estado ainda tem papéis importantes a cumprir em relação ao processo de produção do espaço urbano. Além daquilo que já foi apresentado, o Estado é responsável, também, pela implantação do sistema educacional. Esse sistema, uma vez implantado, repercute sobre a estruturação do espaço, haja vista que as instituições de ensino atraem e dispersam diferentes fluxos materiais e/ou imateriais que atravessam as cidades todos os dias. Assim, produto de uma decisão estratégica, à qual vem somar, depois, a expansão das instituições privadas, esse sistema se materializa em diferentes níveis de atividades, as quais, por sua vez, formam novos nós de atração e, assim, influenciam o movimento da vida cotidiana. Por fim, Corrêa (2011) adverte que, além dos agentes sociais que foram mencionados, existem novos agentes que, na presente época, estão se tornando cada vez mais relevantes para se compreender o tema em questão, como, por exemplo, os bancos, as, fábricas têxteis, as firmas comerciais e de serviços, os grupos de previdência privada, os rentistas, as ordens religiosas, e assim por diante.

Ana F. Carlos (2013), cujas ideias se aproximam às de Lefebvre, sugere que a produção do espaço é mais que um conceito: é uma “categoria central de análise”

(CARLOS, 2011, p. 55). Segundo a autora, a produção do espaço é parte constitutiva da sociedade, isto é, o homem, ao produzir a si mesmo, também produz, necessariamente, o espaço “como condição, meio e produto da reprodução social” (CARLOS, 2011, p. 63). Para ela, é um avanço que a geografia tenha se apropriado dessa perspectiva analítica, uma vez que, até pouco tempo atrás, predominavam os estudos sobre a organização do espaço, conforme já foi delineado nos tópicos anteriores. Assim:

Do ponto de vista geográfico, essa abordagem indica o deslocamento do enfoque – tido como tradicionalmente geográfico - da localização das atividades, dos grupos humanos, no espaço, para análise do conteúdo das relações que os constituem enquanto tal, como movimento do processo de apropriação/produção/reprodução do espaço em seus conteúdos sociais. Não se pretende, todavia, negar a importância da localização dos fenômenos no espaço, mas relativizá-la como momento necessário de superação analítica: a ideia arraigada de que a localização dos fenômenos é a finalidade e o sentido último do termo geográfico (CARLOS, 2011, p. 53).

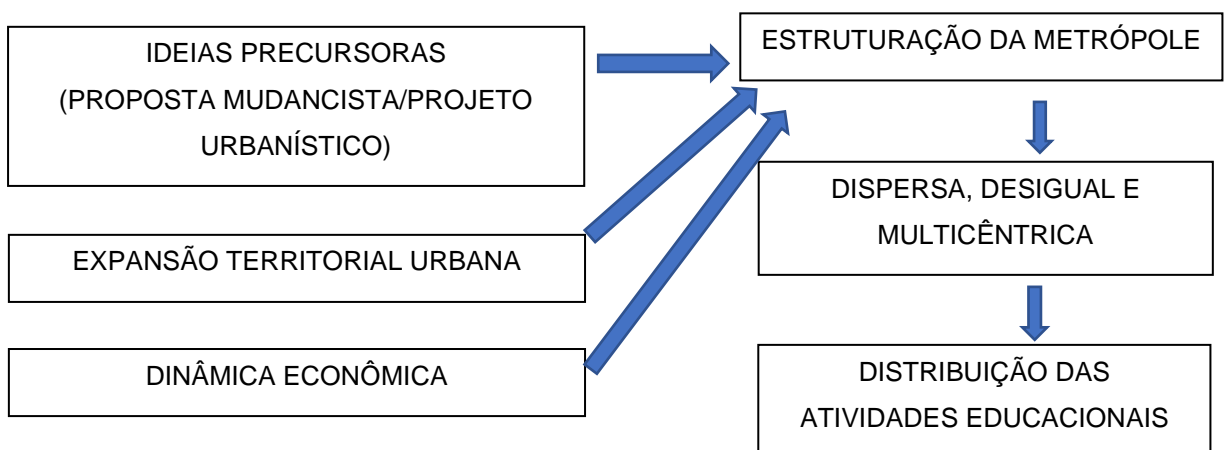
O pensamento de Carlos (2011) expressa, em grande medida, o viés interpretativo deste trabalho. Como já foi dito, existe um tripé conceitual que sustenta as análises que serão feitas nos próximos capítulos. Neste tripé, a produção do espaço desempenha um papel fundamental: o de elevar o discurso a um nível que escape ao empiricismo, que, por sua vez, era muito comum nas pesquisas que privilegiavam a organização do espaço, mas que, por outro lado, ignoravam as práticas realizadas pelos agentes sociais a fim de concretizá-la à maneira que estão organizadas no tempo presente. Hoje, compreende-se que essas práticas são responsáveis pelas transformações que as cidades apresentam morfológica e/ou estruturalmente, incluindo as práticas do Estado e, também, das empresas privadas. Portanto, em se tratando do processo de urbanização, qualquer que seja o aspecto analítico privilegiado, incluindo a questão da centralidade, as práticas espaciais empreendidas pelos agentes sociais necessitam ser discutidas.

2. A ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO METROPOLITANO DE BRASÍLIA

Antes de se falar a respeito da centralidade educacional, serão discutidos os processos e/ou as dinâmicas que conduziram à estruturação da metrópole brasileira como ela se manifesta hoje: dispersa, desigual e multicêntrica. No geral, essas dinâmicas são três: as ideias precursoras do projeto urbanístico de Lúcio Costa e, ainda, da proposta mudancista; a expansão territorial urbana em direção às áreas periféricas; e, por último, a dinâmica econômica que foi se desenvolvendo, gradativamente, nos limites do aglomerado (figura 6). Juntas, essas três dinâmicas intervêm diretamente sobre a questão da centralidade, não somente a centralidade educacional, mas todas as formas de expressão que ela vem assumindo nas últimas décadas.

Ao se falar sobre as dinâmicas apontadas, serão ressaltadas as práticas espaciais que contribuíram para a estruturação da metrópole brasileira ao longo do tempo, incluindo a atuação do Estado, do mercado imobiliário, das classes de menor poder aquisitivo, dos especuladores de terra, etc. Ao final, serão feitas algumas reflexões sobre a formação da centralidade no território distrital e, então, demonstrar-se-á que existem vários nós de atração dos fluxos cotidianos, destacando-se a Região Administrativa de Taguatinga. Reitera-se que, em um momento posterior, todas as reflexões apresentadas no capítulo 2 serão fundamentais para se compreender os padrões de localização das atividades educacionais na AMB e em Taguatinga, especificamente.

Figura 6 – A estruturação do espaço metropolitano de Brasília



Fonte: Do autor, 2019.

2.1. As ideias precursoras: Brasília, cidade-modelo

No tópico 2.1, propõe-se que seja feito retorno às ideias que antecederam a construção da nova capital brasileira: a cidade de Brasília. E isso se dá por um motivo: ainda que existam desencaixes entre o que se pensou e o que veio a ser efetivamente produzido, são essas ideias que, em grande medida, influenciaram as ações que permitiram à cidade de Brasília e, mais tarde, a metrópole brasiliense, estruturar-se. Primeiro, fala-se a respeito da proposta mudancista, dentro da qual veio a se estabelecer a transferência da capital brasileira para a região do Planalto Central. Em seguida, destaca-se o projeto urbanístico elaborado por Lúcio Costa, no qual foram colocadas, em linhas gerais, as diretrizes que tratam a respeito da localização das atividades urbanas, ou, em outras palavras, o conjunto de diretrizes fundamentais sobre como Brasília deveria se organizar internamente.

2.1.1. A proposta mudancista

A ideia de se mudar a capital brasileira para a região do Planalto Central foi delineada ao longo do século XIX. Àquela época, argumentava-se que a sede do governo, localizada no Rio de Janeiro, estava perigosamente próxima do litoral e, portanto, suscetível às invasões estrangeiras. Tratava-se, então, de uma questão geopolítica. Entre as personalidades que defendiam essa proposta, encontra-se José Bonifácio de Andrada e Silva, nomeado Ministro e Secretário dos Negócios do Reino durante a regência de D. Pedro I. José Bonifácio presidiu a Assembleia Geral Constituinte do Império Brasileiro em 1823 e, em meio à execução dos trabalhos, sugeriu que a sede do governo fosse transferida para as proximidades do Rio Paracatu – região noroeste de Minas Gerais. Porém, suas ideias acabaram ignoradas, já que a assembleia foi dissolvida pelo Imperador devido às divergências deste com os deputados no que diz respeito à extensão dos poderes monárquicos. Mais tarde, elas foram retomadas pelo historiador Francisco Adolfo de Varhagen, que, então, exercia a função de diplomata no extinto Império Austro-Húngaro. Varhagen viajou até a província de Goiás em 1877 e, lá, além de ressaltar as condições de salubridade

que caracterizavam o interior do país⁷, indicou o local que, sob sua ótica, era o mais apropriado para se estabelecer a futura cidade: próximo à Vila Formosa da Imperatriz.

Apesar das ideias suscitadas por José Bonifácio, Varhagen e outras figuras públicas importantes⁸, o período monárquico se caracterizou por um flagrante imobilismo no que se refere à proposta de mudança da capital para o interior e, a despeito do desígnio geopolítico, a corte imperial permaneceu na cidade do Rio de Janeiro. Somente após a proclamação da República em 1889, período em que se buscou romper com o simbolismo que caracterizava o regime anterior, é que essa proposta, enfim, transformou-se em lei⁹. Os trabalhos para delimitar a área do futuro Distrito Federal começaram em 1892, sob a tutela do Presidente Floriano Peixoto (1891-1894), quando foi instituída a Comissão Exploradora do Planalto Central, chefiada pelo astrônomo belga Luís Cruls¹⁰. À época da referida comissão, foram percorridos mais de quatro mil quilômetros e feito um levantamento minucioso sobre topografia, clima, hidrologia, geologia, fauna, flora, pedologia, recursos minerais e materiais de construção existentes na região central do país. O quadrilátero demarcado pela Comissão Cruls pode ser visto no mapa 2.

⁷ No século XIX, e durante muito tempo depois, imaginava-se que os sertões goianos eram paragens ameaçadoras e insalubres e, assim, mediante a propagação desse tipo de pensamento, os defensores da proposta mudancista, tal como Varhagen, buscavam, por outro lado, construir uma nova narrativa.

⁸ Vide também o caso de Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, jornalista e maçom, e Antonio Rodrigues Veloso de Oliveira, conselheiro de D. João VI.

⁹ Segundo o artigo 3º da Constituição de 1891, “fica pertencendo à União, no planalto central de República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital federal” (BRASIL. Constituição, 1891).

¹⁰ E, por esse motivo, também chamada Missão Cruls.

Mapa 2 - Quadrilátero demarcado pela Comissão Cruls



Fonte: Página do departamento de Geografia-USP.¹¹

Dois anos após a Comissão chefiada por Cruls ter iniciado os trabalhos para delimitar o Distrito Federal no planalto goiano, foi realizada uma nova expedição geográfica, também coordenada por ele, com o objetivo de escolher o local que, dentro da área demarcada, pudesse abrigar a futura sede do governo. Desta vez, a equipe recebeu o nome de Comissão de Estudos da Nova Capital da União. Entretanto, durante o mandato do presidente Prudente de Moraes (1894-1898), as pesquisas em

¹¹ Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/> . Acesso em: 03 jun. 2019.

andamento foram abortadas, em parte por falta de verba, em parte por falta de interesse político¹². Segundo Vasconcelos (1978), o entusiasmo que Prudente de Moraes mostrava a respeito dessa questão era praticamente nulo, pois, já que era paulista, o presidente temia que a dinâmica econômica do estado de São Paulo fosse prejudicada pela nova capital, “criando-se ali um outro e novo foco de desenvolvimento regional interiorano” (VASCONCELOS, 1978, p. 94). Assim, nos anos que sobrevieram, a proposta mudancista arrefeceu e só viria a tomar fôlego novamente na década de 1940.

No limiar do século XX, enquanto as oligarquias estaduais comandavam o país¹³, durante o período que veio a se chamar República do Café com Leite, a transferência da capital permaneceu em gérmen, mas pouco foi feito para efetivá-la. É importante ressaltar que, neste período, conforme reitera Silva (1996), começaram a se consolidar no Brasil diferentes narrativas ou utopias que, então, contribuíram para sustentar ideologicamente a proposta mudancista, imiscuindo-se. São elas: o nacionalismo, o modernismo e o salvacionismo. A utopia nacionalista, de inspiração republicana e, sobretudo, militar, estava ligada à ideia de se criar um Estado uno, coeso e centralizado, cujo corpo, isto é, o território, integrar-se-ia perfeitamente. Já a utopia modernista, movimento que se desenvolveu após a Semana de Arte Moderna ocorrida em São Paulo durante o ano de 1922, sedimentou o caminho para que se criasse um sentimento de brasilidade, ou seja, de valorização das características intrínsecas à sociedade brasileira.

Juntos, o nacionalismo e o modernismo negavam o passado colonial e vislumbravam um futuro promissor, no qual o Brasil viria a se libertar das condições históricas de atraso às quais estava submetido desde a era colonial. Apropriando-se desse discurso, a proposta mudancista conseguiu difundir-se. O Rio de Janeiro, enquanto capital, era, de fato, uma herança do jugo colonial português, ou seja, integrava o paradigma que se procurava substituir. A nova capital, por outro lado, representava a promessa de um novo tempo. Assim, mudar a sede do governo para o interior já não se tratava apenas de uma questão geopolítica e/ou de segurança

¹² A Comissão de Estudos da Nova Capital do Brasil chegou a produzir um Relatório Parcial.

¹³ Período conhecido como República Velha ou República do “Café com Leite”, referência à alternância de poder entre as elites econômicas dos estados de São Paulo e Minas Gerais, respectivamente.

nacional, mas tornara-se, também, uma questão simbólica¹⁴: o destino manifesto de um país renovado em busca da própria identidade civilizatória. Em certos casos, era considerada, até mesmo, uma incumbência divina, como se o Planalto Central fosse uma verdadeira terra prometida que livraria a sociedade brasileira dos males congênitos que impediam, desde muito tempo atrás, sua prosperidade e/ou desenvolvimento.¹⁵

Em 1922, Centenário da Independência do Brasil, a Pedra Fundamental da nova capital foi erigida em área próxima à cidade de Planaltina-GO. Porém, nas constituições elaboradas ao longo da década de 1930, quando Getúlio Vargas se tornou presidente, não foram estabelecidos dispositivos legais a fim de realizar a transferência, fato pelo qual se percebe que, apesar dos discursos produzidos em torno dessa mudança, o cenário político ainda era desfavorável. Em contrapartida, mesmo que tenha rejeitado a proposta mudancista, o governo de Getúlio Vargas se destaca por outro motivo: sua gestão atuou, de maneira incisiva, para implementar uma nova proposta de estruturação do espaço geográfico nacional, que articulava a região do Planalto central ao restante do país, processo, que, por sua vez, assentou as bases econômicas da região onde Brasília, hoje, está inserida.

No idos de 1940, alegava-se que o território brasileiro havia se constituído demográfica e economicamente à maneira de um arquipélago, ou seja, como se fosse um conjunto de ilhas e/ou de regiões entremeadas por amplos espaços vazios¹⁶ não-integrados à dinâmica capitalista e, portanto, sob a ótica o governo, improdutivas. Iniciado o programa industrial pela substituição de importações, Vargas temia que a intensificação do êxodo rural em direção às grandes cidades litorâneas pudesse agravar as desigualdades existentes entre uma região e outra, o que, por sua vez, aumentaria também as tensões sociais, num período em que, justamente, tentava-se estabelecer um acordo nacional. Afirmava-se que o Brasil, a fim de alcançar um novo patamar de desenvolvimento, deveria romper com os desequilíbrios produzidos pelo modelo agroexportador e, enfim, interiorizar-se. Nesse contexto, o governo Vargas

¹⁴ Ligada à construção da imagem de um país inovador, cuja capital, centro das decisões políticas, se desprende do passado opressor em direção a novas possibilidades.

¹⁵ Segundo Silva (1996, p. 81), “Para quem pesquisa Brasília é fácil encontrar referências a imagens tais como terra prometida, paraíso, *el dorado*. Em 1935, uma atriz de Hollywood instalou-se nos arredores de Anápolis e escreveu um livro (*Promised Land*) com o objetivo de chamar a atenção do mundo para Goiás”.

¹⁶ Ou, melhor dizendo, espaços que, mesmo não completamente vazios, ainda não estavam integrados ao processo de modernização da base produtiva que o governo Vargas desejava implantar: o modelo de substituição das importações.

começou a promover a colonização dos sertões brasileiros, inclusive midiaticamente, projeto que, à época, ficou conhecido como a *Marcha para o Oeste*, expressão análoga àquela que foi utilizada durante a campanha feita pelos estadunidenses no século anterior em direção à costa do Oceano Pacífico. A figura 7 retrata esse processo.

Figura 7 – Propaganda do governo Vargas sobre a Marcha para o Oeste, 1943



Fonte: Página do Memorial da Democracia.¹⁷

Durante a Marcha para o Oeste, aconteceram dois eventos importantes que dinamizaram a ocupação do Planalto Central brasileiro: primeiro, a construção de Goiânia, que substituiu a cidade de Goiás enquanto capital do estado homônimo; e, segundo, a criação das colônias agrícolas nacionais. Goiânia, inaugurada em 1937, foi planejada em meio à atmosfera modernizante que pairava sobre o país. Segundo Vieira (2015), acreditava-se que a nova capital de Goiás ajudaria a “promover a ação civilizatória ao prever o espaço apropriado para as funções econômicas e ao ordenar

¹⁷ Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

de certa forma o desenvolvimento social da nova região de fronteira” (VIEIRA, 2015, p. 56). Seu idealizador, o arquiteto Atilio Correa de Lima, buscou referências estrangeiras para criar o projeto urbanístico da cidade, apoiando-se no exemplo de Camberra – Austrália, inaugurada em 1927, além das cidades-jardins dos subúrbios londrinos – Inglaterra. À semelhança de outras experiências, Goiânia foi concebida para ser uma cidade racional¹⁸, salubre e esteticamente aprazível. Em sua construção, foram adotados os princípios da monumentalidade, da arborização e do zoneamento funcional das atividades urbanas.

As colônias agrícolas nacionais, por sua vez, foram criadas a partir de 1941 com o objetivo de fixar os trabalhadores rurais nas terras distantes do litoral, não somente no Planalto Central brasileiro, mas, como demonstra Freitas e Mello (2014), em oito estados diferentes, desde a Amazônia até a Região Sul. A Colônia Agrícola de Goiás (CANG), primeira entre elas, foi dirigida pelo engenheiro agrônomo Bernardo Sayão e localizava-se às margens do Rio das Almas, onde, hoje, estão os municípios de Ceres e Rialma. Para Freitas e Mello (2014), a construção dessas colônias, através das ações realizadas pelo governo Vargas¹⁹, permitiu que o meio técnico²⁰ fosse, enfim, introduzido nos sertões que conformavam o planalto goiano, processo que, então, contribuiu para que a região se articulasse à dinâmica econômica do país. Nesse sentido:

A materialização de um projeto nacional por meio das CAN possibilitou uma apropriação embrionária do território rumo ao oeste. Este vanguardismo experimentado por grandes levas de trabalhadores rurais abriu os primeiros caminhos para uma reprodução ampliada do capital, pautada no avanço da dinâmica capitalista nas regiões de fronteira (FREITAS & MELLO, 2014, p. 481).

Em 1945, quando Vargas foi deposto e o país se redemocratizou, a proposta de transferência da capital para o interior adentrou, mais uma vez, o debate político. Os constituintes de 1946 propuseram novos estudos para referendar o pleito e, em meio às discussões sobre o assunto, chegou a se cogitar que a sede do governo migrasse para diferentes lugares, incluindo o Triângulo Mineiro, Belo Horizonte-MG,

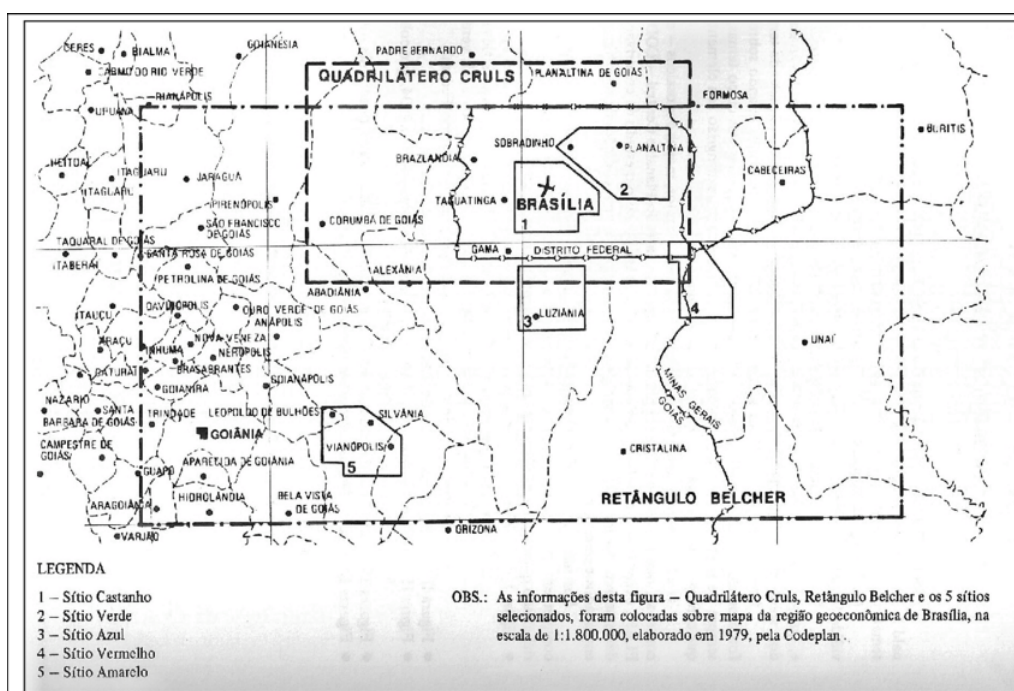
¹⁸ Aquela cuja estruturação interna é perfeitamente ordenada.

¹⁹ Ações que incluem, ainda, a criação da Fundação Brasil Central em 1943, que edificou cidades, estradas, redes de comunicação, usinas de cana, entre outras obras de infraestrutura no interior do país. Em 1967, foi substituída pela SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste).

²⁰ Expressão cunhada por Milton Santos (2006).

Goiânia-GO e Campinas-SP. Porém, a escolha do planalto goiano foi ratificada pela Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil, dirigida pelo General Djalma Polli Coelho (1946-1948), à qual seguiu-se, depois, as comissões do general Aguinaldo Caiado de Castro (1953) e do marechal José Pessoa (1954). Quando as referidas comissões de estudo terminaram seus trabalhos, o Distrito Federal, dentro do qual seria construída a futura cidade, foi, então, delimitado, estabelecendo-se, assim, as dimensões que o quadrilátero possui contemporaneamente, conforme se vê na figura 8.

Figura 8 – Quadrilátero demarcado após comissões realizadas nas décadas de 1940/50



Fonte: Página do ResearchGate.²¹

É importante ressaltar que, neste período, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) assumiu posição declaradamente favorável à transferência da capital para a área que Luis Cruls já havia demarcado no século XIX. Segundo relatório publicado por esse órgão, era necessário mudar a localização da sede do governo por motivos “imperiosos e decisivos, de ordem geo-econômica, geo-social e geo-política”. (IBGE, 1948, p. 6). Em suas pesquisas, o IBGE endossava o discurso

²¹ Disponível em: <https://www.researchgate.net>. Acesso em: 03 jun. 2019.

de que o Brasil era um país mal estruturado e que essa deficiência estava relacionada à profunda heterogeneidade entre os estados. Portanto, defendia que o governo se empenhasse num grande projeto de integração nacional, tendo em vista que era urgente consolidar “uma estruturação e uma cimentação novas no Brasil, aumentando-lhes a riqueza humana por um uso mais amplo das terras inexploradas” (IBGE, 1948, p. 15). Assim, sob a ótica do IBGE, a nova capital se tornaria o elo da unidade territorial. Além disso, ela ajudaria a compor uma estratégia mais ampla de proteção das riquezas nacionais, já que, ocupando a região central, as fronteiras continentais estariam mais seguras.

Se, para os mudancistas, a transferência da capital servia ao propósito de irradiar o progresso e proteger as fronteiras, os opositores, na contramão, acreditavam que essa proposta não passava de uma estratégia enganosa de isolamento da elite política. Argumentava-se que a mudança para o planalto goiano ajudaria a afastar os burocratas dos problemas que assolavam os centros urbanos já consolidados, onde as pressões populares eram maiores. Segundo Joffily (1977), o próprio Israel Pinheiro, político mudancista que atuou na supervisão das obras durante a construção de Brasília, alegava que a transferência da capital para o interior era importante a fim de garantir a libertação do Governo Federal dos interesses de classe, que, assim, poderia tomar decisões mais tranquilas²². Para ele, a futura cidade não deveria ter a presença incômoda de estudantes universitários e, tampouco, operários fabris. Esse discurso, com razão, inflamava as hordas que se opunham à proposta mudancista.

O debate sobre o isolamento da elite política, à maneira como expôs o discurso de Israel Pinheiro, demonstra que a proposta mudancista não era neutra. Isso significa que o projeto não estava acima dos interesses de classe, mas, pelo contrário, tinha o objetivo de neutralizar as forças políticas e/ou sociais que, a partir de baixo, pressionavam o governo por medidas que pudessem melhorar as condições de vida dos trabalhadores urbanos. Conforme demonstra Vesentini (1996), além de proteger contra as ameaças externas, argumento que se tornava cada vez mais inútil, visto que, em meados do século XX, já havia se desenvolvido o armamento nuclear, a futura cidade também viria a desempenhar o papel de proteger os burocratas contra as ameaças internas, isto é, as contradições explosivas de uma sociedade desigual que,

²² Ou seja, decisões que estivessem de acordo com os interesses da classe política, ainda que não fosse a vontade manifesta pela maioria das pessoas, que, distantes, não poderiam se mobilizar.

longe de ser coesa, mostrava-se ameaçadora à tranquilidade cotidiana que a elite política desejava. Pode-se dizer, então, que a proposta mudancista apresentava elementos discursivos segregacionistas, mesmo que, em diferentes momentos, seus defensores tenham utilizado a retórica da unidade nacional para referendar o pleito.

Juscelino Kubitschek se tornou presidente do Brasil em 1955 e, mediante o compromisso que assumiu quando era candidato ao posto, iniciou as tratativas com o Congresso Nacional a fim de transferir a sede do governo para o planalto goiano. Através de financiamento externo, colocou em prática diferentes estratégias de ordenamento territorial, que, por sua vez, foram reunidas dentro do projeto de governo que veio a se chamar Plano de Metas – 50 anos em 5²³. Neste projeto, que, nas palavras do próprio presidente, deveria combater os principais “pontos de estrangulamento da economia brasileira” (KUBITSCHEK, 1975, p. 230), Brasília, a nova capital, era a meta-síntese “que iria desencadear um novo ciclo bandeirante” (1975, p. 9). Dizia-se que a transferência da capital para o interior, junto às demais obras de infraestrutura e modernização do parque industrial, conduziria ao desenvolvimento das forças produtivas do país e, por extensão, de toda a sociedade brasileira. Brasília deveria irradiar o progresso em todas as direções e, portanto, tornara-se o elemento-chave da política desenvolvimentista²⁴.

Segundo Vesentini (1996), o Plano de Metas do governo JK foi responsável por elevados índices de crescimento econômico, com taxas anuais que beiravam 7% do PNB (Produto Nacional Bruto). Contudo, isso não significa que, durante a construção de Brasília, ou mesmo após a inauguração da nova capital, tenha acontecido uma redução significativa no que se refere à desigualdade social que assolava o país, sobretudo por que, neste período, a inflação foi constantemente pressionada para cima mediante a emissão de papel moeda para custear a dívida pública. De acordo com o autor, JK realizou grandes esforços a fim de materializar as condições necessárias à reprodução capitalista, enquanto, por outro lado, as condições de reprodução da força de trabalho, incluindo o acesso aos serviços básicos, permaneceram frágeis. Como resultado, apesar dos discursos que proclamavam o

²³ Conjunto de trinta e uma metas voltadas para o crescimento econômico propostas pelo governo JK. Para uma análise dos resultados alcançados, vide Vesentini (1996).

²⁴ Segundo Silva (1996, p. 85-6), “o desenvolvimentismo pode ser entendido como manipulação de uma classe em ascensão, como forma de resolver no plano imaginário tensões reais ou simplesmente como mais um conjunto discursivo com as persistentes pretensões de diagnóstico e terapia da realidade nacional.”.

início de uma nova era, o Brasil, ainda hoje, é o 9º país mais desigual de todo o mundo (OXFAM, 2018). O próprio Distrito Federal, onde a sede do governo veio a se instalar, possui o segundo Índice de Gini mais elevado entre todas as unidades federativas do país (0.602, segundo o IBGE, 2017), com tendência de aumento. Portanto, a despeito do crescimento econômico que, de fato, ocorreu, a formação socioespacial brasileira, longe de se tornar harmônica e/ou coesa, permanece, nos dias de hoje, contraditória e conflituosa.

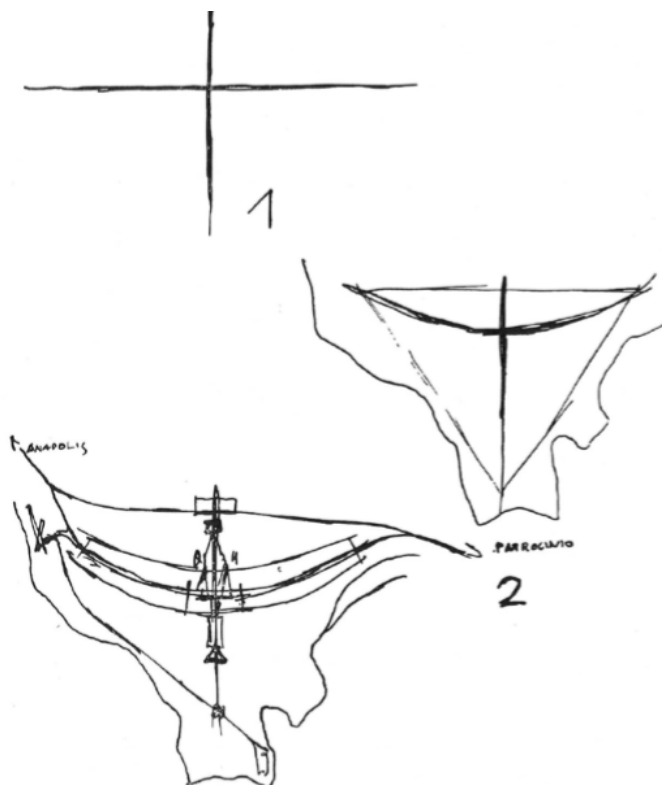
2.1.2. O projeto urbanístico

Antes que Brasília fosse efetivamente construída, já se pensava a respeito de como deveriam estar dispostas as atividades urbanas. Essas ideias foram colocadas dentro do projeto urbanístico elaborado por Lúcio Costa, que fora publicado em 1957 após o autor ter vencido concurso realizado pela Novacap (Companhia Urbanizadora da Nova Capital). Conforme demonstra Holston (1993), o Plano Piloto de Brasília foi influenciado pelos princípios modernistas, à semelhança das narrativas que, desde o começo do século XX, sustentavam o corpo ideológico da proposta mudancista. Nesse contexto, acreditava-se que Brasília, uma cidade-modelo racionalmente ordenada “para o trabalho eficiente” (COSTA, 1991), haveria de se libertar dos problemas que as grandes cidades brasileiras, àquela altura, já manifestavam, como, por exemplo, a expansão dos espaços ocupados pelas favelas. Em outras palavras, Brasília tornar-se-ia capaz de produzir uma ordem socioespacial pretensamente superior em oposição à realidade prático-material existente, fato pelo qual, através da racionalidade técnica, viria a ser um exemplo paradigmático para o restante do país.

Segundo Lúcio Costa (1991), o projeto urbanístico de Brasília utilizou duas técnicas, a rodoviária e a paisagística dos parques e jardins, a fim de que fosse possível garantir uma “harmoniosa integração urbanística do todo”. (COSTA, 1991, p. 26). O traçado da cidade foi organizado em dois eixos que, dispostos perpendicularmente, se entrecruzam (Figura 9): o Eixo Rodoviário, onde foram projetadas as superquadras residenciais, com prédios de seis pavimentos assentados em pilotis; e o Eixo Monumental, onde estão localizados os edifícios públicos e as atividades de comércio e/ou serviços, ou seja, os elementos que integram a Área Central ou o CBD (*Central Business District*) da nova capital. No marco zero, isto é,

no ponto em que ambos os eixos se encontram, foi projetada a construção de uma plataforma rodoviária, a qual, mais tarde, se tornou o principal nó de atração dos fluxos cotidianos que atravessam a cidade.

Figura 9 – Plano Piloto de Brasília



Fonte: COSTA, 1991, p. 19.

Assim:

Brasília compreende, estruturalmente, três partes devidamente entrosadas: eixo monumental, assim chamado porque reúne os edifícios destinados ao governo e à administração; o eixo rodoviário-residencial que conduz ao centro da cidade e ao longo do qual estão dispostas as quadras residenciais; finalmente, sobre o cruzamento deles, a plataforma onde foram situados, em níveis diferentes, centro social e de diversões e a estação rodoviária interurbana, conjunto esse articulado aos setores comercial e bancário, ao setor cultural e ao setor destinado às competições esportivas (estádio e hipódromo) (COSTA apud BUCHMANN, 2002, p. 112).

O traçado de Brasília abrange quatro escalas distintas: a monumental, a residencial, a bucólica e a gregária. Conforme diz Lúcio Costa, essas escalas foram pensadas de modo que a cidade pudesse desenvolver as características necessárias para, de um lado, abrigar as atividades político-administrativas, e, do outro, satisfazer

as necessidades cotidianas de moradia, trabalho, consumo, lazer e fruição. De acordo com Botelho (2009), elas podem ser sumariadas da seguinte maneira:

- **Escala Monumental:** aquela que pertence à cidade-capital. É formada pelo conjunto arquitetônico da Praça dos Três Poderes, a Esplanada dos Ministérios, a Praça Municipal e os demais edifícios onde se encontram as atividades público-administrativas.
- **Escala Residencial:** reúne os espaços de moradia, isto é, as superquadras residenciais dispostas ao longo do Eixo Rodoviário, que, por sua vez, abrigam as unidades de vizinhança e, dentro delas, as moradias individuais e/ou coletivas.
- **Escala gregária:** corresponde ao centro urbano, com ampla variedade de usos e atividades. Divide-se em vinte e oito setores de trabalho localizados nas imediações do marco zero, junto à plataforma rodoviária, ponto mais acessível da cidade.
- **Escala bucólica:** representa a concepção de cidade-parque e, assim, inclui as áreas verdes e todos os elementos paisagísticos que emolduram a cidade, como praças e jardins. Está presente tanto na Área Central, quanto nas áreas mais distantes, incluindo nas superquadras residenciais e na orla do Lago Paranoá.

No relatório do Plano Piloto de Brasília, Lúcio Costa idealizou uma estrutura do tipo monocêntrica, mesmo que se tenha proposto os comércios locais que, como já denota a expressão, seriam ocupados por atividades relacionadas, exclusivamente, à vizinhança imediata. Ao redor da plataforma rodoviária, é onde o urbanista indicou que deveriam estar concentradas as relações que animam a cidade, ao contrário da área residencial, que, por sua vez, foi pensada para ser mais tranquila e bucólica. De início, ele esperava que Brasília fosse linearmente ocupada até chegar-se num limite populacional de 500 mil habitantes. Então, conforme estabelecera o Governo Federal, haveria de se construir novos núcleos urbanos planejados, os quais, localizados à distância média de 20-25 km, receberiam os migrantes recém-chegados. Esses núcleos, chamados de cidades-satélites, não foram imaginados enquanto cidades-dormitório, a despeito daquilo que muitos deles vieram a se tornar *in situ*, mas sim,

centros dinâmicos articulados “ao desenvolvimento ordenado e global da região”. (COSTA apud BUCHMAN, 20002, p. 110). Nesse contexto, pode-se dizer que as cidades-satélites foram concebidas como áreas de centralidade secundárias do Distrito Federal, que, desprovidas de função política, desempenhariam funções econômicas, incluindo as atividades industriais²⁵.

De acordo com Lúcio Costa (1985/87), para preservar a concepção do projeto por ele pensado, Brasília e as cidades-satélites afastadas entre si não deveriam, sob nenhuma hipótese, conurbar-se. Seu medo era que, ao espreadar-se, Brasília pudesse manifestar os problemas que esperava-se evitar originalmente, como a proliferação das favelas, pelo que deixaria de ser uma cidade-modelo, tornando-se, portanto, fatidicamente parecida com as metrópoles que existiam no país. Quando surgiu a ideia, por exemplo, de oficializar o Núcleo Bandeirante, ele foi veementemente contra, ao dizer que “a solução que se impõe é sangrá-lo progressivamente com a transferência de seus moradores e negócios para a cidade propriamente dita ou para os núcleos satélites localizados fora das vertentes metropolitanas” (COSTA apud BUCHMANN, 2002, P. 126). Pelo discurso, percebe-se que Lúcio Costa projetava Brasília como cidade compacta e, nesse momento, a concepção de se produzir o espaço metropolitano é, por ele, prontamente rejeitada. No seu lugar, o modelo que se propõe é o da polinucleação²⁶.

Segundo Holston (1993), diferentes países, inclusive aqueles que eram socialistas, utilizaram os princípios modernistas do século XX a fim de reestruturar cidades já existentes. Essas ideias se tornaram influentes através do CIAM (*Congrès Internationaux d'Architecture Moderne*), do qual fazia parte Le Corbusier, autor da Carta de Atenas, documento a partir do qual os planejadores urbanos se inspiravam. De acordo com o autor, Le Corbusier acreditava que as atividades urbanas deveriam estar organizadas de modo tal que permitissem à cidade ter maior eficiência quanto à realização das funções econômicas e/ou sociais às quais ela se prestava²⁷. Para ele,

²⁵ A previsão das cidades-satélites não consta no Relatório do Plano Piloto escrito por Lúcio Costa. Ela aparece antes disso, no Relatório proposto pelo IBGE em 1948 ao Presidente Eurico Gaspar Dutra a respeito da construção da nova capital (vide referências ao final do trabalho). Depois, essa consideração foi retomada pela equipe dirigente da Novacap, quando, então, Lúcio Costa aderiu à ideia, já que isso, claro, ajudaria a preservar os traços originais do projeto que ele havia produzido, conforme atestam os relatos compilados por BUCHMAN (2002) e o documento escrito pelo próprio urbanista em 1985/87, intitulado Brasília Revisita (vide referências).

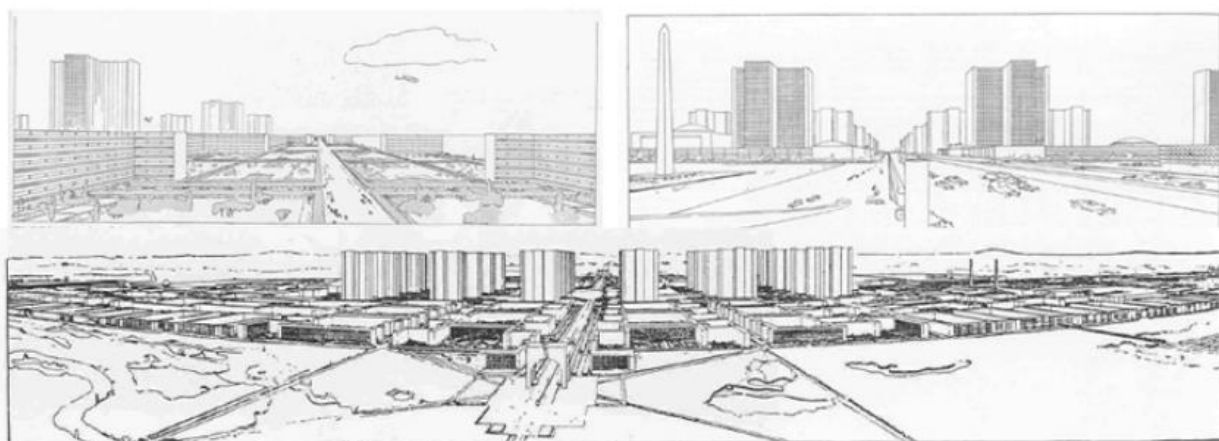
²⁶ Vide as obras de Aldo Paviani elencadas nas referências ao final do trabalho.

²⁷ “[...] por meio de um plano geral que irá garantir que cada uma delas desempenhe sua tarefa em harmonia com as demais, como ocorre com as engrenagens de uma máquina”. (HOLSTON, 1993 p. 58).

as aglomerações urbanas preexistentes, de crescimento espontâneo, não atendiam às condições requeridas pelo modo de produção vigente e, mais que isso, não propiciavam o bem-estar necessário às pessoas. Sendo assim, elas precisavam ser remodeladas. Para realizar essa tarefa, uma das ferramentas mais importantes que Le Corbusier e os demais planejadores propuseram era, sem dúvida, o zoneamento funcional das atividades urbanas, por meio do qual se pretendia controlar a dinâmica do uso do solo e, também, os padrões de circulação intra e interurbanos.

A figura 10 demonstra o modelo da Cidade Contemporânea para Três milhões de Habitantes elaborado por Le Corbusier em 1922, que, junto à Carta de Atenas e o modelo da Cidade Radiante, influenciaram as ações de planejamento urbano pelo mundo afora, inclusive no caso de Brasília:

Figura 10 – Cidade Contemporânea para Três Milhões de Habitantes - Le Corbusier, 1922



Fonte: Quintanilha, 2016, p. 10.

Pelo que foi exposto, pode-se afirmar que as ideias modernistas sobre a estruturação das cidades apresentavam uma natureza reformista, ou seja, prevalecia o interesse de se produzir uma nova realidade prático-material, a qual, por sua vez, seria mais equilibrada e/ou harmoniosa. Como diz Holston (1993), Le Corbusier julgava que seus projetos seriam capazes de eliminar a distinção de classes. De maneira semelhante, Lúcio Costa, ao desenhar os traços de Brasília, imaginou que as classes sociais, ainda que diferentes entre si, compartilhariam os mesmos espaços de moradia quando a cidade estivesse pronta, “evitando-se a divisão da parte urbana

propriamente dita em bairros ricos e bairros pobres [...] (COSTA apud BUCHMANN, 2002, p. 126). Para ambos, a cidade-modelo, além de ser tecnicamente eficaz, conduziria, por extensão, ao surgimento de uma sociedade renovada e, talvez, reconciliada. Contudo, nem um, nem outro, conseguiu, de fato, realizar essa prerrogativa. Daí a dimensão utópica do projeto modernista que, tal como a proposta mudancista, tinha expectativas pretensiosas, mas que, ao defrontar-se com as contradições existentes no âmbito da realidade já constituída, não se concretizaram, por inteiro, à maneira que se esperava.

Por outro lado, como já foi dito no começo desta seção, mesmo que existam vários desencaixes entre o plano das ideias e o plano das ações, ou seja, entre a intenção manifesta por aqueles que antecederam a construção da nova capital e a realidade prático-material que, depois, veio a se constituir, tanto a proposta mudancista, como o projeto urbanístico de Lúcio Costa, em grande medida, influenciaram as práticas espaciais que permitiram à cidade de Brasília concretizar-se. Deve-se à proposta mudancista, a própria transferência da capital para o planalto goiano. Deve-se ao projeto urbanístico, as formas visíveis que a área do Plano Piloto apresenta aos olhos do espectador que chega à cidade pela primeira vez. Deve-se à proposta mudancista, mesmo que se possa e/ou deva criticar, a concepção geopolítica de Brasília, onde se tenta, a todo custo, escamotear as tensões sociais. Deve-se ao projeto urbanístico, o modelo polinucleado das cidades-satélites que, se não é mais a única forma de estruturação que predomina no Distrito Federal, mesmo assim, persiste. Enfim, de todos os lados, é possível perceber diferentes influências das ideias que, aqui, foram discutidas. Portanto, se há desencaixes, também pode-se dizer que existem permanências.

Mas como se deu, na prática, a estruturação da metrópole brasiliense? É sobre isso que, agora, voltaremos a falar.

2.2. A realidade prático-material: Brasília, metrópole dispersa

Neste tópico, serão discutidas as ações que conduziram à estruturação do espaço metropolitano de Brasília, em termos concretos, desde o início das obras da nova capital até o período atual. Essas reflexões serão feitas em três momentos. Primeiro, fala-se a respeito das cidades-satélites, que, à época da construção de

Brasília, foram criadas a fim de abrigar as famílias de trabalhadores que chegavam no território distrital. Depois, discute-se brevemente sobre o entorno goiano e como ele veio a se integrar ao processo de periferização que transbordou para além dos limites do Distrito Federal. E, enfim, serão feitos alguns apontamentos sobre a ocupação dos espaços intersticiais existentes entre as antigas cidades-satélites e a área do Plano Piloto a partir da década de 1980, quando, então, a metrópole brasiliense começa a desenvolver os contornos que apresenta nos dias de hoje. Com essa discussão, pretende-se mostrar que o espaço metropolitano de Brasília é cada vez mais disperso, o que, por sua vez, acaba repercutindo sobre o movimento da vida cotidiana e, nesse sentido, sobre a própria dinâmica da centralidade, incluindo a centralidade educacional.

2.2.1. As cidades-satélites

Segundo Epstein (1973), o ambiente em que se deu a construção de Brasília lembrava, em muitos aspectos, os movimentos de ocupação das áreas de fronteira. Para o autor, assim como acontece nesses lugares, podia-se notar o *“feverish hate, the desire to get rich quickly, the provisional flavor of almost everything, excitement, hope, and violence”* (EPSTEIN, 1973, p. 62). As obras da nova capital estimularam diferentes fluxos migratórios em direção à região do planalto goiano, onde, então, reuniram-se dezenas de milhares de trabalhadores. Entre os migrantes recém-chegados, encontravam-se muitas pessoas provenientes do sertão nordestino²⁸, que, àquela época, passava por um longo período de estiagem. Para esses trabalhadores, Brasília representava, sobretudo, a oportunidade de livrar-se da miséria. Segundo Epstein (1973), em 1959, 54.5% das pessoas que moravam no Distrito Federal, sob condições que, neste momento, eram provisórias, exerciam atividades relacionadas à construção civil, enquanto apenas 5.2% estavam no comércio. Comparando-se às demais regiões do país, os salários eram relativamente elevados, quase o dobro do que se pagava, por exemplo, para os trabalhadores do estado do Piauí.

²⁸ Brito (2009, p.77) nos oferece um breve relato sobre como esses trabalhadores, com esperança de melhorar as condições de vida e fugidos da seca, chegavam até Brasília: “Os percursos que os nordestinos fizeram de trem até Brasília foi o seguinte: Recife até Colégio, em Alagoas, atravessando o rio São Francisco até Propriá. Novamente de trem chegaram a Aracaju, seguindo para a Calculé, na Bahia. Daí chegaram a Monte Azul, já no estado de Minas Gerais e logo depois em Belo Horizonte. De Belo Horizonte a São Paulo, rumando para Anápolis. De Anápolis foram de caminhão para Brasília. Viagem de 22 dias, comendo rapadura, farinha e carne seca”.

Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1960, após três anos e meio a construção ter iniciado. Neste momento, nem todas as quadras residenciais estavam prontas, assim como, na Área Central, além da plataforma rodoviária e dos prédios públicos que, de imediato, se faziam necessários, muitas obras ainda estavam por começar, conforme se vê na figura 11. Assim:

The main buildings on the Monumental Axis – the Congress and the Ministries – the bus station, the bulk of the highway system, several superblocks put up by various federal agencies (especially the pension and retirement funds, the so-called IAP's – Instituto de Aposentadoria e Previdência), were built. Red mud and dust were everywhere; euphoric confusion reigned. The promotion of the new capital's symbolic value was at its height (EPSTEIN, 1973, p. 71).

Figura 11- Inauguração de Brasília, 21 de abril de 1960



Fonte: Página do Jornal Correio Braziliense.²⁹

As obras da nova capital, desde o concurso do Plano Piloto até a edificação das quadras residenciais, foram conduzidas pela Novacap (Companhia Urbanizadora da Nova Capital), empresa pública criada em 1956 durante o governo de Juscelino Kubitschek. Os trabalhos da Novacap foram dirigidos, de início, pelo engenheiro e político Israel Pinheiro, que já fora anteriormente mencionado neste trabalho quando se comentou a respeito do discurso em torno do isolamento político. A primeira obra que a Novacap executou no Distrito Federal foi a do Catetinho, residência oficial do

²⁹ Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br>. Acesso em: 04 jun. 2019.

presidente Juscelino Kubitschek construída em madeira. Em termos gerais, nota-se que a Novacap foi responsável por várias atividades, entre elas:

“[...] promover o concurso para escolha do Plano Piloto de Brasília, abrir escritórios de representação em Goiânia, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, adquirir máquinas e equipamentos, abrir estradas internas e rodovias de ligação com outras capitais, [...] construir prédios administrativos, de abastecimentos de água, de fornecimento de energia elétrica e executar o projeto da residência oficial do presidente da República, [...] construir a usina hidrelétrica, o Brasília Palace Hotel, Aeroporto de Brasília, realizar estudos de obras rodoviárias e ferroviárias, executar obras de vias urbanas, eixos e viadutos” (NOVACAP, 2010, p. 67).

De acordo com as ideias colocadas no tópico anterior, Brasília, à maneira como foi pensada pelo projeto urbanístico, viria se tornar uma cidade-modelo racionalmente ordenada, onde, através do emprego de várias técnicas, os problemas que caracterizavam as grandes cidades do país seriam superados. Mas, na prática, essas contradições, em vez de superadas, agudizaram. Apesar de ser construída do zero, a nova capital era parte da formação socioespacial brasileira e, portanto, enfrentaria os mesmos conflitos. Em meados do século XX, as desigualdades regionais empurravam milhares de pessoas em direção às grandes cidades litorâneas, especialmente na Região Sudeste, centro dinâmico que, então, se industrializava. São Paulo, por exemplo, entre 1941 e 1949, chegou a receber quase 400 mil migrantes internos, principalmente da região Nordeste, do Norte e do estado de Minas Gerais³⁰. Brasília, pela envergadura do projeto a que se propunha, ainda que se tentasse contra, não fugiria à essa dinâmica. Em 1960, quando a cidade foi inaugurada, a população do Distrito Federal já alcançava 140 mil habitantes. Dez anos depois, esses números triplicaram. Portanto, a pressão migratória, assim como em outros lugares, só fez aumentar.

A intensificação dos fluxos migratórios em direção à nova capital conduziu, por sua vez, à formação de diferentes núcleos de povoamento dentro dos limites do Distrito Federal. De um lado, existiam os acampamentos provisórios das empreiteiras. Do outro, proliferavam as ocupações irregulares. Nessa época, entre os assentamentos mais conhecidos, estão a Cidade Livre (atual Núcleo Bandeirante), a Vila Planalto (localizada na orla do Lago Paranoá, próxima ao Palácio da Alvorada), o

³⁰ Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/nossa-gente/migrantes/>. > Acesso em: 30 mai. 2019.

Complexo do IAPI³¹ e a Vila Sarah Kubitscheck (já desocupados), a Vila Amauri, a Sacolândia, e assim por diante. Nesses lugares, em geral, as condições de moradia não eram satisfatórias, até por que, assim como fora estabelecido pelos dirigentes da obra, todos os núcleos de povoamento seriam desmantelados após a inauguração da cidade, inclusive aqueles que eram mantidos oficialmente pela Novacap, como era o caso da Cidade Livre, que, neste momento, concentrava as atividades comerciais.

Até 1960, os assentamentos das empreiteiras e as ocupações irregulares reuniam a maior parte da população que habitava o Distrito Federal. Portanto, é onde, de fato, se materializava o movimento da vida cotidiana, isto é, a própria dinâmica da centralidade. A Cidade Livre, que tinha cerca de 12 mil habitantes, era o principal centro de comércio e abastecimento dos moradores. Ela pode ser vista na figura 12. Em seguida, destacava-se a Vila Amauri, que, embora extinta, uma vez que foi submersa quando finalizada a construção do Lago Paranoá, chegou a reunir 6 mil pessoas. Epstein (1973) é um dos autores que retratam a formação desses assentamentos e, no seu livro, relata o caso de um trabalhador que, habitante da Cidade Livre, recebeu uma proposta de emprego das empreiteiras a fim de que se mudasse para o Rio de Janeiro ou, então, para São Paulo, quando terminassem as obras da nova capital. Segundo o relato, o trabalhador receberia, inclusive, passagem gratuita para ir embora. Porém, ele recusou a proposta e decidiu ficar no Distrito Federal. Assim como ele, muitos outros o fizeram.

³¹ Segundo Oliveira (2007), era o complexo formado por diversas áreas de ocupação ou favelas nas proximidades da RA X – Guará, cujos moradores foram transferidos para Ceilândia na década de 1970, durante as campanhas governamentais para erradicação das invasões no Distrito Federal: Vila IAPI, Morro do Urubu, Morro do Querosene, Vila Tenório, Vila Bernardo Sayão, Vila Esperança, Curral das Éguas, Placa das Mercedes, entre outros.

Figura 12 – Cidade Livre – 1956



Fonte: Página do Museu Virtual Brasília³²

Os assentamentos ao redor da futura capital incomodavam os dirigentes da obra, incluindo o próprio Israel Pinheiro, visto que, à medida em que se expandiam, ameaçavam a concepção modernista de Brasília. Porém, a necessidade de mão-obra e o prazo exíguo da construção fez com que a Novacap preferisse manter os trabalhadores próximos da cidade. Afinal de contas, acreditava-se que era uma medida transitória. Por outro lado, mesmo que se tenha permitido a fixação temporária dessas pessoas no território distrital, isso não significa que não houvesse repressão às ocupações irregulares e tentativas de refrear a chegada de novos despossuídos³³. A repressão ficava a cargo da GEB (Guarda Especial de Brasília), cujas ações são descritas por Epstein (1973). Os trabalhadores começaram a se mobilizar pelo direito à moradia permanente no Distrito Federal em 1958, quando, então, protestaram contra a remoção da Vila Sarah Kubitschek, cujo nome fora propositalmente escolhido a fim de sensibilizar os dirigentes da obra e, claro, o próprio presidente Juscelino

³² Disponível em: <http://www.museuvirtualbrasil.com.br> Acesso em: 04 jun. 2019.

³³ Segundo relato de Holston (1993) sobre a fundação da Vila Sarah Kubitschek: “Chegaram a um auge nas primeiras semanas de junho de 1958, quando, em poucos dias, entre 4 mil e 5 mil flagelados da seca do Nordeste chegaram à Cidade Livre em busca de trabalho. A Novacap ordenou às forças de segurança (GEB) que levantassem barreiras na estrada para impedi-los de entrar. Em vez de irem embora - como se tivessem algum lugar para onde ir -, esses migrantes desesperados iniciaram uma ocupação de terra, montando um acampamento improvisado do outro lado da barreira”.

Kubitschek. Após os protestos, a Vila Sarah Kubitschek acabou derrubada, mas pode-se dizer que a estratégia para fixar esse assentamento foi, em parte, exitosa, já que, mediante os conflitos iminentes, o governo decidiu transferir os trabalhadores definitivamente para Taguatinga, que, assim, veio a se tornar a primeira cidade-satélite do Distrito Federal.

As cidades-satélites, conforme já foi dito, estavam previstas no relatório técnico sobre a nova capital produzido pelo IBGE em 1948, mas, de acordo com o que se pretendia, elas seriam construídas após a ocupação da área prevista no Plano Piloto de Brasília por completo, ou seja, quando se atingisse o limite preestabelecido de 500 mil habitantes (OLIVEIRA, 1987). Entretanto, a pressão migratória e os conflitos por moradia inverteram a concepção que se tinha em mente e essas cidades, com a fixação de Taguatinga em 1958, começaram a ser construídas prematuramente. Em 1960, foram inauguradas as cidades-satélites do Gama e Sobradinho, à distância de aproximadamente 50 quilômetros uma da outra, para o sul e para o norte, respectivamente. O Núcleo Bandeirante, à revelia dos protestos de Lúcio Costa, foi oficializado em 1964. Em 1966, foi construído o Guará, em área adjacente à Asa Sul e, portanto, mais próxima de Brasília que as cidades anteriormente estabelecidas. A Ceilândia, por sua vez, foi criada em 1975, vizinha à Taguatinga, após a remoção de várias ocupações irregulares no quadrante sudoeste do território distrital.

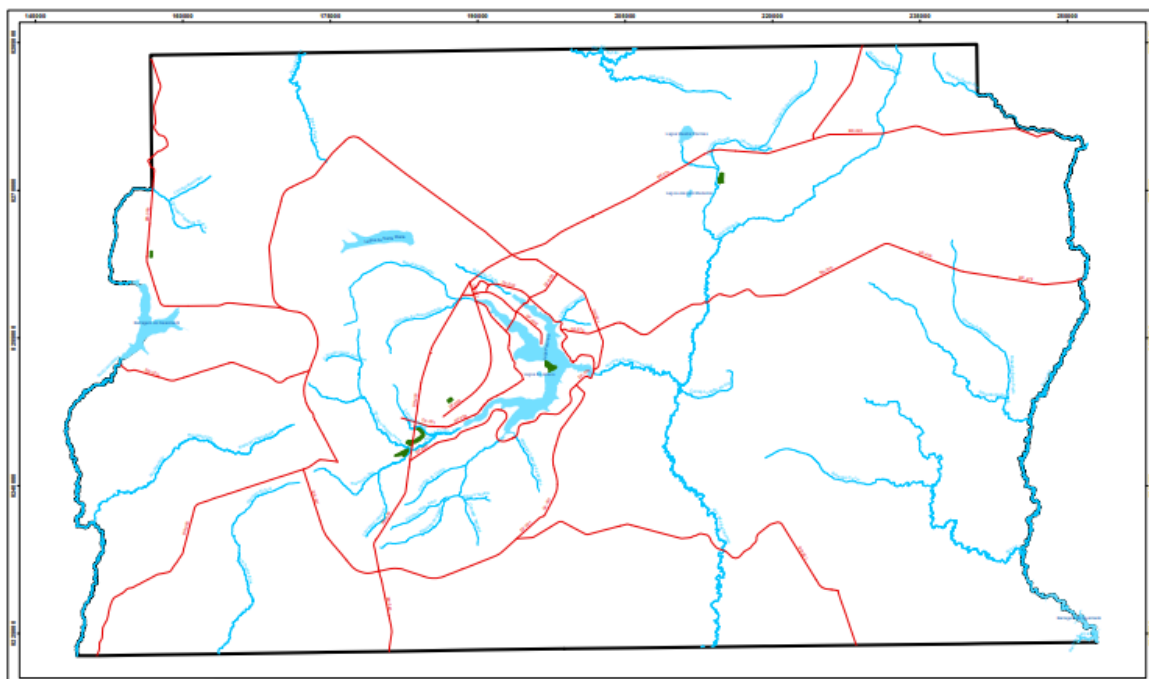
Em 1964, o território do Distrito Federal foi dividido em oito regiões administrativas, e desde então, essa é a denominação juridicamente utilizada para se referir às antigas cidades-satélites criadas ao redor da nova capital. Nas décadas seguintes, esses núcleos abrigaram, eles próprios, várias ocupações irregulares e favelas³⁴, haja vista que muitas famílias instaladas no Distrito Federal, e outras tantas que continuavam a chegar, não cumpriam os requisitos determinados pela Novacap para aquisição de lotes regulares, mesmo que fosse nas áreas mais afastadas³⁵. Além dos núcleos urbanos planejados, foram incorporados ao território distrital os povoados de Brazlândia e Planaltina, que, então, tornaram-se eles próprios regiões

³⁴ A exemplo da Vila Dimas e da Vila Matias, em Taguatinga. (OLIVEIRA, 1987).

³⁵ “[...] havia muitos sem-teto que não se adequavam à legalidade instituída para a distribuição dos lotes, ou seja, a cidade forjava já no seu nascimento a desigualdade social como um critério básico a partir do qual se selecionariam os agraciados pelo benefício do lote. [...] A venda de lotes na área de Taguatinga [por exemplo] para trabalhadores e servidores modestos após rigorosa pesquisa do Serviço Social da Novacap, acabava por eliminar um número significativo de pretendentes. [...] era preciso levar em conta a necessidade de certa estabilidade econômico-financeira da célula familiar, de modo que não se perdesse a situação de promitente comprador, ou seja, mantendo em dia o pagamento das prestações”. (SOUSA et. Al., 1996, p. 61-2).

administrativas. Nos mapas 3, 4, 5 e 6 pode-se constatar a expansão dos núcleos de povoamento ao redor da área prevista no Plano Piloto de Brasília entre as décadas de 1950 e 1980, representados pelas cores verde e/ou amarela. Observa-se que, até então, esses núcleos estavam localizados distantes entre si e, também, em relação à sede do governo. É por esse motivo que se diz que a estruturação urbana no Distrito Federal, durante muito tempo, era polinucleada.

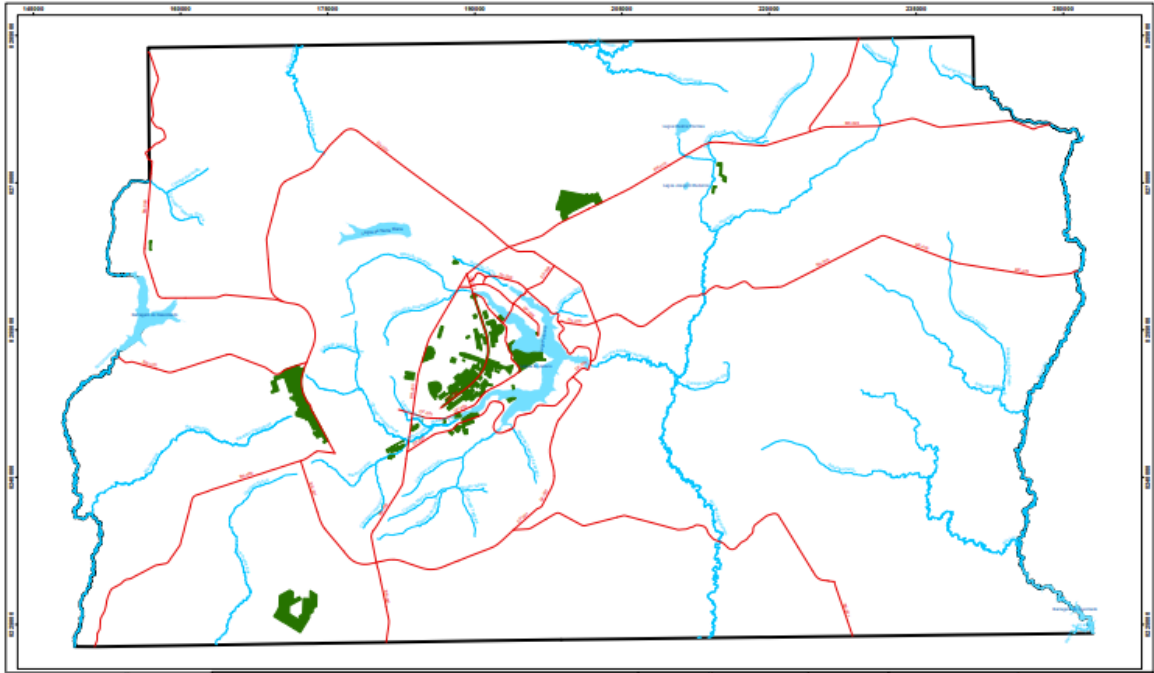
Mapa 3 – Expansão urbana no Distrito Federal, 1958



Fonte: Página da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do DF³⁶.

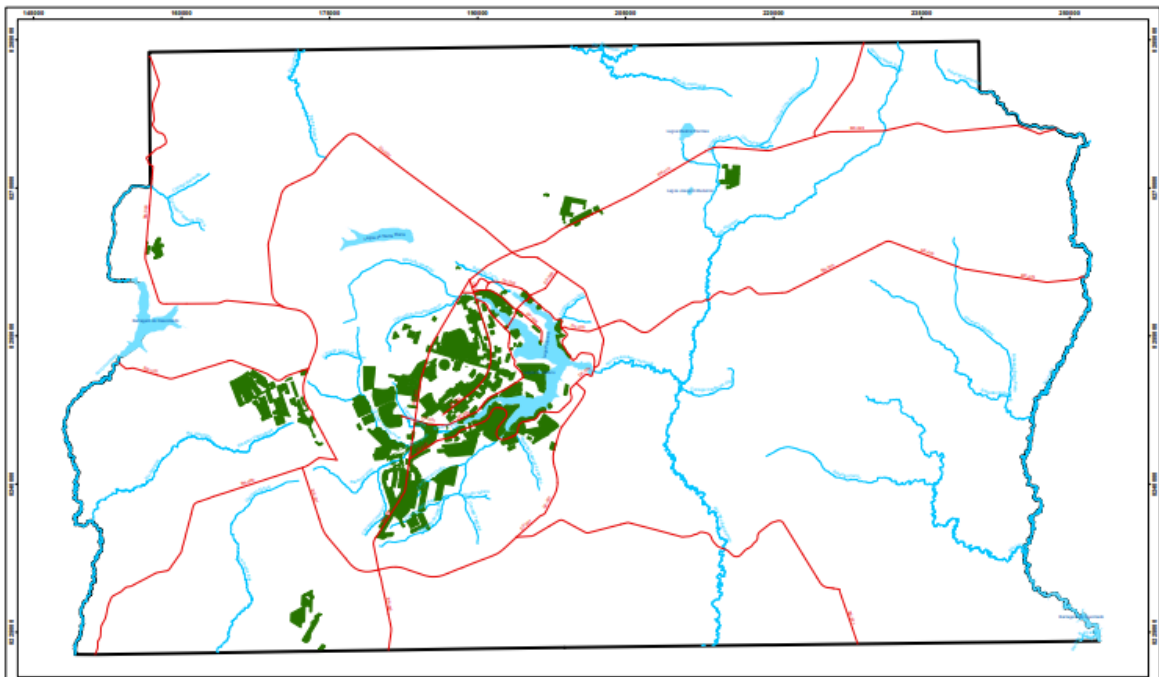
³⁶ Disponível em: <http://www.seduh.df.gov.br/mapas-2/>. Acesso em: 20 mar. 2019.

Mapa 4 – Expansão urbana no Distrito Federal, 1964



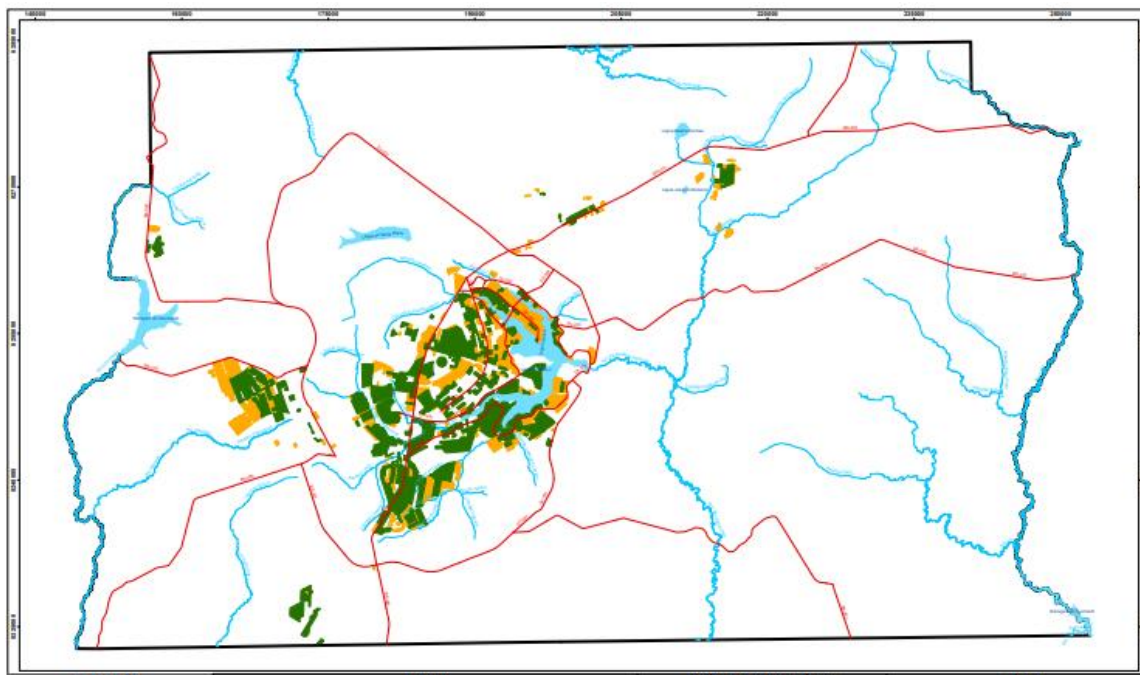
Fonte: Página da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do DF.

Mapa 5 – Expansão urbana no Distrito Federal, 1975



Fonte: Página da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do DF.

Mapa 6 – Expansão urbana no Distrito Federal, 1986



Fonte: Página da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do DF.

Já que as cidades-satélites foram construídas para abrigar as famílias de trabalhadores, especialmente os de menor renda, pode-se afirmar que sua origem está associada ao fenômeno da segregação socioespacial. No alvorecer de Brasília, foi definido que os espaços de moradia e frequência da nova capital, a fim de realizar sua vocação de centro decisório, deveriam estar reservados, principalmente, para o funcionalismo público, enquanto todo o resto da população, ainda que se tenha cedido às pressões para sua permanência dentro do Distrito Federal, foi alojada em áreas afastadas, sempre quando possível. Assim, a criação das cidades-satélites, segundo Paviani (2010, p. 56), foi um verdadeiro mecanismo de empurrão das classes menos favorecidas colocado em prática pelo próprio governo federal. Trata-se de um processo intencionalmente dirigido, que, por sua vez, veio a reproduzir as desigualdades socioespaciais que distanciavam ricos e pobres, em vez de suprimi-las³⁷. Sem falar no problema de mobilidade que esta prática engendrou: os de menor

³⁷ Cavalcante (2009) evidencia a atuação do Estado (GDF) no processo de segregação planejada e controle de tensões sociais no tocante à produção do espaço. A autora demonstra que o governo local priorizou a distribuição de residências na área do Plano Piloto para funcionários públicos de alto escalão e controlou, ao longo dos anos, a oferta de novos lotes. Oliveira (1987), por sua vez, discorre sobre o exemplo do Cruzeiro Velho que, loteado entre 1960 e 1962, seria destinado à construção de casas para operários, algo que nunca aconteceu, pois foi ocupado por pequenos funcionários públicos, que obtinham maiores facilidades junto à Novacap. Assim,

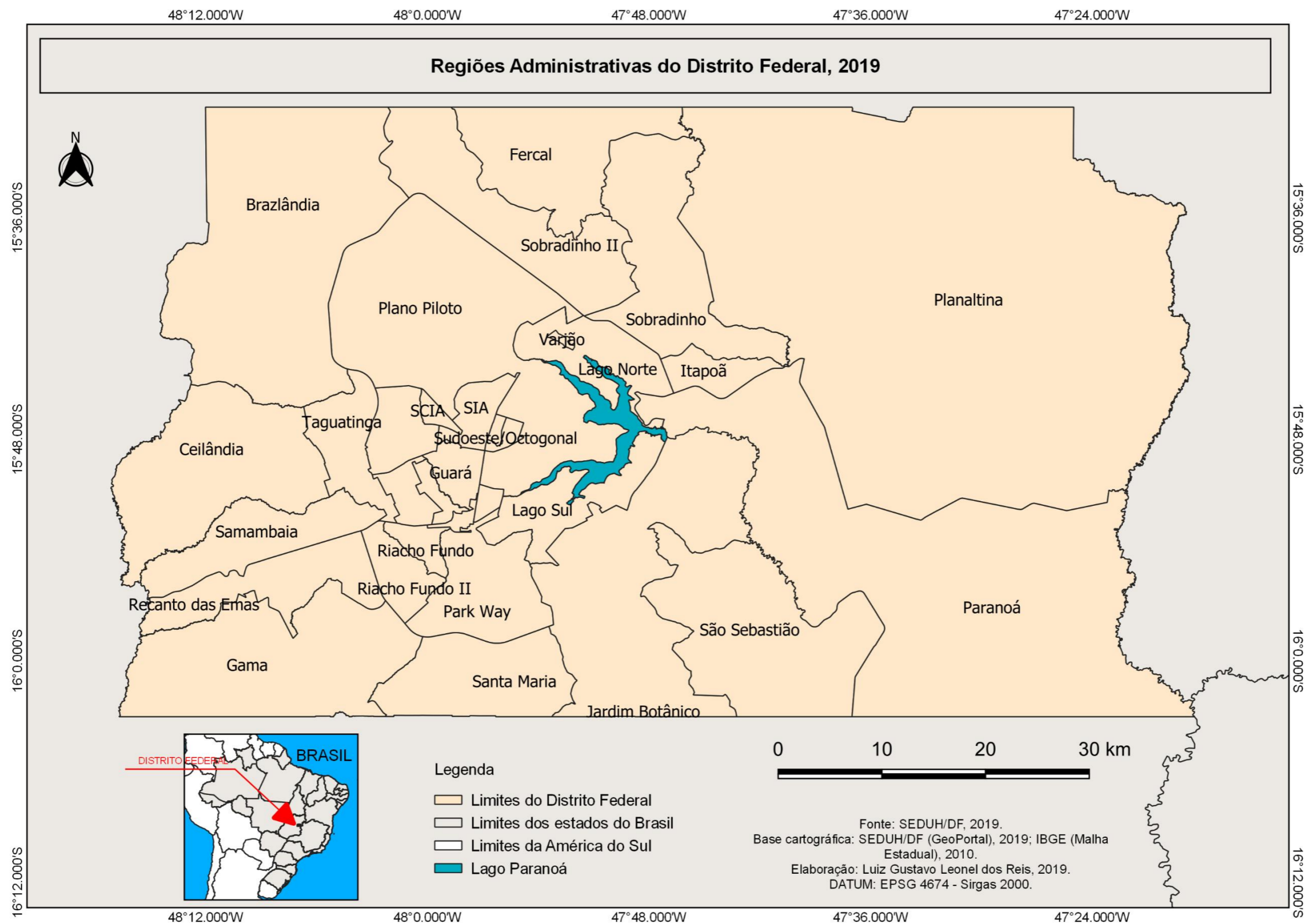
renda, distanciados, são os que, desde cedo, mais sofrem para chegar até o centro de Brasília, onde estão localizados os empregos disponíveis. Portanto:

[...] Brasília significa, para uma minoria, honra e privilégios acumulados patrimonialmente, mas, para a maioria, corresponde, desde a fase de construção, à favelização e à marginalização. O processo de favelização dos operários construtores de Brasília antecipava precocemente a segregação e a concentração dos mesmos em cidades-satélites, situadas na periferia. Paviani (2010, p. 31):

Vesentini (1996, p. 155) assevera que, “ao invés de negarem o plano urbanístico, as cidades-satélites de fato o afirmam”. Isso significa que, a despeito das características que esses núcleos urbanos assumiram, as quais, de fato, são diferentes do que fora pensado inicialmente, já que a maioria deles não se desenvolveu autonomamente, tornando-se núcleos-dormitório, sua existência está relacionada à tentativa de preservar o plano que deu origem à cidade de Brasília. Assim, eles ratificam a aplicação do projeto, que acabou se tornando responsável, ele próprio, pela segregação imposta aos mais pobres, ainda que, na contramão, Lúcio Costa tenha defendido ideias altruístas. “Por essa via, chega-se à inevitável conclusão de que as cidades-satélites só existem devido ao plano: é para mantê-lo que se erradicam as populações das invasões do Plano Piloto [...]”. (VESENTINI, 1996, p. 155). Hoje, esses núcleos se multiplicaram e estão distribuídos em 31 regiões administrativas, como se vê no mapa 7. Porém, se, de início, eles se encontravam distanciados, verifica-se que, agora, em sua maioria, conurbaram-se. Juntos, eles compõem as periferias da metrópole brasiliense, ou, melhor dizendo, o primeiro impacto que conduziu à sua manifestação concreta.

“O espaço criado pela tecnoburocracia como seu lugar de trabalho devia permanecer tão intacto quanto possível”. (OLIVEIRA, 1987, p. 139).

Mapa 7 – Regiões Administrativas do Distrito Federal, 2019



Fonte: Página da Infraestrutura de Dados Espaciais do DF (GeoPortal)³⁸

³⁸ Disponível em: <https://www.geoportal.seduh.df.gov.br/mapa/#> Acesso em: 04 jun. 2019.

2.2.2. Os municípios goianos

As terras que compõem o Distrito Federal foram, em parte, desapropriadas pelo governo goiano em 1955. Anteriormente, elas pertenciam aos municípios de Formosa, Planaltina e Luziânia (Santa Luzia), que, hoje, são limítrofes ao território distrital. Em face das desapropriações, elas passaram à posse do governo federal e isso significa que, desde então, o acesso à terra, e conseqüentemente, ao direito de parcelamento, uso e moradia, dentro do território distrital, são direcionados pela política de ordenamento territorial do Estado. Essa medida, se por um lado garantiu a realização das obras necessárias ao funcionamento da nova capital, do outro, agravou a crise habitacional gerada pela pressão migratória. Em outros termos, com a intensificação dos fluxos migratórios, enquanto a demanda por moradia aumentava rapidamente, a oferta de novos lotes e casas dentro do Distrito Federal, atribuição prioritária do Estado, era insuficiente, sobretudo nos idos de 1980, quando aconteceu a crise da dívida externa e foi extinto o Banco Nacional da Habitação (BNH)³⁹. Assim, continuavam a surgir ocupações irregulares, até por que, como já foi mencionado, mesmo quando se loteava uma nova gleba de terra, os critérios de distribuição requeridos pela Novacap, como, por exemplo, a comprovação de renda mínima, eram restritivos.

Nas regiões administrativas periféricas, conforme diz Souza (2016, p. 112), começou a surgir “um submercado imobiliário, com diversas formas de acesso à terra, normalmente pela sublocação”, completamente alheio às diretrizes legais estabelecidas pelo Estado. Nesses espaços, muitas pessoas recém-chegadas ao Distrito Federal abrigavam-se em barracos grotescamente construídos alugados em fundo de lote. Com isso, segundo Paviani, (2010, p. 57), foram produzidas verdadeiras cabeças-de-porco, lugares densamente ocupados e, não raramente, mal equipados. Para Souza (2016, p.116-7), “esta forma de ação é uma consequência direta da falta de uma política urbana abrangente para todo o território do Distrito Federal, ainda que o Estado fosse o principal agente produtor do espaço urbano”, motivo pelo qual se esperava uma diminuição progressiva do problema, o que não veio a acontecer. Em 1968, de acordo com Brito (2009), o DF tinha 97 invasões e 28 remanescentes de acampamentos operários. Em 1982, após a inauguração da Ceilândia, ainda existiam

³⁹ Segundo Brito (p.173), “a partir da extinção do Banco, os novos parcelamentos oficiais em Brasília não foram mais acompanhados de unidades habitacionais. Além disso, a orientação da política urbana local passou a ser cercada de nuanças em função das marcantes mudanças de governo no período pós-emancipação”.

70 localidades nessas condições, onde moravam aproximadamente 70 mil pessoas. Em 2006, com a proliferação dos condomínios privados de classe média-alta, o número de áreas irregularmente ocupadas explodiu: 513 no total (TERRACAP, 2019).

Nos municípios goianos próximos ao Distrito Federal, o controle das terras é, historicamente, menos rígido. Afinal de contas, em vez da prevalência do Estado no que se refere à concessão de lotes e casas, sobressai a atuação do setor imobiliário especulativo. Não é de se espantar, então, que, em face da pressão migratória e, conseqüentemente, da procura elevada por novas moradias no território distrital, esses municípios próximos estejam, desde a década de 1970, recebendo, eles próprios, boa parte dos trabalhadores recém-chegados no território distrital e que, pelos motivos apontados, não têm onde se estabelecer definitivamente. Assim, eles têm se urbanizado rapidamente, integrando-se à dinâmica de expansão periférica do aglomerado urbano iniciada pela implantação das cidades-satélites nos anos 1950, atuais regiões administrativas. Segundo Paviani (2010, p. 67):

Para o setor imobiliário restou a saída para o Estado de Goiás, principalmente no município de Luziânia, onde largos tratos de terra agrícola foram destinados a loteamentos. Nestes loteamentos, em razão dos inumeráveis e diversos empreendimentos, repetiu-se a pulverização de conjuntos e vilas operárias, funcionalmente dependentes de Brasília. [...] Vê-se, desta forma, que contingente empobrecidos procuraram a periferia mais remota para sua sobrevivência e reprodução.

O estudo conduzido por Souza (2016) sobre a expansão periférica de Brasília mostra que, em 1970, os municípios goianos próximos ao Distrito Federal reuniam apenas 56% de sua população em localidades urbanas⁴⁰. Neste cenário, o peso que as atividades agrícolas exerciam sobre a economia local era expressivo, sobretudo as atividades relacionadas à própria subsistência da população. Contudo, quando Brasília veio a se consolidar como sede do governo brasileiro, afastados os temores de que o Rio de Janeiro pudesse voltar ao posto que tinha antes, a urbanização desses municípios ganhou novo impulso, especialmente aqueles que receberam melhorias na acessibilidade rodoviária, como por exemplo, ao longo da ligação Brasília-Anápolis-Goiânia e, ainda, na BR-040, conexão com a região do Triângulo Mineiro e São Paulo. Neste cenário, após Brasília, Luziânia se tornou o maior polo de

⁴⁰ Inclui os municípios goianos de Abadiânia, Alexânia, Cabeceiras, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Padre Bernardo, Pirenópolis e Planaltina, além dos municípios mineiros de Buritis e Unai.

atração dos fluxos migratórios de toda a região. Segundo Ferreira (1985, p. 55), esse município teve um crescimento populacional da ordem de 600% entre 1971 e 1980. Dentro de sua área, foram criadas diferentes nucleações, que, organizadas em regiões administrativas semelhantes àquelas que se verificam no Distrito Federal, logo, se emanciparam. São elas: as cidades de Santo Antônio do Descoberto, Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Novo Gama e Valparaíso de Goiás.

A expansão periférica que prevaleceu nos municípios goianos assumiu, em pouco tempo, características metropolitanas. Hoje, as ligações dessas cidades com Brasília são evidentes, sobretudo no que diz respeito ao movimento da vida cotidiana. A metropolização desses espaços é resultado das ações de ordenamento territorial conduzidas pelo governo ou, melhor, o reverso delas, e, ainda, pela atuação do mercado imobiliário especulativo. A tabela 1 demonstra a população residente nos municípios próximos ao Distrito Federal durante o último censo realizado pelo IBGE em 2010, e, através dos números, percebe-se a importância que eles vêm assumindo no tempo presente, enquanto, como indicam Dourado e Sobrinho (2018), emergem novas formas residenciais e/ou comerciais dentro de seus limites. Analisando a cidade de Valparaíso de Goiás-GO, os autores consideram que:

Devido ao aumento do número de indivíduos que não consegue estabelecer moradia no Distrito Federal, Valparaíso de Goiás se tornou uma alternativa e conseqüentemente polo atrativo para parte desta população. Assim, este município tem recebido um contingente demográfico que procura por moradias a baixo custo e com forma de pagamento acessível. (DOURADO & SOBRINHO, 2018, p. 12).

Tabela 1 – População residente nos municípios próximos ao DF entre 2010 e 2018

(continua)

Município	População total (2010)	População estimada (2018)	Variação entre os períodos
Águas Lindas de Goiás-GO	159.738	207.070	+ 29,6%
Alexânia-GO	23.814	27.288	+ 14,5%
Cidade Ocidental-GO	55.915	69.829	+ 24,8%
Cocalzinho de Goiás-GO	17.407	19.971	+ 14,7%
Cristalina-GO	46.580	57.759	+ 23,9%
Formosa-GO	100.085	119.506	+ 19,4%
Luziânia-GO	174.531	205.023	+ 17,4%
Novo Gama-GO	95.018	113.679	+ 19,6%

Tabela 1 – População residente nos municípios próximos ao DF entre 2010 e 2018
(conclusão)

Padre Bernardo-GO	27.671	33.228	+ 20,0%
Planaltina-GO	81.649	89.181	+ 9,20%
Santo Antônio do Descoberto-GO	63.248	73.636	+ 16,4%
Valparaíso de Goiás-GO	132.982	164.723	+ 23,8%
Total	978.638	1.180.893	+ 20,6%

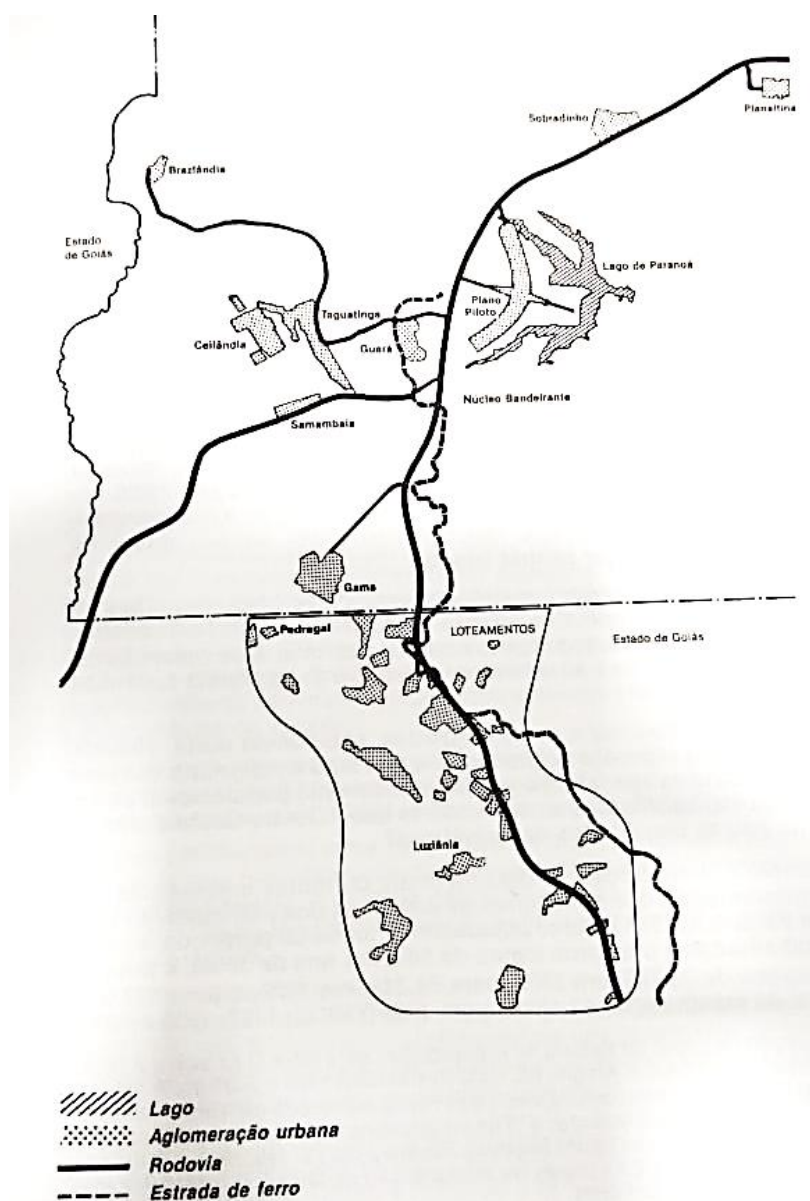
Fonte: IBGE, 2018.

2.2.3. A ocupação dos interstícios não-urbanizados

Em 1985, ao discutir sobre a expansão periférica ao sul do Distrito Federal, Paviani apresenta o mapa que consta na figura 13. Nele, observa-se uma miríade de nucleações dispersas ao longo do eixo formado pela BR-040, o que reforça, por sua vez, a tese sobre a metropolização de Brasília. Entretanto, conforme se vê, entre as nucleações emergentes e a área do Plano Piloto, seja dentro ou fora do território distrital, existiam vários espaços intersticiais não-ocupados. Isso acontece por que, à época, além da segregação intencionalmente dirigida e do controle das terras públicas pelo governo federal, acreditava-se que a Bacia do Lago Paranoá, onde Brasília está inserida, deveria permanecer livre de uma ocupação mais densa e, por isso, pernicioso, a fim de garantir sua preservação ambiental. O PLANIDRO (Plano Diretor de Água, Esgoto e Controle da Poluição), elaborado em 1970, vem reforçar essa ideia ao estabelecer que os assentamentos criados no Distrito Federal deveriam localizar-se nas áreas externas àquilo que foi chamado de Cordão Sanitário, representado, em termos concretos, pela Estrada Parque Contorno (EPCT) ⁴¹.

⁴¹ Paviani (2010) assevera que o discurso ambiental vinculado à preservação do Lago Paranoá afastou as classes menos favorecidas do direito à moradia próximo ao centro do aglomerado que veio a se formar, mas, logo em seguida, numa virada, no mínimo, interessante, permitiu o adensamento de setores habitacionais como o Sudoeste e o Noroeste, mediante a publicação do documento Brasília Revisitada em 1987. Nesse contexto, percebe-se que são questões permeadas de interesses de conflitos.

Figura 13 – Expansão urbana periférica no Distrito Federal e municípios vizinhos, 1985



Fonte: Paviani, 1985.

Nos planos de ordenamento territorial que surgiram a partir dos anos 1970, em que, pela primeira vez, a estruturação da metrópole brasiliense foi colocada como pauta relevante, a política do governo distrital no que se refere à expansão urbana torna-se favorável ao adensamento das nucleações existentes no Distrito Federal. Em 1977, a Secretaria de Planejamento do Distrito Federal publicou o primeiro Peot (Plano Estrutural de Organização do Distrito Federal). Segundo a Seduh-DF (2019), neste documento, ficou expresso o interesse em “minimizar-se a estrutura polinucleada e desarticulada dos núcleos urbanos existentes, substituindo-a por um tecido urbano

articulado que diminuísse os custos sociais do transporte urbano e infra-estrutura”. Assim, a estruturação da metrópole brasiliense adentrava uma nova fase, isto é, o incentivo à formação de eixos conurbados, sobrepondo-se ao padrão de polinucleamento adotado anteriormente. Nesse sentido, o Peot, apesar de estabelecer medidas de preservação ambiental para nascentes e parques na Bacia do Lago Paranoá, destina imensas glebas de terra entre a área do Plano Piloto, o Guará e Taguatinga para zona de expansão urbana e/ou destinação mista. Dessa proposta, surgiram, por exemplo, Samambaia, Águas Claras e o Recanto das Emas, localidades relativamente próximas ente si e, também, próximas às áreas urbanas já ocupadas.

Em 1985, Lúcio Costa publicou o *Brasília Revisitada: Complementação, Preservação, Adensamento e Expansão Urbana*, documento no qual vem a propor novas diretrizes para a expansão de Brasília. Nele, contrariando, em parte, os pressupostos que defendia desde o projeto original, o urbanista define a criação de novas quadras residenciais contíguas à área do Plano Piloto e, também, ao longo das rodovias que davam acesso às demais regiões administrativas do Distrito Federal. Esse documento propôs a criação de seis novas áreas habitacionais dentro da bacia do Lago Paranoá. São elas: Bairro Oeste Sul (atual Sudoeste); Bairro Oeste Norte (ou Noroeste); Quadras da Vila Planalto (que inclui a própria vila Planalto ocupada irregularmente à época da construção de Brasília); Quadras da EPIA; Asa Nova Sul (ou lago Sul, com a fixação da Vila Paranoá); e, por fim, Asa Nova Norte (atual Lago Norte). Nessas áreas, foi prevista a construção de quadras econômicas, isto é, quadras compostas por blocos de apartamentos e serviços básicos para “atender [tanto] a famílias de baixa renda como à classe média baixa e média-média” (COSTA, 1985-7). Contudo, na prática, as localidades indicadas têm, hoje, o valor de solo mais elevado do Distrito Federal.

Se a construção das cidades-satélites foi o primeiro ato que veio a permitir, mais tarde, a estruturação do espaço metropolitano de Brasília, à qual seguiu-se a expansão periférica nos municípios goianos, as propostas levadas a cabo pelo governo distrital, apoiadas pelo *Brasília Revisitada* e pelo Peot, no sentido de ocupar os interstícios não-urbanizados entre as núcleos urbanos existentes no Distrito Federal impulsionaram, definitivamente, esse processo. Nos planos que seguiram, a política do adensamento prevaleceu, ao mesmo tempo em que se projetou dois novos eixos de estruturação do aglomerado: um deles entre Taguatinga e o Gama e o outro

no percurso do transporte metroviário, recém-implantado. “Reforçava-se, assim, agora com planos e investimentos em urbanização, a histórica tendência de ocupação do quadrante sudoeste da Capital” (BRITO, 2009, p. 152). Nesse contexto, percebe-se que a morfologia do aglomerado, com o passar dos anos, se tornou menos descontínua do que era antes⁴² e, assim, Brasília assumiu feições bem mais parecidas com as outras metrópoles do país, inclusive, com os mesmos padrões de segregação residencial.

Águas Claras é um dos exemplos mais característicos dessa dinâmica: foi construída na década de 1990 entre Taguatinga e o Guará e veio a ocupar boa parte do espaço intersticial que existia entre ambas as nucleações. Em seu planejamento, percebe-se a importância que desempenhou a mobilidade, que, frente às dificuldades de deslocamento que o padrão polinucleado havia provocado, se tornou uma das questões mais levantadas pelos planejadores locais à medida em que a metrópole se expandia. Águas Claras, originalmente, deveria contribuir para superar esse estado de coisas. Além de ser local de moradia, foi pensada para ser uma nova área de centralidade no Distrito Federal. Conforme atesta Paviani (2010), seu projeto deveria incentivar a descentralização das atividades de comércio e serviços na metrópole brasileira, especialmente as atividades educacionais. Se, de imediato, essa proposta não se efetivou, há de se pensar que, agora, já existe um movimento nessa direção. Contudo, não se trata de um movimento conduzido por Águas Claras, exclusivamente, mas sobretudo, pela sua articulação com Taguatinga e, daí, com as demais regiões administrativas próximas, todas integradas pela EPCT.

Enquanto Águas Claras é fruto de uma intervenção planejada, claro, com as alterações que, depois, sobrevieram, como, por exemplo, no gabarito dos prédios⁴³, o mesmo não pode ser dito a respeito da ocupação que se realizou em Vicente Pires.

⁴² “Assim, não procede a ideia de que o modelo de urbanização de Brasília permaneceu, ainda naquela época, baseada em um modelo polinuclear balizado exclusivamente pelo anel sanitário do Paranoá. [...] O que de fato ocorreu foi que o balizamento do crescimento urbano foi submetido a um novo ideário. Por conta da criação de corredores de transporte e de preocupações em torno de uma melhor fluidez e organização de atividades citadinas, a mancha urbana de Brasília começou a se adensar trilhando as estradas mais dinâmicas que, no período em análise [anos 1980], estavam localizadas entre os dois polos demográficos do território – Plano Piloto e Taguatinga”. (BRITO, 2009, p. 164).

⁴³ Apesar de buscarem estabelecer diretrizes gerais para o uso e ocupação do solo, além de sugerirem uma dinâmica econômica urbana no Distrito Federal menos dependente do Plano Piloto, Vicente (2012) observa que, em diversos momentos e para atender ao interesse de lobbies (como o do capital imobiliário) estas legislações são alteradas ou enfraquecidas por outros dispositivos legais. Assim, sua efetiva aplicação tem sido comprometida. (CARVALHO DE SOUZA, 2017, p.7).

Neste caso, o processo foi conduzido fundamentalmente pela dinâmica imobiliária especulativa e pela grilagem de terras, em face da carência de imóveis para moradia no Distrito Federal. Pensada para compor o cordão sanitário ao redor da área do Plano Piloto, Vicente Pires era, de início, uma colônia agrícola, onde, em 1960, existiam 360 chácaras dedicadas às atividades hortifrutigranjeiras. Contudo, duas décadas depois, sob promessa de uma futura regularização, essa área começou a ser parcelada e deu origem a inúmeros condomínios privados que, após construídos, ocuparam os interstícios disponíveis entre as nucleações consolidadas. E não se tratam de condomínios ocupados pelas classes menos favorecidas, mas sobretudo, pela classe média-alta. Vicente Pires é apenas um dos exemplos a respeito desse fenômeno que, hoje, conduz à urbanização de vastas áreas intersticiais, incluindo localidades com o Areal, Arniqueiras, Jardim Botânico, Taquari, e assim por diante.

A figura 14 mostra, ao fundo, Águas Claras, e à frente, Vicente Pires. Percebe-se o padrão de ocupação que assumiu a primeira, verticalizada, e o padrão que, por sua vez, foi tomado pela segunda:

Figura 14 – Águas Claras e Vicente Pires, 2015



Fonte: Página Musa do Poeta.⁴⁴

⁴⁴ Disponível em: <https://musado poeta.wordpress.com/>. Acesso em: 04 jun. 2019.

A ocupação dos interstícios não-urbanizados por condomínios de classe média-alta e a criação de novas nucleações mais próximas entre si, não reverteram, contudo, a tendência da metrópole brasileira de espriar-se periféricamente. Hoje, o aglomerado passa por uma verdadeira implosão-explosão e, ao mesmo em que se densifica, adentra espaços cada vez mais alargados, onde a segregação residencial se reproduz por meio de novos conjuntos e/ou favelas. Sobre essa questão, pode-se tomar como exemplo o caso do Setor Habitacional Sol Nascente, localizado na Região Administrativa IX – Ceilândia. Nessa área, a ocupação foi iniciada em 2000 e, desde então, a quantidade de moradores é cada vez maior, chegando-se ao total de 78.912 habitantes (CODEPLAN, 2013). As casas, em sua maioria, são precariamente construídas e a infraestrutura urbana ainda não foi completamente instalada, pelo que se percebe através da figura 15. Segundo a Codeplan (2013), 40% dos domicílios existentes no Sol Nascente são atingidos pelo esgoto a céu aberto e 42% são cercados por entulho. Atualmente, encontra-se em fase de regularização e pode vir a se tornar uma região administrativa.

Figura 15 – Sol Nascente, RA IX (Ceilândia), 2019



Fonte: Página Agenda Capital.⁴⁵

⁴⁵ Disponível em: <http://agendacapital.com.br>. Acesso em: 04 jun. 2019.

Destaca-se, ainda, as ações da CODHAB/DF (Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal) que, através do Programa Morar Bem, vinculado ao PCMV (Programa Minha Casa, Minha Vida), vem produzindo vários conjuntos habitacionais localizados ao longo da EPCT para famílias com renda bruta de até 12 salários mínimos. Assim como as outras dinâmicas já detalhadas, esses condomínios estão contribuindo para ampliar os contornos da metrópole brasiliense, como, por exemplo, nos casos do Riacho Fundo 2 e Jardins Mangueiral (Figura 16). Neste último, as obras do conjunto habitacional foram realizadas através de uma parceria público-privada entre seis empresas distintas pertencentes ao setor de construção civil: Odebrecht, Construtora Vilella e Carvalho, Silco Engenharia, Sol Tec Engenharia, Emplav e Geológica Ambiental (Nunes, 2015). Portanto, trata-se, claramente, de uma dinâmica associada ao empreendedorismo urbano, ou seja, à atuação de diferentes grupos imobiliários associados ao governo, inclusive através de *lobby*, interessados em lucrar por meio da produção de novos espaços habitacionais.

Figura 16 – Jardins Mangueiral (RA XIV – São Sebastião), 2012



Fonte: Página Brasil 247.⁴⁶

⁴⁶ Disponível em: <https://www.brasil247.com>. Acesso em: 04 jun. 2019.

Em suma, pode-se identificar os seguintes processos responsáveis pela estruturação do espaço metropolitano de Brasília à maneira como ele se apresenta hoje:

- A segregação intencionalmente dirigida pelo governo federal e/ou distrital, que produziu o padrão espacial polinucelado das cidades-satélites, ao qual, mais tarde, sobrepôs-se a estruturação sob a forma de eixos conurbados;
- O controle do Estado sobre o mercado de terras que, articulado à dinâmica imobiliária especulativa na região do entorno goiano, produziu extensas periferias;
- A atuação, coordenada ou não, das classes menos favorecidas para obter o direito de permanência e/ou moradia, seja enquanto mobilização pelo direito à cidade, seja através da ocupação de terrenos à revelia das diretrizes legais;
- As estratégias implantadas por meio de diferentes planos de ordenamento territorial, que, por um lado, tentam preservar a concepção modernista da nova capital e, do outro, encontrar soluções para o adensamento do aglomerado urbano;
- As ações de empreendedorismo voltadas para a reprodução do capital imobiliário, com a atuação de empresas que pressionam, inclusive, no sentido de mudar os marcos legais existentes.

Enfim, mediante essa discussão, pode-se caracterizar Brasília, no tempo presente, como centro integrador de uma metrópole cada vez mais dispersa e perifericamente alargada. Essa perspectiva coaduna-se às proposições de Souza (2017), que, por sua vez, afirma o seguinte:

A partir destas ações de gestão do território, os desdobramentos apontam para uma tendência de expansão do espaço metropolizado de forma mais dispersa, a partir de uma urbanização mais franca nos municípios da periferia metropolitana. [...] Em geral, este processo de expansão mais dispersa ocorre apoiado no curso das principais rodovias federais que ligam Brasília ao restante do país. Internamente ao Distrito Federal, diversos dos antigos “vazios” urbanos passam a ser ocupados e a mancha torna-se mais compacta[...]. (SOUZA, 2017, p.8).

A metrópole dispersa é aquela onde os contornos visíveis se expandem contínua ou descontinuamente sobre as franjas limítrofes não-ocupadas, sendo que, à medida em que esse processo acontece, as taxas de densificação do centro se tornam inferiores às taxas observadas nas áreas periféricas. Na metrópole brasiliense, essa é a tendência atual, pois enquanto a área do Plano Piloto permanece relativamente estagnada em termos demográficos, as demais regiões administrativas e cidades localizadas nos municípios goianos têm crescido vertiginosamente, como evidencia a tabela 2. E, mais que isso, conforme será analisado no tópico 2.3, essas periferias, nos últimos anos, também estão começando a receber diferentes investimentos em atividades relacionadas ao setor de comércio e serviços e, se isso não coloca em xeque a preponderância que a área do Plano Piloto, que abrange a cidade central do aglomerado, isto é, Brasília, consolidou ao longo da história, contribui, pelo menos, no sentido de tornar a estruturação do espaço metropolitano mais complexa do que era antes.

Tabela 2 – População residente nas regiões administrativas que compõem o DF entre os anos de 2004 e 2015

(continua)

	Região Administrativa	População total (2004)	População estimada (2015)	Variação entre os períodos
I	Plano Piloto	198.906	210.067	+ 5,6%
II	Gama	112.019	134.111	+ 19,7%
III	Taguatinga	223.452	207.045	- 7,34% ⁴⁷
VI	Brazlândia	48.958	51.816	+ 5,8%
V	Sobradinho	61.290	62.763	+ 2,4%
VI	Planaltina	141.097	190.495	+ 35,0%
VII	Paranoá	39.630	44.975	+ 13,4%
VIII	Núcleo Bandeirante	22.688	23.562	+ 3,8%
IX	Ceilândia	332.455	479.713	+ 44,2%
X	Guará	112.989	133.171	+ 17,8%
XI	Cruzeiro	40.934	29.535	- 27,8%
XII	Samambaia	147.907	258.457	+ 74,7%

⁴⁷ Haja vista o desmembramento da RA XXX – Vicente Pires.

Tabela 2 – População residente nas regiões administrativas que compõem o DF
entre os anos de 2004 e 2015

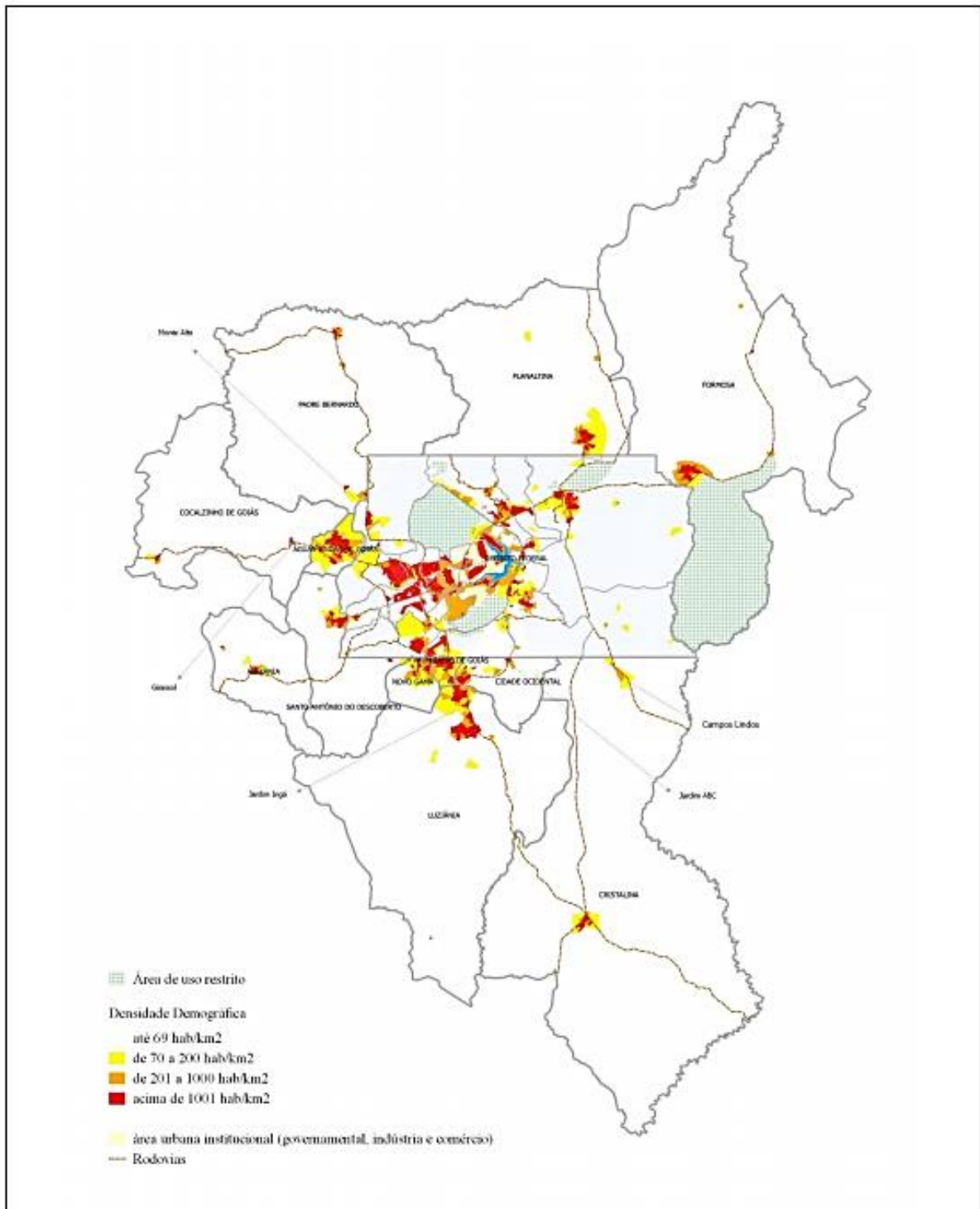
				(conclusão)
XIII	Santa Maria	89.721	125.559	+ 39,9%
XIV	São Sebastião	69.469	99.525	+ 43,2%
XV	Recanto das Emas	102.271	146.906	+ 43,6%
XVI	Lago Sul	24.406	28.981	+ 18,7%
XVII	Riacho Fundo	26.093	40.098	+ 53,6%
XVIII	Lago Norte	23.000	36.394	+ 58,2%
XIX	Candangolândia	13.660	15.641	+ 14,5%
XX	Águas Claras	43.623	138.562	+ 217,6%
XXI	Riacho Fundo II	17.386	51.709	+ 197,4%
XXII	Sudoeste/Octogonal	46.829	52.990	+ 13,1%
XXIII	Varjão	5.945	8.453	+ 42,1%
XXIV	Park Way	19.252	19.803	+ 2,8%
XXV	SCIA	14.497	38.429	+ 165,0%
XXVI	Sobradinho II	71.805	100.683	+ 40,2%
XXVII	Jardim Botânico	-	26.882	-
XXVIII	Itapoã	46.252	67.238	+ 45,3%
XXIX	SIA	-	1.990	-
XXX	Vicente Pires	-	72.733	-
XXXI	Fercal	-	8.288	-
-	Internamente à Bacia do Lago Paranoá	610.208	902.118	+ 47,8%
-	Externamente à Bacia do Lago Paranoá	1.486.326	2.004.456	+ 34,8%
-	Distrito Federal	2.096.534	2.906.574	+ 38,6%

Fonte: CODEPLAN 2004; CODEPLAN, 2015.

2.2.4. A Área Metropolitana de Brasília (AMB)

Quais são os contornos da metrópole brasiliense hoje? Para responder essa questão, vejamos os mapas que seguem:

Mapa 9 – Área urbanizada e densidade demográfica no espaço metropolitano de Brasília, 2018



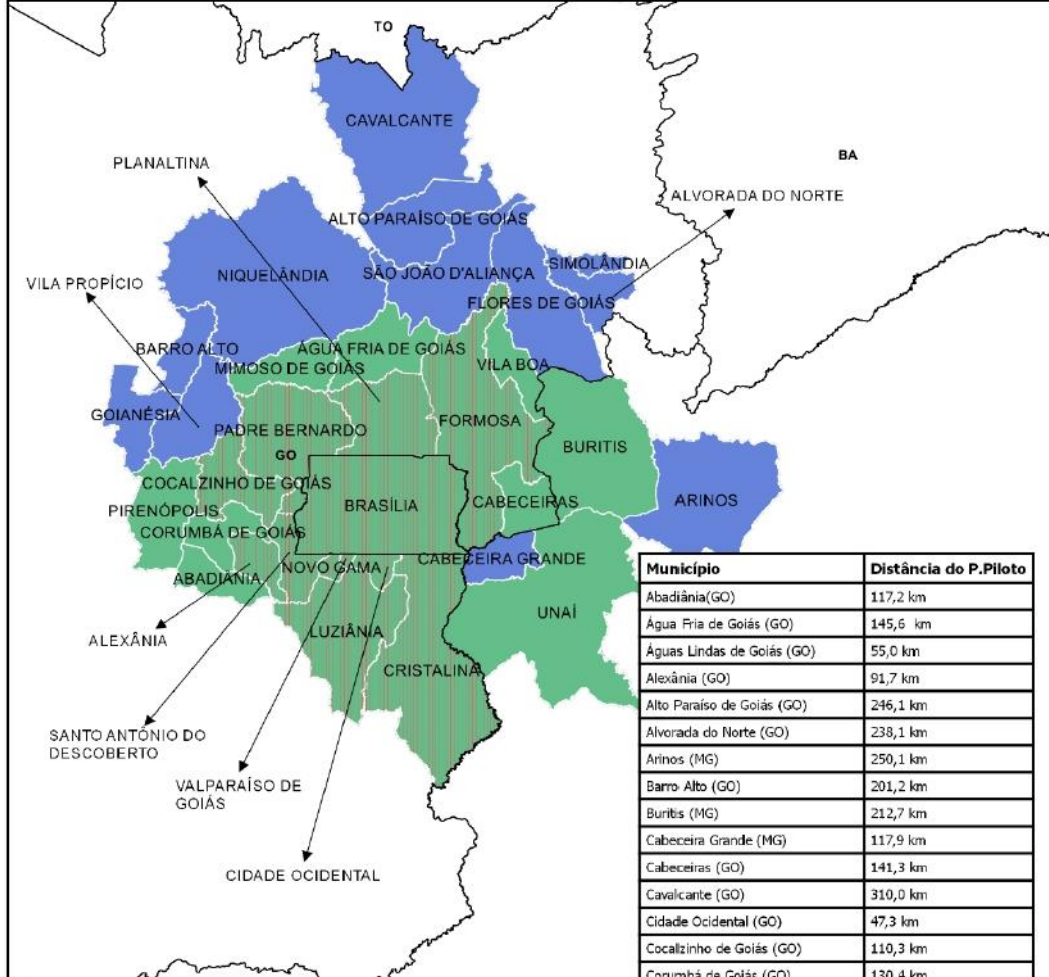
Fonte: CODEPLAN, 2018.

O mapa 8 retrata a expansão periférica dentro do território distrital de 1960 a 2013. Se comparada à figura anterior, extraída de Paviani (1985), nota-se que, nos últimos anos, os processos descritos nesse tópico já estavam bastante avançados: a estruturação do eixo entre Taguatinga e o Gama previsto pelo Peot de 1977; o adensamento em torno dos sistemas de transporte, destacando-se a linha do metrô; e a ocupação dos espaços intersticiais entre as nucleações que se formaram nos períodos precedentes nos limites externos e internos da Bacia do Lago Paranoá. O mapa 9, por sua vez, mostra o transbordamento da área urbanizada em direção aos municípios goianos, processo que, por sua vez, abrange os eixos de acesso à cidade central, ou seja, as rodovias federais BR 0-40 (ao sul), BR 0-60 (a sudoeste), BR 0-70 (a oeste) e BR 0-20 (a nordeste). Pode-se dizer, que em termos gerais, esses mapas representam os contornos visíveis do espaço que se articula diretamente à expansão metropolitana de Brasília nos dias de hoje.

Em 1973, quando foram instituídas as primeiras regiões metropolitanas do país, o aglomerado urbano formado pelo Distrito Federal e os municípios goianos, cujos limites já foram apontados, permaneceu de fora. Segundo Paviani (2002), “na época, Brasília, preenchia as características demográficas, mas não detinha grandes indústrias para a Capital ser incluída nas metrópoles então delimitadas”. Em 1998, a fim de contornar os impasses em torno dessa questão, foi criada a RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e Entorno – RIDE/DF, composta por dezoito municípios, aos quais vieram somar outros doze em 2018, conforme demonstra o mapa 10. Segundo a CODEPLAN (2015, p. 8) o principal objetivo ao se criar a RIDE-DF era realizar “o planejamento conjunto de serviços públicos comuns”. De acordo com Brito (2009, p. 197) “juntas, Brasília e a RIDE, haviam superado a casa dos três milhões e meio de pessoas em estimativa do ano de 2007, todas vivendo sob alto grau de dependência das atividades e serviços da sede do governo”. Em 2018, segundo dados atualizados do IBGE, essa região concentrava 4.560.505 habitantes.

Mapa 10 – RIDE-DF e AMB (Área Metropolitana de Brasília), 2018

Ampliação da RIDE - Lei Complementar nº 163 de 14/06/2018, Distâncias aproximadas do Plano Piloto - DF



Legenda:

- Municípios da RIDE - Lei Complementar nº 94/1998
- Municípios adicionados pela Lei Complementar nº 163/2018
- Unidades da Federação



Malha Federal IBGE/2016. Malha Municipal IBGE/2016. Mapa temático elaborado pela DEURA/CODEPLAN, 2018.

Fonte: CODEPLAN, 2018.

Porém, mesmo que a RIDE consiga expressar as articulações econômicas e/ou demográficas de Brasília com a região circunvizinha, não se pode dizer que ela possui, enquanto totalidade, uma dimensão efetivamente metropolitana. Nela, encontram-se municípios cujas sedes estão localizadas a 150 km de distância em relação à cidade central do aglomerado urbano, sem qualquer indício de conurbação. Além disso, entre os municípios da RIDE, existem aqueles que, conforme estudo próprio da Codeplan (2014), apresentam fluxos menos intensos com a capital federal. Portanto, a fim de delimitar a dimensão metropolitana de Brasília, em consonância com a área efetivamente articulada ao movimento da vida cotidiana em torno da capital, foi instituída a AMB (Área Metropolitana de Brasília), cuja extensão, se comparada à RIDE/DF, é menor.

Segundo Souza (2016, p. 167), “[...] a AMB está contida na Ride-DF e, basicamente, não considera os municípios mais afastados e de integração regional como o espaço de influência de Brasília, buscando reter-se ao espaço efetivamente metropolizado”. Apesar de não ser oficializada como região metropolitana, a AMB pode ser um importante instrumento de planejamento territorial e, ao mesmo tempo, objeto privilegiado por estudos acadêmicos. Ao todo, ela compreende doze municípios goianos: Alexânia, Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás, conforme se vê no mapa anteriormente colocado (Mapa 10). São esses os municípios que têm ligações rotineiras com a capital federal no que se refere a saúde, educação, trabalho, consumo e utilização de serviços.

Quanto mais dispersa a metrópole brasiliense se torna, maior a tendência em direção à descentralização das atividades urbanas e, conseqüentemente, à formação de núcleos secundários. Nas periferias distantes, são criadas novas empresas e/ou filiais das empresas já existentes em outras localidades a fim de atender as demandas locais relacionadas ao trabalho e ao consumo de mercadorias e serviços. Assim, a estrutura do tipo monocêntrica vai, pouco a pouco, sendo substituída por um novo perfil de estruturação, do tipo multicêntrico. Nesse processo, contudo, a predominância da cidade central, Brasília (RA I – Plano Piloto), sobre o aglomerado é mantida, pois é onde se concentram as atividades da administração pública e quase toda massa salarial.

2.3. A dinâmica econômica: Brasília, metrópole multicêntrica

Para se compreender a estruturação da metrópole brasileira, a expansão periférica é, de fato, um aspecto de grande relevância. Pelo que foi discutido, Brasília, hoje, é o centro de uma metrópole dispersa que adentra, inclusive, o território goiano. Porém, este não é único processo que interessa a este trabalho, pois a estruturação da metrópole brasileira, além de ser influenciada pelos processos destacados, também foi direcionada ao longo das últimas décadas pela dinâmica econômica. Portanto, neste momento, serão feitos alguns apontamentos sobre como a economia deste aglomerado se organiza, incluindo as questões relacionadas a emprego, produção e renda, pois ambos são elementos que intervêm diretamente sobre as transformações da centralidade. Depois, será feito um debate a respeito dos espaços urbanos multi(poli)cêntricos, durante o qual espera-se esclarecer por que Brasília é uma metrópole multicêntrica, mas, em contrapartida, pelo menos no período atual, não pode ser classificada como policêntrica. Pretende-se mostrar, ainda, como esse aglomerado é profundamente desigual.

2.3.1. A terciarização da economia urbana

Após a década de 1990, o sistema de produção fordista adotado pelo Brasil e, também, pelos demais países capitalistas ocidentais, entrou em crise. Em seu lugar, foi estabelecido um novo regime econômico que, por sua vez, não se apoia na produção ou no consumo de massa, mas, sim, na especialização flexível. Esse novo regime se orientou para o desenvolvimento de novas tecnologias integradas à ciência e à informação, ao mesmo tempo em que se buscou ampliar o mercado de crédito como alternativa ao incremento dos salários. Nesse contexto, até mesmo as relações de trabalho se transformaram, tornando-se mais fugazes do que eram antes, com o advento da terceirização e dos acordos individuais. É durante este período que se verifica também o avanço do processo de globalização, isto é, a integração dos Estados nacionais através dos fluxos econômicos, culturais, tecnológicos e informacionais que emergiram no período pós-2ª guerra, conforme assevera M. Santos (2008, p. 23):

A nova economia internacional, que se manifesta depois da Segunda Guerra Mundial, apresenta, entre outras, as seguintes características: internacionalização e multiplicação das trocas, preponderância da tecnologia e a concentração dela decorrente, solidariedade crescente entre os países (cooperação entre países industriais, domínio sobre os países subdesenvolvidos), modificações da estrutura e força de consumo.

A intensificação dos fluxos econômicos permitiu que viesse a ser estabelecida uma nova divisão internacional do trabalho, sobrepondo-se à divisão que existia anteriormente. Foram criadas as cadeias produtivas globais e muitos países subdesenvolvidos conseguiram, enfim, industrializar-se, desde que fossem capazes de oferecer vantagens competitivas interessantes a fim de atrair o excedente de capital mundializado, como, por exemplo, através de isenções fiscais e/ou repatriação de lucros. Já no âmbito da metropolização, este período também é marcado por mudanças importantes, especialmente no que se refere à economia urbana. Desde então, seja nos países ricos ou, sobretudo, nos países pobres, as metrópoles, além de dispersas, têm se caracterizado, cada vez mais, pela predominância do setor terciário. Até meados do século XX, esses aglomerados eram identificados pela função industrial, já que, desde muito tempo, boa parte das fábricas buscavam localizar-se nos centros densamente povoados como estratégia para ampliar o raio de atuação e minimizar os custos de produção. Assim, pode-se dizer que as metrópoles estão, agora, ressignificando-se.

Analisando as ideias de Saskia Sassen e Petter Hall sobre as mudanças ocorridas com a crise do fordismo, Matteo (2007, p.29-30) sugere que:

O peso da atividade econômica deslocou-se de lugares baseados na produção para centros financeiros e de serviços altamente especializados, que existem em pequeno número e são chamados de "cidades globais". As cidades globais, como anteriormente definidas, são aquelas nas quais os negócios consistem principalmente em produção de serviços informacionais especializados, serviços financeiros, serviços de mídia, serviços educacionais e de saúde e turismo (inclusive turismo de negócios). Essas cidades (que perderam certas funções entre os anos 70 e 80) apresentam redução de empregos em setores tradicionais (como a manufatura) e grandes ganhos em outros, como serviços financeiros e serviços especializados de negócios.

Portanto, à globalização corresponderia o surgimento das cidades globais, papéis que são exercidos, preferencialmente, pelas metrópoles, cuja predominância

não está mais vinculada, exclusivamente, ao setor produtivo, mas sobretudo, às atividades de gestão do território, à atividade comercial e à prestação de serviços. No Brasil, existem vários estudos sobre essa questão, especialmente sobre a cidade de São Paulo. Entre eles, por exemplo, destaca-se o trabalho de Sposito (2004). A autora defende que a metrópole paulistana, em razão do complexo regional que fora criado em torno da economia cafeeira, veio a se consolidar no século XX como polo econômico. Esse complexo assentou as bases necessárias para a industrialização vindoura, ao ponto de que, em 1970, 43% da produção industrial brasileira fosse proveniente de lá. Entretanto, nas décadas seguintes, esse percentual começou a diminuir progressivamente e muitas fábricas que, até o presente momento, estavam localizadas na metrópole paulistana, deslocaram-se para outras regiões do país.

Sposito (2004) reitera que, apesar da participação da metrópole paulistana no que se refere à produção industrial ter diminuído, isso não quer dizer que ela esteja economicamente saturada e/ou decadente, mas sim, que está ressignificando seus papéis. Muitas fábricas, de fato, saíram de São Paulo para se instalar num raio mais ou menos próximo, à distância de 150 km da metrópole paulistana, enquanto outras adentraram o interior do território brasileiro. Porém, permaneceram e, até mesmo, se ampliaram outras atividades que, também, são relevantes, tais como: comunicações, alojamento e alimentação, instituições financeiras, atividades imobiliárias, alugueis e serviços prestados às empresas, saúde, educação, e assim por diante. Além disso, São Paulo ainda reúne a maior parte das sedes das empresas cujas unidades produtivas se desconcentraram (35% do total existente no país) e, nesse sentido, se a produção industrial diminuiu, a centralização espacial dos capitais, por outro lado, manteve-se elevada. Portanto, pode-se afirmar que a metrópole paulistana se articula, hoje, à economia globalizada sob a condição de metrópole terciária ou, até mesmo, quaternária.

No caso de Brasília, à semelhança de São Paulo, também estamos diante de uma metrópole terciária. Isso porque:

Seus atividades terciárias e quaternárias (serviços de alto padrão, Congresso Nacional, universidades, centros tecnológicos, etc), possibilitam razoável capacidade de integração de grandes espaços geográficos (Norte, Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste). Destas regiões, aliás, provêm as correntes migratórias mais significativas para o DF. Assim, Brasília seria uma metrópole terciária/quaternária, incompleta por não apresentar produção industrial de importância econômica em âmbito nacional. São Paulo é a metrópole completa do

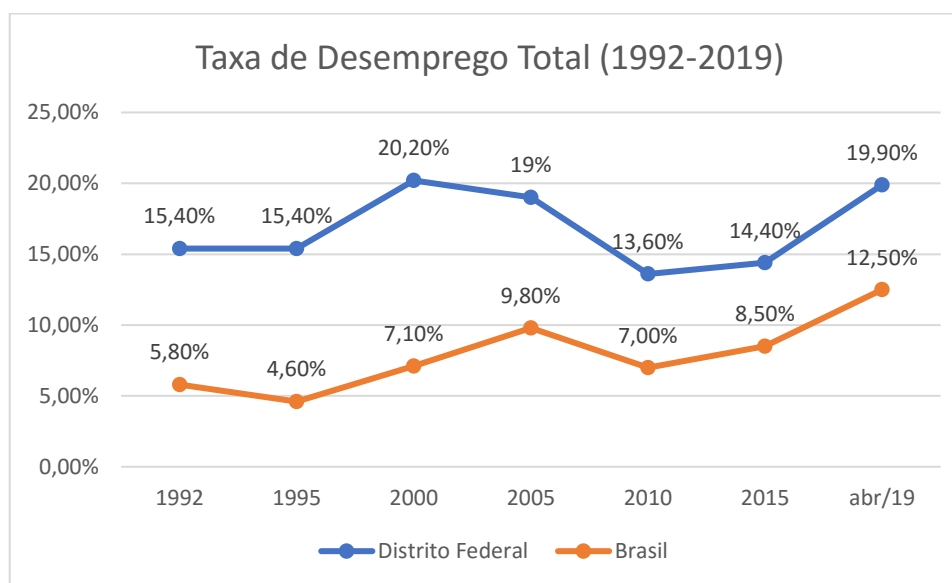
Brasil, pois, além de ter pujança econômica, suas indústrias abastecem os mais distantes rincões nacionais, exportando para os países vizinhos em volume significativo. PAVIANI (2002, on-line).

Durante a construção da nova capital, a economia do Distrito Federal era predominantemente voltada para o setor de construção civil. Porém, nos anos seguintes, este cenário viria a se modificar. À medida em que as obras de infraestrutura urbana previstas na área do Plano Piloto ficavam prontas, a construção reduzia sua importância relativa ao emprego e, assim, em 1980, somente 18% da população ativa continuava atuando nesse setor (PAVIANI, 1985). O terciário, na contramão, expandiu-se cada vez mais, ao passo que Brasília se consolidava como sede do governo federal por meio da transferência dos órgãos administrativos. A chegada de novos moradores, cujos rendimentos eram relativamente elevados, induziu à criação de novas atividades comerciais concentradas, majoritariamente, na área do Plano Piloto. Em 2004, segundo a Codeplan, o terciário empregava 94,1% da PEA (População Economicamente Ativa) do Distrito Federal. Já em janeiro de 2019, último período analisado, 91,25% dos trabalhadores atuavam nas atividades de comércio, serviços e/ou na administração pública, enquanto 4,48% encontravam-se na construção civil, 3,66% na indústria e, por fim, 0,61% nas atividades agropecuárias (CODEPLAN, 2018)

Nos últimos anos, os níveis de desemprego total têm sido mais elevados no Distrito Federal do que a média nacional, como se vê no gráfico 1. Esse fenômeno, além da conjuntura nacional desfavorável, está associado ao fato de que a estrutura de emprego no Distrito Federal, ainda hoje, é bastante restritiva, enquanto, por outro lado, o crescimento demográfico elevado segue disponibilizando nova mão-de-obra todos os anos. Quando se fala em estrutura de emprego restritiva, está se referindo ao fato de que não existem empreendimentos industriais suficientes no território distrital que consigam empregar os trabalhadores desocupados e, ao mesmo tempo, como muitas vagas de trabalho estão relacionadas à administração pública (26,04% dos empregos, 44,7% do PIB e 53,4% da massa salarial, segundo a CODEPLAN, 2018), a expansão do mercado formal está, em grande medida, atrelada ao nível de investimento dos governos federal e/ou distrital. Portanto, não raramente, falta emprego e a solução, muitas vezes, vem através do setor informal ou autônomo, incluindo, por exemplo, o comércio ambulante e o serviço doméstico, o que, por sua vez, intensifica a expansão do setor terciário (8,2% de assalariados sem carteira

assinada, 14,8% de autônomos, 5,7% de empregados domésticos [ibidem]). Frente a esse cenário, pode-se dizer que a metrópole brasileira deve sua dinâmica econômica, não somente à expansão do setor produtivo e/ou comercial moderno, mas também devido à expansão do setor informal, dentro do qual estão incluídos milhares de trabalhadores que têm como preocupação fundamental garantir a reprodução da própria subsistência.

Gráfico 1 – Taxa de desemprego total entre 1992 e 2019 no DF e no Brasil



Fonte: IBGE (PME), 2019; IBGE (PDAD Contínua), 2019; CODEPLAN (PED), 2019.

Sobre a questão da indústria, é importante fazer alguns apontamentos. Segundo Paviani (2002, on-line) “o estatuto do Plano Piloto de Brasília estipulou para a Capital funções políticas e administrativas e coibiu a instalação de indústrias pesadas ou as que gerassem poluição ambiental.” Essa prática da administração pública se manteve firme através do tempo. No Pdot de 2009, documento que, agora, orienta o planejamento urbano, está escrito no art. 32, parágrafo VII, que o governo buscará “incentivar a produção industrial não poluente, com ênfase nas atividades intensivas do conhecimento e de inovação tecnológica”. Postura semelhante é adotada pela CODEPLAN, que, segundo estudo recente, defende “a necessidade de se repensar a política econômica da região” (CODEPLAN, 2018), pois, até hoje, a maioria dos manufaturados consumidos no território distrital é importada de outros estados. O Distrito Federal representa apenas 0,8% do PIB industrial brasileiro, ainda

que reúna em torno de si o quarto aglomerado urbano mais populoso do país, segundo o Portal da Indústria⁴⁸.

As taxas de desemprego observadas no Distrito Federal atingem diferencialmente as regiões administrativas, e, geralmente, recaem sobre as periferias onde residem as classes menos favorecidas. Enquanto o desemprego entre as classes de maior poder aquisitivo é inferior a 10%, nas regiões de menor renda pode-se chegar a 26% ou mais. Portanto, os mais pobres são aqueles que, de fato, acabam penalizados pela insuficiência do setor secundário e/ou pelo fato de que o terciário depende, em grande parte, do nível em que se encontram os investimentos públicos⁴⁹. Além do desemprego, o rendimento mensal também muda de uma área para outra. De acordo com o PDAD 2018, produzido pela CODEPLAN, as regiões administrativas do Distrito Federal se encaixam em quatro grupos de renda distintos, sendo que, próximo à área do Plano Piloto, a renda média domiciliar mensal pode chegar a 20 mil reais, enquanto que, nas regiões mais afastadas, atinge valores próximos a 2,5 mil reais. No primeiro caso, o rendimento *per capita* é algo em torno de 6 a 7 mil reais por mês, enquanto no segundo fica próximo ou, não raramente, abaixo de 1 salário mínimo.

A renda diferencial entre uma região e outra tem a ver, mais uma vez, com a estrutura de emprego do Distrito Federal que, além de restritiva, é desigual. Enquanto as funções públicas remuneram altos salários, os empregos disponíveis no setor privado pagam valores bem inferiores. Segundo a CODEPLAN (2015), o setor terciário é responsável por 97,57% da massa salarial paga aos trabalhadores no território distrital. Desse montante, 71% corresponde aos salários dos servidores públicos, ou seja, $\frac{3}{4}$ dos rendimentos desembolsados todos os meses neste setor estão ligados à administração pública que, a essa altura, representava 35% dos vínculos empregatícios. O salário médio dos servidores públicos era de R\$ 9.440,00 e, no caso dos empregados do setor privado, R\$ 2.044,00. Como os servidores públicos que ganham altos salários residem, me maioria, nas regiões próximas à área do Plano Piloto, a diferença salarial se materializa *in loco* no espaço metropolitano de Brasília,

⁴⁸ Destacam-se os ramos ligados à instalação de serviços públicos, alimentos, bebidas, minerais não-metálicos, farmacêuticos, químicos, informática, impressão, manutenção e reparação, entre outros. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/>. Acesso em: 30 mai. 2019.

⁴⁹ "O grande peso desse segmento implica uma dependência dos demais setores de atividade econômica, que se organizam para atender sua demanda, provendo bens e serviços ao setor público." (CODEPLAN, 2018b, p. 6).

reforça a segregação de classes e chega a interferir, inclusive, na dinâmica da centralidade, já que a descentralização das atividades urbanas está relacionada, também, com a demanda por consumo.

Em resumo, mediante todos os aspectos elencados, pode-se dizer que Brasília, metrópole terciária, é, também, uma metrópole onde se materializam profundas desigualdades socioeconômicas. Pela sua excepcionalidade, o crescimento do emprego e da renda no Distrito Federal estão, em grande medida, atrelados aos investimentos públicos, a despeito do crescimento que se observa no setor privado que, hoje, reconhecidamente maior do que já fora antes, ainda assim, em termos salariais, tem menor representatividade. Portanto, os mais pobres, já penalizados pelo distanciamento em relação à cidade central, também enfrentam os obstáculos impostos por uma estrutura de emprego restritiva e desigual agravada pela crise econômica nacional. No que se refere à centralidade, incluindo a centralidade educacional, como será visto no próximo tópico, a distribuição da renda é um fator fundamental que direciona o processo de descentralização das atividades urbanas, já que essa dinâmica tem a ver com os níveis de consumo dos moradores. Portanto, isso poderia nos ajudar a explicar, por exemplo, o fato de que a área do Plano Piloto, desde que começou a ser ocupada até os dias de hoje, mantém sua predominância sobre todo o aglomerado.

2.3.2. A centralidade móvel

No capítulo 1, foi apresentado o conceito de multi(poli)centralidade urbana, isto é, a centralidade que se rompe, multiplica e/ou fragmenta. Esse conceito é utilizado para se refletir a respeito dos casos em que os aglomerados urbanos, especialmente as metrópoles, não se organizam em torno de estruturas monocêntricas, pois são constituídas por diferentes núcleos secundários. São aglomerados que possuem subcentros e eixos comerciais fora do Centro Principal, que, nos períodos precedentes, monopolizava as atividades urbanas e, com efeito, os fluxos de consumo e trabalho. Hoje, em determinadas situações, os centros historicamente constituídos são, inclusive, preteridos pelos investimentos públicos e privados, à medida em que surgem novas áreas de centralidade sob ação do capital imobiliário ou, ainda, do próprio governo, que, ao contrário dos subcentros e dos eixos comerciais, deixam de

ser hierarquicamente inferiores ao Centro Principal para competir com a predominância exercida por ele. Nesse contexto, o que pode ser dito em relação ao espaço metropolitano de Brasília? Devemos, então, explorar esse assunto.

No período de tempo que compreende a construção de Brasília e o momento atual, a dinâmica da centralidade urbana já passou por diversas transformações, que, por sua vez, estiveram atreladas à implantação do projeto urbanístico de Lúcio Costa, à expansão urbana em direção às periferias e às características econômicas desiguais do aglomerado. À época da construção, era a Cidade Livre que reunia a maior parte das atividades de abastecimento dos trabalhadores. É lá que surgiu, inclusive, a Associação Comercial do Distrito Federal em julho de 1957, que só mais tarde viria a se instalar na área do Plano Piloto. De início, as lojas comercializavam mercadorias de consumo básico. Segundo a própria ACDF ([2007?], p. 17), no ano de sua fundação, a Cidade Livre reunia somente “um restaurante, duas padarias, um hotel e um açougue”. Porém, com o passar do tempo, à medida em que a pressão migratória aumentava, o comércio foi crescendo e começaram a surgir serviços de hospedagem, cinemas, agências bancárias, boates, armazéns, etc. As lojas instaladas na Cidade Livre, assim como as casas feitas para moradia provisória, eram construídas utilizando-se estruturas de madeira.

Em 1958, muitos comerciantes da Cidade Livre foram remanejados para a cidade-satélite recém-implantada de Taguatinga. Depois, quando Brasília foi inaugurada, eles vieram a se mudar para a Via W3 Sul, que, inicialmente ocupada pelos novos moradores, apresentava condições de acessibilidade e infraestrutura favoráveis à instalação de novas atividades. No projeto original, a W3 Sul não deveria ser uma via predominantemente comercial. A fachada das lojas ocuparia a avenida W2 Sul, enquanto, no lado oposto, ou seja, de frente para a W3 Sul, ficaria o acesso aos galpões e/ou depósitos. Além disso, a oeste da W3 Sul, deveriam ser construídos pomares, hortas e floriculturas com a finalidade de abastecer os comércios das superquadras residenciais. Contudo, na prática, o que se produziu foi diferente. Os construtores acabaram por inverter a direção em que se encontrava a fachada das lojas, pois a W3 Sul destinava-se a ter maior circulação de veículos que as outras vias existentes. E, em vez de pomares, foram feitas casas geminadas em caráter de urgência para abrigar os moradores recém-chegados à nova capital. Assim, o

comércio da W3 Sul se desenvolveu e ela, enfim, se tornou o “centro da cidade pequena que Brasília ainda era” (SEDUMA, 1985, p. 57).

Na figura 17, é possível ver a concentração das lojas na W3 Sul no lado direito da avenida entre as décadas de 1960 e 1970:

Figura 17 – W3 Sul entre as décadas de 1960 e 1970



Fonte: Página do Jornal Metrôpoles.⁵⁰

Não obstante, a centralidade exercida pela W3 Sul, assim como ocorrera na Cidade Livre, também se transformou. Nos anos 1970, ela foi afetada pela construção de novos *shopping centers* e blocos comerciais na Área Central de Brasília, isto é, ao redor da plataforma rodoviária, onde, originalmente, Lúcio Costa determinou que viesse a se consolidar o principal nó de atração dos fluxos de consumo e trabalho da nova capital. O *Shopping Conjunto Nacional*, inaugurado em 1971, foi o primeiro deles. A migração dos comerciantes para a Área Central de Brasília fez a W3 Sul ressignificar-se e, assim, ela deixou de ser o principal corredor de comércio da

⁵⁰ Disponível em: <https://www.metropoles.com>. Acesso em: 04 jun. 2019.

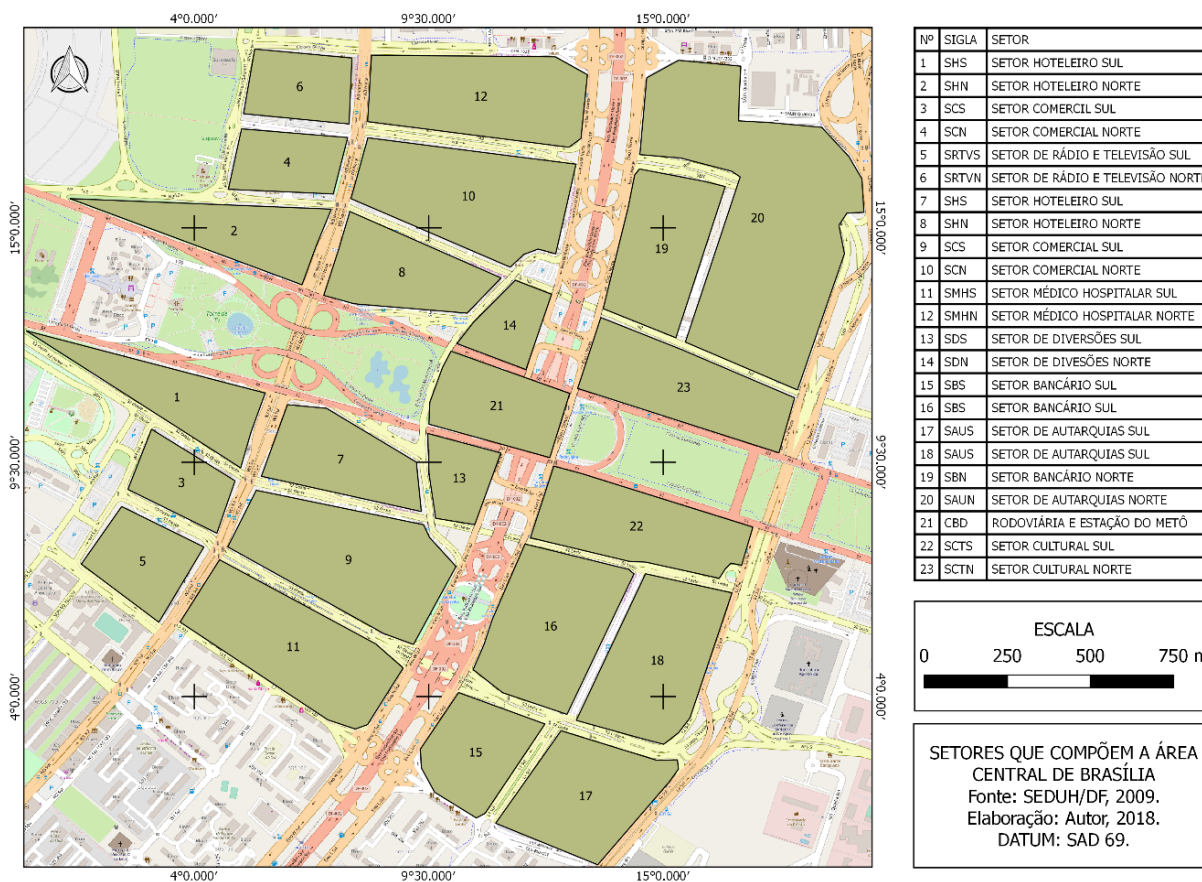
cidade⁵¹. Muitas lojas foram abandonadas e, desde então, têm sido propostas várias medidas de requalificação urbana que visam frear a tendência de esvaziamento. Entre elas, segundo Brandão (2016), propõe-se, por exemplo, transformar a W3 Sul numa espécie de centro cultural, com teatros, cinemas, museus e praças com atividades de lazer. Assim:

Com o aumento da população e a ocupação, embora parcial, da Asa Norte, a W-3 Sul perdeu, definitivamente, suas características iniciais e a cidade começou a voltar-se para seu centro geográfico. Além disso, a Rodoviária, localizada em pleno coração da cidade, faz convergirem também para lá os moradores das cidades-satélites. [...] Esta função de “traço união” entre a capital e as cidades-satélites deu à Rodoviária uma grande vitalidade cotidiana, extremamente importante para a zona central como um todo, que transborda para toda a Plataforma e foi geradora de atividades espontâneas como a feira de artesanato nas imediações da Torre de TV. (SEDUMA, 2009, p. 56).

A partir dos anos 1980, embora tenha permanecido muitos espaços vazios, a Área Central de Brasília foi tomada por diferentes usos, seguindo-se a proposta de zoneamento funcional anteriormente pensada por Lúcio Costa. Nela, foram implantados vários setores de atividades, como, por exemplo, os setores de comércio, de serviços, de escritórios, de diversões, bancários, hoteleiros, médico-hospitalar, de autarquias, rádio e TV, e assim por diante, conforme se vê no mapa 11.

⁵¹ “Outro caso emblemático desse processo de transformação da centralidade é o da W3 Sul. A avenida foi o principal corredor de comércio e serviços da cidade por ocasião da sua implantação. Entretanto, ela tem sofrido gradativo esvaziamento, que se iniciou quando da instalação do Conjunto Nacional, ainda na década de 1970. A construção de outros centros comerciais, posteriormente, intensificou a sua decadência, dando lugar a ocupações menos sofisticadas que se deterioraram com o passar dos anos”. (CAVALCANTE, 2009, p. 82-3).

Mapa 11 – Setores que compõem a Área Central de Brasília



Fonte: SEDUH/DF, 2009.

A Área Central passou a concentrar a maioria dos empregos existentes na área do Plano Piloto e, assim, ela veio a se consolidar como o verdadeiro CBD da metrópole brasiliense. Além disso, ela veio a reunir também as classes de maior poder aquisitivo e, por esse motivo, é onde se realizaram os principais investimentos em infraestrutura e acessibilidade da nova capital. Conforme preconiza Villaça (2001), “o centro é onde estão as elites”. Isso significa que a centralidade, em certa medida, é determinada pelas práticas empreendidas pelas classes de maior poder aquisitivo, que, utilizando-se dos recursos disponíveis, incluindo o dinheiro público, conseguem direcionar os investimentos necessários à consolidação do centro para os lugares onde moram e/ou frequentam. Em Brasília, essa questão foi retratada, por exemplo, no trabalho de Cavalcante (2009), que tinha o objetivo de analisar os investimentos públicos em infraestrutura e acessibilidade no Distrito Federal durante a década de 2000. Segundo a autora, em todos os momentos, esses investimentos estiveram concentrados na área do Plano Piloto e isso, logicamente, contribuiu para reforçar sua predominância

em vez de suprimi-la. Nesse sentido, conclui a autora, verifica-se o “fortalecimento da aliança dessa centralidade com as camadas de mais alta renda” (CAVALCANTE, 2009, p. 81), o que, por sua vez, impede que as novas áreas de centralidade se desenvolvam.

A predominância da RA I – Plano Piloto preocupa os pesquisadores há várias décadas, pois é um fenômeno que influencia negativamente a qualidade de vida dos moradores das outras regiões administrativas do Distrito Federal e/ou do entorno goiano. Segundo o Mapeamento da Atividade Econômica feito pela Codeplan em 2018, a área do Plano Piloto concentrava, sozinha, 52,2% dos vínculos empregatícios e 74,7% da massa salarial de todo o território distrital. O SIA (Setor de Indústria e Abastecimento), construído em área adjacente para abrigar depósitos, atacadistas e fábricas, concentrava 8,3% dos empregos e 4,7% da massa salarial. Levando-se em consideração que o SIA é uma extensão da centralidade exercida pelo Plano Piloto, como diz Cavalcante (2009), ele vem a reforçar mais ainda a predominância dessa área sobre o restante do espaço metropolitano. A RA III - Taguatinga, em terceiro lugar, mesmo que tenha se tornado expressiva nas últimas décadas, dispunha de somente 7,3% dos postos de trabalho e 5,3% dos valores pagos em salários. Conseqüentemente:

É no centro [Plano Piloto] que as populações residentes na franja periurbana trabalham e consomem, mas em seus locais de residência enfrentam a precariedade de infraestrutura, a falta de fluidez na mobilidade, a falta de tempo pessoal disponível à convivibilidade familiar, sobretudo por causa dos deslocamentos que elas são obrigadas a fazer quotidianamente, tendo em vista a grande dissociação existente entre os locais de trabalho e os de residência (CATALÃO, 2010, p. 54).

Essa questão tem preocupado, também, a própria administração pública e, no âmbito dos planos de ordenamento territorial criados nas últimas décadas, frequentemente se fala sobre a distribuição desigual dos empregos entre a área do Plano Piloto e o restante da metrópole brasiliense. No PDOT/1992, ao mesmo tempo em que se estabeleceram medidas de adensamento dentro e fora da Bacia do Lago Paranoá, o governo distrital adotou postura favorável à desconcentração das atividades de comércio e serviços. Nele, a primeira cidade-satélite construída no território distrital, isto é, a atual RA III - Taguatinga, foi escolhida para desempenhar papéis complementares em relação à cidade central - Brasília, visto que se encontrava

numa área densamente ocupada. Assim, “quanto à expansão urbana, afirma sobre a bipolaridade entre o Plano Piloto e Taguatinga na condição de centros complementares, além de anunciar a conurbação entre essas localidades com a indicação da linha do metrô”. (CAVALCANTE, 2009, p. 120). Já no PDOT/1997, surge a ideia de se criar um Centro Regional entre Taguatinga, Ceilândia e Samambaia. Segundo Cavalcante (2009, p. 124):

O PDOT/1997 busca a consolidação de duas centralidades em Brasília, que o plano indica como polaridades: de um lado o Plano Piloto para o qual foram estabelecidas diretrizes no sentido da revitalização da sua centralidade e da sua consolidação como centro de caráter regional e nacional; e de outro o Centro Regional Taguatinga/Ceilândia/Samambaia apontado como fator de indução ao desenvolvimento do quadrante sudoeste do Distrito Federal, onde ocorreria a ampliação das atividades econômicas, sociais, culturais e de lazer.

Por fim, o PDOT/2009 também segue a mesma linha de atuação e, no artigo 106, argumenta a favor da “configuração de novas centralidades, promovendo o desenvolvimento urbano, econômico e social e a indução do crescimento local e regional [...]”. Não obstante, na prática, o PDOT/2009 e seus antecessores não foram tão eficazes em reverter a excessiva concentração dos empregos e/ou da renda na RA I - Plano Piloto e, dentro dela, na Área Central de Brasília. Para Cavalcante (2009), apesar das estratégias estabelecidas, não foi dada devida atenção à questão da acessibilidade e da infraestrutura necessárias para consolidar as novas áreas de centralidade⁵², privilegiando-se as obras de acesso ao centro já estabelecido. Além disso, a proposta em torno do Centro Regional de Taguatinga, cuja implantação foi iniciada em 2009, se perdeu em meio às disputas contratuais entre o governo distrital e as construtoras⁵³. Portanto, a área do Plano Piloto se mantém como o Centro

⁵² “As obras viárias seguem uma programação própria que não está vinculada nem ao planejamento urbano e nem a um planejamento setorial abrangente, de forma que se tornam mais susceptíveis as influências de interesses específicos. Contudo, são esses investimentos que se mostram mais efetivos na produção do espaço urbano e de sua centralidade, especialmente, quanto à criação e fortalecimento de acessibilidade. As obras viárias em Brasília remodelaram e reforçaram o sistema viário que se dirige para a região do Plano Piloto e realiza sua articulação interna, melhorando sua acessibilidade e reforçando sua centralidade”. (CAVALCANTE, 2009, p. 154).

⁵³ O Centro Regional começou a ser implantado em 2009 entre Taguatinga, Ceilândia e Samambaia, a partir da construção do Novo Centro Administrativo do Distrito Federal (Centrad). Entretanto, após a mudança de governo em 2015, o projeto foi paralisado. As obras do Centrad custaram aproximadamente 1 bilhão de reais (originalmente, 439 mil) e as construtoras Odebrecht e Via Engenharia encontram-se envolvidas em diversos escândalos de corrupção. O GDF procura rescindir o contrato com as empresas, pois o custo total para quitar a

Principal que articula o espaço metropolitano de Brasília. As demais regiões, quando desenvolvem atividades relacionadas ao setor de comércio e serviços, mesmo assim, se caracterizam como subcentros. Nesse sentido, verifica-se que a metrópole brasileira é multicêntrica, mas, em contrapartida, não se pode dizer que, até agora, ela tenha manifestado, concretamente, tendência no sentido de se tornar policêntrica, a não ser como intenção.

Qual a diferença entre metrópoles multicêntricas e policêntricas?. No primeiro caso, como diz Sposito (2013), multi significa muitos, ou seja, a tendência para a formação de novas áreas de centralidade dentro da metrópole e que, na maioria das vezes, desenvolvem-se espontaneamente a partir das práticas empreendidas pelos “comerciantes, prestadores de serviços, pequenos empreendedores e proprietários de imóveis ou terrenos “ (SPOSITO, 2013, p. 75) localizados em áreas periféricas. Assim, surgem, por exemplo, os subcentros. Já no segundo, de acordo com a autora, trata-se de um processo qualitativamente diferente, por três razões fundamentais: as novas áreas de centralidade que se formam atraem moradores da cidade toda e/ou até mesmo de localidades mais distantes, competindo, em parte, com o centro originalmente constituído; segundo: resultam de estratégias planejadas empreendidas por grupos imobiliários articulados ao Estado, numa ação de grande impacto que visa modificar a estruturação do espaço urbano; e, terceiro: ampliam a fragmentação das cidades, já que são criados para atender as demandas de certos estratos sociais, e, quando se materializam, influenciam os papéis desempenhados pelo centro principal, que, nesse contexto, se desvaloriza e adquire um novo conteúdo social.

Portanto, Brasília é uma metrópole multicêntrica e, enquanto tal, as novas áreas de centralidade que, hoje, se desenvolvem, configuram-se como subcentros. Segundo Sposito (1991, p. 47), os subcentros:

“[...] podem ser caracterizados como áreas onde se alocam as mesmas atividades do centro principal com diversidade comercial e de serviços, mas em escala menor, e com menor incidência de atividades especializadas. Na maior parte das vezes, surgiram em áreas distantes do centro e de densidade habitacional alta, constituindo-se

dívida, de 6 bilhões de reais, é excessivamente oneroso para os cofres públicos, segundo o governo. Os relatórios de impacto ambiental estão, ainda hoje, inconclusos. Atualmente, emergem novas possibilidades de ocupação do espaço, a partir do interesse manifesto pela *Arkansas State University* (EUA) no Centrad. Assim, vinte e um anos após o PDOT/1997, ainda existem incertezas sobre aquilo que foi proposto originalmente em relação à desconcentração dos serviços públicos. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/universidade-internacional-esta-de-olho-no-centro-administrativo>. Acesso em: 05 jul. 2018.

centros “regionais” no interior da estrutura urbana, e pequenos nódulos de convergência de transporte coletivo.

Nessa perspectiva, os subcentros das metrópoles exercem funções parecidas às do Centro Principal, mas não chegam a ter a mesma importância no que se refere aos fluxos mobilizados, já que, localizados nas áreas periféricas, sua influência sobre o movimento da vida cotidiana é menor. Geralmente, eles reúnem estabelecimentos pertencentes ao setor de comércio varejista e serviços e, mesmo entre eles, existem diferentes níveis de concentração-dispersão. Quando consolidados, esses subcentros minimizam os deslocamentos dos moradores que residem nas áreas circunvizinhas em direção ao Centro Principal e, com isso, pode-se dizer que são complementares entre si. Para Silva (2001, p. 112), os subcentros “seriam áreas distantes do Centro Principal, e que apresentam uma gama de serviços e equipamentos que, em menor escala, conseguem atender às necessidades locais de uma certa população”. Segundo Villaça (2001, p. 293), é uma “réplica em tamanho menor do centro principal, com o qual concorre em parte sem, entretanto, a ele se igualar. [...]”. Por terem se formado após o CBD, os subcentros também são chamados de núcleos secundários.

Na literatura geográfica, não faltam pesquisas a respeito dos subcentros, como demonstram os trabalhos de: Frúgoli Jr. (2000) sobre São Paulo; Villaça (2001) sobre São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre; Sposito (2004) sobre as cidades do interior do Estado de São Paulo; Tourinho (2004) sobre São Paulo; Silva (2006) sobre Londrina e Maringá-PR; Reis (2007) sobre Vitória-ES; Ribeiro Filho (2009) sobre Uberlândia-MG; Santos (2010) sobre Salvador-BA; Kneib (2014) sobre Goiânia-GO; e assim por diante. E, de modo semelhante, vários autores também têm se dedicado a analisar essa questão no que se refere ao espaço metropolitano de Brasília. Suas pesquisas apontam que, no âmbito da metrópole brasiliense, a centralidade também está se fragmentando e/ou multiplicando.

Segundo Turkienicz (1987, p. 181), nos anos 1980, já se observa alguns indícios de autonomia nas regiões administrativas que eram mais densamente ocupadas. Neste período, por meio da construção de novas ligações viárias que interconectavam as áreas periféricas entre si e, além disso, com o entorno goiano, que, até então, encontravam-se desarticuladas, emergiram novos nós de atração dos fluxos cotidianos no território distrital, como, por exemplo, Taguatinga. Assim:

Se de um lado, se dá a continuidade do movimento pendular [para o Plano Piloto], por outro lado, é observado um aumento significativo da população das cidades-satélites, acompanhado de uma relativa fixação da PEA nas próprias cidades-satélites (especialmente Taguatinga e Ceilândia), a partir do desenvolvimento do Setor Terciário.

Velloso e Jatobá (2018), em estudo recente, afirmam que estão se desenvolvendo, ao menos, três subcentros no território distrital: os aglomerados de Taguatinga/Ceilândia/Samambaia, Gama/Santa Maria e Sobradinho/Sobradinho II, cuja influência se estende para além da divisa com o estado de Goiás. Segundo os autores, essas regiões administrativas têm em comum o fato de que a renda domiciliar mensal, para os padrões que predominam nas periferias do Distrito Federal, é considerada média-alta e, além disso, em razão das atividades que concentram, conseguem reter boa parte da mão-de-obra residente dentro de si mesmas (em Taguatinga, esse percentual chega a 43%), além de atrair moradores das regiões mais próximas. É interessante notar também a relação que Velloso e Jatobá (2018) estabelecem entre o local de trabalho dos moradores das referidas RA's e o nível de escolaridade que eles possuem: geralmente, aqueles que têm ensino fundamental ou ensino médio trabalham próximo de casa, enquanto que, ao aumentar o nível de qualificação, aumentam também os deslocamentos em direção à área do Plano Piloto. Para os autores:

Esse padrão [centro-periférico] começou a sofrer alterações morfológicas, a partir da década de 1990, ao mesmo tempo em que a mancha urbana se expandiu de forma mais acelerada e as áreas intersticiais têm sido ocupadas em um movimento progressivo de conurbação. Simultaneamente a esse processo, alguns núcleos que antes exerciam função meramente de cidade-dormitório adquiriram importância em uma reestruturação produtiva do DF, passando a comportar-se como subcentros. (VELLOSO e JATOBÁ, 2018, p. 23).

Cavalcante (2009) também confirma a tendência para a formação de novas áreas de centralidade no Distrito Federal, porém é enfática ao dizer que os subcentros (ou subcentralidades, como a autora prefere chamá-los) continuam subordinados à área do Plano Piloto, como se observa através dos dados relacionados às viagens diárias realizadas pelos trabalhadores (35% do total de viagens se dirigem para lá, enquanto que, Taguatinga, na segunda colocação, reunia 13,71% delas). Além do Plano Piloto e de Taguatinga, Cavalcante (2009) também destaca a importância da

RA X – Guar, onde sobressai a concentração de atividades ao longo da EPIA. Nesse sentido:

No quadro de transformação da centralidade em Brasília constata-se que há uma expansão da centralidade na formao de um grande centro que engloba todo o Plano Piloto e transborda para suas imediações no eixo da EPIA e, ao mesmo tempo, se verifica certa fragmentação da centralidade com a sustento de poucos centros perifericos, de características modestas em comparação a centralidade principal, apoiados na oferta de serviços e maior acessibilidade pela proximidade com outras localidades distantes do Plano Piloto. (CAVALCANTE, 2009, p. 186-7).

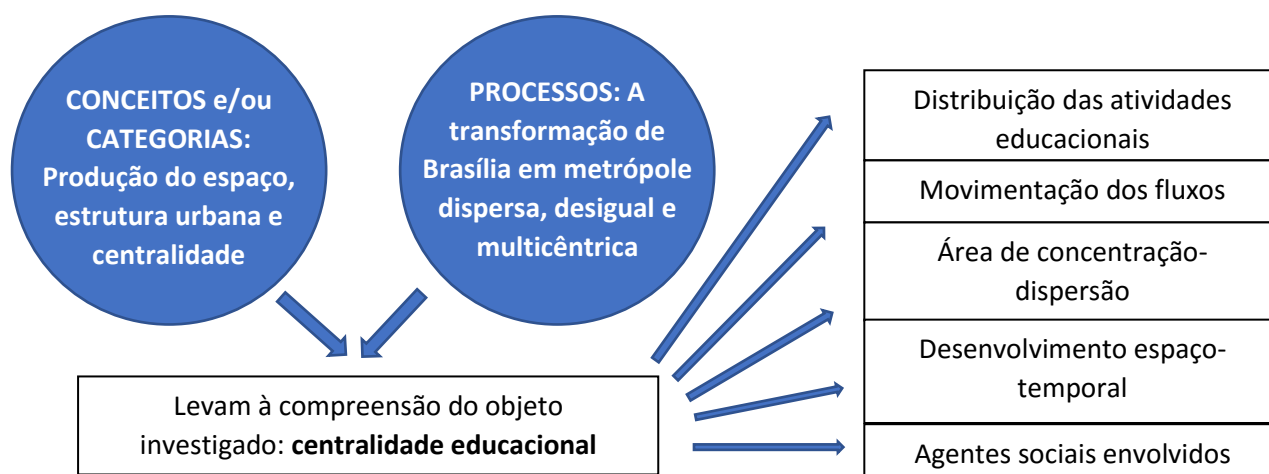
Em suma, pode-se afirmar que existe uma tendência inequívoca para formação de novas áreas de centralidade e/ou núcleos secundários na metrópole brasiliense. As dinâmicas discutidas ao longo deste capítulo conduziram  estruturação de uma metrópole dispersa, desigual e multicêntrica, que, atualmente, apresenta vários subcentros, os quais, apesar de não questionarem a preponderância exercida pela cidade central, Brasília (RA I – Plano Piloto), mesmo assim, continuam se desenvolvendo. Entre as atividades que, pouco a pouco, estão contribuindo para reforçar os papeis exercidos por esses núcleos, estão aquelas pertencentes ao setor educacional, como acontece, por exemplo, no que se refere  RA III - Taguatinga. Neste trabalho, defende-se a ideia de que Taguatinga está se transformando em uma centralidade educacional e, ao longo do próximo capítulo, este processo será, enfim, analisado.

3. TAGUATINGA: CENTRALIDADE EDUCACIONAL

Definidos os conceitos necessários à compreensão do tema pesquisado e analisados os processos socioespaciais que, hoje, estão interferindo sobre a dinâmica da centralidade na metrópole brasiliense, isto é, o fato de que ela vem a ser uma metrópole dispersa, desigual e multicêntrica, é chegado o momento, enfim, de abordar o desenvolvimento das atividades educacionais em Taguatinga, especificamente. Neste capítulo, estão inseridas as análises sobre a centralidade educacional exercida por esta região administrativa, embasadas pelo Censo Escolar (2017/18), pelo censo da Educação Superior (2016), pelos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas e, quando necessário, por informações disponibilizadas em meio eletrônico.

Primeiro, a RA III – Taguatinga será caracterizada, para que se possa mostrar os papéis que ela vem assumindo nos dias de hoje em relação ao espaço metropolitano de Brasília. Então, serão feitas as análises sobre os cadastros de matrículas e unidades escolares na AMB, comparando-se os municípios e/ou regiões administrativas entre si. Em seguida, discutir-se-á sobre as áreas de concentração-dispersão dos fluxos de estudo localizadas em Taguatinga, internamente. E, por fim, falar-se-á, ainda, sobre o desenvolvimento dessas atividades através do tempo e sobre os agentes sociais que as produziram. Em termos gerais, essa discussão está representada pela figura 18:

Figura 18 – A discussão em torno da centralidade educacional



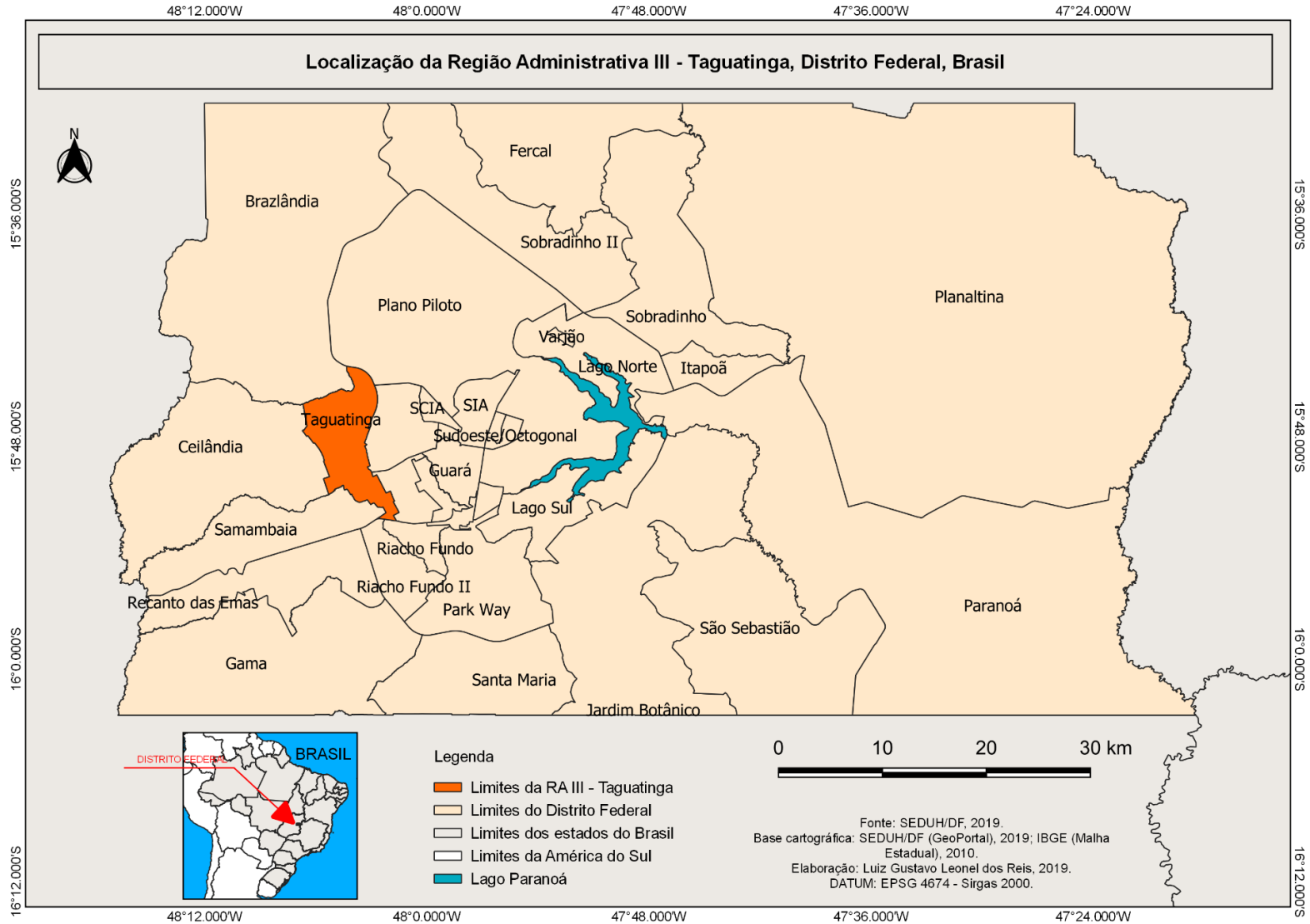
Fonte: Do autor, 2019.

3.1. Caracterizando a Região Administrativa III

Segundo a Codeplan (PDAD), 2018, A Região Administrativa de Taguatinga possui 205.689 habitantes e ocupa uma área de 121,4 km². Junto com as demais RA's que compõem o território do Distrito Federal, além dos doze municípios goianos que já foram apresentados, ela faz parte da Área Metropolitana de Brasília - AMB e/ou espaço metropolitano de Brasília. Entre os moradores de Taguatinga, a maioria possui ensino superior (36,7%) ou ensino médio completo (31,8%), proporção que tem aumentado continuamente ao longo dos últimos anos. Destaca-se a quantidade de pessoas que têm idade entre 30 e 39 anos (17,9%) e, também, a proporção de moradores que são provenientes de outros estados brasileiros (43,7% deles), o que, por sua vez, demonstra a importância que exerceram os fluxos migratórios em direção ao Distrito Federal quanto à ocupação da RA III, especialmente dos estados de Minas Gerais, Goiás, Maranhão e Bahia. O setor de comércio e serviços emprega a maioria das pessoas (95,8%) e destaca-se o número de moradores que exercem atividade remunerada dentro da própria RA III. É considerada uma área de renda média-baixa, pois 59,8% dos domicílios têm rendimentos mensais entre 2 e 10 salários mínimos.

O mapa 12 indica a localização da RA III – Taguatinga no território distrital. Os limites foram determinados pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, de acordo com material disponibilizado no GeoPortal-DF. Porém, ressalta-se que as poligonais das RA's mais recentes do Distrito Federal ainda não foram oficializadas. A linha divisória entre a RA III - Taguatinga e a RA XX - Águas Claras, por exemplo, permanece indefinida e em outras publicações de órgãos pertencentes ao GDF, utiliza-se a EPCT (DF-001) para separá-las em vez do limite que se apresenta no mapa abaixo. Entretanto, para este trabalho, foi escolhida a divisão da SEDUH/DF, já que nos interessa caracterizar as atividades educacionais ao longo da EPCT como pertencentes à RA III – Taguatinga, visto que, do ponto de vista processual, sua gênese e/ou desenvolvimento estão vinculados à expansão das atividades econômicas e à ocupação ocorrida, originalmente, nesta localidade.

Mapa 12 – Localização da Região Administrativa III - Taguatinga, Distrito Federal



Assim como já foi discutido no capítulo 2, Taguatinga foi inaugurada em 5 de julho de 1958, antes que as obras de Brasília estivessem concluídas, a fim de abrigar as famílias de trabalhadores migrantes que, até então, estavam assentadas em ocupações irregulares próximas à Cidade Livre, na Vila Sarah Kubistchek (na época, eram cerca de 4 mil pessoas). Segundo Costa (2011), essas famílias instalaram-se, primeiro, nas proximidades da atual Praça do Relógio, onde, hoje, fica a Área Central de Taguatinga, e, ao longo das décadas seguintes, a ocupação expandiu-se gradativamente em direção ao quadrante sudoeste do Distrito Federal. Assim, Taguatinga se tornou a primeira cidade-satélite a ser implantada no território distrital, erigida numa área que, antes das obras de Brasília, pertencia à fazenda de mesmo nome. Com o aumento da pressão migratória, Taguatinga cresceu rapidamente e, a partir da década de 1970, a área da qual faz parte veio a ser administrativamente desmembrada várias vezes, de onde surgiram, por exemplo, as regiões administrativas de Ceilândia (RA IX - 1971), Samambaia (RA XII - 1989), Águas Claras (RA XX - 2003) e Vicente Pires (RA XXX - 2009)⁵⁴.

De início, Taguatinga tinha poucos recursos relativos à água, energia, esgoto e transporte, haja vista o processo improvisado através do qual começou a ser ocupada. Porém, na década de 1960, com as manifestações dos moradores organizados em associações coletivas (por exemplo, a Sociedade dos Amigos de Taguatinga), as obras de infraestrutura e acessibilidade começaram a ser implantadas. Nessa época, ela se tornou a cidade-satélite mais populosa do DF, com 27.315 habitantes. Em 1976, já concentrava aproximadamente 25% dos moradores do território distrital (183.216 habitantes contra 192.477 na área do Plano Piloto) (PAVIANI, 1976). Esse acréscimo populacional, junto à criação de novos assentamentos próximos, contribuiu no sentido de ampliar as atividades de comércio e serviços localizadas em Taguatinga, “embora em um ritmo mais atenuado do que o Plano Piloto” (PAVIANI, 1976, p. 74), já que os rendimentos das famílias eram inferiores. No período em questão, a RA III reunia 25% dos estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços instalados no Distrito Federal (juntamente com Ceilândia, recém-criada), além de 20,7% dos empregos, indicativo de que estava assumindo papéis econômicos relevantes ou, em outros termos, caracterizando-se como uma nova área de centralidade urbana.

⁵⁴ Juntas, as RA's supracitadas têm aproximadamente 1,25 milhão de habitantes, ou seja, 41,6% da população total residente no Distrito Federal.

Nos anos 2000, a centralidade exercida por Taguatinga se consolidou, como demonstram as pesquisas conduzidas por Cavalcante (2009), Serrano (2014) e Souza (2010). Nesse sentido, ela veio a ser considerada como subcentralidade regional, junto com Ceilândia e Samambaia, que, atualmente, encontram-se conurbadas. Para Costa (2011, p. 81) “Taguatinga é hoje uma região consolidada, com forte atividade comercial e industrial, além de ter um setor automobilístico bem estabelecido, e já desponta como Polo Regional”. Dentre os equipamentos comerciais que foram implantados em Taguatinga, destacam-se, por exemplo, o *Taguacenter* (fundado em 1973), o *Alameda Shopping* (1990), a Feira dos Goianos (1998), o *Taguatinga Shopping* (2000) e o *Shopping JK* (2013). Portanto, mesmo que a RA III não ofereça “competição em relação ao Plano Piloto” (Cavalcante, 2009), já que este mantém sua predominância sobre o conjunto do aglomerado que surgiu no Distrito Federal e entorno goiano, a diversidade de equipamentos e serviços existentes em Taguatinga recondiciona, em menor grau, a dinâmica dos fluxos cotidianos na metrópole brasiliense.

Para Serrano (2014, p. 62-3):

A Região realmente se consolidou como um forte centro comercial do Distrito Federal e, posteriormente, de toda a metrópole, sendo que esta atividade se fez sempre presente ao longo de extensas avenidas da região, tais quais: a Avenida Comercial Norte e Sul, a Avenida Samdu Norte e Sul, parte da Avenida Hélio Prates, dentre outras áreas de comércio popular, como a denominada “feira dos goianos” e o “Taguacenter”.

Nesse contexto, pode-se dizer que a Região Administrativa III - Taguatinga, hoje, é um excelente campo de pesquisa no que se refere aos processos socioespaciais relacionados à estruturação do espaço metropolitano de Brasília. Pelo que já foi discutido, observa-se que a AMB está se tornando multicêntrica e a RA III, em face das características que possui, é o maior exemplo das transformações em curso. Ela concentra boa parte dos investimentos privados, inclusive porque está localizada numa área que dispõe de ampla acessibilidade em relação ao quadrante sudoeste do Distrito Federal, onde a maior parte da população urbana está concentrada. Na figura 19, observa-se a multiplicação dos edifícios empresariais/mistos em Taguatinga nos últimos anos, o que, por sua vez, revela a intensificação da dinâmica imobiliária e, mais que isso, a consolidação da centralidade

no âmbito do setor de comércio e/ou serviços. Já a figura 20 mostra os investimentos públicos e privados nas áreas de educação e saúde.

Figura 19 – Empreendimentos imobiliários em Taguatinga



De cima para baixo/esquerda para direita: Pátio Capital; Edifício Novitá; Taguatinga Norte Prime; Taguatinga Trade Center. Fonte: Página da OLX; Página da WImóveis.⁵⁵

⁵⁵ Disponível em: olx.com.br; wimoveis.com.br. Acesso em: 09 jul. 2018.

Figura 20 – Equipamentos de educação e saúde existentes em Taguatinga



De cima para baixo/esquerda para direita: Universidade Católica de Brasília; Faculdade Projeção e Centro de Ensino Médio Taguatinga Norte; Hospital Anchieta; Hospital Regional de Taguatinga. Fonte: Página Raio-X DF; Página Saúde Online; Página Apontador.⁵⁶

Entre os fluxos que atravessam Taguatinga cotidianamente, estão aqueles que se vinculam às atividades educacionais. Segundo a CODEPLAN (PDAD), 2015, estima-se que aproximadamente 80% dos estudantes de Taguatinga (em todas as etapas do sistema educacional juntas) estudem na própria RA III, aos quais somam-se 54% dos estudantes provenientes de Vicente Pires, 35% de Águas Claras, 16% de Samambaia, 11,7% do Riacho Fundo II, 9,9% do Recanto das Emas e 9,4% de Ceilândia. Taguatinga também atrai a maior parte dos moradores de Águas Lindas de Goiás que estudam dentro do Distrito Federal (3.015 estudantes contra 2.125 que se dirigem para a RA I – Plano Piloto), de Santo Antônio do Descoberto (581 estudantes contra 360 na RA I) e de Cocalzinho de Goiás (165 estudantes), municípios pertencentes à AMB. Entretanto, apesar da expressividade que têm esses fluxos, a maioria dos estudos realizados recentemente sobre a centralidade de Taguatinga não

⁵⁶ Disponível em: softwarelivre.org; <http://raioxdf.com.br>; <http://saudeonline.grupomidia.com>; www.apontador.com.br. Acesso em: 09 jul. 2018.

têm colocado tanta ênfase sobre a importância das atividades educacionais na RA III ou, até chegam a falar sobre essas atividades, mas genericamente. Em geral, os estudos de centralidade estão trabalhando com as questões de comércio, emprego, transporte e infraestrutura urbana, ou seja, outras formas de expressão que essa dinâmica vem assumindo nos dias de hoje que, por sua vez, também são relevantes. Souza (2010), por exemplo, ao caracterizar a centralidade de Taguatinga, afirma que:

Surge com algum destaque ainda o dado sobre educação, com 5,1% da população residente ocupada, o que tem ligação com as necessidades educacionais de sua população, bem como o de RAs próximas, local de moradia de boa parte dos alunos, porém que preferem ou acabam tendo que realizar seus estudos em Taguatinga pela importante disponibilidade de vagas na rede pública de ensino. Merece destaque também a rede particular de ensino básico, bem como as instituições de ensino superior. (SOUZA, 2010, p. 92).

O autor apresenta dados sobre o quantitativo de empregos para cada Região Administrativa do Distrito Federal, discriminados por setor de atividade, e Taguatinga, segundo sua análise, destaca-se quanto à concentração de atividades ligadas ao comércio e à construção civil. Porém, suas conclusões não avançam no sentido de compreender a relevância das atividades educacionais para a consolidação dos papéis exercidos pela RA III, individualmente. Já Cavalcante (2009) reitera que quase 27% dos deslocamentos diários da população do Distrito Federal (por viagens motorizadas) são motivados por estudo, mas também não deixa explícita a importância da RA III, em particular, quanto ao direcionamento desses fluxos, já que não era o propósito do trabalho realizado por ela. Por último, Serrano (2014) discorre sobre a centralidade que Taguatinga, Ceilândia e Samambaia assumiram nos últimos anos, mas, no caso da educação, também se afasta da discussão. Contudo, ela afirma que “por toda sua estrutura sólida, características urbanas, e equipamentos públicos, além do provimento de infraestrutura educacional, de saúde pública, de transporte, de serviços públicos oferecidos em cartórios e demais órgãos, Taguatinga atende muito mais que às necessidades de sua própria população”. (SERRANO, 2014, p. 64).

Enfim, pode-se dizer que, ao colocar as atividades educacionais em segundo plano, já que se preocupavam, prioritariamente, com outras formas de expressão da centralidade, esses estudos deixaram algumas lacunas sobre as quais o presente trabalho procura discutir. Nas próximas laudas, demonstrar-se-á como os papéis exercidos por Taguatinga, hoje, estão se ampliando nesse setor e quais são os

processos socioespaciais que estão contribuindo para reforçá-los. Atualmente, a RA III pode ser caracterizada como uma centralidade educacional e, a despeito da predominância exercida pela Área do Plano Piloto, ela está se firmando como a segunda localidade mais importante da metrópole brasileira nesse quesito. No próximo tópico, serão apresentados os dados que justificam a tese delineada, a começar pela distribuição das atividades educacionais e das matrículas de estudantes na área delimitada.

3.2. A distribuição das atividades educacionais

No território brasileiro, as atividades educacionais são regulamentadas pela Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, também conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Neste documento, fala-se a respeito de como deve-se estruturar o sistema de ensino implementado no país. A educação escolar pública é tratada como dever do Estado e, assim como afirma o artigo 8º, a responsabilidade de garantir o funcionamento do sistema de ensino concerne a todos os entes federados, ou seja, a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal. Porém, as competências atribuídas a cada um desses entes diferem entre si: à União, cabe maior atenção à política nacional de educação, à implantação de instrumentos para coleta de informações e, também, a organização do ensino superior; aos Estados, cabe executar os planos nacionais de educação, garantir a oferta de vagas no que se refere, prioritariamente, ao ensino médio, e, ainda, estabelecer as medidas complementares que se fizerem necessárias; já os municípios, por último, devem concentrar seus esforços sobre o ensino fundamental. O Distrito Federal reúne, ao mesmo tempo, as funções atribuídas aos Estados e municípios, já que seu território é politicamente indivisível.

Conforme previsto pela LDB, a educação escolar básica obrigatória é composta por três etapas: o ensino infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Juntos, eles devem preparar as crianças e/ou jovens dos quatro aos dezessete anos de idade para inserir-se no mundo do trabalho e da prática social, assim como registra o artigo 2º. A LDB estabelece, ainda, a oferta de vagas para o EJA (Educação de Jovens e Adultos) e para o Ensino Médio Noturno, a fim de atender as pessoas que exercem atividades profissionais no período diurno e que, portanto, estão impossibilitadas de frequentar

as escolas pela manhã e/ou à tarde. No Ensino Médio, está prevista a organização de cursos profissionalizantes concomitantes e/ou subsequentes, incluindo o sistema S, que fora criado nos anos 1940 para apoiar a expansão da atividade econômica do país. Após a educação básica, os jovens são encaminhados para o ensino superior, dentro do qual são oferecidos os cursos de graduação, pós-graduação e extensão universitária. Nesta etapa, o acesso às vagas se dá por meio de processo seletivo e, em alguns casos, também existe a possibilidade de realizar os estudos à distância.

Nos tópicos que seguem, as atividades educacionais localizadas em Taguatinga e/ou na AMB serão caracterizadas à maneira como elas se organizam na LDB, ou seja, acompanhando as diferentes etapas classificatórias, desde a educação infantil até o ensino superior. Com isso, pretende-se demonstrar que existem diferenças importantes entre essas atividades quanto à capacidade de mobilizar fluxos e, por conseguinte, interferir sobre a dinâmica da centralidade educacional. Na educação infantil e/ou no ensino fundamental, por exemplo, como já está previsto na LDB, artigo 4º, parágrafo X, as crianças devem ser matriculadas nas escolas próximas de casa e, com efeito, nessas etapas, os fluxos são menos abrangentes. Em contrapartida, as etapas finais que integram o sistema educacional, como, por exemplo, o ensino superior, conseguem atrair fluxos distantes, visto que a oferta de vagas é espacialmente concentrada. Assim, são atividades que favorecem a formação de subcentros, já que os deslocamentos pendulares que provocam são mais expressivos que os deslocamentos relacionados às atividades educacionais que integram os níveis básicos.

O artigo 7º da LDB reforça que o sistema educacional é de livre acesso à iniciativa privada, ou seja, permite-se a atuação do mercado quanto à oferta de vagas, desde que os planos de educação sejam respeitados, reservado ao poder público as tarefas de regulamentar e avaliar a qualidade dos serviços oferecidos. Portanto, além das escolas públicas, existem também escolas particulares que atuam em todas as etapas de ensino estabelecidas pela LDB, sejam elas com fins lucrativos ou não, como, por exemplo, no caso das escolas comunitárias, confessionais e/ou filantrópicas. Levando-se em consideração que as escolas particulares estão integradas à atuação do mercado, as localidades que elas escolhem para se instalar devem apresentar atributos específicos que diferem dos atributos que orientam a localização das escolas públicas: para elas, a renda e, portanto, o nível de consumo das famílias, é um dos

critérios mais relevantes. Nesse sentido, as atividades do setor privado encontram-se próximas de áreas onde moram as classes média e/ou alta e que, além disso, dispõem de maior acessibilidade.

Na discussão que segue, além de distinguir as etapas de ensino estabelecidos pela LDB, deverão ser diferenciadas, também, as atividades da rede pública e/ou da rede particular localizadas na AMB. Assim, as análises permitirão compreender se essas atividades estão se comportando de maneira distinta no que se refere aos padrões de localização espacial. Entende-se que a localização das escolas públicas é definida pelo Estado e obedece, preferencialmente, a critérios demográficos. Não raro, essas escolas encontram-se dispersas e só vêm a se tornar espacialmente concentradas quando são atingidas as etapas mais elevadas que integram o sistema educacional, tornando-se áreas de centralidade. Já a localização das escolas particulares tem a ver, prioritariamente, com o nível de consumo das famílias, pois, como já foi dito, são atividades mercadológicas. Nesse contexto, pode-se dizer que as escolas públicas e/ou as escolas particulares têm dinâmicas distintas, a começar pelos próprios agentes envolvidos num caso e/ou noutro.

Os dados apresentados nesta seção foram extraídos do Censo Escolar (2017/18) e do Censo da Educação Superior (2016). Ambos são realizados anualmente pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). No caso do Censo Escolar, optou-se por trabalhar com a base de dados disponibilizada pela SEE/DF, que fora tabulada previamente⁵⁷. Para as atividades da rede pública, desde a Educação infantil até o Ensino Médio, os dados disponíveis referem-se ao ano de 2018, já os dados sobre as atividades da rede particular referem-se ao ano de 2017. No caso dos municípios goianos da AMB, os dados foram compilados a partir do sítio eletrônico Qedu. Org⁵⁸. Quanto ao Censo da Educação Superior, não existiam dados previamente tabulados para serem acessados. Portanto, foi necessário trabalhar diretamente com os Microdados disponibilizados pelo INEP⁵⁹. Para tanto, foi usado o programa Microsoft Excel 2013. Os dados da educação superior referem-se ao ano de 2016.

É importante frisar que, em relação ao território distrital, os dados sobre distribuição das atividades educacionais, especificamente, foram compilados levando-

⁵⁷ Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/censo-escolar-2018-2/>. Acesso em: 02 mar. 2019.

⁵⁸ Disponível em: <https://www.qedu.org.br/sobre>. Acesso em: 10 mar. 2019.

⁵⁹ Disponível em: <http://inep.gov.br/microdados>. Acesso em: 10 mar. 2019.

se em consideração as 14 coordenações regionais de ensino existentes em 2019, o que, por sua vez, difere dos limites das 31 regiões administrativas atuais, para que fosse menos exaustivo ao leitor interpretar as tabelas apresentadas. A única exceção é a RA III – Taguatinga que, após serem apresentados os dados sobre a coordenação de ensino que, abrange, ainda, as áreas vizinhas de Vicente Pires e Águas Claras, será, em cada subtópico, isolada para se que se possa estabelecer sua relevância, individualmente.

3.2.1. Educação Infantil

A educação infantil é a primeira etapa da Educação Básica obrigatória. De acordo com a LDB, artigo 29º, ela “tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. É composta pelas creches, que abrigam as crianças com até três anos de idade, e as pré-escolas, onde estão as crianças que têm entre quatro e cinco anos. Na rede pública do Distrito Federal, existem três tipos de instituições que atendem esta etapa: os centros de Educação Infantil (CEI), os Jardins de Infância e os Centros de Educação da Primeira Infância (esses últimos se instalam em prédios pertencentes ao poder público, mas são geridos pela iniciativa privada sem fins lucrativos). Além disso, são firmados convênios com creches particulares: ao todo, existem 98 escolas nessa situação. De acordo com a SEEDF (Censo Escolar), 2017, o sistema de ensino público no Distrito Federal (incluindo a rede de creches conveniadas) atendeu 58.066 mil crianças de 0 a 5 anos em 2017, somando-se 372 instituições de ensino⁶⁰. Em 2010, havia 313 escolas nessa categoria e 46.439 estudantes matriculados⁶¹. Portanto, houve aumento de 16,9% na quantidade de escolas existentes e 20% das matrículas na educação infantil ao longo deste período.

Na tabela 3, pode-se ver a quantidade de instituições que atendem a educação infantil pública e/ou conveniada em cada uma das coordenações regionais de ensino existentes no Distrito Federal em 2017. Nota-se a diferença entre elas:

⁶⁰ Matrículas na rede pública: 41.352; na rede particular conveniada: 16.714. Escolas pertencentes à rede pública: 279; rede particular conveniada: 98.

⁶¹ Matrículas na rede pública: 37373; na rede particular conveniada: 9.066. Escolas pertencentes à rede pública: 264; rede particular conveniada: 49.

Tabela 3 – Escolas públicas que atuam na educação infantil, Distrito Federal, 2017

Coordenação Regional de Ensino	Quantidade de escolas
Brazlândia	18
Ceilândia	63
Gama	25
Guará	11
Núcleo Bandeirante	18
Paranoá	20
Planaltina	40
Brasília/Plano Piloto	39
Recanto das Emas	15
Samambaia	38
Santa Maria	19
São Sebastião	12
Sobradinho	26
Taguatinga	28
Total	372

Fonte: SEEDF (Censo Escolar), 2017.

Entre as coordenações regionais de ensino, destaca-se Ceilândia, com 63 escolas públicas e/ou conveniadas que atendem as crianças na educação infantil pública. Logo em seguida, está Planaltina, com 40 instituições, acompanhada pela área do Plano Piloto, com 39, Samambaia, com 38, e Taguatinga, com 28. Como já fora mencionado, a distribuição dessas atividades está vinculada à distribuição populacional. Além disso, tem a ver com as estratégias de ordenamento territorial implantadas pelo governo distrital nos últimos anos. No PDE (2015), instituiu-se que o GDF atuaria no sentido de ampliar a “oferta da Educação Infantil, priorizando as Regiões Administrativas de maior vulnerabilidade social”, utilizando-se, para tal, dos dados referentes ao IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Assim, verifica-se a expansão do número de escolas em regiões como o Paranoá (de 15 para 20 entre 2010 e 2017) e/ou Samambaia (de 22 para 38), mas que, por outro lado, estagnaram-

se nas regiões de renda alta, como a coordenação regional do Plano Piloto, ou, até mesmo, nas de renda média, como Taguatinga (de 30 para 28).

Nos municípios goianos que compõem a AMB, a educação infantil pública é administrada pelas prefeituras, individualmente. Na tabela 4, pode-se ver a quantidade de instituições localizadas em cada um deles durante o ano de 2018:

Tabela 4 - Escolas públicas que atuam na educação infantil, AMB, 2018

Município	Quantidade de escolas
Águas Lindas de Goiás-GO	42
Alexânia-GO	11
Cidade Ocidental-GO	9
Cocalzinho de Goiás-GO	4
Cristalina-GO	21
Formosa-GO	45
Luziânia-GO	33
Novo Gama-GO	21
Padre Bernardo-GO	16
Planaltina-GO	28
Santo Antônio do Descoberto-GO	17
Valparaíso de Goiás-GO	16
Total	263

Fonte: INEP (Censo Escolar), 2018.

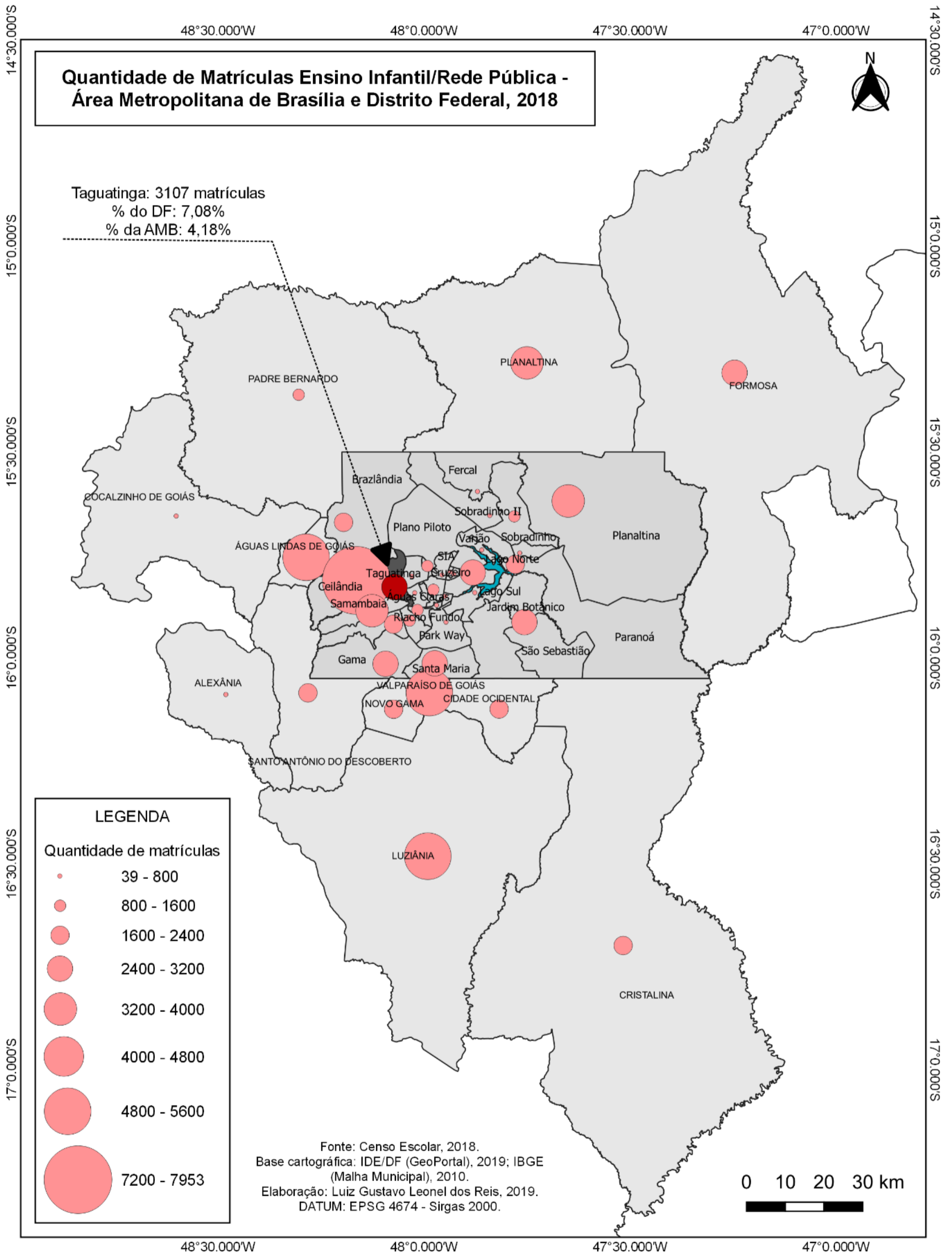
Conforme se vê na tabela 4, destacam-se Formosa, com 45 instituições de ensino, Águas Lindas de Goiás, com 42 e Luziânia, com 33. Assim, à semelhança do território distrital, a maior parte das instituições de ensino está localizada nos municípios mais populosos da AMB, com pequena variação no que se refere a Luziânia, onde a proporção de escolas é menor em relação às outras localidades. Somando-se todos os municípios da AMB, havia 263 escolas pertencentes à educação infantil pública em 2018, de acordo com o INEP (Censo Escolar, 2018), totalizando 32.245 matrículas. Em 2010, por outro lado, havia 184 instituições vinculadas à referida etapa, onde estudavam 19.615 crianças. Portanto, foi registrada expansão de 30% no total de escolas pertencentes à educação infantil pública e 39,1%

no total de alunos matriculados durante o período em questão. Conclui-se que a expansão dessas atividades na AMB foi maior nos municípios goianos do que no território distrital, com destaque para as localidades que se encontram no quadrante sudoeste, onde a população é mais numerosa.

No mapa 14, observa-se as principais áreas de concentração das matrículas realizadas na educação infantil pública dentro do Distrito Federal por região administrativa e na AMB em 2018. Os níveis de concentração das matrículas são maiores à medida em que se afasta do centro da metrópole brasiliense. Nessas áreas, moram, em grande parte, famílias pertencentes às classes de baixa renda, que necessitam dos serviços públicos a fim de satisfazer as necessidades relacionadas ao ensino. Na Ceilândia, a renda domiciliar mensal, segundo a Codeplan (PDAD, 2018) é de R\$ 3.135,90. Em Planaltina, esse valor é de R\$ 3.271,61. Ambas são consideradas pelos órgãos de planejamento do Distrito Federal como áreas de média-baixa renda, se levados em conta os ganhos obtidos pelos moradores das RA's próximas à área do Plano Piloto, que, conforme já foi demonstrado, chega a ser sete vezes superior. Em Luziânia, a renda registrada é ainda menor: R\$ 1.941,43; e no caso do município de Águas Lindas de Goiás, R\$ 1.928,87. Nessas áreas, entende-se que a expansão das escolas pertencentes à educação infantil pública é importante no sentido de permitir a reprodução da vida cotidiana.

No mapa 13, pode-se notar, também, a participação da RA III – Taguatinga quanto às atividades analisadas: são 3.107 matrículas, número que representa 7,08% do total referente ao DF e 4,18% da AMB. Portanto, compreende-se que esta etapa do ensino, sozinha, não caracteriza Taguatinga como centralidade educacional, quando comparada às demais regiões administrativas e municípios que compõem a AMB, onde a educação infantil pública está se desenvolvendo: ao todo, sete localidades possuem mais estudantes matriculados nesta etapa do sistema educacional do que a RA III.

Mapa 13



Na educação infantil particular, foram realizadas, ao todo, 37.961 matrículas no Distrito Federal em 2017, somando-se 348 instituições de ensino. Em geral, esses números são próximos àqueles que foram encontrados no que se refere às atividades da rede pública e/ou conveniada. Em 2010, as escolas particulares reuniam 34.729 estudantes em 345 instituições de ensino. Portanto, ao longo deste período, houve expansão de 0,86% no total de escolas e 8,51% nas matrículas existentes. O aumento inexpressivo que foi observado no total de escolas ligadas à educação infantil particular está relacionado à expansão dos convênios firmados entre as instituições privadas e o GDF para atender a demanda da rede pública. Entre 2010 e 2017, quase todo o crescimento verificado na oferta de vagas quanto à educação infantil pública deve-se às parcerias público-privadas, que, para as empresas e/ou associações que atuam neste setor, acabaram por se tornar uma importante vantagem competitiva não-concorrencial.

A distribuição das escolas particulares que atuam na educação infantil, assim como na rede pública, também é desigual. Porém, os padrões de localização observados são diferentes, conforme demonstra a tabela 5:

Tabela 5 - Escolas particulares que atuam na educação infantil, Distrito Federal, 2018

(continua)

Coordenação Regional de Ensino	Quantidade de escolas
Brazlândia	4
Ceilândia	40
Gama	17
Guará	28
Núcleo Bandeirante	15
Paranoá	5
Planaltina	12
Brasília/Plano Piloto	80
Recanto das Emas	13
Samambaia	15
Santa Maria	13
São Sebastião	5

Tabela 5 - Escolas particulares que atuam na educação infantil, Distrito Federal, 2018

	(conclusão)
Sobradinho	23
Taguatinga	76
Total	346

Fonte: SEEDF (Censo Escolar), 2017.

Pelo que se vê na tabela 5, a Coordenação Regional de Ensino que concentra o maior número de escolas vinculadas à educação infantil particular é a do Plano Piloto, com 80 instituições, seguida de perto por Taguatinga, com 76 e, depois, Ceilândia, com 40. No caso de Taguatinga, deve-se levar em consideração que estão inclusas as instituições existentes em Águas Claras (17 delas) e Vicente Pires (10 escolas). Mesmo assim, retiradas essas escolas, a RA III se mantém na segunda posição, com 49 unidades escolares. Portanto, Taguatinga é uma localidade que possui expressiva concentração das atividades particulares que atuam nesta etapa do sistema educacional e chega a dispor de mais que o dobro de unidades escolares em relação à rede pública. Observa-se que a distribuição das escolas particulares manifesta o envolvimento de variáveis que, no caso da rede pública, estavam em segundo plano, como, por exemplo, os níveis de renda dos moradores e a acessibilidade viária diferencial entre os lugares. Para a rede particular, esses fatores acabam se tornando tão ou mais relevantes quanto o tamanho populacional e/ou as estratégias de ordenamento territorial do governo, conjugando-se.

Na escala da AMB, as atividades particulares pertencentes à etapa da educação infantil concentram-se, principalmente, nos municípios de Águas Lindas de Goiás, Luziânia e Valparaíso. Vide a tabela 6:

Tabela 6 - Escolas particulares que atuam na educação infantil, AMB, 2018

(continua)

Municípios	Quantidade de escolas
Águas Lindas de Goiás-GO	39
Alexânia-GO	3
Cidade Ocidental-GO	14

Tabela 6 - Escolas particulares que atuam na educação infantil, AMB, 2018

	(conclusão)
Cocalzinho de Goiás-GO	1
Cristalina-GO	14
Formosa-GO	12
Luziânia-GO	22
Novo Gama-GO	13
Padre Bernardo-GO	1
Planaltina-GO	9
Santo Antônio do Descoberto-GO	7
Valparaíso de Goiás-GO	20
Total	155

Fonte: INEP (Censo Escolar), 2018.

No mapa 14, observa-se a distribuição das matrículas pertencentes à educação infantil particular no DF e na AMB, como um todo. Com 11.452 crianças matriculadas, o centro da metrópole, isto é, a RA I – Plano Piloto, sobressai em relação às demais localidades. Nada aleatório: conforme já foi dito, é a região que concentra os empregos públicos, os maiores salários, os principais eixos de acesso viário, os investimentos públicos e/ou privados, enfim, todos os elementos necessários à manutenção da centralidade. A localidade de Taguatinga tem a metade desses números, destacando-se, ainda, Ceilândia e Samambaia. Nos municípios da AMB, a quantidade de matrículas é reduzida, pois nestes lugares, apesar de existir uma demanda latente por serviços dessa natureza, a renda domiciliar mensal é, na maioria das vezes, muito baixa. Apesar disso, nota-se que o setor educacional privado está, aos poucos, se desenvolvendo: Em 2010, havia 136 escolas e 8.726 estudantes matriculados; em 2018, por outro lado, já eram 155 instituições de ensino atendendo 11.272 crianças de 0 a 5 anos. Portanto, neste período, houve expansão de 12,2% no total de escolas e 22,5% das matrículas.

Em Taguatinga, as escolas que se ocupam com a educação infantil particular reúnem 5.437 crianças, valor que se encontra muito acima das matrículas vinculadas à rede pública

3.2.2. Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental corresponde à segunda etapa da Educação Básica obrigatória e possui a duração de nove anos. De acordo com a LDB, artigo 32º, ele tem como objetivo desenvolver as competências básicas necessárias à formação da cidadania, como a leitura, a escrita e o cálculo, além da compreensão do ambiente natural e social. Assim, procura-se desenvolver a capacidade de aprendizagem dos estudantes, trabalhando-se, ainda, as noções de valores e atitudes. Como já foi dito, o ensino fundamental, em geral, fica sob responsabilidade dos municípios e, no caso do Distrito Federal, em que o território é politicamente indivisível, é o GDF que assume este papel. No território distrital, existem as escolas classes, organizadas para atender as crianças matriculadas nos cinco primeiros anos do ensino fundamental; os centros de ensino fundamental, que se dedicam aos quatro anos finais do ensino fundamental, mas podem, ainda, trabalhar com os anos anteriores; e os centros educacionais, que, além do ensino fundamental, contemplam a etapa seguinte, ou seja, o ensino médio.

Em todo o Distrito Federal, existem, ao todo, 300 Escolas Classe, 154 Centros de Ensino Fundamental e 64 Centros Educacionais. Assim, chega-se ao total de 518 instituições de ensino que, quanto à etapa do ensino fundamental, reúnem 276.317 estudantes (SEEDF, 2018). Isso significa que as matrículas no ensino fundamental público correspondem a 9,28% da população total que mora no território distrital. Portanto, de todos os níveis e/ou etapas de ensino, é aquele que, em termos numéricos, mobiliza os deslocamentos cotidianos mais expressivos. Em 2012, havia 514 escolas e 306.979 matrículas efetivadas nessa etapa do sistema educacional. Portanto, neste período, houve expansão de 0,8% no total de unidades escolares e redução de 11% no total de estudante matriculados no ensino fundamental público em todo o DF. Essa redução chama atenção porque, longe de ser eventual, é algo sistemático que vem ocorrendo há mais de uma década: as matrículas atingiram o ápice em 2008, com 328.988 estudantes cadastrados, e, de lá pra cá, o ensino fundamental público reduziu-se 16,2%.

A redução das matrículas no ensino fundamental público não aconteceu apenas no Distrito Federal, mas em todo o país, como demonstra o INEP (Censo Escolar), 2018. No Brasil, de 2017 para 2018, foram registradas 4,9% matrículas a menos. Entre as motivações apontadas pelo INEP para esta mudança, conforme

análises parciais divulgadas por meio eletrônico⁶², tem sido apontados os efeitos da transição demográfica, isto é, a redução do número de crianças nas faixas etárias que frequentam o ensino fundamental. Porém, no DF, não parece ser o caso: em 2004, existiam 354.078 crianças de 5 a 14 anos, enquanto que, em 2018, elas somavam 393.640. Portanto, não justifica a redução observada. Além da questão demográfica, coloca-se o peso da mudança nas taxas de abandono escolar. Contudo, isso também é questionável. No DF, a taxa de abandono, na verdade, se mantém estável: em 2004, era de 1,75% para os anos iniciais, 4,81% para anos finais diurno e 31,78% para ambos finais noturno; em 2008, 1,09% para anos iniciais, 1,78% para anos finais diurno e 39,87% noturno; e, finalmente, em 2017, 0,37% anos iniciais, 3,25% anos finais diurno, 39,41% noturno. Enfim, conclui-se que a questão das matrículas ainda precisa ser melhor avaliada.

Vejamos a distribuição das escolas públicas que atuam no ensino fundamental segundo as coordenações regionais de ensino do DF e, logo em seguida, como elas se distribuem no restante da AMB:

Tabela 7 - Escolas públicas que atuam no Ensino Fundamental, Distrito Federal, 2018

(continua)

Coordenação Regional de Ensino	Quantidade de escolas
Brazlândia	23
Ceilândia	81
Gama	38
Guará	22
Núcleo Bandeirante	25
Paranoá	30
Planaltina	39
Brasília/Plano Piloto	61
Recanto das Emas	21
Samambaia	36

⁶² Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/. Acesso em: 20 mai. 2019.

Tabela 7 - Escolas públicas que atuam no Ensino Fundamental, Distrito Federal, 2018

	(conclusão)
Santa Maria	21
São Sebastião	20
Sobradinho	39
Taguatinga	45
Total	501

Fonte: SEEDF (Censo Escolar), 2018

Tabela 8 - Escolas públicas que atuam no Ensino Fundamental, AMB, 2018

Coordenação Regional de Ensino	Quantidade de escolas
Águas Lindas de Goiás-GO	58
Alexânia-GO	20
Cidade Ocidental-GO	17
Cocalzinho de Goiás-GO	6
Cristalina-GO	23
Formosa-GO	53
Luziânia-GO	72
Novo Gama-GO	36
Padre Bernardo-GO	20
Planaltina-GO	46
Santo Antônio do Descoberto-GO	21
Valparaíso de Goiás-GO	38
Total	410

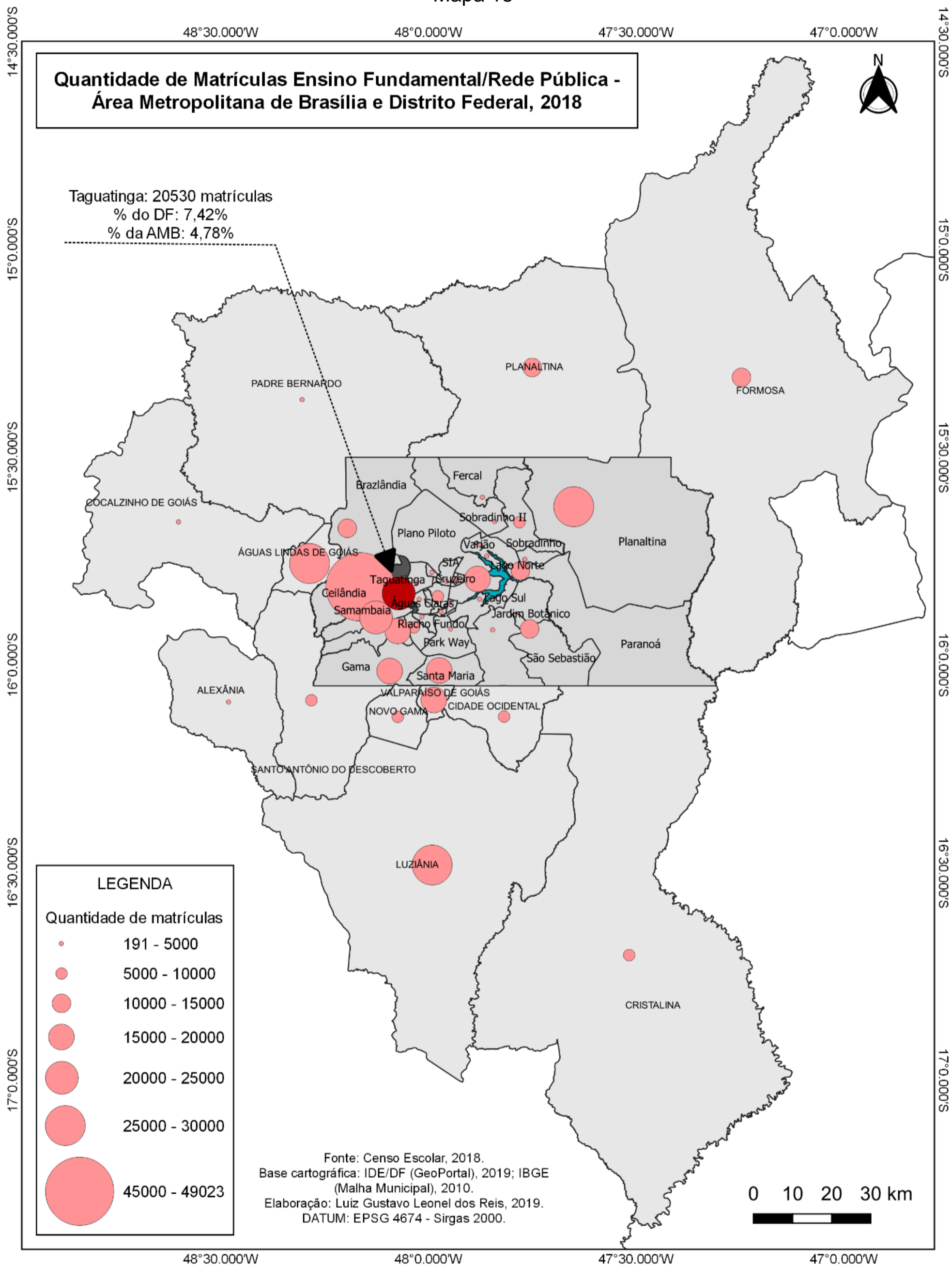
Fonte: INEP (Censo Escolar), 2017.

As tabelas 7 e 8 indicam que a distribuição das escolas públicas de ensino fundamental é semelhante aos padrões de localização já apresentados no que se refere à educação infantil, com pequenas variações. No território distrital, destacam-se Ceilândia, com 81 escolas, Plano Piloto, com 61, Taguatinga, com 45, Sobradinho e Planaltina, com 39 instituições em cada uma. No caso de Taguatinga, já pode-se notar a ascensão da centralidade quando comparada à etapa de ensino anterior: na educação infantil, ela ocupava a quinta posição quanto ao total de escolas públicas,

enquanto, agora, está na terceira. Mesmo que sejam subtraídas as escolas que, hoje, estão inseridas nas RA's de Vicente Pires e Águas Claras (2 cada), Taguatinga mantém-se em destaque. Na AMB, sobressaem Luziânia, com 72 escolas, Águas Lindas de Goiás, com 58, e Formosa, com 53. Somando-se todos os municípios que integram o espaço metropolitano de Brasília, 410 escolas públicas atuavam no ensino fundamental em 2018, com 149.912 estudantes cadastrados. Já em 2010, havia 416 instituições de ensino pertencentes a este nível e 158.137 matrículas efetivadas. Portanto, durante o período em questão, houve redução de 1,4% no total de escolas e de 5,4% quanto às matrículas efetivadas. É importante dizer que a dinâmica demográfica da AMB se comportou de maneira diferente em relação ao DF nos últimos anos: em 2013, existiam 192.952 crianças de 5 a 14 anos; já em 2018 eram 174.513 (CODEPLAN, 2018).

No mapa 15, observa-se a distribuição das matrículas nas escolas públicas que atuam no ensino fundamental no DF e na AMB. É interessante notar a situação em que se encontra a RA I – Plano Piloto: apesar de concentrar muitas escolas públicas e, portanto, estar bem-servida pela infraestrutura do setor educacional, no que se refere ao quantitativo de matrículas ela não se destaca como as demais RA's do quadrantes sudoeste. Taguatinga, por sua vez, reúne 20.530 estudantes, o que representa 7,42% do total de matrículas existentes no território distrital e 4,78% do total na AMB.

Mapa 15



Na rede particular, observa-se que foram matriculados, ao todo, 100.163 estudantes nas 308 escolas de ensino fundamental existentes no DF em 2017. Já em 2010, a rede particular era constituída por 320 escolas que, juntas, reuniam 98.463 estudantes. Portanto, durante este período, houve redução de 3,8% no total de instituições vinculadas à etapa de ensino em questão e aumento de 1,69% no total de estudantes cadastrados. A redução no quantitativo de escolas está associada à crise econômica nacional, que, no caso do DF, se fez sentir pelo aumento das taxas de desemprego, conforme já foi mostrado no capítulo anterior, e, também, pela transferência de muitos estudantes matriculados na rede particular em direção à rede pública de ensino, como atesta a própria SEEDF⁶³. Segundo matérias de jornal veiculadas em 2017⁶⁴, estima-se que, naquele ano, reunindo-se todas as etapas que compõem o sistema de ensino, 12.769 estudantes migraram para a rede pública do DF, ao passo que em 2016, esse número foi de 6.130. À época, de acordo com as notícias, muitas escolas particulares faliram devido à inadimplência no pagamento das mensalidades, o que, por sua vez, reforça a tese da crise econômica que, então, se aprofundava.

Nas tabelas 9 e 10, vê-se a distribuição das escolas particulares que atuam no ensino fundamental nas coordenações regionais de ensino existentes no DF e nos municípios que compõem a AMB, respectivamente:

Tabela 9 - Escolas particulares que atuam no Ensino Fundamental, Distrito Federal, 2017

(continua)

Coordenação Regional de Ensino	Quantidade de escolas
Brazlândia	4
Ceilândia	37
Gama	19
Guará	18

⁶³ Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/cidades/migracao-das-escolas-privadas-para-publicas-aumenta-50-no-df/>. Acesso em: 20 mai. 2019.

⁶⁴ Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/cidades/retrato-da-crise-migracao-para-escolas-publicas-dobra-em-2017/>; <https://www.metropoles.com/distrito-federal/educacao-df/numero-de-alunos-que-migraram-da-rede-privada-para-publica-dobra-no-df>; <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/transferencias-de-escolas-particulares-para-publicas-dobra-no-df.ghtml>. Acesso em: 20 mai. 2019.

Tabela 9 - Escolas particulares que atuam no Ensino Fundamental, Distrito Federal, 2017

	(conclusão)
Núcleo Bandeirante	13
Paranoá	4
Planaltina	8
Brasília/Plano Piloto	68
Recanto das Emas	11
Samambaia	13
Santa Maria	12
São Sebastião	5
Sobradinho	19
Taguatinga	77
Total	308

Fonte: SEEDF (Censo Escolar), 2017.

Tabela 10 - Escolas particulares que atuam no Ensino Fundamental, AMB, 2018

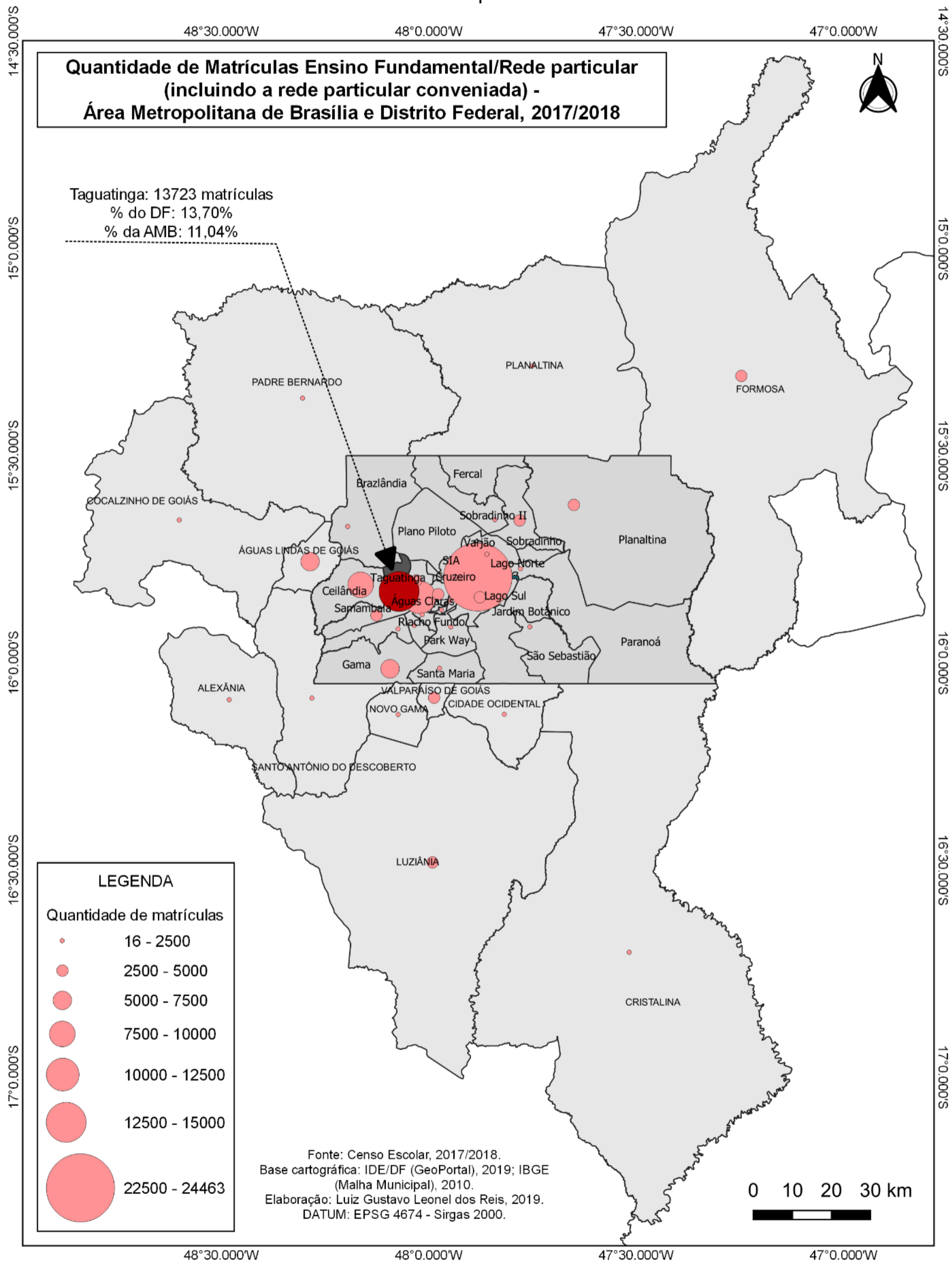
Município	Quantidade de escolas
Águas Lindas de Goiás-GO	33
Alexânia-GO	3
Cidade Ocidental-GO	13
Cocalzinho de Goiás-GO	1
Cristalina-GO	5
Formosa-GO	10
Luziânia-GO	23
Novo Gama-GO	13
Padre Bernardo-GO	1
Planaltina-GO	8
Santo Antônio do Descoberto-GO	8
Valparaíso de Goiás-GO	23
Total	141

Fonte: INEP (Censo Escolar), 2018.

No território distrital, destacam-se as coordenações regionais de Taguatinga, com 77 escolas, Plano Piloto, com 68, e Ceilândia, com 37. No caso de Taguatinga, subtraindo-se as escolas localizadas em Vicente Pires e Águas Claras (10 e 22, respectivamente), ainda restam 45 instituições particulares vinculadas ao ensino fundamental, o que, por sua vez, coloca a RA III na segunda posição em relação ao total de unidades escolares existentes no DF. Quanto à AMB, destacam-se os municípios de Águas Lindas de Goiás, com 33 escolas, Luziânia e Valparaíso de Goiás, com 23 cada uma. No que se refere à rede particular, além da reprodução da vida social, entra em jogo a reprodução do capital aplicado pelas instituições educacionais, mesmo aquelas que não têm fins prioritariamente lucrativos. Por esse motivo, os padrões de localização das instituições de ensino obedecem à lógica do mercado e são privilegiadas as áreas mais acessíveis e/ou que dispõem de atributos socioeconômicos capazes de proporcionar elevado retorno financeiro. Dentro dessa lógica, estão sobressaindo as áreas do Plano Piloto e de Taguatinga, que, hoje, consolidam-se como foco desses investimentos.

No mapa 16, pode-se ver a distribuição das matrículas pertencentes ao ensino fundamental particular no território distrital e na AMB. Ressalta-se a predominância da RA I – Plano Piloto e da RA III – Taguatinga, chamando atenção, ainda, a expansão da oferta de vagas em Águas Claras, onde a renda domiciliar mensal, segundo a CODEPLAN (PDAD), 2018, alcança R\$ 10.570,60, e Ceilândia, onde os rendimentos inferiores são compensados pelo tamanho populacional. Em se tratando da etapa analisada, as escolas particulares de Taguatinga reúnem 13.723 matrículas, ou seja, pouco mais que a metade do total de estudantes que frequentam as escolas públicas dentro da própria RA III, o que corresponde a 13,7% do total das matrículas existentes no DF e 11,04% de toda a AMB. Enfim, quanto à referida etapa de ensino, pode-se afirmar que a RA III está se tornando uma importante centralidade no âmbito da metrópole brasiliense, já que os fluxos relacionados ao estudo e/ou trabalho mobilizados pelas instituições de ensino são bastante expressivos.

Mapa 16



3.2.3. Ensino Médio Regular e/ou Técnico

O Ensino Médio corresponde à etapa final da Educação Básica obrigatória e possui duração mínima de três anos. Segundo a LDB, artigo 35, seus objetivos são: o aprofundamento da aprendizagem iniciada no ensino fundamental; a preparação para o trabalho e para o exercício da cidadania; a formação ética e do pensamento crítico; e, por fim, o ensino de fundamentos científicos-tecnológicos, de modo que sejam integradas teoria e prática. Além dos conteúdos acadêmicos, a LDB estimula que o Ensino Médio seja orientado para a formação técnica e/ou profissional, articulando-se à esfera produtiva. A competência sobre esta etapa do ensino é atribuída aos governos estaduais e ao Distrito Federal, prioritariamente, mas, nos últimos anos, verifica-se maior envolvimento do governo federal, com a expansão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, da qual participam diferentes entidades: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, os Centros Federais de Educação Tecnológica, as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná e o Colégio Pedro II, localizado na cidade do Rio de Janeiro.

Entre as escolas públicas mantidas pelo governo distrital que atendem o ensino médio, estão os Centros Educacionais e os Centros de Ensino Médio propriamente ditos. O GDF também oferece a Educação Profissional Técnica de Nível Médio através dos CEP's (Centros de Educação Profissional), nos Centros de Ensino Médio Integrados e nos CEJA (Centros de Educação de Jovens e Adultos). Em 2018, havia 88 escolas públicas mantidas pelo governo distrital vinculadas à etapa do ensino médio regular, enquanto o ensino técnico era oferecido por 11 instituições de ensino (SEEDF, 2018). No Ensino médio regular, encontravam-se matriculados 77.814 estudantes. Já no ensino técnico, as matrículas somavam 13.859 cadastros ativos. Desses, 1.330 eram de cursos realizados à distância (EaD).

Em 2010, o ensino médio regular, no que se refere à rede pública mantida pelo governo distrital, era composto por 88 escolas públicas, que atendiam, àquela altura, 84.444 estudantes. Portanto, no período em questão, não houve redução e/ou expansão no número de escolas existentes, enquanto as matrículas retrocederam 7,85%, à semelhança do que aconteceu no ensino fundamental. Já no ensino técnico, apenas 4 escolas eram contabilizadas em 2010, onde eram atendidos 4.004 estudantes. Assim, observa-se que foi registrada expansão de 71,1% nas matrículas

vinculadas ao ensino técnico durante os últimos nove anos. Desse modo, junto com a educação infantil, o ensino técnico é a etapa da Educação Básica que mais tem crescido no território distrital na fase atual. Porém, com uma diferença: neste caso, não existem convênios com instituições privadas, pelo que se pode afirmar que a expansão do Ensino Técnico está se beneficiando de investimentos públicos diretos na infraestrutura educacional. Essa mudança reflete o interesse do governo distrital em capacitar os trabalhadores urbanos para que possam exercer atividades profissionais, ou seja, “qualificar, habilitar e/ou especializar o educando para o exercício de funções requeridas pelo mundo do trabalho”. (SEEDF[Regimento Escolar], 2015, p. 34).

A tabela 11 demonstra a localização das escolas de ensino médio regular e/ou técnico mantidas pelo governo distrital nas quatorze coordenações regionais de ensino existentes no DF:

Tabela 11 - Escolas públicas mantidas pelo governo distrital que atuam no Ensino Médio Regular e/ou Ensino Técnico, Distrito Federal, 2018

(continua)

Coordenação Regional	Quantidade de escolas (Médio Regular)	Quantidade de escolas (Técnico)
Brazlândia	5	1
Ceilândia	13	1
Gama	7	1
Guará	5	1
Núcleo Bandeirante	5	0
Paranoá	4	0
Planaltina	11	2
Plano Piloto	9	3
Recanto das Emas	4	0
Samambaia	4	0
Santa Maria	4	0
São Sebastião	3	0
Sobradinho	6	1
Taguatinga	8	1

Tabela 11 - Escolas públicas mantidas pelo governo distrital que atuam no Ensino Médio Regular e/ou Ensino Técnico, Distrito Federal, 2018

		(conclusão)
Total	88	11

Fonte: SEEDF (Censo Escolar), 2018.

Nota-se que o padrão de localização das escolas de nível médio segue aquilo que já se falou a respeito da rede pública nas demais etapas de ensino: as atividades se concentram nas áreas mais populosas do território distrital, com destaque para Ceilândia, com 13 escolas, Planaltina, 11, Plano Piloto, 9, Taguatinga, 8, e o Gama, 7. Porém, existe uma diferença importante: no geral, a quantidade de escolas é muito inferior àquela que existe nos níveis básicos. Portanto, pode-se deduzir que as escolas públicas de ensino médio não mobilizam fluxos de estudo e/ou trabalho tão expressivos quanto as etapas de ensino anteriores, mas, por outro lado, já que a concentração espacial das instituições é maior do que se via nos outros casos, elas, tendencialmente, provocam deslocamentos cotidianos mais abrangentes. No ensino técnico, destaca-se a RA I – Plano Piloto, com 3 escolas, seguida por Planaltina, com 2. Quanto à coordenação regional de Taguatinga, a única escola que atua no ensino técnico público é o CEP – ETB (Centro de Educação Profissional - Escola Técnica de Brasília), que, hoje, está inserida na RA XX – Águas Claras, próxima à Universidade Católica de Brasília.

Além das escolas mantidas pelo governo distrital, a rede pública de ensino médio e/ou técnico no DF também dispõe de dez *campi* pertencentes ao Instituto Federal de Brasília – IFB nas seguintes regiões administrativas: Plano Piloto, Ceilândia, SCIA, Gama, Planaltina, Riacho Fundo, Samambaia, São Sebastião, Taguatinga Norte e, também, Taguatinga Centro. Esses *campi*, juntos, atenderam 6.444 estudantes durante o ano letivo de 2018. Considerando que o IFB foi criado em 2008, todas as vagas registradas surgiram ao longo da última década. Destacam-se, ainda, os Colégios Militares Dom Pedro II e Tiradentes, que não se encontram vinculados à SEEDF. Ambos reuniram 951 estudantes de nível médio no ano passado. Por último, deve ser mencionada também a Escola Técnica de Saúde de Brasília, com 126 matrículas realizadas. Fora os *campi* vinculados ao IFB, todas as escolas mencionadas se localizam na RA I – Plano Piloto.

A tabela 12 demonstra a distribuição das escolas públicas que atuam no ensino médio regular nos municípios goianos que compõem a AMB. A maioria delas é administrada pelo governo do Estado de Goiás. Porém, também existem aquelas vinculadas à rede federal de ensino: quatro *campi* do IFG (Instituto Federal de Goiás) em Águas Lindas de Goiás, Formosa, Luziânia e Valparaíso de Goiás; e um *campus* do IFGoiano (Instituto Federal Goiano) no município de Cristalina. Os dados sobre as escolas de ensino técnico, até o presente momento, não puderam ser compilados, pois não foi encontrado banco de dados que reunisse as informações requisitadas. Em 2018, reuniram-se 36.051 estudantes em 114 escolas públicas de ensino médio na AMB, cerca de metade do valor registrado no território distrital. Já em 2010, havia 98 escolas vinculadas à referida etapa do ensino, onde estudavam 37.810 pessoas. Nesse sentido, houve expansão de 16,8% das instituições de ensino e redução de 4,6% no total de matrículas existentes.

Tabela 12 - Escolas públicas que atuam no Ensino Médio Regular, AMB, 2018

(continua)

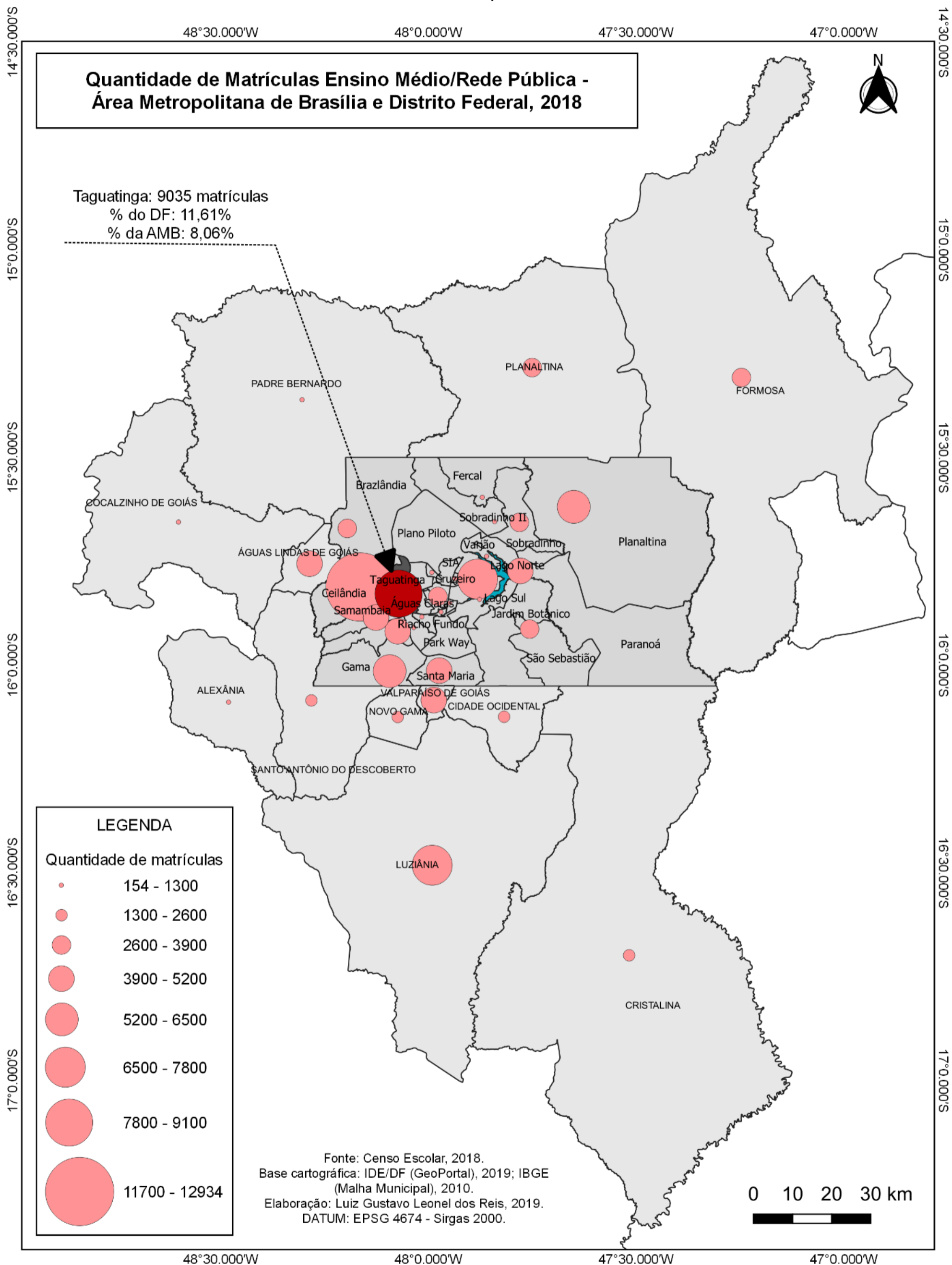
Município	Quantidade de escolas
Águas Lindas de Goiás-GO	18
Alexânia-GO	4
Cidade Ocidental-GO	5
Cocalzinho de Goiás-GO	2
Cristalina-GO	5
Formosa-GO	16
Luziânia-GO	28
Novo Gama-GO	8
Padre Bernardo-GO	3
Planaltina-GO	9
Santo Antônio do Descoberto-GO	3
Valparaíso de Goiás-GO	13
Total	114

Fonte: INEP (Censo Escolar), 2018.

Atentando-se para o mapa 17, vê-se que a RA III – Taguatinga reunia 9.035 matrículas ligadas ao ensino médio regular público em 2018. Isso representa 11,61%

do total no DF e 8,06% do total referente à AMB. Portanto, a RA III é a segunda localidade com mais estudantes matriculados nesta etapa do ensino em relação à metrópole brasiliense e, assim, pode-se afirmar que existe uma expressiva centralidade se desenvolvendo. No caso do ensino técnico, o protagonismo de Taguatinga se dará, sobretudo, pelas atividades particulares, como será discutido logo adiante. O CEP-ETB, maior centro de ensino profissional público do DF em oferta de vagas presenciais, foi criado em 1996 e fazia parte, originalmente, da RA III. Mas em 2003, com o desmembramento da RA XX – Águas Claras, ele se integrou àquela unidade territorial. Portanto, do ponto de vista processual, o CEP-ETB está vinculado à expansão das atividades educacionais em Taguatinga, mas do ponto de vista dos recortes administrativos, já não se pode mais considera-lo como parte da centralidade que a RA III manifesta nos dias de hoje.

Mapa 17



No âmbito da rede particular, foram realizadas 27.336 matrículas no ensino médio regular em todo o DF durante o ano de 2017. À época, existiam 129 instituições de ensino que ofereciam esta etapa do sistema educacional. Portanto, comparando-se à rede pública, a rede particular possuía praticamente 1/3 do total de matrículas efetivadas. Em 2010, foram atendidos 25.926 estudantes em 111 escolas. Assim, registra-se que houve expansão de 5,15% no total de estudantes matriculados e 13,9% no total de instituições de ensino vinculadas à referida etapa do ensino. Em face dessa expansão, compreende-se que, no caso das escolas de nível médio, os efeitos provocados pela migração de estudantes para a rede pública relacionados à crise econômica não impediram que fossem feitos novos investimentos. Quanto ao ensino técnico, 27 escolas particulares atenderam 6.894 estudantes no Distrito Federal em 2017, enquanto que, no ano de 2010, constavam 7.738 matrículas em 24 instituições. Nesse sentido, houve redução de 12,2% no total de estudantes cadastrados, o que, por sua vez, contrasta com o aumento que esse setor experimentou nos últimos anos devido à expansão dos investimentos públicos diretos, tanto do governo distrital, como do governo federal.

A tabela 13 evidencia a concentração das escolas particulares de ensino médio e/ou técnico regular no território distrital, em cada coordenação regional de ensino, enquanto a tabela 14 mostra onde elas estão localizadas nos municípios da AMB, lembrando-se que, neste caso, não foram conseguidas informações para caracterizar a distribuição das atividades pertencentes ao ensino técnico, particularmente:

Tabela 13 - Escolas particulares que atuam no Ensino Médio Regular e/ou Ensino Técnico, Distrito Federal, 2017

(continua)

Coordenação Regional	Quantidade de escolas (Médio Regular)	Quantidade de escolas (Técnico)
Brazlândia	2	0
Ceilândia	10	1
Gama	8	2
Guará	5	0
Núcleo Bandeirante	7	0
Paranoá	2	1

Tabela 13 - Escolas particulares que atuam no Ensino Médio Regular e/ou Ensino Técnico, Distrito Federal, 2017

		(conclusão)
Planaltina	4	1
Plano Piloto	38	8
Recanto das Emas	3	0
Samambaia	3	3
Santa Maria	5	1
São Sebastião	1	0
Sobradinho	10	4
Taguatinga	31	6
Total	129	27

Fonte: SEEDF (Censo Escolar), 2017.

Tabela 14 - Escolas particulares que atuam no Ensino Médio Regular, AMB, 2018

Município	Quantidade de escolas
Águas Lindas de Goiás-GO	13
Alexânia-GO	2
Cidade Ocidental-GO	3
Cocalzinho de Goiás-GO	0
Cristalina-GO	2
Formosa-GO	6
Luziânia-GO	7
Novo Gama-GO	4
Padre Bernardo-GO	0
Planaltina-GO	3
Santo Antônio do Descoberto-GO	2
Valparaíso de Goiás-GO	13
Total	55

Fonte: INEP (Censo Escolar), 2018.

Repetindo-se os padrões de localização observados quanto ao ensino fundamental, as escolas particulares que atuam no ensino médio regular estão concentradas, principalmente, no Plano Piloto, com 38 instituições de ensino, e em

Taguatinga, com 31, seguidas, de longe, por Ceilândia e Sobradinho, com 10 cada uma. Portanto, ratifica-se a centralidade de Taguatinga que se refere à atração dos investimentos privados relacionados ao sistema educacional. Sua relevância é mantida mesmo que sejam excluídas as escolas instaladas em Águas Claras (8 delas) e Vicente Pires (5 unidades escolares). Quanto ao ensino técnico, a distribuição das escolas particulares também é idêntica àquilo que já discutiu. Ao se comparar a quantidade de matrículas efetivadas em 2017 nesta etapa, a RA III assume posição de destaque sobre as outras localidades: 3.865 estudantes atendidos, enquanto a RA I – Plano Piloto reunia 1.458 deles. Nesse contexto, Taguatinga concentrava 49,9% das matrículas do ensino técnico particular no DF, tornando-se o maior polo educacional de todo o aglomerado quanto à referida etapa de ensino. Esse papel de destaque tem a ver com a importância econômica e/ou produtiva da RA III, que, sozinha, é responsável por 7,3% dos empregos existentes no DF e 5,3% da massa salarial (CODEPLAN, 2015).

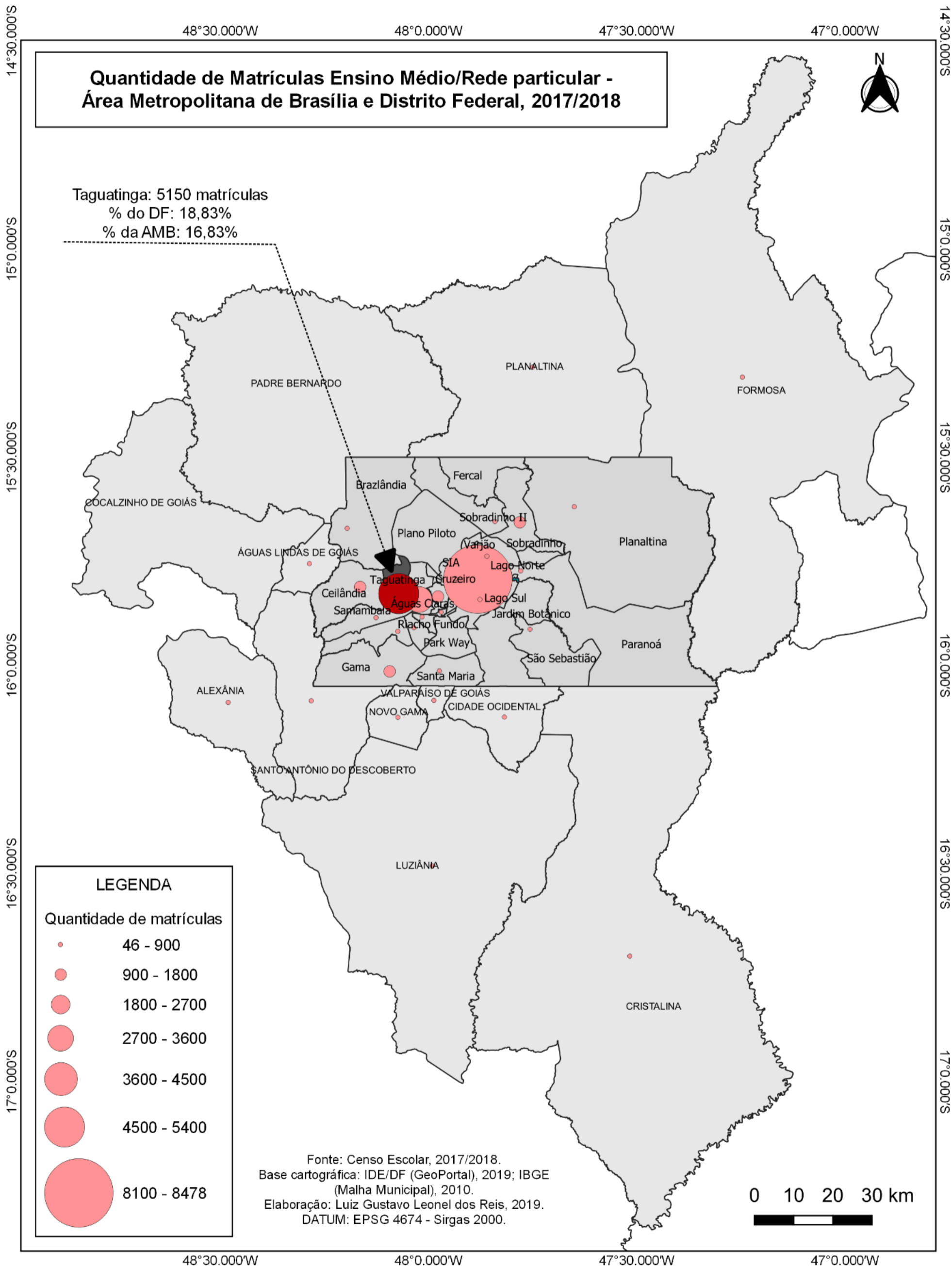
Na AMB, as escolas particulares de ensino médio regular estão concentradas, principalmente, em Águas Lindas de Goiás e Valparaíso de Goiás, com 13 instituições de ensino cada uma. Somando-se todos os municípios, foram matriculados 3.250 estudantes de ensino médio em 55 escolas particulares durante o ano 2018. Esses números são irrisórios quando comparados ao volume de matrículas observado no território distrital. Portanto, ainda hoje, são atividades pouco desenvolvidas. Em 2010, os municípios da AMB reuniam 44 escolas particulares vinculadas ao ensino médio regular, onde estudavam 3.124 pessoas. Nesse sentido, verifica-se que houve expansão de 20% no total de escolas e 3,87% no total de estudantes matriculados. Mesmo que os valores totais sejam pequenos, o setor privado tende a aumentar sua participação nos próximos anos quanto à oferta de vagas no ensino médio nos municípios que compõem a AMB, caso o ritmo de crescimento observado seja mantido. Porém, não se pode ignorar que a concentração de renda ainda é um fator limitante, sobretudo no ensino médio e, além disso, no ensino superior, quando as mensalidades das escolas, em geral, se tornam mais caras que o ensino fundamental.

O mapa 18 demonstra a concentração das matrículas vinculadas ao ensino médio regular em cada uma das Regiões Administrativas do DF e, também, nos municípios da AMB. Como já foi dito, a concentração espacial das matrículas é muito superior às etapas anteriores, visto que a concentração de renda se torna mais

decisiva do que já era. Em rápido levantamento do preço cobrado por diferentes escolas particulares de ensino médio no DF, feito através de meio eletrônico⁶⁵, foram encontrados valores de mensalidades entre R\$ 750,00 e R\$ 1.500,00. Portanto, levando-se em conta que a renda mensal domiciliar nas localidades mais afastadas da RA I – Plano Piloto, é algo em torno de dois a três salários mínimos mensais, está claro que não é possível, pelo menos em relação à maioria das famílias que moram nessas áreas, integrar-se à rede particular de ensino. A RA III – Taguatinga dispõe de 5.150 matrículas nas escolas particulares que oferecem o ensino médio regular, ou seja, 18,83% do total existente no DF e 16,83% na AMB, posicionando-se atrás, somente, da RA I – Plano Piloto, que amplia sua predominância. Portanto, no que se refere às atividades particulares, verifica-se que, tanto o ensino técnico, quanto o ensino médio regular, estão contribuindo no sentido de transformar a RA III em uma centralidade educacional.

⁶⁵ Disponível em: <https://www.melhorescola.com.br/escola/por-mensalidade/distrito-federal>. Acesso em: 20 mai. 2019.

Mapa 18



3.2.4. Educação Superior

A Educação Superior é a etapa mais elevada do sistema educacional brasileiro. Diferente da Educação Básica, não é obrigatória e o ingresso de novos estudantes se dá por meio de processo seletivo, seja o vestibular comum ou, ainda, o próprio Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), que, por sua vez, têm como finalidade testar os conhecimentos e/ou habilidades trabalhados anteriormente. Segundo o artigo 43 da LDB, entre os objetivos da Educação Superior, estão: formar diplomados para as diferentes áreas do conhecimento; estimular a criação cultural; comunicar o saber através de diferentes formas; incentivar o trabalho de pesquisa; estimular o desenvolvimento de soluções para os problemas do mundo presente; promover a extensão universitária; contribuir para aprimorar o sistema educacional como um todo; e assim por diante. A Educação Superior está organizada em programas, que podem incluir cursos de graduação, pós-graduação, extensão e sequenciais por campo de saber. Esses programas são periodicamente avaliados pelo Ministério da Educação (MEC), haja vista que a responsabilidade sobre a oferta e/ou regulamentação da educação superior é atribuída, prioritariamente, ao governo federal.

De acordo com o Decreto nº 5.773/06⁶⁶, as instituições de ensino que atuam no âmbito da educação superior dividem-se em três categorias: as faculdades, os centros universitários e as universidades. Quando elas são recém-cadastradas pelo MEC, passam a ser chamadas, originalmente, de faculdades. Em seguida, após avaliação sistemática dos programas oferecidos, essas instituições podem vir a ser credenciadas nas categorias posteriores. No que se refere à avaliação, são levados em conta: o projeto pedagógico; o cronograma de implantação e desenvolvimento dos cursos; a organização didático-pedagógica; o perfil do corpo docente; a organização administrativa; a infraestrutura física; a oferta de cursos à distância, a oferta de cursos de mestrado e/ou doutorado; o demonstrativo de viabilidade financeira. A educação superior é de livre acesso à iniciativa privada e nota-se que as instituições particulares são cada vez mais numerosas em todo o território nacional. Porém, tem crescido, também, o número de instituições públicas, especialmente após a implantação do

⁶⁶ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/127-perguntas-frequentes-911936531/educacao-superior-399764090/116-qual-e-a-diferenca-entre-faculdades-centros-universitarios-e-universidades>. Acesso em: 25 mai. 2009.

Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidade Federais (Reuni) em 2008.

Segundo o Censo da Educação Superior realizado pelo INEP em 2016, o Distrito Federal possuía 58 instituições de ensino vinculadas à Educação Superior. Destas, duas eram instituições públicas federais: a Universidade de Brasília e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília; duas eram mantidas pelo governo distrital: o Instituto Superior de Ciências Policiais e a Escola Superior de Ciências da Saúde; e as outras 54 pertenciam à rede particular. Somando-se as matrículas das instituições públicas federais em 2016, chega-se ao total de 50.672 estudantes atendidos, a maioria proveniente da UnB, enquanto o corpo discente das instituições mantidas pelo GDF reunia 993 pessoas. Já na rede particular, foram realizadas 191.942 matrículas na mesma época, ou seja, valor que supera em quatro vezes a capacidade de atendimento mantida pela rede pública, mesmo que tenham sido abertos novos *campi* da UnB e/ou do IFB dentro do território distrital desde 2009. Deve-se levar em conta que o Censo da Educação Superior abrange, apenas, os cursos de graduação e/ou sequenciais.

Mediante os dados apresentados, observa-se que, nos dias de hoje, a rede particular de ensino continua a ter maior capilaridade no DF do que a rede pública, visto que atende 78,7% dos estudantes que frequentam a educação superior. Portanto, considerando-se que a maior parte dos moradores do DF residem nas regiões administrativas de renda média-baixa, ainda há muito que avançar no sentido de integrar as classes menos favorecidas à referida etapa do sistema educacional. Contudo, não se pode negar os esforços que já foram realizados a fim de concretizar esta tarefa. A UnB, por exemplo, que até 2009 tinha apenas 1 *campus* na área do Plano Piloto, agora possui mais três: Ceilândia, Gama e Planaltina. Em 2009, havia 27.800 estudantes matriculados nesta instituição e sete anos depois eles já somavam 38.488. Portanto, foi registrada expansão de 27,7% na oferta de vagas ao longo deste período. Quanto ao IFB, a situação é semelhante: criado em 2008, já oferecia, em 2016, 2.729 vagas na etapa da educação superior, sem contar os cursos técnicos integrados ao ensino médio.

A tabela 15 demonstra a distribuição das instituições pertencentes à etapa da educação superior entre as regiões administrativas do DF, separadas em públicas

e/ou particulares. As instituições que possuem vários *campi* foram contabilizadas mais de uma vez:

Tabela 15 – Instituições de ensino públicas e particulares que atuam na Educação Superior, Distrito Federal, 2016

(continua)

	Região Administrativa	Rede Pública	Rede Particular
I	Plano Piloto	4	23
II	Gama	2	5
III	Taguatinga	2	14
VI	Brazlândia	-	-
V	Sobradinho	-	2
VI	Planaltina	2	2
VII	Paranoá	-	1
VIII	Núcleo Bandeirante	-	-
IX	Ceilândia	1	2
X	Guará	-	4
XI	Cruzeiro	-	-
XII	Samambaia	1	-
XIII	Santa Maria	-	2
XIV	São Sebastião	1	-
XV	Recanto das Emas	-	2
XVI	Lago Sul	-	-
XVII	Riacho Fundo	1	-
XVIII	Lago Norte	-	1
XIX	Candangolândia	-	-
XX	Águas Claras	-	6
XXI	Riacho Fundo II	-	-
XXII	Sudoeste/Octogonal	-	-
XXIII	Varjão	-	-
XXIV	Park Way	-	-
XXV	SCIA	1	-
XXVI	Sobradinho II	-	-
XXVII	Jardim Botânico	-	-
XXVIII	Itapoã	-	-
XXIX	SIA	-	-

Tabela 15 – Instituições de ensino públicas e particulares que atuam na Educação Superior, Distrito Federal, 2016

			(conclusão)
XXX	Vicente Pires	-	1
XXXI	Fercal	-	-
Total		15	65

Fonte: INEP (Censo da Educação Superior), 2016.

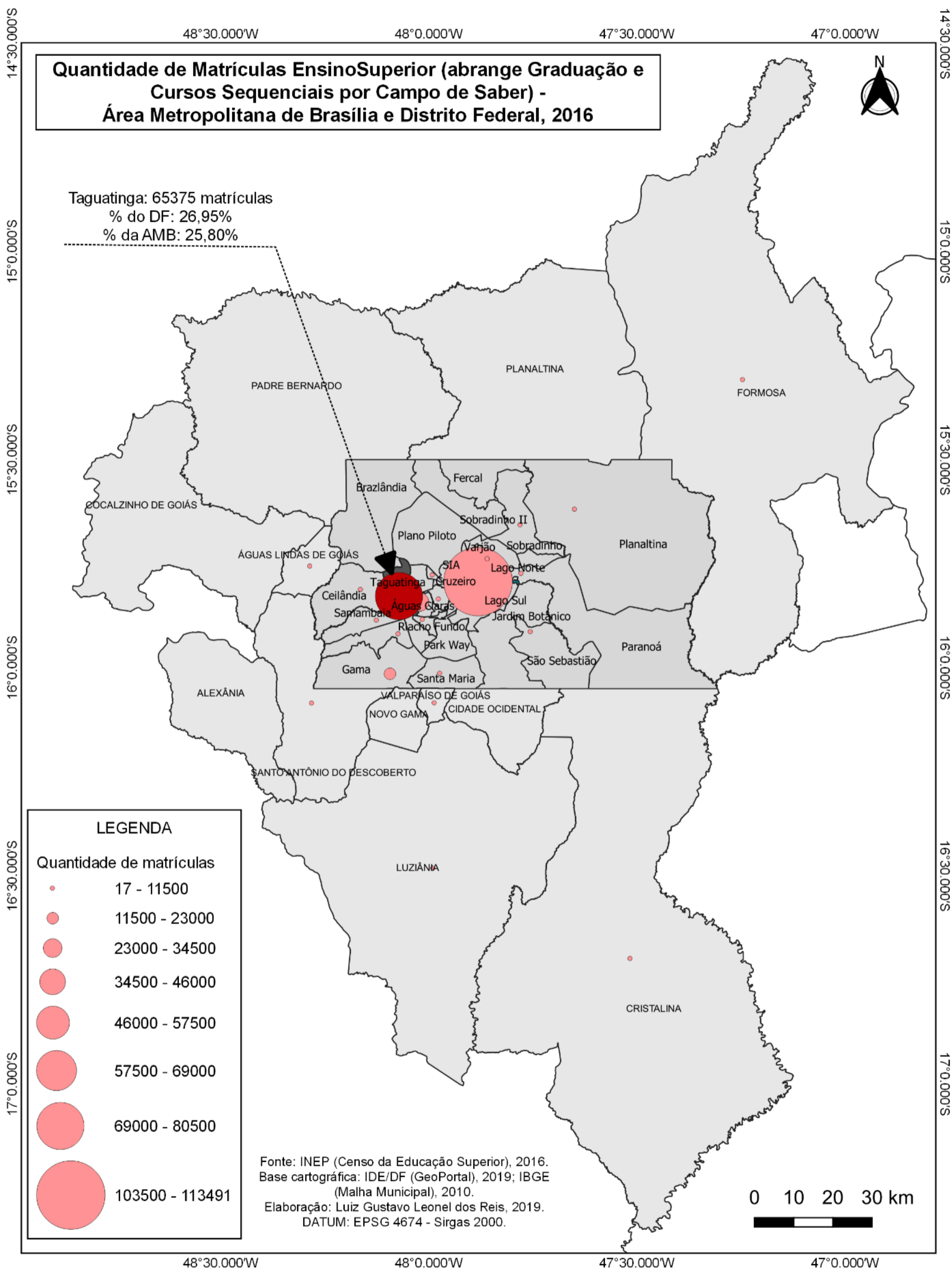
De acordo com a tabela 15, a Região Administrativa que possuía a maior quantidade de instituições vinculadas à etapa da educação superior, tanto públicas, como particulares, é a RA I – Plano Piloto, com 27 unidades escolares. Em seguida, encontra-se a RA III – Taguatinga, com 16 unidades, a RA XX – Águas Claras, com 6, e a RA II – Gama, com 5. Verifica-se que as instituições públicas estão se desconcentrando em direção às regiões de renda média-baixa, enquanto as instituições privadas estão localizadas, mais uma vez, nas regiões de renda média-alta. A localidade de Taguatinga, firmando-se na segunda colocação, assim como já havia evidenciado a etapa do ensino médio, exerce uma expressiva centralidade no tocante à educação superior privada, atraindo grande parcela dos investimentos realizados neste setor durante as últimas décadas. Na área do Plano Piloto, todas as instituições reunidas ofertaram, juntas, 331 cursos de graduação e/ou sequenciais em 2016, sendo que, na UnB, estavam concentrados 41,3% deles. Já em Taguatinga, foram ofertados 161 cursos e a instituição mais representativa, com 27,9% deles, foi a UCB (Universidade Católica de Brasília).

No que se refere à AMB, o Censo da Educação Superior (INEP, 2016) mostra que não havia nenhuma instituição de ensino pública vinculada à etapa da educação superior nos doze municípios que a compõem com oferta de vagas presenciais. Porém, sabe-se que existem dois *campi* da UEG (Universidade Estadual de Goiás): 1 em Formosa e outro em Luziânia, e que, por algum motivo, não foram contabilizados pelo censo. Esses *campi* oferecem, juntos, oito cursos de graduação. Considerando-se que aproximadamente 36 mil estudantes da rede pública ingressaram no ensino médio em 2018 nesses municípios e que, além disso, muitos deles concluirão essa etapa tão logo completem os três anos de estudo requeridos, está claro que existe uma lacuna no atendimento às necessidades de ensino das pessoas que moram na AMB quanto à etapa do ensino superior. Pode-se deduzir que muitos jovens, após o término do

ensino médio, não prosseguem com os estudos e, entre aqueles que prosseguem, muitos têm que se dirigir, necessariamente, para o Distrito Federal, o que faz aumentar os deslocamentos pendulares. Na rede particular, por outro lado, havia dez instituições vinculadas à educação superior na AMB em 2016: três em Formosa, três em Valparaíso de Goiás, uma em Luziânia, uma em Cristalina, uma em Águas Lindas de Goiás e, por fim, uma em Santo Antônio do Descoberto. Juntas, elas atenderam 10.274 estudantes, com maior concentração das matrículas em Valparaíso de Goiás (37,1% do total).

O mapa 19 demonstra o total de matrículas na Educação Superior dentro do território distrital e na AMB. Foram somadas as instituições públicas e particulares, já que os padrões de localização, mesmo que a rede pública esteja se desconcentrando nos últimos anos, são idênticos. Na rede pública, a única instituição que se destaca na oferta de vagas é a UnB, cuja sede fica na Área do Plano Piloto, onde estão concentradas 82,4% das matrículas realizadas em 2016 nos cursos de graduação e/ou sequenciais. Na rede particular, em se tratando das instituições com dois *campi* ou mais em localidades distintas, não foi possível separar a quantidades de matrículas para cada *campus*, isoladamente. Nesses casos, as matrículas foram contabilizadas proporcionalmente à quantidade de cursos ofertados em cada localidade onde essas instituições atuam, para que, ao menos, fosse obtido um valor próximo do real. Conforme se vê no mapa 19, a predominância da RA I - Plano Piloto quanto à etapa da Educação Superior, seguida pela RA III - Taguatinga, é, praticamente, absoluta. A RA III reunia 65.375 estudantes matriculadas na etapa de ensino em questão, o que representa, em termos relativos, 26,95% do total existente no DF e 25,80% de toda a AMB.

Mapa 19



Em resumo, após serem discutidos os padrões de localização das atividades educacionais na metrópole brasiliense, com destaque para Taguatinga, permite-se fazer as seguintes reflexões:

- Em primeiro lugar, a distribuição das atividades educacionais na AMB varia de uma localidade para outra. Existem áreas onde elas estão concentradas, assim como existem áreas onde elas são rarefeitas, a depender dos atributos socioeconômicos das pessoas que residem e/ou frequentam esses espaços, diferencialmente;
- As atividades educacionais pertencentes à rede pública têm os seguintes padrões de localização: nos níveis básicos, isto é, a educação infantil e/ou o ensino fundamental, elas se reúnem nas regiões administrativas e municípios afastados da cidade central, sobretudo as localidades que possuem maior tamanho populacional; já nos níveis elevados, ou seja, o ensino médio e/ou superior, elas tendem a se concentrar em áreas específicas do aglomerado e, além da questão demográfica, intervém a questão da acessibilidade viária diferencial; nesses níveis, em geral, os deslocamentos tendem a ser mais distantes;
- Pode-se dizer que os padrões de localização das atividades educacionais na rede pública têm relação com o fato de que a metrópole brasiliense está se tornando cada vez mais dispersa. A metrópole dispersa possui maior densidade de ocupação nas franjas periféricas em vez do centro e esse fenômeno, ao interferir sobre os vetores de expansão do tecido urbano, influencia, também, a distribuição das atividades educacionais;
- Na rede pública, sobressai a atuação do Estado quanto ao planejamento das atividades educacionais, incluindo as esferas federal, distrital, estadual e/ou municipal. De 2010 em diante, período analisado neste trabalho, a política educacional da AMB tem beneficiado, prioritariamente, duas etapas do ensino: a educação infantil e o ensino técnico e/ou profissionalizante. Hoje, essas são as etapas do sistema educacional que estão se desenvolvendo mais rapidamente, seja através de investimentos públicos diretos ou, ainda, com parcerias público-privadas, como, por exemplo, no caso das creches;

- No território distrital e, em certa medida, em toda a AMB, quando se analisa as etapas do ensino fundamental e médio, percebe-se que as matrículas na rede pública estão se reduzindo sistematicamente desde o ano de 2008. Fala-se nos efeitos provocados pela transição demográfica e/ou pelo abandono escolar. Porém, são fenômenos que permanecem insuficientemente caracterizados.
- Na etapa da educação superior, a oferta de vagas na rede pública é espacialmente concentrada, ainda que se verifique um movimento desde 2009 em direção às periferias. Registra-se que os municípios da AMB, fora o Distrito Federal, têm apenas dois *campi* da UEG que possam atender as necessidades educacionais das classes menos favorecidas quanto à referida etapa do ensino, presencialmente, com oito cursos de graduação;
- No âmbito das atividades públicas, a RA III – Taguatinga pode ser considerada uma centralidade educacional, mas, já que não é tão populosa quanto as outras regiões do DF e da AMB, como Ceilândia e Samambaia, essa centralidade é menos representativa. De todas as etapas do ensino público, aquelas em que Taguatinga mais se destaca, em termos proporcionais, são as etapas finais do sistema educacional: o ensino médio e, caso seja acrescentado o CEP-ETB, o ensino técnico e/ou profissionalizante, além da educação superior.
- A RA I – Plano Piloto, mesmo que seja demograficamente inferior, concentra boa parte da infraestrutura educacional construída pelo governo distrital e/ou federal ao longo da história de Brasília. Nos níveis básicos, contrasta o número de escolas públicas, que é elevado, e o número de matrículas, comparativamente menor em relação às RA's que têm maior tamanho populacional, sobretudo quanto à etapa do ensino fundamental. Destaca-se, também, a concentração espacial das matrículas efetivadas na UnB.
- No que se refere às atividades particulares, os padrões de localização observados foram: nos níveis básicos, destaca-se a RA I- Plano Piloto e a concentração que se desenvolveu no quadrante sudoeste do aglomerado; já nos níveis elevados, a área do Plano Piloto tem predominância quase absoluta, sendo que, de todas as localidades que estão fora da Bacia do Lago Paranoá, a única que se firma como área de concentração é a RA III – Taguatinga. Levando-se em conta que as atividades particulares exigem retorno financeiro,

nota-se que os padrões de localização estão relacionados, principalmente, à concentração de renda;

- Os padrões de localização das atividades particulares indicam que a metrópole brasiliense é desigual. Nas proximidades da RA I – Plano Piloto, estão as classes melhor empregadas, que compõem os quadros do funcionalismo público e recebem altos salários. Por outro lado, nas áreas periféricas, a renda domiciliar mensal é muito inferior. Conseqüentemente, as atividades educacionais particulares tornam-se rarefeitas, especialmente quando se refere às etapas de ensino mais elevadas, cujas mensalidades atingem preços insuportáveis para a maioria das pessoas. Pode-se deduzir que a expansão das atividades educacionais particulares em Taguatinga foi reforçada pela ocupação de Águas Claras e Vicente Pires, áreas vizinhas, onde a renda domiciliar mensal é maior;
- Na rede particular, existem empresas que têm fins prioritariamente lucrativos ou não. Os investimentos dessas empresas, no que se refere à localização espacial, seguem os mesmos critérios observados em relação às outras atividades de comércio e/ou serviços. Além da renda, elas necessitam de acessibilidade, infraestrutura e exposição máxima ao consumidor. Destaca-se uma tendência recente: a instalação de atividades educacionais em *shopping centers*. Em Taguatinga, por exemplo, existe uma unidade da Rede Anhanguera de Ensino no Taguatinga *Shopping*, localizado às margens da EPCT (DF-001);
- As atividades educacionais particulares estão se expandindo, principalmente, nas etapas da educação infantil e/ou do ensino superior. Na educação infantil, esse processo está se intensificando devido às parcerias público-privadas: uma vantagem competitiva não-concorrencial. Já no caso do ensino superior, elas estão se apropriando das brechas que o Estado não pode e/ou não consegue suprir, capilarizando-se. Nesta etapa do ensino, o total de matrículas na rede particular em todo o Distrito Federal durante o ano de 2016 foi cinco vezes superior ao total de matrículas na rede pública;
- No âmbito das atividades particulares, Taguatinga é uma centralidade em todas as etapas do sistema educacional, com destaque para o ensino superior e, também, o ensino técnico e/ou profissionalizante. Hoje, ela está se firmando

como a segunda área mais importante da AMB neste quesito. Nota-se o crescimento dessas atividades também, nas áreas vizinhas, como Águas Claras. Porém, Taguatinga, do ponto de vista da acessibilidade viária, levando-se em conta que foi a primeira localidade efetivamente ocupada no quadrante sudoeste do território distrital, reúne condições mais favoráveis do que os outros lugares para a implantação desses equipamentos.

- Mesmo que a RA III - Taguatinga esteja ampliando seus papéis como centralidade educacional, a predominância da RA I – Plano Piloto quanto ao volume de matrículas e/ou instituições de ensino particulares se mantém. Portanto, mais uma vez, reitera-se que Taguatinga apresenta as características próprias de um subcentro que, em se tratando dos fluxos de estudo mobilizados pela iniciativa privada, mantém-se hierarquicamente inferior em relação à cidade central do aglomerado.

3.3. As áreas de concentração-dispersão

Os dados sobre as atividades de ensino apresentados no tópico anterior permitiram caracterizar a RA III – Taguatinga como centralidade educacional em relação ao espaço metropolitano de Brasília. Porém, compreende-se que a centralidade educacional, assim como todas as formas de expressão que a centralidade vem assumindo nos dias de hoje, varia no tempo/espaço entre uma localidade e outra e, além disso, dentro de uma mesma localidade, entre os diferentes períodos do dia e/ou da semana. Em outras palavras, é uma centralidade cambiante (SPOSITO, 2004). Na RA III, pode-se dizer que isso também ocorre, considerando que a centralidade educacional não abrange todos os setores que compõem Taguatinga uniformemente. Existem áreas específicas onde essas atividades estão reunidas, dentro das quais acontece o movimento de concentração-dispersão dos fluxos relacionados às necessidades de ensino, com intensidades variáveis entre o período diurno e noturno. Portanto, a fim de caracterizar a centralidade educacional exercida pela RA III – Taguatinga, torna-se necessário analisar essa dinâmica.

Conforme já foi indicado na introdução deste trabalho, as atividades educacionais, ao se reunirem em determinadas áreas, devido à intensidade que apresentam os fluxos de estudo, conseguem atrair atividades menores ligadas ao

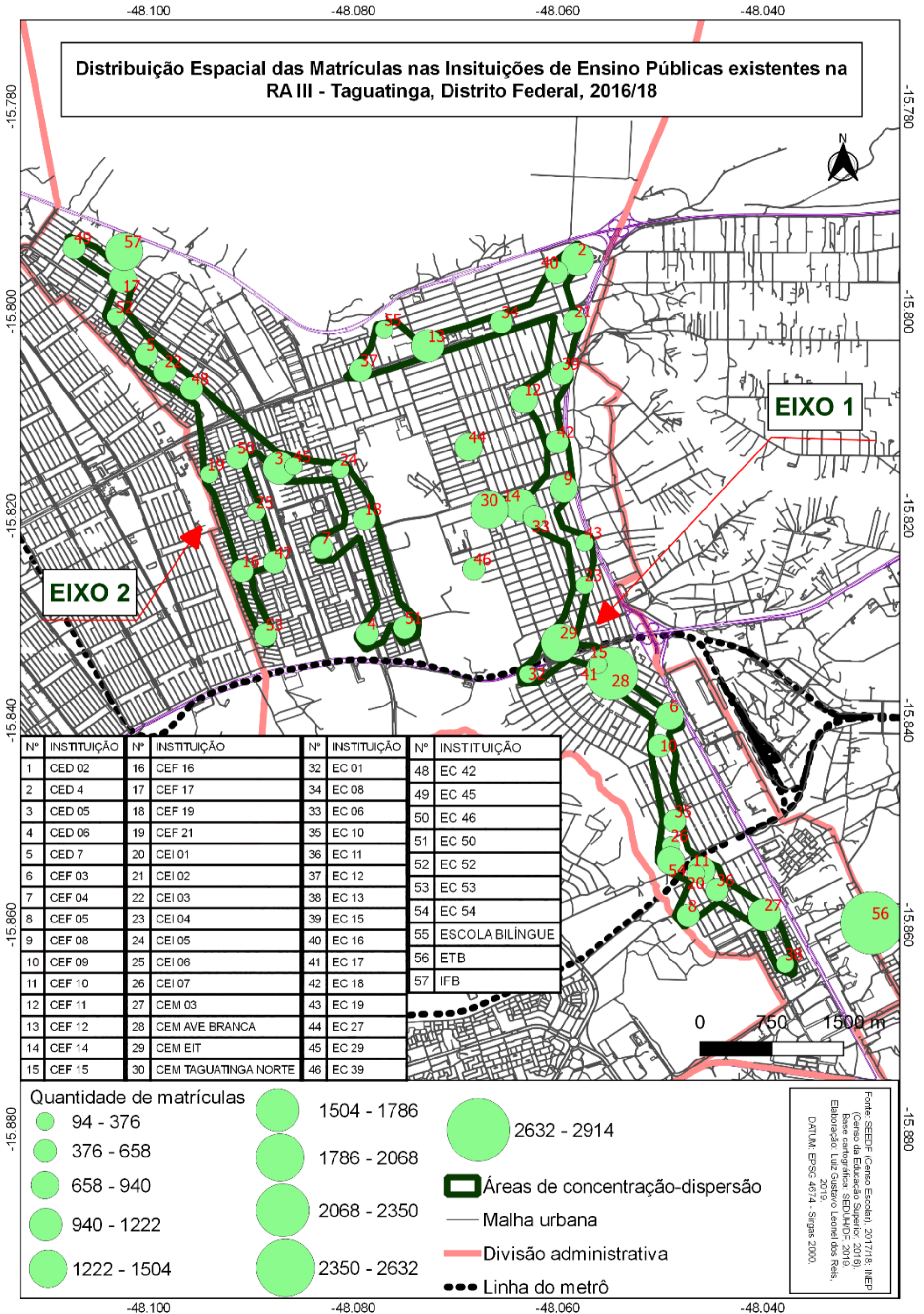
setor de comércio e/ou serviços. Portanto, em certa medida, elas são capazes de influenciar a própria dinâmica econômica. Pode-se mencionar, por exemplo, o caso dos serviços de alimentação ou, ainda, os serviços de impressão. Em Taguatinga, ao redor das instituições de ensino, sobretudo nas localidades onde elas se concentram, também se nota o desenvolvimento de atividades pertencentes ao setor de comércio e/ou serviços. Muitas vezes, são atividades não-regularizadas que se instalam em estruturas improvisadas durante o período de aula e, quando os fluxos de estudo, por algum motivo, cessam, seja aos finais de semana ou, então, nas férias, elas também se dispersam. Devido à complexidade desse fenômeno, não se pretende, aqui, esgotar o assunto, mas sim, fazer alguns apontamentos baseados, sobretudo, naquilo que pode ser observado *in loco*.

Este tópico está organizado em três partes. Primeiro, serão descritas as áreas de concentração-dispersão ligadas à rede pública de ensino, discutindo-se como as atividades educacionais se distribuem em Taguatinga, internamente, e a variação dos fluxos de estudo entre o período diurno e noturno, utilizando-se os dados do censo Escolar 2017/2018 e do Censo da Educação Superior 2016. Depois, repetir-se-á o mesmo procedimento, mas, então, atentando-se para a rede particular. Nota-se que os padrões de localização dessas atividades, num caso e noutro, são diferentes: na rede pública, formam-se eixos; já na rede particular, formam-se nucleações. Observa-se, ainda, que os principais setores da RA III onde os fluxos de estudo estão se materializando nos dias de hoje são aqueles onde ambos os padrões de localização se sobrepõem, ou seja, nas áreas em que as atividades de rede pública e/ou privada estão próximas entre si. Por fim, serão apontadas as atividades de comércio e/ou serviços localizadas nas áreas vizinhas às instituições de ensino. Contudo, como já foi alertado, é uma discussão introdutória e que, por esse motivo, necessita ser aprofundada em investigações futuras.

3.3.1. Rede pública: eixos

Em se tratando da rede pública de ensino, as áreas de concentração-dispersão existentes em Taguatinga se distribuem em dois eixos, conforme se vê no mapa 20:

Mapa 20



O Eixo 1 compreende as atividades localizadas entre o Setor F Sul e o Setor G Norte da RA III - Taguatinga. Nele, as atividades educacionais estão estruturadas linearmente ao longo das avenidas Samdu, Comercial e Hélio Prates, além da própria Estrada Parque Contorno (EPCT), que também é conhecida como Pistão Norte-Sul. No segmento do eixo 1 que se encontra ao norte de Taguatinga Centro, reúnem-se 3 escolas públicas que atuam na educação infantil, 13 do ensino fundamental e 2 do ensino médio regular. Já no segmento que se encontra ao sul de Taguatinga Centro, existem 3 escolas públicas vinculadas à educação infantil, 8 no ensino fundamental e 1 no ensino médio regular. Ao todo, o Eixo 1 tem 32 escolas públicas. Quanto ao total de matrículas, percebe-se que a distribuição dos fluxos de estudo entre as escolas desse eixo é bastante desigual. Destacam-se três áreas de concentração-dispersão: primeiro, próximo ao CEMTN, em Taguatinga Norte; segundo, na Área Central de Taguatinga, onde estão o CEMAB e o CEMEIT; e, terceiro, nas quadras que se localizam ao redor do entroncamento entre a Av. Samdu Sul e a linha do metrô.

O Eixo 2, por sua vez, compreende as atividades que se distribuem entre os setores J, L e M localizados em Taguatinga Norte. Nele, existem 7 escolas públicas que atuam na educação infantil, 14 do ensino fundamental e 4 do ensino médio, incluindo o *campus* do IFB inaugurado em 2008 nas proximidades da DF-095 (Via Estrutural). No total, o Eixo 2 apresenta 20 unidades escolares. Nesse eixo, percebe-se que as atividades educacionais estão mais dispersas e os fluxos de estudo são menores, quando comparados ao Eixo 1. A única área que, à primeira vista, parecer ter um movimento de concentração-dispersão mais expressivo é aquela que se encontra entre o IFB e o *Shopping JK*, no Setor M Norte. Somando-se as unidades escolares distribuídas ao longo de ambos os eixos existentes em Taguatinga e aquelas que estão localizadas em outras áreas da RA III, existem, ao todo, 57 instituições públicas de ensino⁶⁷.

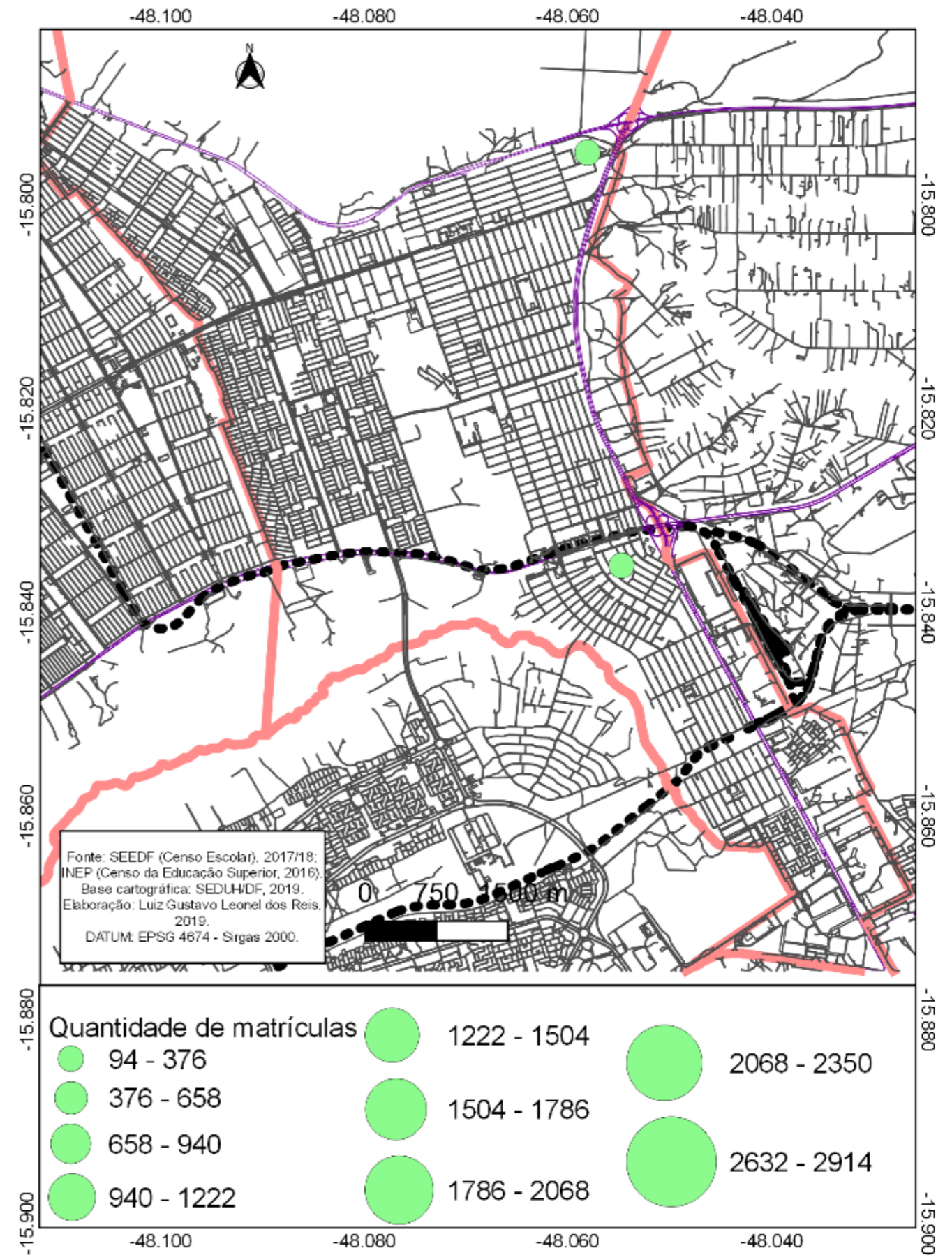
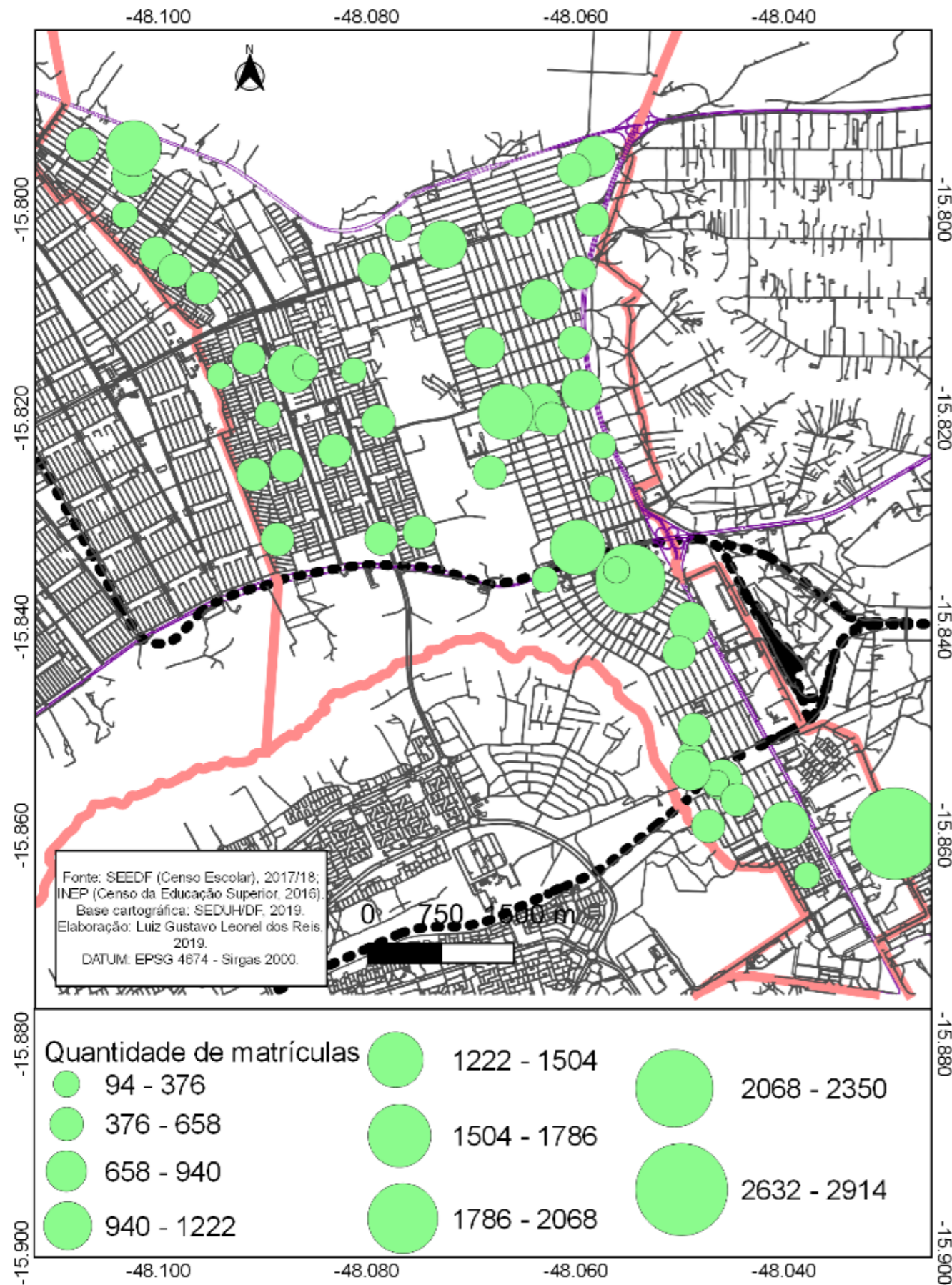
Os padrões de localização das escolas públicas em Taguatinga, pelo que se observa no mapa 20, estão condicionados pela questão da acessibilidade viária diferencial, já que muitas escolas estão concentradas ao longo das principais vias de circulação, além de estarem próximas, também, das estações do metrô na Praça do Relógio e em Taguatinga Sul. Além disso, são localizações determinadas pelas ações

⁶⁷ Incluindo o CILT (Centros de língua estrangeira), que atende 5.338 estudantes nos cursos de inglês, francês, espanhol e japonês (SEEDF, 2018). Destes, 2.338 (matutino); 2.285 (vespertino) e 1.088 (noturno); o CEE (Centro de Ensino Especial), que reúne 416 estudantes, sendo 193 (matutino) e 223 (vespertino).

de ordenamento territorial do governo distrital, já que se percebe, principalmente no eixo 2, cuja ocupação aconteceu tardiamente em relação ao eixo 1, distâncias mais ou menos padronizadas entre as escolas, que, por sua vez, encontram-se em áreas especiais destinadas, exclusivamente, para receber esse tipo de equipamento. A ocupação da área onde o Eixo 1 foi feita às pressas, com a transferência dos moradores das ocupações irregulares junto à Cidade Livre, enquanto a ocupação dos setores onde está o eixo 2 aconteceu entre 1964-1972 (COSTA, 2011).

Os fluxos de estudo direcionados às escolas públicas em Taguatinga variam bastante entre o período diurno e/ou noturno, como se vê na comparação feita pelo mapa 21:

Mapa 21 – Quantidade de estudantes matriculados nas escolas públicas da RA III – Taguatinga, 2017/18, período diurno (à esquerda) e noturno (à direita)

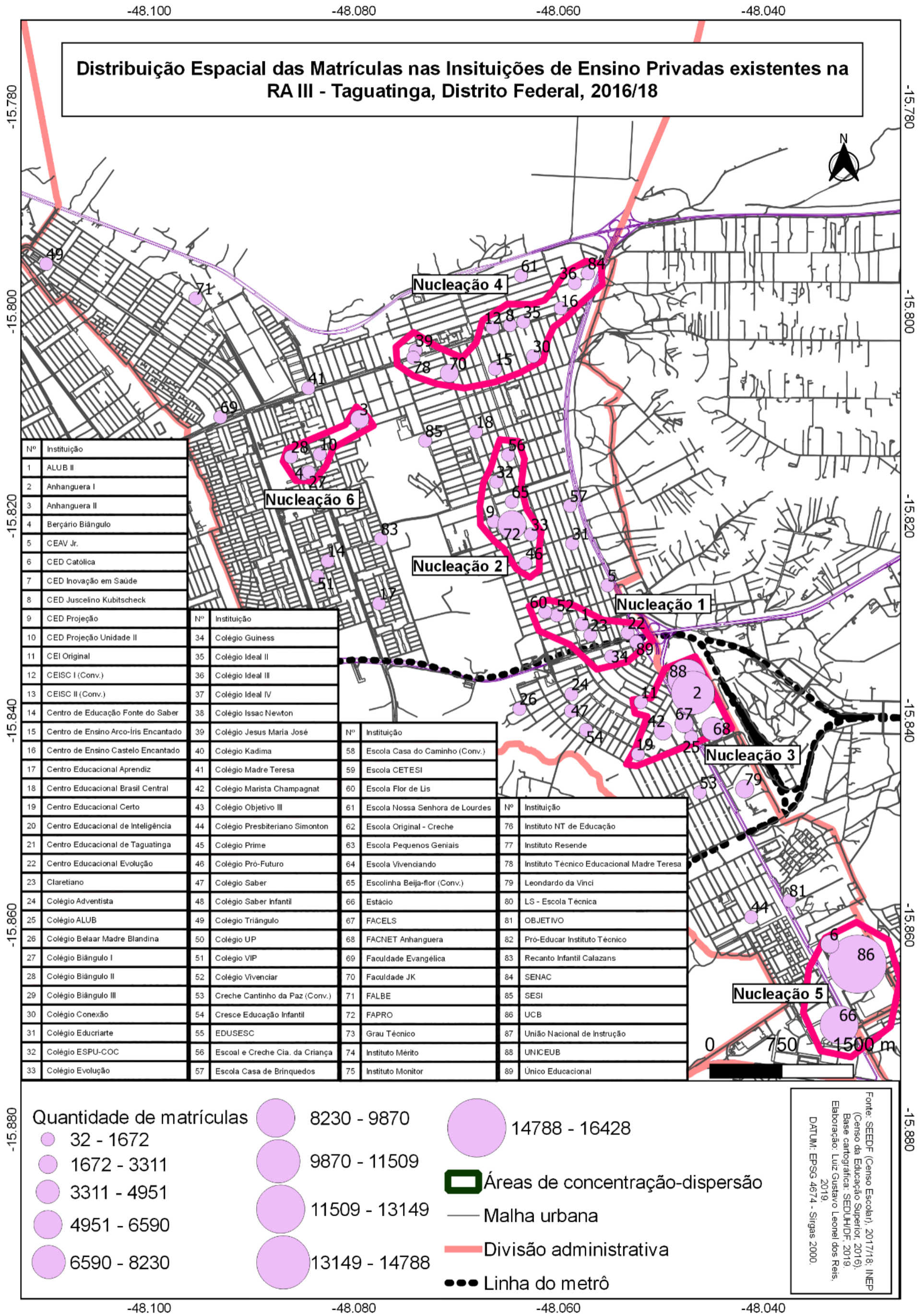


À noite, as escolas públicas da RA III que funcionam são: o CEMAB (Centro de Ensino Médio Ave Branca), localizado na Área central, e o CED 04 (Centro Educacional 4), localizado no Setor G Norte. Ambas as instituições, neste turno, atendem somente a etapa do ensino médio e/ou a educação de Jovens e Adultos (EJA). A Escola Bilíngue também oferece vagas no período noturno, mas não se pode determinar a quantidade de estudantes atendidos por esta instituição de ensino através do Censo Escolar 2018. Portanto, os fluxos de estudo diminuem consideravelmente quando comparados aos deslocamentos que ocorrem durante o dia, motivo pelo qual se pode afirmar que a centralidade educacional em Taguatinga, no que se refere à rede pública, mostra-se cambiante.

3.3.2. Rede particular: nucleações

As atividades educacionais particulares localizadas em Taguatinga, bem como as matrículas que se vinculam a cada uma delas, estão concentradas em diferentes nucleações, conforme mostra o mapa 22. Ressalta-se que este mapa não inclui as matrículas realizadas na etapa do ensino técnico e/ou profissionalizante, já que não foi possível obter informações desta natureza para as instituições de ensino técnico, isoladamente, utilizando-se o Censo Escolar 2017/18.

Mapa 22



No mapa 22, constam seis nucleações. Primeiro, aquela que está localizada na Área Central de Taguatinga, que além das escolas mostradas, inclui, também, 3 institutos que atuam na educação técnica e/ou profissionalizante, cujas matrículas não puderam ser contabilizadas individualmente⁶⁸. Neste núcleo, existem, ainda, muitas empresas que oferecem cursos de língua estrangeira e/ou preparatórios, que não foram contempladas por este trabalho. Nota-se que é uma área com expressiva concentração de atividades educacionais privadas, assim como de outras atividades relacionadas ao setor de comércio e/ou serviços. Próximo a esta área, desenvolveu-se mais uma nucleação em direção à avenida Samdu Norte, ao redor das quadras localizadas no final do setor B da RA III. É onde fica a Faculdade Projeção, as unidades que participam do Sistema S, como o SENAI e o SESC, além de dois institutos técnicos não contabilizados⁶⁹. Das 7 escolas reunidas na primeira nucleação, 5 atuam na educação infantil, 4 no ensino fundamental e 2 no ensino médio regular. Já na segunda nucleação, das 7 escolas particulares existentes, 3 atuam na educação infantil, 4 no ensino fundamental, 3 no ensino médio e 1 na educação superior.

Posicionando-se ao sul da Área Central de Taguatinga, está localizada a terceira nucleação representada pelo mapa 22. Trata-se de uma área onde se reúnem, principalmente, instituições de ensino particulares que atuam na educação superior. Das 8 escolas localizadas nessa área, 4 estão ligadas à referida etapa do sistema educacional, enquanto 3 delas se articulam à educação infantil, 2 ao ensino fundamental e 3 ao ensino médio regular e/ou técnico. Destacam-se a faculdade Anhanguera (2 unidades, incluindo a que está dentro do Taguatinga *Shopping*), a UNICEUB e a LS Educacional. A quarta nucleação mais expressiva da RA III está se formando na porção leste da Avenida Hélio Prates, onde estão reunidas 12 escolas. Entre elas, 7 atuam na educação infantil, 7 no ensino fundamental, 3 no ensino médio e 2 na educação superior, incluindo o SENAC e a Faculdade JK. Esta nucleação está próxima da RA XXX – Vicente Pires e dos principais eixos de circulação que interligam Taguatinga às outras áreas ocupadas no quadrante sudoeste do território distrital, como Ceilândia.

Em Taguatinga Sul, encontra-se a quinta nucleação identificada no mapa 22. Observa-se que ela vem a se destacar mais pelo quantitativo de matrículas existentes do que pela concentração de unidades escolares, diferente do que acontece em

⁶⁸ Centro de Inovação Educacional em Saúde, Instituto Monitor e União Nacional de Instrução.

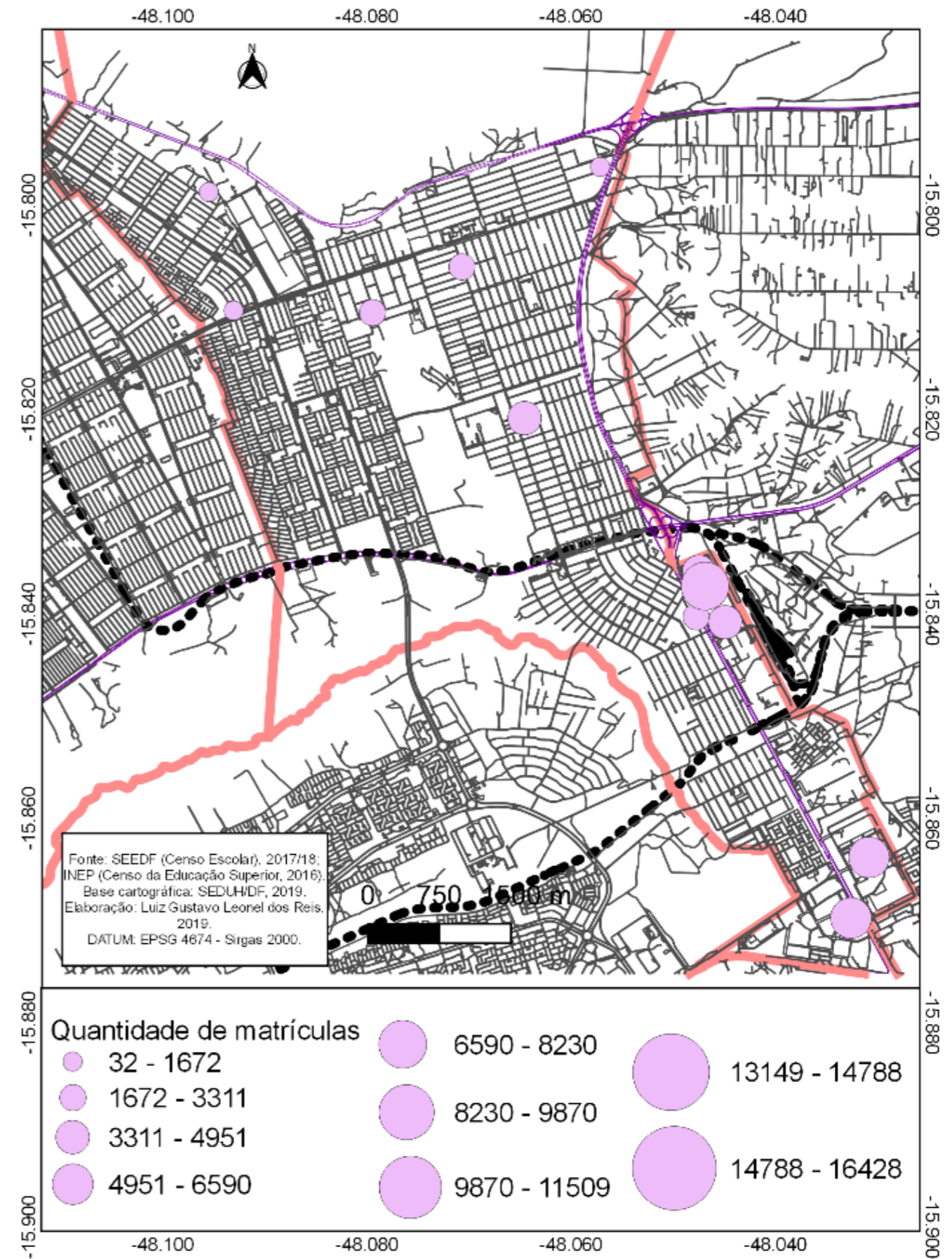
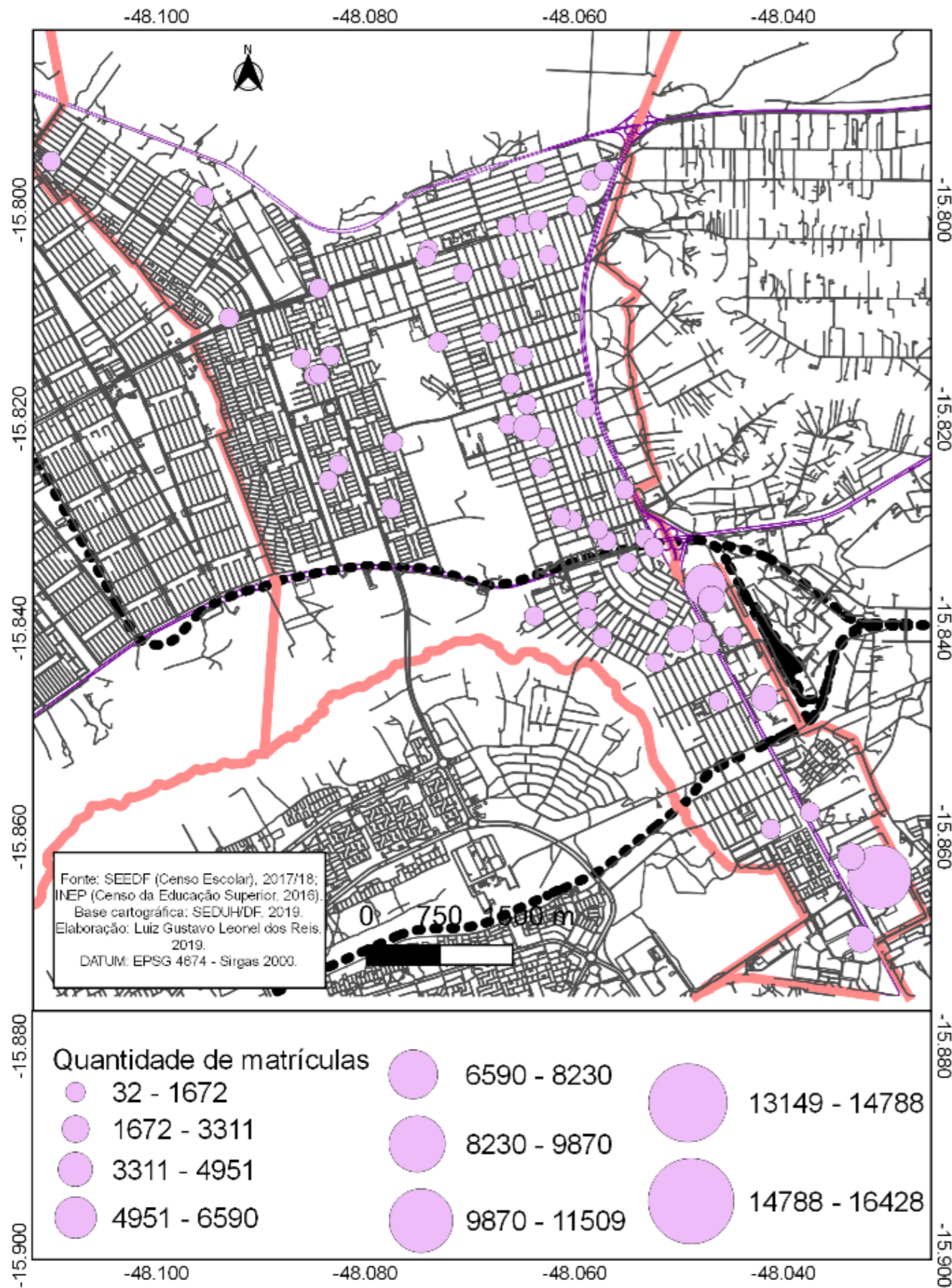
⁶⁹ Institutos Resende e Pró-Educar.

relação às nucleações apresentadas anteriormente. É onde foi instalada a UCB (Universidade Católica de Brasília), que, além da educação superior, atua, também, nas etapas do ensino infantil, fundamental e médio. Ademais, é onde está localizado o Centro Universitário Estácio de Brasília, que, assim como a UCB, está vinculado à etapa da educação superior. Somando-se as matrículas realizadas nestas duas instituições de ensino, percebe-se que os fluxos cotidianos de estudo são bastante expressivos e nota-se, também, que elas estão localizadas na divisa com a RA XX – Águas Claras, numa via de grande circulação, onde, agora, começam a despontar vários empreendimentos imobiliários. Enfim, a sexta nucleação, única que sobrepõe-se ao Eixo 2 apresentado quando se falou a respeito da rede pública, está se formando no Setor J de Taguatinga Norte, onde existem 4 escolas: 2 delas atuam na educação infantil, 3 no ensino fundamental, 1 no ensino médio e 1 na educação superior (Anhanguera).

A distribuição das atividades educacionais particulares na RA III demonstra que, nesses casos, não importa muito o tamanho populacional da vizinhança, mas, sim, se esta vizinhança tem poder aquisitivo elevado e, mais que isso, que seja um local plenamente acessível às pessoas que vêm de longe e, sobretudo, aquelas que se deslocam utilizando o automóvel particular. É por isso que, quando comparamos a distribuição da rede privada e da rede pública, alguns lugares que têm muitas escolas administradas pelo governo distrital, como os setores L e M Norte, além do setor F Sul, não têm concentração nenhuma de escolas particulares. Isso acontece porque são áreas de renda média-baixa, levando-se em conta o próprio histórico da ocupação desses lugares. As atividades educacionais particulares têm preferido localizar-se, em sua maioria, nas vias de circulação que se ligam a Águas Claras e Vicente Pires, além das áreas de comércio consolidadas no centro de Taguatinga, pois são elas que reúnem os atributos de acessibilidade e renda que essas atividades necessitam.

A centralidade exercida pelas atividades particulares em Taguatinga também é cambiante, como demonstra o mapa 23, onde constam os estudantes matriculados durante o período diurno e/ou noturno:

Mapa 23 – Quantidade de estudantes matriculados nas escolas particulares da RA III – Taguatinga, 2016/18, período diurno (à esquerda) e noturno (à direita)



De acordo com o mapa 23, os fluxos mobilizados pelas atividades de ensino particulares durante a noite são maiores do que os fluxos mobilizados pelas atividades pertencentes à rede pública. Neste período, são ofertadas vagas numa única etapa: a educação superior, mas como o número de estudantes matriculados nas unidades escolares é muito elevado, os fluxos noturnos acabam por ser tão expressivos quanto os fluxos diurnos que a própria rede privada concentra e/ou dispersa. Conforme já foi mencionado, as instituições de ensino superior particulares localizadas em Taguatinga atendem à demanda que os governos federal e/ou distrital não podem e/ou não conseguem suprir e, como a maioria dos cursos de graduação e sequenciais são ofertados à noite, pode-se presumir que são estudantes-trabalhadores que exercem atividades profissionais durante o período diurno. Assim, são estudantes que não podem, porventura, matricular-se em cursos de duração integral, como aqueles que são ofertados pela rede pública, em sua maioria. É justamente por que ofertam seus cursos à noite, em consonância com as necessidades educacionais dos moradores das localidades periféricas da AMB, que a rede particular de ensino superior tem maior capilaridade que a rede pública, mesmo que esta, hoje, esteja se desconcentrando.

3.3.3. As atividades de comércio e/ou serviços complementares

No capítulo 2, foi dito que a metrópole brasiliense é profundamente desigual. Entre as regiões administrativas e municípios que a integram, há grande variação no que se refere à distribuição da renda, aos percentuais de desemprego, à formação educacional dos moradores e, ainda, quanto às possibilidades de garantir a reprodução da própria vida, já que muitas pessoas não estão plenamente integradas à dinâmica econômica do aglomerado, seja pela via da produção ou, ainda, pela via do consumo. Essas desigualdades têm reforçado a expansão periférica da metrópole, assim como também foi visto no capítulo anterior, pela criação de novos assentamentos irregulares e, muitas vezes, subequipados. São desigualdades que chegam a interferir, inclusive, na questão da centralidade educacional, visto que as escolas públicas e/ou particulares apresentam padrões de localização distintos em face da elevada concentração da renda e da acessibilidade diferencial entre os lugares.

Porém, as discussões sobre a desigualdade não cessam neste ponto. Elas vão mais além e permitem compreender, inclusive, como as atividades educacionais se

articulam com o restante da economia urbana. Essas atividades, obviamente, não funcionam em circuito-fechado, pois os fluxos cotidianos de estudo que elas mobilizam não passam despercebidos pelos agentes que lidam com a reprodução do capital e, tampouco, pelos agentes que precisam, a todo custo, garantir a reprodução dos próprios meios de subsistência. Assim, verifica-se que, ao tornarem-se focos de centralidade, as áreas onde as atividades educacionais estão reunidas acabam atraindo vários investimentos complementares do setor terciário. Às vezes, são investimentos feitos por pequenas empresas que, em alguns casos, utilizam o próprio espaço que as instituições de ensino disponibilizam para se instalar. Porém, também existem os trabalhadores informais que, dentro da metrópole brasiliense desigual, tentam sobreviver à estrutura de emprego restritiva.

Essa questão pode ser retratada pela teoria dos circuitos da economia urbana de M. Santos (1979). Segundo o autor:

[...] existem dois circuitos de produção e de consumo urbanos. O circuito moderno, apoiado na economia internacional que lhe traz capital e técnicas, é pouco criador de empregos e grande criador de riquezas, ao menos em aparência, e acha-se quase totalmente desvinculado da região. O circuito tradicional, ao contrário, está vinculado às inversões endógenas e exerce demanda sobre as produções regionais: mantém com elas de forma bem natural, uma certa integração; desenvolve-se em função do crescimento demográfico e do Êxodo rural, que renovam uma população conservadora de hábitos de vida (costumes alimentares, vestuário, etc.) próximos ao do mundo rural, por ser incapaz de participar completa e frequentemente de um tipo moderno de consumo (SANTOS, 2008, p. 134).

Ao falar sobre os circuitos, Santos (2008) está se referindo, especificamente, às cidades localizadas nos países subdesenvolvidos, que, após a metade do século XX, devido às dinâmicas ligadas à globalização, à industrialização e à modernização agrícola, expandiram-se e modernizaram-se, mas não completamente. No Brasil, é durante este período que as metrópoles atingem patamares que ultrapassam os milhões de habitantes, incluindo a nova capital, Brasília, que foi diretamente atingida pelos efeitos da pressão migratória. Ao estruturar-se, a metrópole brasiliense foi tomada, por um lado, pela modernização capitalista, como se nota por meio da expansão das redes varejistas, dos edifícios de escritórios localizados na área do Plano Piloto, dos serviços relacionados à administração pública e, também, daqueles que integram as áreas de tecnologia e/ou informação, etc. Mas, em face da

desigualdade socioespacial, também se consolidaram atividades não modernas, que no dia a dia são consideradas atividades informais, atreladas às necessidades de trabalho e consumo das classes menos favorecidas.

Como essa discussão se aplica à centralidade educacional? Ora, boa parte das atividades de comércio e/ou serviços complementares que se desenvolvem nas áreas próximas às instituições de ensino pertencem ao circuito tradicional da economia urbana, também conhecido como circuito inferior. São atividades ambulantes, improvisadas, com recursos escassos, que ficam nas portas dos estabelecimentos de ensino e que também são cambiantes, assim como os próprios fluxos que as escolas mobilizam cotidianamente. Os trabalhadores empregados por essas atividades estão preocupados, basicamente, com a lógica da sobrevivência. Ao mesmo tempo, as instituições de ensino também agregam atividades pertencentes ao setor moderno da economia urbana, ou seja, o circuito superior, sejam pequenas empresas que prestam serviços externa e/ou internamente nos prédios das escolas ou, ainda, aquelas que prestam serviços terceirizados, como, por exemplo, o setor de limpeza. Portanto, verifica-se que as instituições de ensino são responsáveis por dinamizar a economia das áreas onde estão inseridas, num caso e noutro, articulando-se a ambos os circuitos apresentados.

Em Taguatinga, pode-se constatar *in loco* tudo que, aqui, foi mencionado. Na rede pública de ensino, muitas escolas do Distrito Federal, desde que foram construídas, têm cantinas internas onde atuam pequenos empresários do setor privado. Entretanto, em 2012, por meio de decisão do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, essas cantinas foram consideradas irregulares e, desde então, algumas têm sido fechadas, enquanto outras permanecem ativas. No lado externo, verificam-se atividades de comércio, especialmente, nas escolas públicas que ficam localizadas em áreas de grande circulação diurna, como, por exemplo, aquelas que estão na Área Central de Taguatinga. Por outro lado, nas escolas que estão em áreas menos acessíveis, essas atividades externas inexistem e/ou são pouco representativas. Portanto, pode-se dizer que elas são mais evidentes nas áreas de concentração-dispersão apontadas nos tópicos anteriores.

No que se refere às nucleações onde se aglomeram as atividades educacionais particulares, a existência de atividades de comércio e/ou serviços complementares é marcante. Existe o comércio que já se encontrava instalado nessas áreas antes que

a maioria das faculdades e colégios fossem construídos, como no caso de Taguatinga Centro. E existe também o comércio que veio a se instalar após a construção desses espaços e que necessitam dos fluxos mobilizados por eles em diferentes períodos do dia e/ou da noite para subsistirem. Pode-se perceber a concentração de comércio ambulante, especialmente, nas áreas onde ficam localizadas as escolas que atuam na etapa do ensino superior e, entre elas, as que ofertam cursos noturnos. Como, nesses horários, boa parte do comércio fixo já encerrou o expediente, multiplicam-se as atividades improvisadas na porta das instituições de ensino. A presença de ambulantes demonstra que as atividades educacionais particulares, além da reprodução do capital, pelo fato de que reúnem diferentes fluxos de estudo, proporcionam às pessoas meios para reproduzirem as condições da própria sobrevivência.

Além das atividades complementares, é importante ressaltar que as instituições de ensino, tanto públicas, como privadas, intervêm sobre a dinâmica econômica das localidades onde se instalam pelo simples fato de que, para funcionarem, necessitam de trabalhadores internos, como professores, coordenadores, merendeiras, profissionais da limpeza, orientadores pedagógicos, e assim por diante. Portanto, elas reúnem milhares de profissionais durante a semana, que também participam da economia urbana pela via do consumo. A massa salarial de que essas pessoas dispõem é responsável por estimular a expansão do setor terciário, que, nesse sentido, se retroalimenta. Em Taguatinga, as escolas públicas pertencentes à rede distrital têm, juntas, 5.229 trabalhadores empregados, de acordo com o Censo Escolar feito em 2018 pelo INEP⁷⁰. Já o IFB, somados os *campi* de Taguatinga Norte e Taguatinga Centro, tem 210. A rede particular, por sua vez, reúne 3.924 trabalhadores na Educação Básica⁷¹, aos quais vem somar 1.638 técnicos-administrativos empregados na educação superior, além, claro, dos próprios docentes⁷². Diante desses números,

⁷⁰ Incluídos 119 profissionais que atuam na Escola Bilíngue de Libras, 256 que atuam no Centro de Educação Especial e 117 que atuam no Centro Interescolar de Língua de Taguatinga.

⁷¹ Desconsideradas as instituições de ensino para quais não foi possível obter dados diretamente através do Censo Escolar, como, por exemplo, alguns Institutos que oferecem ensino técnico e/ou profissionalizante: o Instituto de Capacitação Técnica do DF, o Instituto Mérito, o Instituto Monitor, o Instituto Resende, o Centro de Ensino Grau Técnico, o Centro de Ensino de Inteligência, o Centro de inovação Educacional em Saúde, e a União Nacional de Instrução.

⁷² Até o presente momento, não foi possível sistematizar a quantidade de docentes em cada instituição de ensino pertencente à educação superior. No que se refere aos técnicos, foram excluídas as escolas que não apresentam esse quantitativo individualizado por *campus*: UNICEUB, Promove, Faculdade JK, FAC SENAC, IMP e Estácio.

nota-se a relevância dessas instituições de ensino quanto à empregabilidade e, portanto, quanto aos níveis de incremento da renda na metrópole brasiliense.

Resumindo, após as discussões feitas nesta seção, entende-se que:

- Dentro da RA III – Taguatinga, as atividades educacionais se distribuem desigualmente. Existem diferentes áreas de concentração-dispersão em torno das quais elas estão reunidas, destacando-se: a Área Central de Taguatinga; as quadras do setor B em Taguatinga Norte localizadas ao redor da Faculdade Projeção; a porção leste da avenida Hélio Prates; a porção da EPCT (DF-001) que se localiza entre Taguatinga Centro e a EPNB, incluindo a UCB; e, por último, o Setor J Norte, onde algumas atividades privadas estão começando a despontar;
- Na rede pública, a distribuição das atividades educacionais ensejou a criação de dois eixos, sendo que, o primeiro deles, tem maiores níveis de frequência diurna do que o outro, integrando a avenidas Samdu-Comercial-Hélio Prates, além da EPCT (Pistão Norte). Nesses eixos, as instituições de ensino encontram-se instaladas em áreas especiais criadas para finalidade educacional, o que, por sua vez, denota a interferência de ações planejadas de ordenamento territorial quanto à sua localização.
- Na rede particular, em vez de eixos linearmente dispostos, formaram-se nucleações próximas às localidades mais acessíveis às regiões administrativas vizinhas, sobretudo as de renda mais elevada, como Águas Claras e Vicente Pires. Nessas áreas, em geral, também existem outras atividades de comércio e/ou serviços, já que, neste caso, quanto à localização, os requisitos do comércio são parecidos com os requisitos que expressam as escolas particulares, pois, no cerne, ambas são atividades mercadológicas;
- Quanto à centralidade educacional exercida por Taguatinga, já é possível afirmar que ela é móvel e/ou cambiante entre os diferentes períodos do dia e/ou da semana. No período noturno, poucas escolas públicas mantem-se ativas. Já na rede particular, há muitas faculdades que oferecem cursos neste horário. Assim, elas conseguem satisfazer as necessidades educacionais daqueles moradores que, durante o dia, estão trabalhando;

- O funcionamento das instituições de ensino exige que sejam estabelecidas atividades complementares. Assim, pode-se afirmar que elas dinamizam a economia urbana: primeiro, em relação ao circuito superior, pelo que se vê quanto ao funcionamento de empresas terceirizadas que oferecem diferentes serviços às escolas, além das empresas que se instalam fora e/ou dentro dos prédios escolares; segundo, em relação ao circuito inferior, já que é possível notar a presença de muitos ambulantes nas imediações das instituições de ensino, especialmente nas escolas particulares que ficam ativas à noite.
- Assim, as atividades educacionais, não só pela localização, mas também pelo funcionamento, estão integradas ao fenômeno da desigualdade socioespacial que caracteriza a metrópole brasiliense. Ao mesmo tempo, seja pelo processo formativo, seja pela dinâmica econômica que ensejam, pode-se dizer que elas têm o potencial necessário para colaborar no sentido da superação dessas desigualdades. Daí, sua relevância.
- Está claro que, além dos fluxos de estudo, as atividades educacionais em Taguatinga também mobilizam importantes fluxos de trabalho. Portanto, não se pode separar a centralidade educacional das outras formas de expressão que a centralidade, em geral, vem assumindo na RA III nos dias de hoje, como, por exemplo, a centralidade econômica e/ou comercial. Percebe-se que elas reagem uma sobre a outra.

3.4. A consolidação da centralidade através do tempo

Neste ponto da discussão, já foi possível identificar quais são as atividades educacionais localizadas em Taguatinga e, também, diferencia-las quanto à etapa do sistema educacional em que atuam, apontando, ainda, quais são as mais relevantes. Além disso, foram detalhadas as áreas onde essas atividades estão localizadas na AMB, bem como os fluxos de estudantes que elas mobilizam cotidianamente, pelo que se pode observar que a RA III vem exercendo uma expressiva centralidade no âmbito do espaço metropolitano de Brasília no período de 2016-2018, levando-se em consideração os dados do Censo Escolar e do Censo da Educação Superior. Internamente, foi dito que existem várias áreas de concentração-dispersão os fluxos de estudo em Taguatinga e que muitas delas têm atividades de comércio e/ou serviços

complementares, com destaque, ainda, para os trabalhadores integrados ao circuito inferior da economia urbana. Entretanto, após todas essas discussões, resta uma dúvida: como as atividades educacionais localizadas em Taguatinga se desenvolveram? Podem ser estabelecidos recortes espaço-temporais que nos ajudem a entender como aconteceu a consolidação da centralidade educacional exercida pela RA III?

Para responder os questionamentos levantados, foi necessário recorrer aos Projetos Político-Pedagógicos das escolas localizadas em Taguatinga. Nesses projetos, as escolas disponibilizam informações importantes sobre as práticas que possibilitaram sua criação, pelo que se pode notar quais foram os agentes que, em diferentes momentos, estiveram envolvidos na consolidação da centralidade educacional. Além disso, esses projetos reúnem informações sobre o perfil da comunidade escolar, o que, por sua vez, permite compor um quadro geral das características socioeconômicas dos estudantes atendidos, reforçando a tese que vem sendo formulada neste trabalho sobre a relação entre as instituições de ensino e a desigualdade socioespacial que se manifesta na metrópole brasiliense. Enfim, os projetos trazem, também, informações sobre o local de origem dos estudantes e, por esse motivo, demonstram o direcionamentos dos fluxos de estudo que as escolas mobilizam cotidianamente, o que pode ser útil para estabelecer se essas instituições, caso a caso, estão colaborando no sentido de ampliar os papéis exercidos pela RA III em relação às outras regiões administrativas e/ou os municípios da AMB nos dias de hoje.

3.4.1. Rede pública: pioneirismo

O desenvolvimento das instituições de ensino vinculadas à rede pública em Taguatinga pode ser visto no quadro 2. Nele, constam todas as escolas localizadas na RA III, seguidas pelo ano de criação e, ainda, informações básicas sobre a historicidade de cada uma delas. Essas informações foram extraídas diretamente dos Projetos Políticos Pedagógicos das Escolas, selecionando os trechos mais significativos para a discussão. As escolas estão listadas de acordo com o ano de criação, para que, de antemão, possam ser identificados os recortes espaço-temporais mais relevantes em relação ao desenvolvimento das atividades

educacionais na RA III. Posteriormente, com o auxílio deste quadro, serão feitas algumas análises sobre como aconteceu a consolidação da centralidade exercida pela RA III – Taguatinga através do tempo.

Quadro 2 – Rede pública de ensino em Taguatinga: historicidade e/ou desenvolvimento

Instituição	Criação	Historicidade
CEM EIT	1959	Foi instituído pelo antigo Ministério da Educação e Cultura em convênio com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, com denominação de Escola Industrial de Taguatinga. É a primeira escola criada em Taguatinga para capacitar seus alunos para o mercado de trabalho que se fazia necessário na época. Ressalta-se ainda na história desta escola o seu tombamento em 30/05/2014 como a primeira escola fora do Plano Piloto a ser reconhecida como Patrimônio Cultural do Distrito Federal e como parte do Complexo Cultural de Taguatinga. A escola atende três modalidades de ensino: Ensino Médio Regular Semestral, Ensino Médio Integral (ETI) e EJA (1º e 2º segmentos) formando assim um quadro de interesses, vivências e culturas completamente diferentes. Com uma clientela diversificada oriunda de várias camadas sociais e de diversas Cidades Satélites bem como do entorno do DF, o CEMEIT tem no seu corpo discente adolescentes, jovens e adultos.
EC 01	1959	Grupo Escolar 01 de Taguatinga. A edificação desta instituição foi construída pela NOVACAP, com o intuito de servir de albergue para os pioneiros que aqui vieram para a construção da Nova Capital. a clientela atendida nos anos que vão de 1959 a 1982 era composta por moradores das redondezas da escola, abrangendo uma unidade de vizinhança muito pequena. O atendimento da clientela foi se diversificando. Apesar de morarem em outras cidades satélites, os pais escolheram como critério para efetivação de matrícula de seus filhos a proximidade com o seu trabalho. Com a criação do setor de chácara da QSC 19 e a inauguração de uma nova Região Administrativa de Águas Claras, região próxima a Taguatinga, não tendo escola pública, motivando a migração de muitos alunos para nossa escola.
CEM AVE BRANCA	1961	O CEMAB está localizado no Centro da cidade de Taguatinga, rodeado por residências e comércios diversos, o que acarreta diariamente um grande fluxo de pessoas e veículos nas proximidades da escola. Foi fundado em 14 de março de 1961, com a denominação Ginásio de Taguatinga, que funcionava, provisoriamente, com o curso ginasial diurno. Em 1963, a instituição passou a ser denominada extraoficialmente de Colégio de Taguatinga, e somente em 14 de janeiro de 1966 passou a denominar-se Centro de Ensino Médio Ave Branca. Os alunos dessa escola são moradores das cidades satélites de Taguatinga, Samambaia, Ceilândia, Riacho Fundo, Recanto das Emas, e também alguns do entorno do DF, como Santo Antônio do Descoberto e Águas Lindas de Goiás. Para os estudantes do turno noturno, é ainda acrescentado o fato de estudarem próximo ao seu local de trabalho (formal, informal ou doméstico) além da facilidade de transporte público.
CEF 09	1961	Iniciava suas atividades com a denominação de ESCOLA PRIMÁRIA BETEL. Em 1964 a escola denominava-se ESCOLA CLASSE 09. E, em 1976, através da transformação de sua tipologia, passou a denominar-se CENTRO DE ENSINO DE 1º GRAU 09 DE TAGUATINGA. Cerca de 60 % são alunos que residem em Taguatinga e 40% em outras unidades administrativas.
CEF10	1962	Localizado na QSE. Atende alunos do Ensino Fundamental Regular, dos anos finais (6º aos 9º anos), em dois turnos: matutino e vespertino. O CEF 10 de Taguatinga continua enfrentando o desafio de promover maior integração com a comunidade escolar, pois a clientela atendida é bem variada e o número de alunos pertencentes à comunidade local ainda é inferior ao de alunos oriundo de outras Regiões Administrativas.
CEF12	1962	Inauguração do Estabelecimento de Ensino como Escola Classe nº 03. Funciona nos turnos matutino e vespertino, atendendo alunos do Ensino Fundamental. A região onde a escola está instalada, QNG 39 áreas

		especial 03, é predominantemente voltada para residência e pequeno e médio comércios, havendo residências de padrão ligeiramente superiores à média do local. Apesar disso, é grande a demanda por creches e escolas de educação infantil, por parte de famílias que não têm condições de matricular seus filhos na rede particular. Há, ainda, o grande comércio próximo, havendo concentração de supermercados, lojas de departamentos e galerias (shoppings), na Avenida Comercial.
EC 06	1963	CNB 12 Área Especial 01. Em 1976, o prédio foi demolido. Durante esse período, as atividades foram desenvolvidas na Escola Classe 22, hoje CEF 14. Em 28 de fevereiro de 1977, a FEDF entregou o novo prédio. Em julho de 2004, as atividades do período noturno foram encerradas passando assim a atender somente nos turnos matutino e vespertino para alunos do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série. A escola encontra-se numa região de muitos estabelecimentos comerciais e atende, em sua maioria, os filhos de comerciários que trabalham na região circunvizinha. Trata-se de uma comunidade de classe baixa, que, porém, ao longo dos anos, tem apresentado uma certa melhoria no poder aquisitivo.
EC 08	1964	Não houve um ato específico de criação, sendo institucionalizada apenas no ano de 1966, por meio do decreto "N" nº 481-GDF de 14/01/1966. Localiza-se na QNG 12 Área Especial 14. Atende alunos do entorno, residentes na QNG e QND em sua maioria, mas atende também alunos residentes nos assentamentos 26 de setembro, Cana do Reino, alunos provenientes de Águas Lindas, Ceilândia, Samambaia, Vicente Pires, Águas Claras, Recanto das Emas, Santa Maria e Riacho Fundo. O perfil socioeconômico da clientela na sua maioria é de baixa renda.
EC 12	1964	Situada à QNH 6/7 Área Especial –. Foi construída em material Provisório (latão) para atender à necessidade da população do Setor QNH que começou a ser implantado em 1960. A região se constitui de comércio forte e deste modo muitos alunos são filhos de funcionários do comércio local, que frequentam a escola na mesma proporcionalidade de permanência dos pais no trabalho. E ainda, por estar situada, em uma região que possui muitas moradias de aluguel, o que ocasiona certa rotatividade dos moradores, impactando diretamente nos índices de matrícula e transferências realizados na escola. Assim, com um perfil socioeconômico em sua maioria de baixa-renda, a escola possui um considerável movimento de evasão.
EC 16	1964	EQNG 06/07 ÁREA ESPECIAL Nº 15. Essa instituição era conhecida inicialmente por Escola Classe nº 16. Hoje, atende somente aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de 9 anos. Ainda em 2005, a Escola Classe 16 de Taguatinga ampliou seus horizontes e passou a atender, além de seus vizinhos mais próximos, a Vila dos Carroceiros da Colônia Agrícola São José e o Assentamento 26 de Setembro. O nível socioeconômico da clientela atendida parece ser baixo. Percebe-se que alguns moram nas proximidades da escola ou nela estudam tendo em vista que as mães trabalham em casas de família em Taguatinga e Vicente Pires.
EC 18	1964	Está localizada na QND 12 Área Especial. Os alunos são originários da própria escola, oriundos também de escolas particulares e públicas do DF e ainda de outros estados. A maioria reside nas proximidades da escola e nas cidades satélites vizinhas como Colônias Agrícolas Vicente Pires e Samambaia e Águas Claras, possui o nível socioeconômico da classe média (B e C), tendo alunos residentes também em outras cidades como Recanto das Emas, Águas Lindas/GO. Há alunos que vivem em abrigos e em situações de risco e vulnerabilidade.

EC 19	1964	Situada na QNA 39 área especial 19. A Escola foi fundada em 1964 para atender a demanda da comunidade, filhos de trabalhadores que participaram ativamente da construção de Brasília, oriundos de vários estados brasileiros.
CEF11	1966	Inaugurada em 1966, como Escola Classe 04 de Taguatinga. Por último, passou a ser Centro de Ensino Fundamental 11 de Taguatinga – CEF 11, após a publicação da Portaria 003/2004. Localizada na CND 05 - Área Especial. Os alunos da escola são constantemente abordados por estranhos (usuários e traficantes de drogas, aliciadores para prostituição, gangues, etc.), o que exige policiamento constante na área. Recebe alunos das mais diversas R.A's do DF e entorno como Águas Lindas do GO, Colônia Agrícola Vicente Pires, 26 de setembro, Vila São José, Samambaia, Riacho Fundo II, Ceilândia, entre outras; os filhos ficam longe de seus pais, haja vista, que esses trabalham em cidades satélites mais distantes não tendo tempo de acompanhar seus filhos em seu processo educacional e de aprendizagem. Portanto optaram por esta I.E. para ficarem mais perto de seu trabalho.
EC 13	1968	Taguatinga Sul, no endereço QSF 05/AE 02. Sua criação foi necessária pela demanda emergente que havia no Setor de Habitação Individual Sul (SHIS), localizada nessa região, pois os filhos dos imigrantes, vindos de todo o país na busca por melhor qualidade de vida e aqui estavam residindo, necessitavam de uma instituição educacional que cumprisse o dever do estado com a educação. Constata-se, ainda, que as famílias do alunado desta instituição de ensino residem em imóveis próprios; moram nas proximidades da escola ou em cidades como Samambaia, Recanto das Emas, Riacho Fundo II, Areal (Águas Claras), Valparaíso (GO) e Águas Lindas (GO). Recebe uma renda familiar entre dois e quatro salários mínimos.
EC 15	1968	Criada com o propósito de atender uma grande clientela de crianças que moravam na redondeza. As escolas disponíveis eram distantes e muitas não tinham estrutura física mínima necessária para atendê-las. Atualmente, nosso público-alvo são alunos do Ensino Fundamental de 9 anos (1º ao 5º Ano). Vila São José, Vicente Pires, Assentamento 26 de Setembro, Cana do Reino, Quinta dos Amarantes, QND, Samambaia, Ceilândia, Cidade Estrutural e Arniqueiras. Em geral, essas famílias são de renda salarial baixa.
EC 27	1968	Localizada à QNF 19 / ECNF01 área especial. Em 1976, embora não tivesse um ato específico, esta escola incorporou a Escola Classe 07, vinculada ao complexo Escolar “C” de Taguatinga. A Instituição Educacional foi fundada na intenção de atender a comunidade local, porém a diversidade da clientela sempre foi uma constante por ser localizada numa área de fácil acesso, dando maior abertura ao ingresso de alunos de várias cidades vizinhas e entorno. Atende a alunos da Educação Infantil (1º e 2º Períodos) e do Ensino Fundamental – Anos Iniciais. Essa diversidade agrupa diferentes níveis socioeconômicos.
CEI 01	1968	Inicialmente a escola existiu para atender a comunidade da QSE e era nomeada Escola Classe 28 de Taguatinga. Em 1995 a procura por séries iniciais do Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries) diminuiu o que ocasionou o remanejamento de crianças dessa faixa etária (7 a 14 anos) para as escolas classes próximas. Para atender uma necessidade da comunidade escolar da região, desde 1996 a instituição passou a atender crianças de 3 a 6 anos de idade. Podemos constatar a diversidade de público oriundo de várias cidades circunvizinhas, o que de certa forma influencia a nossa rotina diária (Águas Claras e Samambaia).
CEI 04	1968	Iniciou sua trajetória como Escola Classe 23 de Taguatinga, atendendo até o ano de 2003 alunos do Ensino Fundamental. Atende a 369 crianças, na faixa etária de 0 a 05 anos, residentes em suas proximidades e em regiões administrativas vizinhas, tais como Samambaia, Ceilândia, Recanto das Emas e Riacho Fundo, Águas

		Claras, Colônia Agrícola e entorno. É uma escola de localização privilegiada, motivo pelo qual não consegue atender a todos os pais/responsáveis que gostariam de matricular seus filhos.
CEI 05	1968	Está situada na ENQJ 23/25 Área Especial 09. Tornou-se conhecida, quando de sua criação, como Escola Classe nº 24. Tem uma clientela bastante diversificada, em termos dos aspectos sociais, econômicos e culturais. O nível e as condições socioeconômicas das famílias é considerado médio/baixo, tendo em vista que alguns alunos são oriundos de famílias de funcionários público e também da informalidade das atividades econômicas desenvolvidas pela comunidade, pois a escola se localiza próximo à uma invasão.
EC 29	1970	Situa-se na QNJ 18 Área Especial nº 10. Edificada em 1969 e inaugurada em 02/09/70. Atualmente atende de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. A escola conta com alunos com faixa etária entre 06 e 13 anos, os quais têm responsáveis com nível de escolaridade de ensino médio e renda financeira de 1 a 5 salários mínimos, residem na maioria em casas alugadas, próximo à escola, a família é composta por 4 integrantes, geralmente naturais do DF, atuam no setor privado, a maioria não participa de programas do governo e com caráter religioso predominantemente católico. Recebemos também crianças abrigadas da Instituição “Casa do Caminho”. O espaço geográfico que a escola ocupa é cercado por um alto índice de circulação de pessoas e automóveis, pois se encontra em área residencial e com edificações que ofertam educação particular.
EC 54	1970	Está situada na QSD 32 Área Especial 1 e 2. Recebeu, inicialmente, o nome de Centro Educacional de Taguatinga Sul (CETS). Ainda na década de 70, houve a transferência do curso de formação de professores ofertado pelo Centro Educacional Ave Branca (CEMAB) para a escola recém-criada. Em 30 de novembro de 1987, esta Instituição passou a chamar-se Escola Normal de Taguatinga (ENT). A comunidade escolar é bem diversificada, há estudantes de cidades próximas à Taguatinga como: Samambaia, Recanto das Emas, Riacho Fundo, Águas Claras, Ceilândia, Colônia Agrícola Vicente Pires, além de moradores da própria cidade de Taguatinga. O nível socioeconômico da comunidade escolar é de baixo a médio, com um percentual significativo de pais, mães e responsáveis que são servidores públicos.
CEM 03	1971	Atende a estudantes do Ensino Médio nos turnos matutino e vespertino. A partir da década de 1977, o estabelecimento de ensino passou a chamar-se Centro Educacional 03 de Taguatinga Sul oferecendo atendimento aos estudantes do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries). Em meados da década de 1990, a escola passou a receber alunos de 7ª e 8ª séries do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e do Ensino Profissionalizante, voltado para os cursos: Técnico em Administração, Técnico em Contabilidade e Técnico em Secretariado. A escola possui sua clientela composta, por estudantes do Ensino Médio provenientes de Taguatinga, Areal e Samambaia. Temos também alunos de outras cidades satélites.
EC 17	1971	A história da escola tem sua origem em 1971, sendo integrada ao espaço físico do CEMAB - Centro de Ensino Médio Ave Branca. Podemos constatar que alguns alunos moram perto da escola e outros nas demais satélites, porém estudam na escola devido à proximidade do serviço dos pais, nossa escola localiza se próxima ao Centro de Taguatinga e é cercada por áreas comerciais. O acesso à escola por parte dos discentes é feito através de transporte escolar, carro da família ou caminhando.
CEF 03	1972	Localizada na QSA. Os nossos alunos e alunas são oriundos de várias cidades próximas a Taguatinga e do entorno de Brasília: Samambaia, Ceilândia, Areal, Recanto das Emas, Santo Antônio do Descoberto, Águas

		Claras, Vicente Pires, Guará e Águas Lindas de Goiás. Esta diversidade e distância na localização causa ausência de integração família/escola.
CED 04	1973	-
EC 39	1973	Localiza-se na QNC 15/17 Área Especial.
CEE 01	1973	Constitui uma das modalidades de atendimento em Educação Especial prevista na legislação, Portaria 69/86 do MEC e Resolução 02/76 do Conselho de Educação do Distrito Federal e definiu como uma Instituição Especializada no Atendimento Educacional aos Estudantes com Necessidades Especiais. Está situado na QNJ 20, Área Especial 12. Por se tratar de uma escola onde a maioria do público atendido não pertence a essa área, a comunidade tem pouco envolvimento com as atividades realizadas no interior da escola. Presta atendimento a estudantes de Taguatinga, Vicente Pires, Samambaia, Ceilândia, Recanto das Emas, Águas Lindas, Santo Antônio do Descoberto.
CED 05	1974	A estrutura e o posicionamento geográfico deste estabelecimento de ensino foram projetados e selecionados para atender a demanda escolar, estabelecida com a criação de duas novas localidades habitacionais em Taguatinga: o Setor QNJ/QNL e o Setor M Norte. Depois, abriram-se as portas da instituição para o atendimento de estudantes oriundos dos mais diversos pontos do DF. Nossa instituição, por sua localização, recebe estudantes de muitas cidades satélites. O C.E.D.05 oferece o Ensino Médio regular nos turnos matutino e vespertino e oferece o Ensino Fundamental - anos finais - no vespertino.
CED 06	1974	-
CEF 04	1974	Localiza-se na EQNL. Sua fundação fez-se necessária devido à demanda da comunidade e de um setor novo que se estabelecia. Desde sua inauguração, esta instituição de ensino priorizou o atendimento às séries iniciais do ensino fundamental. Com o passar dos anos e com o crescimento da comunidade ocorreu a mudança gradual da oferta de ensino passando a oferecer as séries finais do Ensino Fundamental. Atende um alunado oriundo dos setores QNJ/QNL, M Norte de Taguatinga e de outras cidades-satélites como Samambaia e Ceilândia.
CEF05	1974	Quadra Sul E 22, no bairro da Vila Dimas. As primeiras classes foram de turmas de sexta série e, posteriormente, atuou com classes de quinta à oitava série regular, nos turnos matutino e vespertino. Hoje atende principalmente alunos egressos da Escola Classe 54 e Escola Classe 11, com turmas de 6º ao 9º ano. A clientela do Centro de Ensino Fundamental 05 de Taguatinga vem das regiões administrativas do Distrito Federal: Recanto das Emas, Riacho Fundo I / II e Samambaia, e das cidades circunvizinhas Areal e Águas Claras. Com o crescente aumento da renda das famílias de Taguatinga, nossa comunidade escolar é bastante diversa daquela que tínhamos há 15 anos.
CED 02	1977	Vinculado ao antigo Complexo Escolar "B" de Taguatinga, pela Instrução nº 38-DEX., de 24 de outubro de 1979. Desde o ano de 2012, o Centro Educacional 2 de Taguatinga atende apenas a Educação de Jovens e Adultos nos três turnos, pois a escola tornou-se um polo da Educação de Jovens e Adultos - EJA. O corpo discente constitui-se de estudantes que residem em diversas localidades, poucos residem próximos à escola, a maioria reside em outras RAS e no entorno do DF. Nossa escola, nos turnos matutino e vespertino, atende, em sua grande maioria, adolescentes em condições de vulnerabilidade.
CEF 08	1977	Área Especial na QNA 52. Foi criado pela Instrução nº 17 de 30/01/1977, com a denominação de Centro de Ensino de 1º Grau 08 de Taguatinga. Em 2001 houve alteração da denominação para Centro de Ensino

		Fundamental 08 de Taguatinga. A escola foi criada para atender a comunidade local, entretanto hoje atende também alunos de várias outras Regiões Administrativas do Distrito Federal e de Águas Lindas de Goiás, situada no entorno. A maioria não mora na vizinhança, mas esse fator não dificulta o desenvolvimento de ações de integração entre a escola e a comunidade.
CED 07	1978	Em 18 de abril de 1978 fora inaugurada a Escola Classe 43 de Taguatinga, localizada no setor M. No dia 1º de maio de 1984, a escola passou a designar-se Centro de Ensino de 1º grau 13 de Taguatinga. Em outro momento, por meio da mobilização da comunidade do Setor M. Norte, fora implantado o Ensino Médio, o que acarretou em mudanças significativas na escola. Mas, fora em 23 de maio de 1995 que a escola passou a se chamar Centro Educacional 07 de Taguatinga. Tem uma comunidade formada por cidadãos de diversos estratos sociais. Há a necessidade de alguns estudantes trabalharem para o sustento próprio para colaborar na renda familiar.
CEF 17	1978	Foi inaugurada como Escola Classe 44 de Taguatinga, em 18 de abril de 1978. No ano de 1996 passou a ser Centro de Ensino Fundamental. Essa transformação foi fruto de reivindicação da comunidade do Setor "M" Norte. No tocante a clientela de alunos, a maioria mora na comunidade mesmo, contudo o que ainda não se conseguiu modificar foi a condição social dos mesmos. Eles ainda continuam a ser a mesma clientela oriunda de orfanatos, abrigos e famílias que possuem baixo nível socioeconômico em sua grande maioria, no qual a maior parte dos responsáveis cursaram apenas o 1º grau do Ensino Fundamental e se encontram desempregados ou atuando em subempregos, como carroceiro, catadores de papel, camelôs e outros.
EC 42	1978	Localizada a QNM 34/36 área especial 01. A chegada constante de migrantes ao Distrito Federal ocasionou a formação de várias invasões na periferia das cidades satélites. Para acabar com as invasões, o governo criou o Programa de Assentamento, com o objetivo de fixar os migrantes em áreas semi-urbanizadas, nas quais eles pudessem ter melhores condições de vida. Como parte desse programa, o governo loteou o setor M. Norte, em Taguatinga e transferiu moradores sem casa própria que viviam de aluguel ou em invasões oriundas de Taguatinga Sul e Taguatinga Norte. Para atender a demanda de escolas de séries iniciais, para as crianças do novo setor (M. Norte), a Escola Classe 42 de Taguatinga foi construída. Desde então, a escola atende o Ensino Básico, séries iniciais do Ensino Fundamental. a maioria dos estudantes atendidos reside próximo à escola, moram com seus pais (com ambos ou com um dos dois)
EC 45	1978	Nessa época a escola não contava com muros e a M Norte sequer era asfaltada. Em 2018, a escola também atenderá da Educação Infantil aos Anos Iniciais (1º aos 5º anos). Possui uma clientela bem diversificada, sendo que uma grande parte desses alunos vem de ônibus cedido pela SEEDF, vindo de assentamentos como Vila São José, 26 de setembro e Cana do Reino, além da comunidade da M Norte e outros setores.
EC 11	1979	Localizada na QSE 12/14 Área Especial. A Escola Classe 11 lida com duas realidades distintas e opostas: alunos oriundos de famílias com baixo poder aquisitivo e alunos advindos de famílias financeiramente abastadas. Por ser uma escola bem situada, atende não só alunos da redondeza, mas muitos de outras Regiões Administrativas como: Samambaia, Recanto das Emas, Riacho Fundo, Colônia Agrícola Vicente Pires, Ceilândia, Águas Claras, Santo Antônio do Descoberto (GO), dentre outros lugares.
EC 46	1979	Está situada na EQNL 21/23 Área Especial 01. Em seus 39 anos de existência já atendeu vários níveis de escolaridade. Nossa comunidade, beneficiária externa das ações escolares, possui características dos usuários

		de classes populares, apresentando algumas necessidades, o que, muitas vezes, dificulta o desenvolvimento do trabalho desta Instituição de Ensino. Temos alunos residentes em Taguatinga, Ceilândia e Samambaia.
CEF19	1980	Era denominada Escola Classe 40 de Taguatinga, situada na EQNL 10/12, Área Especial N.º 01. A escola foi construída para atender a clientela formada pelos moradores do setor QNL que, por sua vez, fora criado para resolver a necessidade de moradia dos cidadãos. Está situado numa área com relativo desenvolvimento, que dispõe de comércio, feira permanente, linhas de ônibus e quadras poliesportivas. a área também apresenta problemas relacionados com a segurança pública, necessitando de policiamento integral.
EC 10	1980	Os alunos da EC10 são oriundos em sua maioria das cidades de Taguatinga e Águas Claras (que envolve Areal e Arnieiras). A EC10 atende crianças oriundas de Território de Vulnerabilidade Social. O acesso das crianças à escola se dá, prioritariamente por meio de carro particular dos pais, seguido de perto pelo Transporte Escolar.
CEF21	1985	A Escola Classe 48 de Taguatinga foi criada em 28 de fevereiro de 1985, sua estrutura era de zinco e foi criada em caráter emergencial para atender a comunidade da QNL, comunidade de baixo poder aquisitivo, com história de vida de sacrifícios, desajustes sociais, falta de oportunidades, tanto sociais como profissionais, o que desestimulava sobremaneira o interesse e a busca de realização de projetos de vida. Desde o ano letivo de 2016, o CEF 21 de Taguatinga oferece as modalidades: Educação Infantil e Anos Iniciais em período integral de 10 horas.
EC 50	1987	Situada na EQNL 2/4- área especial. Próximo à escola existe um bloco de comércio com padaria, farmácia, mercados, restaurante, Pontos de Encontro Comunitários PECs (academia pública ao ar livre) e pequenas lojas que vendem produtos variados, além de Posto de Saúde e o CED 6- Centro Educacional 6, Instituição Educacional que atende estudantes maiores.
CILT	1988	O CIL de Taguatinga foi inaugurado em 1988, em um espaço provisório, no “Centrão”. Inicialmente, atendeu-se a todos os interessados em estudar uma língua estrangeira, o que se convencionou chamar “comunidade”, que são pessoas sem vínculo direto com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF - nos cursos regulares. Então, em 1996 e 1997, a escola passou a atender alunos ditos “tributários”. O percentual de alunos da comunidade foi reduzido e em 2006 foi instituído na estratégia de matrícula que apenas alunos da rede pública de ensino do DF poderiam ingressar nos CILs. Como esses alunos do CILT já estão contabilizados nas estatísticas oficiais da SEDF e do Ministério da Educação (MEC/FNDE), não entram novamente nas estatísticas no sentido de evitar duplicidade de matrículas na mesma rede, o que alteraria as contas do Estado. O CILT recebe alunos oriundos da comunidade de Taguatinga, mas também de outras regiões administrativas, majoritariamente, Samambaia, Riacho Fundo I e II, Ceilândia e Recanto das Emas.
CEI 03	1989	Está situado no Setor M Norte de Taguatinga, na QNM 36 conjunto B2 lote 60. Inicialmente como Escola Classe 51 de Taguatinga. Construída em regime de mutirão. Em 2003 a escola passou a funcionar como Centro de Educação Infantil 03 de Taguatinga, atendendo a demanda de alunos de quatro a seis anos de idade, em virtude da redução expressiva do número de alunos de 1ª a 4ª série. Essa clientela foi remanejada para as escolas próximas as quadras da comunidade.
EC 52	1990	Foi construída para atender a demanda do assentamento feito no Setor M. Norte de Taguatinga por volta dos anos 90, em caráter provisório. O terreno onde está situada a escola é bem vasto, porém as edificações são bem limitadas e precárias, não atendem as demandas pedagógicas da instituição. é utilizada, nos finais de semana

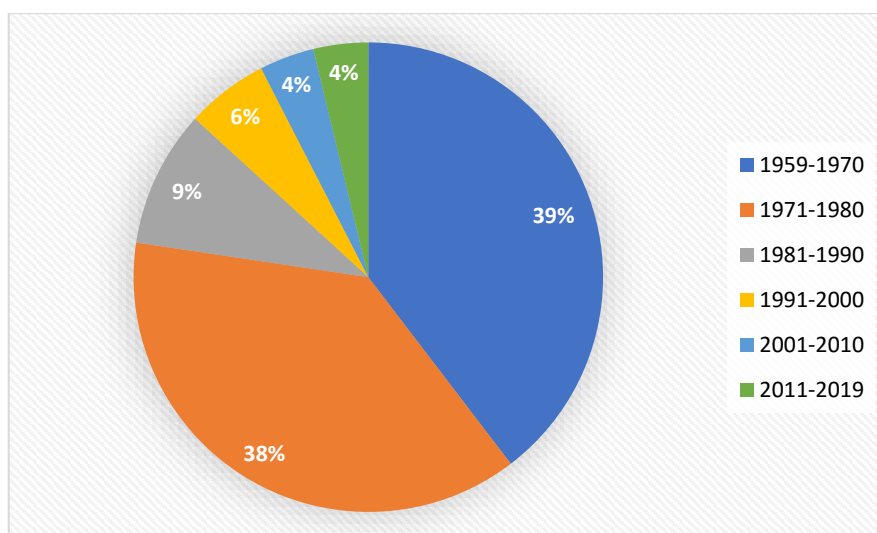
		pela comunidade local, acolhendo atividades de igrejas e órgãos comunitários. A comunidade se situa predominantemente na classe média-baixa, encontrando famílias onde seus mantenedores são assalariados, autônomos e alguns desempregados. Grande instabilidade na matrícula de alunos
EC 53	1992	QNL 16 Via 02 Lote 01. Na época, o Governo do Distrito Federal, desenvolvia um trabalho visando à erradicação de invasões, sendo esta área destinada aos moradores das invasões Boca da Mata e da Vila Maestro, da QNJ / QNG. Concluído o assentamento, as famílias esbarraram em vários problemas, sendo um deles, a necessidade de escolas nesta área. Na busca da solução para o problema, foi inaugurada esta Instituição de Ensino no final do ano de 1992. Percebemos que nossa clientela é formada por crianças de baixo e médio rendimento financeiro, em sua maioria, residente nas proximidades. Por ser uma região da periferia de Taguatinga e aluguel barato e próximo a transporte coletivo (metrô e ônibus) muitas famílias procuram esta área, não permanecendo por muito tempo, o que provoca alta rotatividade dos alunos durante todo o ano letivo.
CEP ETB	1992	Está localizada na QS 07, Lotes 2/8. Em 21/10/1998, por meio da Portaria SEDF nº 226/1998, a Escola Técnica de Brasília foi credenciada por 5 (cinco) anos e autoriza o funcionamento dos Cursos Técnicos em Informática Industrial, Técnico em Eletrônica e Técnico em Eletrotécnica. Em 2001, passou a oferecer Cursos de nível Básico destinados à qualificação e profissionalização dos trabalhadores. Em 2009: Curso Técnico de Nível Médio em Eletrotécnica, Curso Técnico de Nível Médio em Eletrônica, Curso Técnico de Nível Médio em Informática, e Curso Técnico de Nível Médio em Telecomunicações. Fica em uma região que centraliza a oferta de emprego e educação para muitas outras cidades, tais como: Ceilândia, Samambaia, São Sebastião, Santa Maria, Recanto das Emas, Gama, Riacho Fundo, Núcleo Bandeirante, Guará, Águas Claras, Brazlândia e entorno do Distrito Federal. Estes cursos visam propiciar a qualificação dos educandos e contribuir para a melhoria dos níveis de empregabilidade, competitividade das empresas e dos sistemas produtivos.
CEF15	1995	Está localizado à QSA 03/05, Área Especial de Taguatinga e foi criado com o desmembramento do Centro Ensino Médio Ave Branca – CEMAB. A partir do ano de 2010, a escola deixou de ter o turno noturno. A escola possui uma clientela diversificada, composta por alunos residentes em: Taguatinga Centro, Taguatinga Sul, Taguatinga Norte, Águas Claras, Areal, Samambaia, Ceilândia, Estrutural, Recanto das Emas, Vicente Pires, Colônia Agrícola, Samambaia, Águas Lindas de Goiás, Gama, Guará, Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo, Santa Maria, Valparaíso de Goiás e Santo Antônio do Descoberto.
IFB	2009	Em janeiro de 2009, foi iniciado o processo para implantação de outros <i>campi</i> do IFB - Samambaia, Gama, Brasília e Taguatinga - e reestruturada a UNED Planaltina à nova concepção de educação profissional, científica e tecnológica. Nos anos de 2010 e 2011, a situação econômica do Brasil continuava melhorando, e, com isso, ampliava-se a oferta de empregos, consolidava-se a ascensão social das classes menos favorecidas e elevava-se a necessidade de mão de obra qualificada. Como consequência desse cenário e por haver pouca oferta de cursos de formação técnica no DF, o IFB foi impulsionado pelos diversos setores da sociedade civil a expandir-se para outras regiões administrativas, entre elas, as regiões administrativas de Riacho Fundo, de São Sebastião, de Ceilândia, da Estrutural e de Taguatinga Centro.
Escola Bilíngue	2013	Desenvolvimento de políticas públicas educacionais voltadas à educação bilíngue para surdos. A inclusão dos surdos na sociedade representa grandes oportunidades para o crescimento pessoal, acadêmico e profissional

		das pessoas. Foi criada em substituição à Escola Classe 21 de Taguatinga, Unidade de Ensino construída em 1968 e recebida pela extinta Fundação Educacional do DF, em 13 de fevereiro de 1969.
CEI 07	2017	Está situada na QSD 32 – Área Especial 1/3. Localiza-se no espaço da antiga “Escola de Aplicação” da extinta Escola Normal de Taguatinga. Tem uma clientela bastante diversificada, em termos dos aspectos sociais, econômicos e culturais, residentes em Taguatinga, Águas Claras, Samambaia, Riacho Fundo e algumas cidades do entorno de Brasília. Em sua maioria, os nossos alunos vêm acompanhado por um membro da família até a escola, e os demais de transporte escolar contratado pelos pais e/ou responsáveis. A economia familiar dos alunos se vincula ao trabalho público e autônomo.
CEF14	-	-
CEF16	-	-
EC 41	-	-
CEI 02	-	-
CEI 06	-	-
CEMTN	-	-

Fonte: SEEDF (Projeto Político Pedagógico das Escolas – CRE Taguatinga), 2019.

As informações do quadro 2 possibilitam que sejam estabelecidos os recortes espaço-temporais mais relevantes no que se refere ao desenvolvimento das atividades educacionais públicas na RA III - Taguatinga. Observa-se o gráfico 2:

Gráfico 2 – Desenvolvimento das atividades educacionais públicas na RA III- Taguatinga entre 1959-2019



Fonte: SEEDF (Projeto Político Pedagógico das Escolas – CRE Taguatinga), 2019.

No gráfico 2, pode-se ver que as atividades educacionais pertencentes à rede pública são, em certa medida, pioneiras quanto à consolidação da centralidade exercida por Taguatinga. A primeira escola pública criada pelo governo distrital foi o CEMEIT em 1959, ou seja, aproximadamente um ano após a ocupação da RA III ter iniciado. Entre as décadas de 1960 e 1980, o desenvolvimento dessas atividades aconteceu em ritmo acelerado. Vê-se que 77% das escolas públicas localizadas em Taguatinga atualmente foram criadas durante este período. Portanto, mais uma vez, reforça-se a tese de que o desenvolvimento das atividades educacionais vinculadas à rede pública tem a ver, primordialmente, com a questão demográfica, pois durante as décadas indicadas, a população de Taguatinga saltou de 27.315 habitantes (1960) para 183.216 habitantes (1974), como já foi indicado no tópico 3.1. Nas décadas seguintes, o ritmo de desenvolvimento dessas atividades diminuiu significativamente. Apenas 23% das escolas foram criadas entre 1981 e 2019. Percebe-se que, neste período, a população de Taguatinga também cresceu menos, seja por que a pressão migratória diminuiu ou, então, devido aos desmembramentos ocorridos através da formação de novas regiões administrativas.

A tabela 16 demonstra quando foram criadas as instituições de ensino pertencentes à rede pública em Taguatinga, por quadras:

Tabela 16 – Desenvolvimento das atividades educacionais públicas em Taguatinga entre 1959-2019 por quadras

	1959- 1970	1971- 1980	1981- 1990	1991- 2000	2000- 2010	2011- 2019
Centro	2	-	-	-	1	-
QNA	2	1	-	-	-	-
QNB	1	-	-	-	-	-
QNC	-	1	-	-	-	-
QND	3	-	-	-	-	-
QNE	-	-	-	-	-	-
QNF	1	-	-	-	-	-
QNG	3	1	-	-	-	-
QNH	1	-	-	-	-	1
QNJ	2	2	-	-	-	-
QNL	-	4	2	1	-	-
QNM	-	4	2	-	1	-
QSA	-	3	-	1	-	-
QSB	-	-	1	-	-	-
QSC	1	-	-	-	-	-
QSD	2	1	-	-	-	1
QSE	2	3	-	-	-	-
QSF	1	-	-	-	-	-
Total	21	20	5	2	2	2

Fonte: SEEDF (Projeto Político Pedagógico das Escolas – CRE Taguatinga), 2019.

De acordo com a tabela 16, está claro que o desenvolvimento das atividades educacionais pertencentes à rede pública acompanhou o movimento da expansão periférica da RA III – Taguatinga. Se atentarmos, de novo, para os dois eixos de concentração-dispersão evidenciados no tópico 3.3.1., ver-se-á que as atividades que compõem o Eixo 1 se desenvolveram rapidamente no período entre 1959-1970 (quadras QNA, QNB, QNC, QND, QNE, QNF, QNG, QSA, QSB, QSC, QSD, QSE,

QSF e Taguatinga Centro), enquanto as atividades que compõem o Eixo 2 (quadras QNJ, QNL, QNM) desenvolveram-se *a posteriori*, no período que vai de 1971-1990. No quadro 2, nota-se que muitas escolas atribuem o desenvolvimento da rede pública de ensino em Taguatinga às necessidades educacionais dos trabalhadores recém-migrados para o Distrito Federal durante e/ou após a construção de Brasília. A primeira escola, o CEMEIT, por exemplo, surgiu como centro de ensino articulado à educação profissional. Em outros casos, nota-se referências à importância da mobilização popular no sentido de pressionar os governantes para que fosse ampliada a oferta de vagas. Essas referências aparecem, por exemplo, no que se refere à criação das escolas públicas localizadas na QNL e/ou na QNM. Existem escolas que foram, inclusive, construídas através de mutirão.

No quadro 2, verifica-se, ainda, que as escolas, em seus projetos, atribuem a centralidade educacional de Taguatinga à relevância que ela veio a assumir nas últimas décadas como local de comércio e/ou trabalho. Desse modo, ratifica-se a premissa de que as diferentes expressões da centralidade reagem uma sobre a outra, pois a centralidade educacional foi se consolidando junto à centralidade comercial, imiscuindo-se. Nos Projetos Políticos Pedagógicos apresentados, há diversas referências sobre isso. Muitas escolas ratificam que, de início, atendiam crianças e jovens residentes nas proximidades, já que isso era, inclusive, uma determinação imposta pela SEE/DF, que, nos primeiros anos, era chamada de FE (Fundação Educacional). Porém, com o passar do tempo, essa política mudou e as escolas públicas de Taguatinga passaram a atender estudantes vindos de localidades cada vez mais distantes, cujas necessidades educacionais eram maiores que a oferta de vagas. Os dados dos PPP's indicam que muitas pessoas vêm trabalhar em Taguatinga e trazem os filhos junto consigo para estudar nas escolas públicas durante o expediente. Assim, à medida em que o comércio e/ou os serviços se desenvolvem e, conseqüentemente, mais trabalhadores são empregados, mais expressiva é a centralidade educacional exercida pela RA III.

Os PPP's analisados mostram que os estudantes, hoje, vêm, principalmente, do quadrante sudoeste da metrópole brasiliense. Há referências, por exemplo, às regiões administrativas de Ceilândia, Samambaia, Riacho Fundo I, Recanto das Emas, Vicente Pires e Águas Claras. Nota-se, ainda, que as escolas disseram ter estudantes matriculados de municípios goianos, como Santo Antônio do Descoberto e Águas

Lindas de Goiás. Quanto ao perfil socioeconômico dos estudantes atendidos, prevalecem os de baixa e/ou média renda, mas têm escolas que mencionam o fato de estar acontecendo um movimento de ascensão dos níveis renda das famílias e que, muitas vezes, elas têm como chefe do domicílio pessoas que exercem atividades ligadas ao funcionalismo público. Por outro lado, há estudantes atendidos por essas instituições que vêm de abrigos, assentamentos, áreas de vulnerabilidade social, enfim, espaços onde as possibilidades de reprodução da vida cotidiana se tornam escassas. É interessante notar que, em algumas quadras, como, por exemplo, na QNM e/ou na QNH, as escolas reiteram que existem muitas famílias migrantes e/ou que moram de aluguel e que, devido à situação de vulnerabilidade, não ficam estabelecidas por muito tempo no local de moradia, o que, por sua vez, eleva a rotatividade das matrículas.

Por tudo que foi dito, fica evidente que a rede pública de ensino está inserida na dinâmica da metrópole brasiliense desigual, dispersa e multicêntrica. Nesse contexto, pode-se afirmar, então, que a consolidação da centralidade educacional em Taguatinga foi condicionada pelos processos socioespaciais discutidos no capítulo 2. No que se refere às práticas que possibilitaram o desenvolvimento das atividades públicas de ensino, percebe-se que a ação do governo, incluindo as várias esferas que ele dispõe para organizar a cotidianidade, é a principal força que intervém na questão da centralidade quando se toma a rede pública, isoladamente. Nessa perspectiva, é interessante ver que, nos últimos anos, não há grandes investimentos do governo distrital na RA III quanto à expansão da infraestrutura física de ensino. Pode ser um reflexo da política sistematizada pelo PDE que, nos últimos anos, está priorizando a expansão da oferta de vagas nas regiões administrativas que têm menor IDH e/ou onde as necessidades educacionais são maiores, haja vista o tamanho populacional. Nota-se, também, que muitas escolas têm mudado as etapas de atendimento à medida que a RA III e as regiões administrativas vizinhas se periferizam. Hoje, elas são mais especializadas do que eram antes.

3.4.2. Rede particular: ampliação dos papéis

O desenvolvimento das atividades educacionais pertencentes à rede particular em Taguatinga pode ser visto no quadro 3. Nele, estão todas as escolas criadas em

Taguatinga no período que se estende entre 1959 e 2019 e que, no tempo presente, encontram-se ativas. No que se refere à historicidade dessas instituições, não foi possível obter informações por meio dos PPP's e, portanto, foi necessário consultar os sítios eletrônicos disponibilizados por cada escola e, além disso, a base de dados da Receita Federal, utilizando-se o CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica). Além da historicidade e do ano de criação, inclui-se no quadro 3, quando possível, informações sobre o Capital Social das empresas que mantêm as instituições de ensino particulares em Taguatinga e, além disso, foi apontado se elas pertencem a redes de ensino que atuam em outras localidades do território distrital e/ou do país. Com essas informações, além de falar sobre os recortes espaço-temporais em que as atividades educacionais particulares se tornaram mais relevantes na RA III, falar-se-á também sobre os agentes sociais responsáveis por elas.

Quadro 3 – Rede particular de ensino em Taguatinga: historicidade e/ou desenvolvimento

Instituição	Criação	Capital Social (R\$)	Historicidade
Marista Champagnat	1966	-	QSD AE 1. Pertence a rede presente em 17 estados brasileiros. Fundado em 1817 por Marcelino Champagnat no vilarejo de La Valla, na França, o Instituto dos Irmãos Maristas se dedica à educação de crianças e jovens com a missão declarada de “formar bons cristãos e virtuosos cidadãos.” No Brasil desde 1897, os Maristas promovem a educação formal de excelência, baseada em valores cristãos e de solidariedade, inspirados nos princípios de São Marcelino Champagnat. No ano de 1961, o Irmão Pablo assumiu, no Planalto Central, a missão de conduzir a obra Marista do Brasil Norte junto às autoridades do Planalto. Após muitas tentativas, conseguiu a aprovação da instalação do Colégio Industrial Marista de Taguatinga e os recursos necessários para sua construção. Em parceria com o diretor do Ensino Industrial do Distrito Federal, Dr. Armando Hildebrando, foi definido os rumos da obra Marista de Taguatinga.
Jesus Maria José	1967	-	QNG 40. É uma das filiais da Associação religiosa e Beneficente Jesus Maria José, cuja origem remonta ao ano de 1880, em Portugal. O governo geral da Associação decidiu, no ano de 1963, enviar um grupo de religiosas para Brasília. Aqui, implementaram a missão junto com os irmãos maristas, no Colégio Marista na L2 Sul. Em 1966, transferiram-se para Taguatinga.
SESI/DF	1968	-	A maior unidade do Serviço Social da Indústria. Construída com o objetivo de levar educação, esporte, lazer e cultura para mais perto do trabalhador da indústria do DF. O Serviço Social da Indústria – Sesi foi oficialmente criado em 1946. Em Brasília, as atividades do Sesi se iniciaram em 1958, juntamente com o início das obras de construção da cidade. Com o objetivo de promover o bem-estar dos candangos, foi iniciada a implementação dos centros sociais, entre eles o Centro de Atividades Presidente Eurico Gaspar Dutra – Cegas, fundado em 1968, na região de Taguatinga, onde estava concentrado o maior número de indústrias e residências do Distrito Federal e, em 1976, o Centro de Atividades General Edmundo Macedo Soares – Cemas, localizado na cidade de Ceilândia, construída cinco anos antes.
Belaar Madre Blandina	1973	-	Setor C sul AE 6. É mantido pela Congregação das Irmãs do Sagrado Coração de Maria de Berlaar - Província Brasileira, aqui denominada – CISACOM, é uma sociedade civil, religiosa, sem fins lucrativos. Em 09 de novembro de 1965, a CISACOM recebeu da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, um lote na Área Especial nº 06, Setor “C” Sul, Taguatinga – DF, destinado à construção de um prédio escolar. Em 02 de março de 1974, conforme Processo nº 069149/74-GDF foi fundada a escola e inaugurada em 09 de novembro de 1974, quando recebeu o nome de “Instituto Madre Blandina” em homenagem à Madre Blandina, uma das Irmãs Pioneiras da CISACOM no Brasil.
Universidade Católica de Brasília	1974	-	QS 7. Fundada em 1972, a União Brasileira de Educação Católica – UBEC surgiu com o objetivo de manter instituições católicas de ensino, proporcionando uma rede de educação sólida e de qualidade. A UBEC é formada pela união de cinco Províncias Religiosas e uma Diocese: A Província Lassalista de Porto Alegre – Irmãos Lassalistas; a Província São José

			<p>da Congregação dos Sagrados Estigmas de Nosso Senhor Jesus Cristo – Padres e Irmãos Estigmatinos; a Província Marista do Centro Norte do Brasil – Irmãos Maristas; a Inspeção São João Bosco – Salesianos de Dom Bosco; a Inspeção Madre Mazzarello – Irmãs Salesianas, e a Diocese de Itabira/Coronel Fabriciano. Em 1980, a UBEC reuniu as diversas faculdades Católicas existentes no DF e constituiu as FICB – Faculdades Integradas Católica de Brasília, e, em 1994, o Ministério da Educação credenciou a Universidade Católica de Brasília – UCB, fazendo-a chegar à dimensão de Universidade Católica no Distrito Federal. Atualmente, além da UCB, a UBEC mantém, o Centro Educacional Católica de Brasília (CECB), Centro Educacional Católica do Leste de Minas Gerais (CECMG), Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (UNILESTE), Colégio Padre de Man (CPM), Centro Universitário Católica do Tocantins (UniCatólica), a Faculdade Católica Recife (FCR) e a Católica EAD, com 33 polos distribuídos pelo Brasil e também Estados Unidos, Japão e Angola. A Universidade Católica de Brasília é a única universidade particular do Distrito Federal, localizada na cidade de Águas Claras. Criada em 1974, a Faculdade Católica de Ciências Humanas (FCCH) foi a primeira unidade de ensino a oferecer três cursos: Economia, Administração e Pedagogia. Hoje, conhecida carinhosamente por Católica ou apenas UCB, a Universidade Católica de Brasília oferece mais de 58 cursos de graduação presenciais e na modalidade a distância (EAD), 9 cursos de mestrado, 6 de doutorado e 11 cursos de pós-graduação. Sócios: Jose Nilton Dourado Da Silva, Marcio Jose Montandon Marcal e Alvimar D Agostini.</p>
SESC/DF	1975	-	<p>Setor B Norte AE 2. Com a missão de contribuir para o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida dos empregados do setor de Comércio de Bens, Serviços e Turismo, o Serviço Social do Comércio – Sesc promove atendimento nas áreas de educação, saúde, esporte, alimentação, cultura, ação social, turismo e lazer. Criado em 1946, o Sesc é uma instituição privada, mantida por contribuição social de caráter compulsório, incidente sobre a folha de pagamento de empresas do setor. Hoje, está presente em diversas cidades, grandes e pequenas, de Norte a Sul do Brasil. São mais de cinco mil unidades prestando anualmente atendimentos com mais de 2 milhões de beneficiários diretos, sempre atendendo os segmentos sociais mais vulneráveis da sociedade. O Sesc Taguatinga Norte foi inaugurado em 21 de agosto de 1975. Localizado em área privilegiada de Taguatinga, a unidade atualmente é a segunda maior do Distrito Federal. A sede fica localizada no SIA.</p>
Centro de Ensino JK	1977	100.000,00	<p>QNG AE 13. Sócios: Livia Costa Borges e Leila Santos Costa Borges. Pertence a rede formada por 3 faculdades, Gama, Asa Norte e Taguatinga Norte, e 2 escolas, 412 norte e Taguatinga Norte.</p>
CED Projeção	1977	38.000,00	<p>Setor C Norte, AE 5 e 6. Sócios: Oswaldo Luiz Saenger, Joao Vicente Ferreira Saenger, Isabel Ferreira Saenger, Cristina Saenger Ximenes e Juliana Saenger Correa. O Projeção tem uma história singular; ela é maior do que a própria idade da instituição e remonta ao início da década de 60 quando seu então “futuro fundador”, o professor Oswaldo Luiz Saenger, já</p>

			atuava como alfabetizador de adultos nos idos de 1964. A primeira escola para crianças e adolescentes foi fundada em 1977 com a criação do Centro Educacional Projeção, sediado em Taguatinga nas instalações do COT (Círculo Operário de Taguatinga). A partir da criação da escola em Taguatinga, vieram outras: Guará, em 1982 (a primeira sede própria); Asa Norte, em 1985, a partir da aquisição da escola "Caminho Feliz". O próximo grande salto seria dado no ano 2.000, quando foi fundada, como parte do Grupo, a Faculdade Projeção. No dia 22 de junho de 2016, portaria do Ministério da Educação publicada no Diário Oficial da União, confirmou a transformação da Faculdade Projeção em Centro Universitário. Tem unidades no Guará, Sobradinho e Ceilândia.
Colégio Adventista	1978	-	QSB 04/05 AE 07. Em 1º de julho de 1896 não foi diferente. Há 120 anos, o Colégio Internacional de Curitiba abria as portas, não de apenas uma nova escola, mas da primeira unidade do que hoje chamamos Rede Educacional Adventista no Brasil. Hoje, reúne 458 unidades escolares e 16 colégios em regime de internato. Frisa o ensino religioso. Sócios: Jairo Cesar Silva Dos Anjos, Alijofran Lima Brandao e Jim Galvao Soares.
CECB (Católica)	1980	-	Fundado em 1980, o CECB nasceu como Creche Mariana, dentro do Colégio Marista, em Taguatinga e, anos mais tarde, se transformou numa escola de aplicação para Pedagogia e cursos de licenciatura na Universidade Católica de Brasília (UCB). No CNPJ atual, consta abertura em 2002.
Guiness	1982	-	QSA 7. Sócios: Conceição das Graças Moreira Araujo e Joao Cesario De Araujo. Tem outra unidade no Recanto das Emas.
Flor de Lis	1986	-	QNB AE 4. O CEPI Flor de Lis é mantido pela Casa de Ismael – Lar da Criança. A partir de 02 de janeiro de 1986, mediante Acordo de Cooperação Técnica nº. 02/86 FEDF/SE/GDF firmado com a Fundação Educacional do Distrito Federal – FEDF e no órgão da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal a Casa de Ismael iniciou as suas atividades pedagógicas no endereço sede (Asa Norte), atendendo as crianças de seis anos na pré-escola que se encontravam matriculadas na instituição, a partir da cessão de professores e merenda escolar.
Casa do Caminho	1987	-	QNJ 10. A Sociedade Espírita de Amparo ao Menor Casa do Caminho foi fundada em 24/04/1987, na modalidade de acolhimento em Casas Lares, antigo orfanato, ampara atualmente 40 crianças e adolescentes de 0 a 18 anos. A Instituição está localizada no bairro de Taguatinga Norte - DF, na QNJ 10 Área Especial Nº 06. Cuidar e educar com responsabilidade crianças oriundas das famílias, fundando a Instituição que prioriza as famílias a deixarem seus filhos com segurança para poderem trabalhar. Após alguns anos com a creche funcionando na QNJ foi feito o convênio com o GDF e percebeu que com aumento de crianças atendidas melhorou a qualidade, pois teve mais recursos financeiros e consequentemente pedagógicos. 55 % das famílias sobrevivem com apenas 01(um) salário mínimo.
Arco-Íris Encantado	1987	-	QND 30. Mantenedora: Maria de Fátima Carlos.

Pró-Futuro	1987	80.000,00	QNB 10. Sócio: Amarildo Xavier De Cristo. O Colégio Pró-Futuro nasceu da semente plantada pela Escola Infantil Quem-Me-Quer. A Escola Infantil Quem-Me-Quer foi fundada em 16 de fevereiro de 1987 na cidade satélite de Taguatinga, em sede alugada, acolhendo uma clientela bem restrita, onde com o passar do tempo foi ampliando o espaço físico e conseqüentemente a faixa etária de atendimento, daí surgiu no início do ano 2000 o Colégio Pró-Futuro.
CEAV Junior	1987	10.000,00	QNA 14. Sônia Vieira e sua mãe, Maria Elza, escolheram o nome da instituição por simbolizar o valor da vida humana e o privilégio de viver. Após alguns anos, a escola inaugurou sua sede própria, na QNA 15 lotes 05/10, projetada para atender aos alunos com muito mais conforto. Ali, o CEAV constrói sua história e se firma como referência educacional em Taguatinga. Posteriormente, atendendo à demanda, implanta, em 2012, uma moderna e linda unidade de educação infantil em Águas Claras.
Brasil Central	1988	200.000,00	QNE 24. Sócios: Augustinho Guiotti e Joana D Arc Fradique Guiotti. Fundaram a escola por terem como PROJETO DE VIDA a atuação na área educacional, sendo profissionais por vocação, unindo os talentos, os compromissos coerentes ao Projeto que os fazem felizes, realizados e plenos no exercício profissional, com contribuições de forma planejadas que favoreçam o desenvolvimento de capacidades habilidades e atitudes que transforme o aluno num cidadão.
VIP	1989	-	QNL 05. Sócios: Quilvia Cristina Cardoso Da Silva e Mabia Cardoso Maciel Dos Santos. No ano de 1988 decidimos fundar o Centro de Ensino Xodozinho. Iniciamos como muitos, com apenas quatro salas de aula, em um lote pequeno, que atualmente é um dos espaços que integram nossa estrutura física.
Conexão	1990	10.000,00	QND 38.
Cantinho da Paz	1990	-	QSD 27. Em 1974, Narciso e sua esposa Maria da Paz, movidos pela preocupação com o desenvolvimento social e moral de pessoas em situação de vulnerabilidade, fundaram a Casa Transitória de Brasília (CTB). Em 22 fevereiro de 1990, a creche foi fundada, atendendo na época, crianças com idade de 1 a 6 anos, em prédio próprio, com convênio junto a SEDF, cedendo os professores. Em 2014, expande-se para Águas Claras e Candangolândia, ocupando prédios disponibilizados pela SEDF.
Evolução	1992	-	QNB 13. Sócio: Marcia Virginia Montenegro Silva.
Escolinha Beija-flor	1993	-	QNB 15. A Organização Não-Governamental SOCIEDADE DO AMOR EM AÇÃO é uma instituição sem fins lucrativos, fundada em 1993 em Brasília, que tem como missão primordial apoiar crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, ajudando a desenvolver seu potencial físico, mental, emocional e criativo.
Nossa Senhora de Lourdes	1994	-	QNG 21. Sócios: Renata Silva De Almeida Sousa e Larissa Silva De Almeida.
Educiarte	1995	-	QNA 36. Sócios: Lea Cardoso De Padua Borges e Waldemar Pereira Borges.

ESPU	1995	10.000,00	QNE 05. Sócios: Edmilson Crispim Costa e Ieda Carvalho Nobre Costa. Pertence ao Sistema COC de Ensino, por meio de convênio. Fundado em 1963 em Ribeirão Preto (SP), o COC possui escolas parceiras em todo o Brasil.
CED Aprendiz	1996	3.000,00	QNL 6.
CED Certo	1996	-	QSD AE 01. Compõe rede de ensino sediada em Taguatinga, com unidades em Ceilândia e Vicente Pires. Sócios: Rosemary Franca Dib e Wesley Ferreira Gomes.
Kadima	1996	45.000,00	Setor C 5. Sócios: Eliseu Kadesh Rosa Assuncao, Mikhael Kades Rosa Assuncao e Raimunda Elinor Rosa Assuncao.
Saber	1997	90.000,00	QSC 12. Sócio: Viviane Muniz Oliveira. O Colégio Saber, com 21 anos de história e tradição na educação, atendendo alunos da educação infantil ao 9º ano, proporcionando aos seus alunos uma formação humana e cristã. Tem mais uma unidade em Taguatinga Sul.
Castelo Encantado	1997	2.000,00	QNG 03. A Escola Castelo Encantado nasceu como realização de um sonho almejado há algum tempo pela Mantenedora (Maria do Rosário Alves Carneiro de Lima), no sentido de contribuir positivamente no desenvolvimento da comunidade local e adjacente. Tendo em vista as etapas de educação e ensino ofertadas, a Mantenedora propôs a mudança de denominação, passando de Escola Castelo Encantado para Centro de Ensino Castelo Encantado, para tanto, continua prestando serviços educacionais, balizada às exigências legais do sistema de ensino, procurando sempre responder às necessidades e interesses da comunidade local.
Triângulo	1997	-	QNM 42. Sócios: Zaira Cardoso Soares, Ricardo Cardoso Soares, Paulo Fernando Cardoso Soares e Noemia Cardoso Soares Sahium. Tem mais uma unidade no Recanto das Emas.
LS Escola Técnica	1998	100.000,00	QSD LOTE 5. Sócio: Brenno Vinicius Santana Hora. A LS Educacional surgiu em 1998, com o curso Técnico em Enfermagem, logo em seguida, Técnico em Análises Clínicas, Técnico em Radiologia, Qualificação Técnica em Necropsia e Anatomia Médica Legal, Técnico em Gesso e Cursinhos Preparatórios. Em 2005 a faculdade surgiu com a oferta do curso de Bacharelado em Enfermagem e Licenciatura em Letras. Depois, para atender as demandas do mercado de trabalho, foram oferecidos os cursos tecnológicos de Gestão Hospitalar e Radiologia. Em 2011, iniciaram-se os cursos superiores de Farmácia, Biologia (Bacharelado e Licenciatura), Administração e tecnologia em Gestão de Financeira. Tem outra unidade em Ceilândia.
CEISC I	1999	-	QNG 27. O Lar da Criança Padre Cícero, instituição mantenedora do CEISC I surgiu com o sonho da senhora Maria da Glória Nascimento de Lima – “Tia Glorinha”, de oferecer melhores condições de vida a crianças carentes, órfãs ou abandonadas na comunidade. Em dois de agosto de 1999, o Lar da Criança Padre Cícero firmou parceria com a Secretária de Assistência Social - DF, para oferecer atendimento sócio educativo. Em 2009, o Lar da Criança Padre Cícero firmou convênio com a SEE/DF, e formalizou a criação do “Centro de Educação Infantil Sonho de Criança”. Atende preferencialmente crianças vindas de famílias em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, encaminhadas pela Coordenação de Ensino de

			Taguatinga, conforme estratégia de matrícula. 70% de crianças de famílias que residem em Taguatinga Norte
Colégio Biângulo	1999	15.000,00	QNJ 22. Sócios: Jean Francisco Carlos Biangulo e Helaine Patricia Biangulo. Pertence a rede com quatro unidades localizadas em Taguatinga Norte.
Baby Palace	1999	-	QSA 14. Tem outras unidades em Taguatinga Sul.
Estácio Brasília	1999	6.051.000,00	CSG 09. Filial conveniada à rede Estácio, mantida pela empresa Instituto de Ensino Superior Social e Tecnológico LTDA. Sócios: Pedro Thompson Landeira De Oliveira, Sociedade Educacional Atual Da Amazonia, Hudson Rubem De Oliveira Mello Junior, Gustavo Artur Ciocca Zeno, Eustaquio Alves Ferreira Junior, Alberto De Senna Santos e Jose Aroldo Alves Junior. Em 1970, nasce a Faculdade de Direito Estácio de Sá, em uma pequena casa na zona norte do Rio de Janeiro. Seu fundador é o magistrado João Uchôa Cavalcanti Netto. Em 1998, tem início a expansão nacional. Atua em todos os estados brasileiros. No DF, mais uma unidade na Asa Sul.
Anhanguera (Taguatinga Sul)	1999	2.572.101.869,00	QS 01. A rede Anhanguera é sediada em Valinhos-SP. Fundiu-a à Kroton Educacional, sediada em Belo Horizonte-MG. A Kroton Educacional é uma das maiores organizações educacionais privadas do Brasil e do mundo, com uma trajetória de mais de 50 anos na prestação de serviços no Ensino Básico e de mais de 15 anos no Ensino Superior. Em 2010, a Kroton adquiriu o Grupo IUNI Educacional, instituição que também atuava na graduação e pós-graduação presencial; em 2011, o destaque foi a aquisição da Universidade Norte do Paraná (Unopar), a maior instituição de ensino à distância do país. Para coroar esse ritmo intenso de aquisições, em 2013, a Kroton realizou o maior investimento de sua história: anunciou a fusão a Anhanguera e, com isso, consolidou a sua liderança tanto no ensino presencial como na educação a distância. Atualmente, a Kroton possui 143 unidades de Ensino Superior, presentes em 20 estados e 101 cidades brasileiras, além de 1.310 Polos de Ensino a Distância credenciados pelo MEC localizados em todos os estados brasileiros e também no Distrito Federal. A Companhia ainda conta, na Educação Básica, com 687 escolas associadas em todo o território nacional, além de escolas próprias com as marcas Pitágoras, Leonardo da Vinci e Lato Sensu. É a maior empresa de educação do mundo.
CEFS	2000	-	QNL 13. O Centro de Educação Fonte do Saber nasceu de um sonho que iniciado em 2000, com aulas de reforço para crianças em fase de alfabetização. Em 21 de fevereiro de 2001 foi criado o CEFS, então denominado por Centro de Educação Infantil Fonte do Saber inicialmente oferecendo a Educação Infantil em apenas um período
Recanto Infantil Calazans	2000	-	QNL 10. Sócios: Ester Da Silva Furtado e Eunice Jose Monteiro Araujo.
Faculdade Projeção	2000	3.000.000,00	-
Faculdade JK	2000	100.000,00	QI 03. Sócio: Liamar Caixeta Vieira. A Faculdade Michelangelo foi fundada em 07 de maio de 1999, através do registro no Cartório do 1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Brasília – Marcelo Ribas, sob o número 4986, livro A-09, em 14 de maio de 1999, tendo iniciado

			suas atividades, entretanto, apenas em julho de 1999, sendo mantida inicialmente pelo Instituto Rui Barbosa do Brasil Ltda e posteriormente, pela Associação Rival. Em 2008 o corpo diretivo da associação optou pela paralisação das atividades de graduação e pós-graduação. No ano de 2012 a faculdade Michelangelo reinicia as atividades, agora administrada pelo grupo educacional JK, com vasta experiência em educação e uma das principais referências em ensino aqui no DF. São mais de 40 anos de experiência em educação, aprendendo e crescendo com a nossa cidade. Hoje estamos entre os maiores e mais tradicionais grupos educacionais do DF, com cerca de 2 mil alunos, distribuídos desde a educação infantil até o ensino superior. São 3 faculdades, Santa Maria, 913 Norte e Taguatinga Norte, e 2 escolas 412 norte e Taguatinga Norte. Sede na Asa Sul.
CETESI	2001	-	QSB 4 AE 08. Sócios: Anabor Inacio de Macedo, Carlos William Borges Macedo e Debora Borges Rodrigues Macedo. Sediada em Taguatinga, tem filial em Formosa-GO. O CETESI já atendeu entre alunos do ensino regular, cursos técnicos e de qualificação mais de 8 mil alunos nesses 20 anos de atividade.
Ideal II	2001	4.000.000,00	QNG 9. Sócios: Roberto Cavalcante Mesquita, Daniel Cavalcante Mesquita, Americo Dias Silvano e Giovanni Toscano Neto. Pertence a rede que tem três unidades em Taguatinga e duas em Águas Claras.
Pro-Educar	2001	-	QNA 41. Sócios: Elaine de Souza e Renata Monike Peres.
UNI	2001	10.000,00	CSB AE 5 e 6. Sócio: Robson Rocha Do Nascimento. A UNI foi fundada em 09 de Agosto de 2002 e Credenciada pela Portaria 255 de 04 de Setembro de 2003 da SEE/DF para oferta de cursos a distância de Técnico em Transações Imobiliárias e Educação de Jovens e Adultos, Nível Médio.
Vivenciando	2001	10.000,00	QNM 40. Sócios: Adriana Dantas Goncalves e Odilia Felix Vieira.
FALBE	2001	297.600,00	QNM 36. É mantida pela União Brasileira de Ensino Superior e Pesquisa EIRELI. Sócio: Maria De Fatima Lemes.
Ananguera (Taguatinga Norte)	2001	-	QI 20.
Instituto Madre Teresa	2001	20.000,00	QNH 08. Sócios: Leila Tania Santana Teixeira e Aline Santana de Lima.
Ananguera (Taguatinga Shopping)	2001	-	QS 01.
Presbiteriano Simonton	2002	-	QSE 9. Sócio: Geomario Moreira Carneiro. Em 1969, por iniciativa do Conselho da 3ª Igreja Presbiteriana de Taguatinga- 3ªIPT, foi instituída e inaugurada a Escola Álvaro Reis e Centro de Ensino Evangélico Simonton, depois mudou-se o nome para Centro de Ensino Presbiteriano Simonton, com sede e foro à Área Especial Nº 03, Setor "E" Sul, na cidade satélite de Taguatinga, Brasília, Distrito Federal.
Vivenciar	2003	20.000,00	QNB 4. Sócios: Dayane Galvao Correia Fernandes e Dalva Cristina Galvao Correia.

Leonardo da Vinci	2003		Sócios: Dalvo Cardoso De Oliveira, Jorge Abdon Manzur Ismael e Paradigme Participacoes Ltda. O Centro Educacional Leonardo da Vinci começou as suas atividades educacionais em 1969, na Avenida W/3 Sul, Quadra 511, com a oferta de cursos preparatórios aos exames supletivos e vestibulares. No início de 1995 foi inaugurada a Unidade Norte do Leonardo da Vinci para atender aos alunos e pais dessa comunidade. No 2º semestre de 2001 teve início a construção da Unidade Taguatinga do Leonardo da Vinci, inaugurada em janeiro de 2003, com a oferta também dos ensinos fundamental e médio.
CED Evolução	2004	100.000,00	QC 01 Taguatinga <i>Trade Center</i> . Sócio: Dina Soares Da Fonseca. Sediada em Taguatinga, tem filial em Goiânia.
Estrela Guia	2004	5.000,00	QS 7. Sócios: Edinaldo Lima Da Silva e Julia Maria De Lima.
Saber II	2005	24.000,00	QSB 6. Sócios: Hercules Dos Santos Muniz e Salusto Dos Santos Muniz.
Faculdade LS	2005	280.000,00	QSD. É mantida pela Santana Instituto de Educacao Superior EIRELI. Sócio: Sayonara Santana De Franca. Sua origem deu-se por meio de um estabelecimento de ensino técnico (educação profissional) na área de saúde, funcionando desde 19 de novembro de 1998. Destaca-se na sua atuação social, com relevantes serviços prestados à comunidade onde está localizada e nas regiões próximas. Em 2005, a faculdade surgiu com a oferta do curso de Bacharelado em Enfermagem e Licenciatura em Letras. Depois, para atender as demandas do mercado de trabalho, foram oferecidos os cursos tecnológicos de Gestão Hospitalar e Radiologia. Em 2011, iniciaram-se os cursos superiores de Farmácia, Biologia (Bacharelado e Licenciatura), Administração e tecnologia em Gestão de Financeira.
Fergom Dez	2006	100.000,00	QNM 40. Sócios: Wesley Ferreira Gomes e Rosemary Franca Dib.
Isaac Newton	2007	30.000,00	QSD AE 02. A REDE ISAAC NEWTON integra o Sistema de Ensino do Distrito Federal desde 1987, quando iniciou suas atividades como curso pré-vestibular. Em 1994, passa a oferecer o Ensino Médio, em sua unidade localizada em Taguatinga Sul. Tem mais uma unidade no Riacho Fundo I. Sócios: João Antônio Ramos de Filho e Solange Brasil de Souza.
Instituto Resende	2007	-	QNA 41. Sócios: Sebastiao Eustaquio De Resende e Neidimar De Rezende. Oferece cursos técnicos área ortodôntica.
FAC SENAC/DF	2007	-	QNG AE 39. Em 2019, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) completa 52 anos de atuação no Distrito Federal, tendo alcançado mais de um milhão de alunos matriculados. De caráter privado, a organização contribui para a superação dos problemas sociais e econômicos do país por meio da capacitação profissional de trabalhadores das áreas de comércio de bens, serviços, turismo e saúde. É mantido pelas empresas desses setores, que destinam uma contribuição compulsória para a instituição. O Senac iniciou suas atividades no DF em 1967, oferecendo à população cursos de formação inicial e continuada. Em 2005, em parceria com o Senac Nacional, a instituição passou a ter cursos de pós-graduação lato sensu ministrados na modalidade de educação a distância. Os cursos receberam credenciamento do Ministério da Educação com nota máxima. Em 2007, com a inauguração da Faculdade de Tecnologia Senac-DF, disponibilizou também cursos de graduação

			tecnológica e pós-graduação na modalidade presencial. A sede está localizada no SIA e tem unidades na área do Plano Piloto, Taguatinga, Ceilândia, Gama e Sobradinho.
Claretiano	2008	-	Setor C 7. Mantida pela Ação Educacional Claretiana. É uma filial pertencente a rede atuante em todos os estados brasileiros, com 117 unidades escolares. A Congregação dos Missionários Claretianos foi fundada em 16 de julho de 1849, em Vic, região da Catalunha, Espanha. No Brasil, os Claretianos chegaram em 1895 e, há oito décadas, dedicam-se ao ensino de qualidade em Colégios, Faculdades e na Educação a Distância, presente em todo o território nacional. Para fortalecer ainda mais este trabalho, os Claretianos agora unem todas as suas unidades educativas, criando uma nova marca: o Claretiano - Rede de Educação.
Anchieta	2008	20.000,00	QSC 19. Sócios: Erli Ferreira Gomes, Stephanie Alves Viana Aragao e Renan Alves Viana Aragao. Sediado em Taguatinga, tem mais duas unidades: Ceilândia e Samambaia.
INTED	2008	2.000,00	Setor C 5.
Único Educacional	2008	75.000,00	Setor Hoteleiro. Sócios: Manoel Amauricio Dos Santos, Robson Jose Cobo Arrais e Jesse Teixeira De Queiroz.
Madre Teresa	2009	-	QNH AE 4.
IMP Cursos	2009	9.000,00	Unidade fechou em 2017. Está localizada em Águas Claras.
Faculdade Evangélica	2009	100.000,00	QNM 34. Sócios: Wellington Guimaraes e Gilene Lopes Dos Reis Guimaraes. A Faculdade Fé Taguatinga nasceu com a missão de democratizar o acesso ao ensino superior e proporcionar um ambiente de troca de conhecimentos, promovendo a integração entre toda a sua comunidade acadêmica. Em nossa última reunião de colegiado que envolve professores e diretores das instituições do grupo mantenedor decidimos que a Fe Taguatinga, a partir de 2018 passará a ser Fortium Taguatinga. Sede no Plano Piloto e outra unidade no Gama.
CEISC II	2010	-	QNG 37.
Berçário Alegria do Saber	2011	105.000,00	QNJ 18.
Cresce	2011	300.000,00	QSC20. Sócios: Mayura Valadares Nishiyama, Mayara Valadares Nishiyama, Mayumi Valadares Nishiyama de Castro, Antonio Eigi Nishiyama.
Cia. Da Criança	2011	20.000,00	QNE 8. Sócios: Ilismar Dias De Medeiros e Eliane Ferreira De Souza.
Casa de Brinquedos Baby	2012	40.000,00	QNA 49.
CED Projeção II	2012	-	Setor C Norte AE 5 e 6. Antigo Colégio Santa Terezinha adquirido pela Rede Projeção. Sócios: Oswaldo Luiz Saenger e Joao Vicente Ferreira Saenger.
Pequenos Geniais	2012	50.000,00	QNJ 10. Sócios: Rosana Rosa Moreira Amor Chaves e Andreia Rosa Moreira Amor.
Ideal IV	2012	2.000.000,00	QNG AE 26.
Centro de Inteligência	2013	-	QI 23. Sócio: Evandro Varela Braz, Leila Cristina de Lima da Silva.
ALUB Taguatinga Norte	2013	10.150.000,00	QNA 15. Sócios: Arthur Mario Pinheiro Machado e Newman Cardoso do Amaral Brito. A Rede ALUB é mantida pela Upiara Empreendimentos e Participações S/A. A Mantenedora, com

			sede na SCRS 516, Bloco C, S/N, Entrada 17, Sobreloja, Asa Sul, Brasília, DF. A Rede ALUB foi criada, no final da década de noventa, por um grupo de estudantes da Universidade de Brasília, com o propósito de oferecer aos alunos com dificuldades financeiras, a oportunidade de ingressarem na UnB, por meio de uma preparação adequada às exigências daquela instituição. Iniciado o curso, após seis meses no mercado, a Rede ALUB transformou-se no maior cursinho da região Centro-Oeste, em número de vestibulandos. Com o sucesso do cursinho ALUB em 2005, o grupo resolveu criar um colégio com a mesma denominação, em Taguatinga, o que motivou a aquisição dos direitos educacionais do Centro Educacional Genesis. Os resultados obtidos com o empreendimento em Taguatinga motivaram os organizadores da Rede ALUB a expandirem sua atuação. Uma nova sede foi criada no Plano Piloto, na Asa Norte, cujo funcionamento iniciou-se em 2008. Unidades: Taguatinga Norte, Taguatinga Sul, 706 Norte, Gama, Ceilândia Sul, Guarã, Vicente Pires, Recanto das Emas, Ceilândia Norte, Sobradinho.
CETAG	2015	80.000,00	QC 07. Sócio: Ronie Dos Santos Alves.
Biângulo II	2015	60.000,00	QNH 1. Pertence à Rede Biângulo. Sócios: Alessandra Londe Faria De Oliveira, Gessica Londe De Oliveira e Ana Karoline Biangulo De Oliveira.
UNICEUB	2015	-	QS 1. Estamos há mais de 50 anos oferecendo ensino superior de qualidade em Brasília. Inaugurado como Centro de Ensino Unificado de Brasília - CEUB em 1968, ainda na década de 1990 nos tornamos o primeiro centro universitário da região e hoje somos reconhecidos pela excelência no ensino. Com foco em inovação e qualidade, estamos em constante renovação e oferecemos mais de 20 cursos de graduação nas áreas de ciências jurídicas, sociais, exatas, da saúde, da educação e tecnologia, além de cursos de pós-graduação lato e stricto sensu. Filial pertence à rede com sede na Asa Norte.
Grau Técnico	2016	600.000,00	QND 27. Franquia mantida pela GT Taguatinga Cursos Técnicos. Compõe rede presente em treze estados originária de Pernambuco.
Prime	2016	30.000,00	CSG 9. Sócios: Izabella Aparecida Ruas Costa, Bruno Henrique Costa Ruas, Rita de Cassia Ramos Costa Ruas.
Instituto Mérito	2016	100.000,00	QNE 24. Sócios: Ana Carolina Satiko Ishibashi Moura. O Instituto Mérito nasce com objetivo claro de ampliar os horizontes da educação profissional. Nossa missão é, então, formar profissionais competentes e qualificados para o mercado de trabalho, com desenvolvimento das virtudes morais e éticas. Oferece o Curso técnico em Óptica.
Baby Palace II (Original baby)	2016	10.000,00	QSA 14. Sócios: Rossiny Borges Silva e Erica Tais Bezerra Pereira.
Objetivo JK Shopping	2017	95.000,00	QNM 34 AE1.
CIES	2018	100.000,00	QC 01. Sócios: Leticia Matos Farias, Carlos Vaugrand Sousa Farias, Leirson Trigueiro Matos e Amanda Viana Dos Santos.
CED UP!	-	-	-

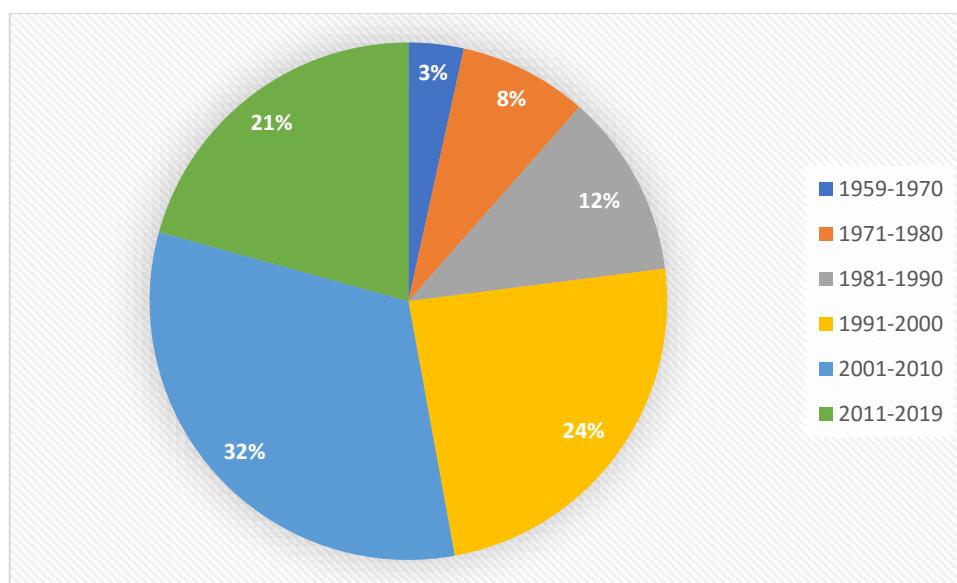
Objetivo Taguatinga	-	95.000,00	QS 5 Rua 312. Sócios: Hiago de Melo Bennech Vercino e Klisman de Melo Bennech Vercino. Pertence a rede que atua em todo território nacional, com 450 municípios. No DF, a rede é conveniada ao Sistema Objetivo de Ensino. Unidades: Asa Norte (sede), Águas Claras, Guará, Samambaia, Vicente Pires, Taguatinga e JK Shopping. Fundado em 1965, o Centro Educacional Objetivo é hoje a maior instituição de ensino do Brasil, atuando no âmbito da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e Médio e da preparação para os vestibulares. O conveniado, seja qual for o porte da escola, tem ao seu dispor todos os instrumentos necessários para oferecer educação de qualidade aos seus alunos. teve origem em São Paulo, em 1971, idealizado, criado e implementado por Drauzio Varella, João Carlos di Gênio, Roger Patti e Tadasí Itto.
ICT	-	-	-
Instituto Monitor	-	25.000,00	Sede em São Paulo. Localmente, mantém um polo à distância.
Promove	-	-	-

Fonte: Sítios Eletrônicos pertencentes Às Escolas Particulares de Taguatinga, 2019 (referência ao final do trabalho); Base de dados CNPJ da Receita Federal, 2019⁷³.

⁷³ Disponível em: https://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao2.asp. Acesso em: 02 jun. 2019.

Com base no quadro 3, pode-se ver os períodos que mais se destacam quanto ao desenvolvimento das atividades educacionais particulares em Taguatinga. Observa-se o gráfico 3:

Gráfico 3 - Desenvolvimento das atividades educacionais particulares na RA III- Taguatinga entre 1959-2019



Fonte: Sítios Eletrônicos pertencentes Às Escolas Particulares de Taguatinga, 2019 (referência ao final do trabalho); Base de dados CNPJ da Receita Federal, 2019⁷⁴.

No gráfico 3, percebe-se que as atividades educacionais particulares começaram a desenvolver em Taguatinga entre 1959-1970, logo após ter iniciado a ocupação desta localidade. Porém, elas expandiram-se mais rapidamente a partir de 1991. Por esse motivo, pode-se afirmar que não atividades pioneiras, como no caso da rede pública, mas, sim, atividades que estão relacionadas à ampliação dos papéis desempenhados por Taguatinga em relação à AMB, tardiamente, quando esta se torna uma nova área de centralidade e começa a redirecionar os fluxos de consumo e/ou trabalho no quadrante sudoeste do aglomerado. Neste período, é quando se inicia a implantação de Águas Claras, ao mesmo tempo em que se multiplicam os condomínios de classe média-alta em Vicente Pires. A oeste da RA III, a Ceilândia já era a localidade mais populosa do Distrito Federal e, além disso, Samambaia estava

⁷⁴ Disponível em:

https://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao2.asp. Acesso em: 02 jun. 2019.

parcialmente ocupada. Todas essas localidades surgiram através de desmembramentos realizados em Taguatinga. Portanto, são áreas que, do ponto de vista processual, estão vinculadas à RA III e que, ao se consolidarem, contribuíram para reforçar a expressividade que ela já vinha assumindo, incluindo a centralidade educacional.

Porém, o desenvolvimento das atividades educacionais particulares não tem a ver apenas com a expansão periférica em direção às regiões vizinhas. Ela tem a ver, sobretudo, com o fato de ter aumentado os níveis de renda dos moradores de Taguatinga e/ou das áreas próximas ao longo das décadas mais recentes, pois é o nível de consumo das famílias que mais influencia o seu desenvolvimento. De início, implantada como cidade-satélite, Taguatinga não oferecia condições para que essas atividades fossem criadas. Entre 1958 e 1972, ou seja, 14 anos após a ocupação da RA III ter iniciado, as únicas instituições de ensino particulares existentes eram de dois tipos: primeiro, aquelas pertencentes a entidades religiosas e/ou filantrópicas, como, por exemplo, os Irmãos Maristas, que fundaram o primeiro colégio particular de Taguatinga em 1966; segundo, aquelas que estavam vinculadas ao Sistema S, que, como já foi dito, fora criado para apoiar a expansão da atividade econômica do país através do ensino profissionalizante. Assim, verifica-se que, até então, não existiam empresas de origem local neste setor e, se elas não existiam, é por que o ambiente de mercado não era favorável, já que Taguatinga, de início, comportava-se como núcleo-dormitório. Porém, essa condição foi superada em pouco tempo e, em fins da década de 1970, registra-se a abertura das primeiras empresas endógenas: os Colégios JK e Projeção.

Ao longo do último quartel do século XX, as atividades educacionais particulares se desenvolveram rapidamente. As instituições filantrópicas continuaram a ser importantes e muitas delas firmaram convênios com a antiga Fundação Educacional para atender as necessidades de ensino dos moradores da RA III. As entidades religiosas se consolidaram: além dos Maristas, instalaram-se em Taguatinga as Irmãs do Sagrado Coração de Maria de Belaar, a Associação Religiosa e Beneficente Jesus Maria José, a União Brasileira de Educação Católica e a Rede de Ensino Adventista. Nesse contexto, não se pode deixar notar que essas entidades, desde então, vêm atuando decisivamente no que se refere à consolidação da centralidade educacional exercida por Taguatinga, inclusive no tempo presente. A

União Brasileira de Educação Católica, por exemplo, foi responsável por estabelecer em Taguatinga a primeira e, até hoje, a única, universidade particular existente no território distrital: a Universidade Católica de Brasília, localizada na ECPT (Pistão Sul). Essa instituição, como já foi visto, mobiliza diferentes fluxos de estudo e, nesse sentido, reforça a expressividade de Taguatinga em relação à AMB.

As empresas endógenas criadas em Taguatinga, pelo que se nota por meio das informações que constam no quadro 3 sobre o capital social, começaram, quase todas, pequenas. Contudo, existem aquelas que conseguiram se expandir para outras Regiões Administrativas e, assim formaram redes. Menciona-se, por exemplo, o caso do Centro Educacional Projeção, o Colégio Guinness, o Centro de Ensino Almeida Vieira Jr, o próprio Colégio JK, entre outros. Portanto, mesmo que muitas redes de ensino tenham iniciado as atividades na área do Plano Piloto, percebe-se que também existem aquelas que são próprias de Taguatinga que, nesse sentido, reafirma-se como subcentro. Nos anos 1990, Taguatinga também começou a atrair redes de ensino que atuavam e/ou atuam em todo o território nacional. A primeira delas, de acordo com o quadro 3, foi a rede COC, que em 1995 inaugurou o Colégio ESPU. Esse colégio, assim como outras unidades escolares pertencentes às redes nacionais, foi criado por meio de convênio, ou seja, uma parceria firmada entre a empresa COC originária de Ribeirão Preto-SP que detém os direitos sobre a marca e investidores originários do próprio Distrito Federal.

No início do século XXI, as atividades educacionais particulares localizadas em Taguatinga começaram a se tornar mais especializadas. Até então, as instituições de ensino privilegiavam os níveis mais básicos do sistema educacional. Entretanto, o crescimento demográfico e, também dos níveis de renda, proporcionou o surgimento de escolas vinculadas à etapa da educação superior e/ou do ensino técnico. Na educação superior, além da UCB, já estabelecida, surgiram várias instituições de ensino endógenas, como a Faculdade Projeção, do mesmo grupo que já tinha colégio localizado na RA III, e o ALUB, que chegou a acumular capital acima de 10 milhões de reais. No que se refere às instituições conveniadas às redes nacionais, surgiram a Estácio Brasília e a Faculdade Anhanguera. Sobre a Anhanguera, é importante ressaltar que, hoje, ela é controlada pela Kroton Educacional, sediada em Belo Horizonte-MG, que atua, inclusive, internacionalmente. Segundo as informações que

constam no sítio eletrônico da empresa⁷⁵, é o maior grupo educacional do mundo, com capital social acima de 2 bilhões de reais. Em Taguatinga, o grupo mantém três unidades escolares.

Na tabela 17, foram coladas as instituições de ensino particulares criadas em Taguatinga ao longo do tempo e que, hoje, permanecem ativas. Elas foram divididas por quadras, a fim de que possamos ver os recortes espaço-temporais mais importantes:

Tabela 17 - Desenvolvimento das atividades educacionais particulares em Taguatinga entre 1959-2019 por quadras

(continua)

	1959- 1970	1971- 1980	1981- 1990	1991- 2000	2000- 2010	2011- 2019
Centro	-	-	-	1	4	4
QNA	-	-	1	1	2	2
QNB	-	1	2	2	1	-
QNC	-	1	-	-	-	-
QND	-	-	2	1	-	1
QNE	-	-	1	1	-	2
QNF	1	-	-	-	-	-
QNG	1	1	-	3	3	1
QNH	-	-	-	-	2	1
QNJ	-	-	1	1	-	2
QNL	-	-	1	3	-	-
QNM	-	-	-	1	4	1
QSA	-	-	1	1	-	1
QSB	-	1	-	-	3	-
QSC	-	1	1	1	1	1
QSD	1	1	1	2	3	-
QSE	-	-	-	-	1	-
QSF	-	-	-	-	-	-
QSG	-	-	-	1	-	1

⁷⁵ Disponível em: <http://www.kroton.com.br/>. Acesso em: 30 mai. 2019.

Tabela 17 - Desenvolvimento das atividades educacionais particulares em Taguatinga entre 1959-2019 por quadras

	(conclusão)					
QI	-	-	-	1	1	1
QS	-	1	-	1	3	2
Total	3	7	11	20	28	20

Fonte: Sítios Eletrônicos pertencentes Às Escolas Particulares de Taguatinga, 2019 (referência ao final do trabalho); Base de dados CNPJ da Receita Federal, 2019⁷⁶.

Comparando-se a tabela 17 e o mapa 22, apresentado no tópico 3.3.2., pode-se analisar quando se formaram as diferentes áreas de concentração-dispersão em que estão aglomeradas as atividades educacionais particulares na RA III atualmente. Percebe-se que as nucleações que surgiram em Taguatinga Centro e nos arredores da Faculdade Projeção (Centro, QNA, QNB, QNC, QND, QNF) se tornaram expressivas entre 1981 e 2019. No primeiro caso, estão concentrados, principalmente, institutos técnicos e escolas vinculadas à etapa da educação infantil. Já as nucleações que ficam localizadas em Taguatinga Sul (QSA, QSD, QSG e QS), ou seja, nas proximidades do Taguatinga *Shopping* e da UCB, se desenvolveram entre 1991-2010, período que coincide com a ocupação da RA XX - Águas Claras. A nucleação que fica na porção leste da Av. Hélio Prates (QNG e QNE) também se tornou mais expressiva entre 1991 e 2010. E, por último, a nucleação que está emergindo na QNJ veio a se constituir após o início do século XXI. Esses são os recortes espaço-temporais que caracterizam a consolidação da centralidade educacional de Taguatinga em relação à rede particular de ensino.

Enfim, mediante a discussão que foi realizada nesta seção, compreende-se que:

- O desenvolvimento das atividades educacionais públicas aconteceu, principalmente, entre 1959-1980, período em que a RA III – Taguatinga expandiu-se territorialmente e, além disso, demograficamente.

⁷⁶ Disponível em:

https://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao2.asp. Acesso em: 02 jun. 2019.

- Já o desenvolvimento das atividades educacionais particulares aconteceu, sobretudo, entre 1991-2019, quando a RA III– Taguatinga já estava efetivamente ocupada e começou a ampliar seus papéis relacionados à concentração de atividades econômicas, renda e emprego, o que veio a ser reforçado pela criação de novas áreas urbanizadas vizinhas, como Samambaia, Águas Claras e Vicente Pires.
- Quanto à rede pública, nota-se que a consolidação da centralidade educacional foi proporcionada pela atuação do Estado, especialmente em relação ao governo distrital, mas também pela atuação do governo federal. Ao decidir sobre as localidades a serem ocupadas no DF e, dentro delas, as áreas especiais que receberiam os equipamentos escolares, o governo passou a interferir diretamente sobre o movimento da vida cotidiana realizado pelos moradores.
- Em certos, além do Estado, adquire importância, também a atuação dos movimentos organizados pela sociedade civil quanto à consolidação da centralidade educacional exercida pro Taguatinga, já que, como foi visto nos PPP's, algumas escolas públicas foram construídas após mobilização popular e, inclusive, utilizando-se mutirões.
- No que diz respeito à rede particular, a consolidação da centralidade educacional foi proporcionada por inúmeros agentes sociais. Primeiro, percebe-se a importância das instituições filantrópicas e/ou religiosas, que, desde a década de 1960, têm atuado no sentido de ampliar os papéis exercidos por Taguatinga. Presume-se que essas instituições atuam de maneira associada ao poder público, como, por exemplo, no caso dos convênios, mas também, quando se beneficiam de isenções tributárias e do livre acesso à terra.
- Em fins da década de 1970, começaram a surgir em Taguatinga as primeiras empresas endógenas que atuam no setor educacional. Entre elas, algumas formaram redes e abriram unidades escolares nas demais Regiões Administrativas do DF, caracterizando, assim, a RA III como subcentro. De início, a maioria dessas escolas atuavam nos níveis básicos do sistema educacional.
- A partir da década de 1990, Taguatinga começou a atrair redes nacionais que atuavam no setor educacional, seja pela abertura de filiais ou, ainda, por meio

de convênios. Nesse período, as atividades de ensino começaram a se especializar e multiplicaram-se as instituições vinculadas à etapa da educação superior, como, por exemplo, a Anhanguera, a Estácio Brasília, a UCB, a Projeção, a Faculdade LS, a UNICEUB, etc. No caso da UCB, trata-se da única universidade particular localizada no território distrital.

- Para a consolidação da centralidade educacional em Taguatinga, atuaram inúmeros agentes sociais. Os movimentos populares interessados em garantir a reprodução da própria sobrevivência. As sociedades filantrópicas e/ou religiosas interessadas em suprir as necessidades de ensino dos moradores, mas, neste processo, perpetuando-se e, ao mesmo, reproduzindo os valores, ideias e dogmas que julgam ser necessários às novas gerações. As pequenas empresas endógenas criadas por moradores do território distrital, muitos dos quais já atuavam na área da educação antes de se tornarem empresários. As redes nacionais de ensino constituídas por grupos interessados, prioritariamente, na reprodução do capital. E, em meio a tudo isso, o próprio poder público, que orienta a política de ordenamento territorial e a política educacional implantadas em cada época.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A centralidade urbana vem sendo discutida pelas ciências sociais há, pelo menos, um século. Neste intercurso, ela veio a ser conceituada de várias maneiras diferentes. Para a Escola de Chicago, a centralidade confundia-se com o CBD, isto é, o núcleo de concentração das atividades urbanas que, sozinho, monopolizava os fluxos cotidianos de consumo e/ou trabalho. Para a abordagem econômica, que reproduziu, em parte, a concepção proposta pela Escola de Chicago, a centralidade era o atributo que caracteriza os lugares centrais, ou seja, os espaços de troca ou intercâmbio de mercadorias que interligam os territórios próximos e longínquos em torno de si. Já as abordagens marxistas introduziram novas interpretações: a centralidade como qualidade ou como processo, que pode ser entendida sob o ponto de vista da reprodução do capital e, ao mesmo tempo, sob o ponto de vista das relações sociais historicamente constituídas.

Neste trabalho, a centralidade foi analisada a partir do movimento da vida cotidiana, ou seja, dos fluxos que são mobilizados todos os dias pelas atividades localizadas no interior da cidade ou da metrópole. Esses fluxos são determinados pelas necessidades de reprodução que os agentes sociais manifestam, seja a reprodução do lucro ou, ainda, a reprodução da própria subsistência. Como já foi esclarecido, partiu-se do pressuposto que a centralidade urbana tem múltiplas formas de expressão, ou seja, os fluxos que permeiam a vida cotidiana têm natureza diversa entre si: tem aqueles que são motivados por trabalho, estudo, consumo, lazer, etc. É nesse contexto que emerge a centralidade educacional. Ela nada mais é do que uma das vias possíveis através das quais a centralidade se apresenta nos dias de hoje, articulando-se às demais atividades urbanas existentes.

Durante certo período de tempo, as diferentes expressões da centralidade tendiam a reunir-se, todas, na Área Central das metrópoles, já que, comparativamente às áreas periféricas, ela tinha melhores condições de acessibilidade, infraestrutura, renda e frequência. Porém, desde há algumas décadas, em maior ou menor ritmo, as metrópoles dos países desenvolvidos e/ou subdesenvolvidos, ao se espriarem, têm se tornado cada vez mais dispersas e segregadas. Com isso, a centralidade também se rompe, se multiplica, se fragmenta ou, em outras palavras, deixa de ser um atributo exclusivo da Área Central para, enfim, adentrar novos espaços. Nesse

sentido, surgem os subcentros, os núcleos secundários, os eixos comerciais ou, como já foi destacado, as novas áreas de centralidade urbana. Entende-se que essas transformações são inerentes à produção do espaço urbano, ou seja, elas não acontecem como obra do acaso, já que, para se concretizarem, é necessário que ocorram diversas ações e/ou práticas empreendidas pelos agentes sociais envolvidos neste processo, que, não raramente, entram em conflito entre si.

A metrópole brasiliense é dispersa, desigual e multicêntrica. Ela é dispersa porque, desde que fora pensada no âmbito da proposta mudancista, já se presumia a construção de cidades-satélites distanciadas umas das outras e que, em face da pressão migratória, expandiram-se rapidamente, a ponto de se conurbarem umas com as outras, incluindo os municípios goianos limítrofes ao território distrital. Ela é desigual porque, ao longo deste movimento em direção às áreas periféricas, a renda, os empregos e os equipamentos necessários à vida social distribuíram-se diferencialmente, associando-se à concentração de renda. E ela é multicêntrica porque, desde, pelo menos, três décadas atrás, têm se formado novas áreas de centralidade urbana em áreas como Taguatinga, Gama, Ceilândia e Sobradinho, mas que, mediante a predominância da cidade central, isto é, a RA I – Plano Piloto, permanecem, no tempo presente, como subcentros.

No que se refere aos subcentros, a importância dessas áreas quanto à movimentação dos fluxos cotidianos de trabalho, consumo, estudo e lazer é inferior à importância da cidade central. Porém, elas têm se desenvolvido continuamente e, com o passar do tempo, estão ampliando os papéis que desempenham em relação à metrópole como um todo. Taguatinga é o maior exemplo deste processo. Criada em 1958 através das ações realizadas pelo Governo Federal no sentido de erradicar as áreas de ocupações irregular próximas à Cidades Livre, atual Núcleo Bandeirante, Taguatinga foi, pouco a pouco, firmando-se como a segunda área de centralidade mais relevante do Distrito Federal. De início, ela se expandiu vertiginosamente em direção ao quadrante sudoeste do território distrital e chegou a ter população próxima àquela que morava na Área do Plano Piloto durante os anos 1970. Esse crescimento, após sua vez, induziu à criação de novos serviços, comércios, escolas e fábricas. E, assim, a Região Administrativa de Taguatinga se consolidou.

Dentre as atividades que se desenvolveram em Taguatinga através do tempo, estão as atividades educacionais. Hoje, pode-se afirmar que a RA III tem uma

expressiva centralidade no que se refere a esse quesito, como foi mostrado ao longo deste trabalho. Considerando as várias etapas que compõem o sistema educacional, isto é, a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio regular e/ou técnico e a educação superior, nota-se que Taguatinga, em todas elas, tem se tornado bastante expressiva quanto ao cadastro de matrículas dos estudantes e, também, quanto à criação de novas unidades escolares, se comparada às demais Regiões Administrativas e ou municípios da metrópole brasileira. Essa expressividade está se tornando mais evidente no setor privado, impulsionado pelas atividades econômicas que vieram a ser implantadas nos limites da RA III desde que fora criada e, também, pela ocupação das Regiões Administrativas vizinhas com renda média-alta, como Águas Claras e Vicente Pires.

Em Taguatinga, as atividades educacionais estão localizadas em diferentes áreas de concentração-dispersão, que foram identificadas ao longo do trabalho. Na rede pública de ensino, nota-se maior desenvolvimento dessas atividades durante a ocupação inicial da RA III, estendendo-se, sobretudo, entre 1959 e 1980. A localização das escolas foi influenciada pela acessibilidade viária diferencial, pela concentração populacional e, também, pelas estratégias de ordenamento territorial. Como já foi visto, as escolas públicas formaram dois eixos linearmente dispostos e que, hoje, têm grande frequência diurna. Já na rede particular de ensino, nota-se maior desenvolvimento das atividades a partir dos anos 1990, quando a ocupação de Taguatinga já estava consolidada e, então, iniciava-se a urbanização das áreas vizinhas, o que, por sua vez, contribuiu para reforçar os papéis desempenhados pela RA III. Essas atividades formaram várias nucleações, especialmente nas áreas de comércio, já que os critérios de localização espacial que elas seguem são os mesmos que direcionam as demais atividades mercadológicas.

O desenvolvimento das atividades educacionais localizadas em Taguatinga foi influenciado por vários agentes sociais, a começar pelo Estado, que, representado pelo governo em diferentes níveis, foi responsável pela implantação da rede pública de ensino na AMB. Porém, também, percebe-se a atuação dos movimentos organizados pela sociedade civil, inclusive no sentido de pressionar o governo para que as vagas nas escolas fossem ampliadas, como aconteceu, por exemplo, na QNM em Taguatinga. Destaca-se, ainda, a atuação das entidades filantrópicas e/ou religiosas. E, por fim, as próprias empresas privadas, sejam as empresas endógenas

de pequeno porte que, mais tarde, conseguiram expandir-se para outras localidades da metrópole brasiliense ou, ainda, as redes que atuam no território nacional e que, desde fins da década de 1990, veem Taguatinga como área de mercado relevante.

A centralidade educacional exercida por Taguatinga coaduna-se à dinâmica da metrópole desigual. Pode-se notar isso pelo número de matrículas existentes na RA III e que, em outros lugares, à exceção da RA I – Plano Piloto, são irrisórios, sobretudo nas etapas mais elevadas do sistema educacional e, dentro delas, no que se refere à rede particular de ensino. Porém, como já foi dito, as atividades educacionais, apesar de se relacionarem com a desigualdade socioespacial, apresentam potencialidades que, no futuro, podem colaborar para superá-las. Primeiro, pela via do processo formativo, isto é, proporcionando às crianças e jovens meios para desenvolver-se cognitivamente, emocional e profissionalmente. Segundo, pela via da dinâmica econômica que essas atividades estimulam devido à geração de emprego e renda, tanto no circuito superior, como no circuito inferior, à maneira que descreve M. Santos (1979).

Enfim, acredita-se que os objetivos estabelecidos previamente neste trabalho foram alcançados. É claro que, ao proceder às escolhas que possibilitaram chegar às conclusões apresentadas agora, muitos aspectos da centralidade educacional ficaram de fora, como, por exemplo, aqueles que se relacionam à educação especial ou, mesmo, à educação de jovens e adultos. Ao mesmo tempo, à medida em que o trabalho progrediu, surgiram muitos questionamentos paralelos, como o fato de as matrículas estarem reduzindo nas escolas públicas de ensino fundamental e médio nos últimos anos. Porém, compreende-se que os aspectos que, neste momento, não foram privilegiados e os questionamentos que, até agora, não puderam ser respondidos, devem integrar novas perspectivas de análise e/ou pesquisas futuras deste autor ou, então, de outros, pois o conhecimento científico é construído a partir de muitas mãos. Para finalizar, reitera-se que as considerações feitas no escopo do presente texto permanecem abertas à discussão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DO DISTRITO FEDERAL. **Evolução Empresarial no Distrito Federal**. [Brasília]: ACDF, [200-]. 119p.il.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia Urbana**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

BERRY, B.J.L. **Geography of market centers and retail distribution**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1967.

BRANDÃO, Vera Bonna. W3 Sul ontem, hoje e amanhã – os dilemas de uma avenida modernista. **Revista DOCOMOMO Brasil**, Salvador-BA, 2016. Disponível em: <http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/189.pdf>.

BRASIL. [Constituição(1891)]. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Brasília-DF: Presidência da República, [1891]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm.

BRASIL. [Constituição(1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília-DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/decreton57731.pdf>.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília : MEC, 1996.

BRITO, Jusselma D. de. **Do Plano Piloto à metrópole: a mancha urbana de Brasília**. 2009. 237f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília.

BUCHMAN, Armando José. **Arquiteto Lúcio Costa o inventor da cidade de Brasília: centenário de nascimento**.—Brasília: Thesaurus, 2002. 212p.il.ISBN: 85-7062-316-X.

CARLOS, Ana F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 2008.

CARLOS, Ana F. A. São Paulo: dinâmica urbana e metropolização. **Revista Território**, Rio de Janeiro, n. 11, set./out. 2003.

CARLOS, Ana F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CATALÃO, I. **Brasília, metropolização e espaço vivido**: práticas espaciais e vida cotidiana na periferia goiana da metrópole. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

CAMPANHONI, A. **Implantação dos edifícios em Águas Claras**. 2011. 171f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília.

CAVALCANTE, C. V. **Formação e transformação da centralidade intraurbana em Brasília**. 2009. 196f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Brasília, Brasília.

CHRISTALLER, Walter. **Central Places in Southern Germany**. New Jersey: Prentice-Hall, 1966.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – CODEPLAN. **Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílio**. Brasília: CODEPLAN, 2018. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/pesquisa-metropolitana-por-amostra-de-domicilios-pmad/>.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – CODEPLAN. **Aspectos Econômicos Do Distrito Federal**. Brasília: CODEPLAN, 2018. Disponível em: http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/TD_37-Aspectos-Econ%C3%B4micos-do-Distrito-Federal.pdf.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio**. Brasília: CODEPLAN, 2018. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/pdad-2018-2/>.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – CODEPLAN. **Mapeamento da Atividade Econômica no DF**. Brasília: CODEPLAN, 2017. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Mapeamento-da-Atividade-Econ%C3%B4mica-no-DF.pdf>.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio**. Brasília: CODEPLAN, 2015. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/pdad-2015-em-processo-de-reponderacao/>.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – CODEPLAN. **Atlas do Distrito Federal**. Brasília: CODEPLAN, 2015. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/Atlas-do-Distrito-Federal-2017.pdf>.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – CODEPLAN. **Delimitação do espaço metropolitano de Brasília**. Brasília: CODEPLAN, 2014.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio**. Brasília: CODEPLAN, 2004. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/pdad-2004/>.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2013. P. 41-52.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

COSTA, Heloisa Soares de M. A metrópole brasileira contemporânea e o planejamento territorial. In: PAVIANI, Aldo (org). **Urbanização e metropolização: a gestão dos conflitos em Brasília**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Codeplan, 2013. P. 65-82. ISBN: 85-230-0238-3.

COSTA, Lúcio. **Brasília Revisitada: 1985/87 complementação, preservação, adensamento e expansão urbana**.--[S.l.:s.n], [197-]. 17p.

COSTA, Lúcio. **Relatório do Plano Piloto de Brasília**. [S.l: s.n], [197-]. 10p.il.

COSTA, Graciete Guerra da. **As regiões administrativas do Distrito Federal**. 2011. 705f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília.

COULON, Alain. **A Escola de Chicago**. Campinas-SP: Papyrus, 1995. Disponível em: <https://culturamusica.files.wordpress.com/2017/06/alain-coulon-a-escola-de-chicago-livro.pdf>.

DICIONÁRIO MICHAELIS. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/>.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Obras. Novacap. **NOVACAP: 50 anos por Brasília**. Brasília: NOVACAP, 2010. 312p.il.. ISBN: 978-85-62295-00-3

DOURADO, . Concentração e centralização das atividades urbanas. Uma perspectiva multiescalar. Revista de Geografia Norte Grande. N. 39, p. 7-20, 2008.

DOURADO, J; SOBRINHO, F. L. A. **Novas formas residenciais na periferia do Espaço Metropolitano de Brasília**. In: 8º Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável – PLURIS. Anais... Coimbra-Portugal. 2018.

DUARTE, Aloísio. A área central da cidade do Rio de Janeiro. In: IBGE. **A área central da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IBGE/Conselho Nacional de Geografia, 1967. 168 p.

DUARTE, Haidine da Silva Barros. A cidade do Rio de Janeiro: descentralização das atividades terciárias. Os centros funcionais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 36 (1), p.53-98, jan./mar, 1974.

EPSTEIN, David G. **Brasília, Plan and Reality: a study of planned and Spontaneous urban development.**—Berkeley: University of California Press. c1973.206p. ISBN: 0-520-02203-3.

EUFRASIO, M. **Estrutura urbana e Ecologia humana: a Escola Sociológica de Chicago (1915-1940).** São Paulo: Editora 34, 1999.

FERREIRA, C. M. C. A Teoria da Localização e a organização espacial da economia. In: HADDAD, P. R.; FERREIRA, C. M. C.; BOISER, S.; ANDRADE, T. A. **Economia Regional: teorias e métodos de análise.** Fortaleza: BNB, 1989.

FERREIRA, I. C. B.; PENNA, N. A. Brasília: rumos para a periferia. In: PAVIANI, Aldo. (Org.). **Brasília: moradia e exclusão.** Brasília: Editora UnB, 1996. P. 189-212.

FERREIRA, I. C. B. O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília: IN: PAVIANI, Aldo. (Org.). **Brasília, ideologia e realidade/Espaço urbano em questão.** Brasília-DF: Editora UnB, 1985.

FREITAS, Wagner Ab. de; MELLO, Marcelo de. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás e a redefinição nos usos do território. In: Revista Sociedade e Natureza, v. 26, n. 13, set. 2014. Disponível em : <http://www.scielo.br/pdf/sn/v26n3/0103-1570-sn-26-3-0471.pdf>.

FRUGOLI JR., H. **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole.** São Paulo: Cortez, 2000.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço.** São Paulo: Edusp, 1997.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Editora Annablume, 2005.

HOLSTON, James. **Cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia.** Tradução Marcelo Coelho. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 362p.il.ISBN: 85-7164-302-

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Mensal de Emprego.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9180-pesquisa-mensal-de-emprego.html?t=downloads>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese dos Indicadores Sociais (Relatório).** Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=o-que-e>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **A localização da Nova Capital da República**. Rio de Janeiro: IBGE, 1948. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Tarik/2012/FLG0435/IBGE%201948%20A%20Localiza%C3%A7%C3%A3o%20da%20Nova%20Capital.pdf.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA. **IFB em Números**, 2019. Nossa História. Disponível em: <http://ifbemnumeros.ifb.edu.br/#linha>.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo Escolar 2018. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/>.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo Escolar 2017. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/>.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Microdados do Censo da Educação Superior 2016. Disponível em: <http://inep.gov.br/microdados>.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo Escolar 2010. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/>.

JATOBÁ, Sérgio. **Influência urbana e econômica de Brasília**. In: Seminário Regional Estratégias de Desenvolvimento para a Região Geoeconômica de Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/S%C3%A9rgio-Jatob%C3%A1.pdf>.

JOFFILY, Geraldo Irenéo. **Brasília e sua ideologia**. Brasília: Thesaurus, [1977]. 138p.il.

KUBITSCHKE, Juscelino. **Por que construí Brasília**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, c1975. 370p.il.

LE COURBUSIER. **A Carta de Atenas**. São Paulo: HUCITEC, 1993. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2974977/mod_resource/content/3/aula12_Corbusier_Le_A_Carta_de_Atenas.pdf.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 3. Ed. São Paulo: Centauro, 2004.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. 4. Ed. Paris: Éditions Anthropos, 2006.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LENCIONI, S. A metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 120, p. 133-148, jan./jun. 2011.

LENCIONI, S. Concentração e centralização das atividades urbanas. Uma perspectiva multiescalar. **Revista de Geografia Norte Grande**. N. 39, p. 7-20, 2008.

MATTEO, Miguel. **Além da metrópole terciária**. 2007. 209f. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP.

NUNES, Luciana Meira dos Santos. **Políticas públicas habitacionais e segregação socioespacial: o bairro Jardins Mangueiral na região administrativa de São Sebastião (DF)**. 2015. 203 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Catalão-GO.

OLIVEIRA, Tony M. G. de. **A erradicação da Vila IAPI: marcas do processo de formação do espaço urbano de Brasília**. 2007. 136f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Brasília, Brasília.

OLIVEIRA, M. L. Peluso de. In: **Urbanização e metropolização: a gestão dos conflitos em Brasília**. (Org.). Brasília: Editora UnB, 1987.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Relatório Perspectivas da Urbanização Mundial**. Disponível em: <https://esa.un.org/unpd/wup/>. 2018

OXFAM BRASIL. **País Estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras**. Brasil: OXFAM, 2016. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio_desigualdade_2018_pais_estagnado_digital.pdf.

PAVIANI, Aldo (org). **Planejamento e Urbanismo na atualidade brasileira: objeto teoria prática**. 1ed.—São Paulo: Livre Expressão, 2013. 480p.il.ISBN: 978-85-7984-663-2.

PAVIANI, Aldo. **Brasília, a metrópole em crise: ensaios sobre urbanização**. 4. Ed. Brasília: Editora UnB, 2010.

PAVIANI, Aldo. Brasília, metrópole incompleta. **Revista Minha Cidade**, São Paulo, ano 2, n. 24.01, Vitruvius, jul. 2002. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/02.024/2058>.

PAVIANI, Aldo. (Org). Brasília, moradia e exclusão.— Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996. 250p. (Coleção Brasília).ISBN:85-230-0420-3.

PAVIANI, Aldo. (Org.). **Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão**. Brasília: Editora Parma, 1985.

PAVIANI, Aldo. (Org.). **Brasília: controvérsias ambientais**. Brasília: Editora Unb, 2003.

PAVIANI, Aldo (org). **Urbanização e metropolização: a gestão dos conflitos em Brasília**.—Brasília: Editora Universidade de Brasília, Codeplan, 1987. 256p. ISBN: 85-230-0238-3

PAVIANI, Aldo. **Mobilidade intra-urbana e organização espacial**: o caso de Brasília. 1976. 198 f. Tese (Livre-Docência) – Geografia Humana, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasília.

PENNA, Nelba de A. Planejamento urbano e estratégias empreendedoras em Brasília. In: **Revista Portuguesa de Geografia Finisterra**, XLVII , 93, 2012. Disponível em: http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2012-93/93_06.pdf

_____.; FERREIRA, Ignez Barbosa. Desigualdades Socioespaciais e Áreas de Vulnerabilidades nas Cidades. **Revista Mercator**, vol. 13, n. 3, p 25-36. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 2014. ISSN 1984-2201. DOI 10.4215/RM2014.1303.0002. Disponível no Aprender. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/1331/558>

PINTAUDI, S M. São Paulo, do centro aos centros comerciais: uma leitura. In: OLIVEIRA, A. U. de; CARLOS, A. F. A. (org.). **Geografia das metrópoles**. São Paulo:Contexto, 2006. p.213-218.

QUINTANILHA, Rogério Penna. Uma composição purista para 3 milhões de habitantes: a influência do purismo na composição da cidade-modelo de Le Corbusier. **Revista DOCOMOMO Brasil**, Salvador-BA, 2016. Disponível em: <http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/187.pdf>.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em ciências sociais**. 2. Ed. Lisboa-Portugal: Gradiva, 1998.

RECEITA FEDERAL – MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Consulta CNPJ**. Disponível em: https://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao2.asp.

REIS, Luis Carlos Tosta dos. **Descentralização e desdobramento do núcleo central de negócios na cidade capitalista**: estudo comparativo entre Campo Grande e Praia do Canto, na Grande Vitória-ES. 2014. 286f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Loteamentos Murados e Condomínios Fechados: Propriedade Fundiária Urbana e Segregação Socioespacial. In: VASCONCELOS, CORRÊA, PINTAUDI (orgs.). **A Cidade Contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2013. (p. 147-168).

SANTOS, Jânio. Estrutura e estruturação urbana: reflexões para a análise geográfica. **Revista Terra Livre**, São Paulo, n. 30, p. 59-82, 2008.

SANTOS, Milton. **Manual de geografia urbana**. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. **A natureza do espaço**. 4. Ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

_____. **Espaço e método**. 4. Ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO – GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Histórico do PDOT**, 2019. Disponível em: <http://www.seduh.df.gov.br/historico-do-pdot/>.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO – GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **GeoPortal**, 2019. Disponível em: <https://www.geoportal.seduh.df.gov.br/mapa/>.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE – GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Brasília 1960-2010**: passado, presente e futuro. Brasília: SEDUMA-DF, 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Projeto político pedagógico das escolas – CRE Taguatinga**, 2019. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/cre-taguatinga/>.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Censo Escolar 2018**. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/censo-escolar-2018-2/>.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Censo Escolar 2017 (Caderno de Matrículas)**. Brasília: SEEDF, 2018. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/02/caderno-de-matr%C3%ADculas-2017.pdf>.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal**. 6 ed. Brasília: SEEDF, 2015. Disponível em: <https://agenciabrasilia.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2016/10/regimento-escolar-rede-publica-de-ensino-df.pdf>

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Plano Distrital de Educação 2015-2024**. Brasília: SEEDF, 2015. Disponível em: https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/images/agencia_brasilia/2015/07%20-%20Julho/PDE_apresentacao.pdf.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Censo Escolar 2010 (Caderno de Matrículas)**. Brasília: SEEDF, 2011. Disponível em: http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/suplav/caderno_de_matriculas_2010.pdf

SERPA, A. Lugar e centralidade em um contexto metropolitano. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2013. P. 97-108.

SERRANO, A. de F. **A implantação do Centro Metropolitano de Brasília-DF e as transformações no espaço intraurbano**. 2014. 155f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Brasília, Brasília.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. **A construção de Brasília**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 1996.

SILVA, Willian Ribeiro. Centro e centralidade: uma discussão conceitual. **Formação**, n. 8, Presidente Prudente-SP, p. 107-115, 2001.

_____. **Para além das cidades**: centralidade e estruturação urbana - Londrina e Maringá. 2006. 280f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente-SP.

SOJA, E. W. Para além de *Postmetropolis*. **Revista UFMG**, v.20, n.1, p. 136-167, Belo Horizonte, jan.-jun. 2013.

SOUSA, N. H. B. de; MACHADO, M. S.; JACCOUND, L. de B. Taguatinga: uma história candanga. In: PAVIANI, Aldo. (Org.). **Brasília: moradia e exclusão**. Brasília: Editora UnB, 1996. P. 53-80.

SOUZA, S. M. C. **Expansão metropolitana de Brasília: um estudo da polarização dos municípios da Área Metropolitana de Brasília (AMB)**. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 17, 2017, São Paulo. Anais ... São Paulo: ANPUR, 2017.

SOUZA, S. M. C. **Reestruturação Produtiva, produção de subcentros e desigualdades socioespaciais Na Ride-DF**. 2016. 302f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Brasília, Brasília.

SOUZA, S. M. C. **Expansão urbana, centralidade e constituição de subcentros no Distrito Federal**. 2010. 130f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Brasília, Brasília.

SOUZA, Marcus Vinícius Mariano de. **Cidades médias e novas centralidades: análise dos subcentros e eixos comerciais de Uberlândia (MG)**. 2009. 235f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

SPOSITO, M. E. B. Multi (poli) centralidade urbana. In: SPOSITO, Eliseu. S.; SANT'ANNA NETO, João Lima. **Uma geografia em movimento**. (Orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 199-228.

SPOSITO, M. E. B. **O chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. 2004. 508f. Tese (Livre-docência) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente-SP.

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In.: _____. (Org.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente (SP): GASPERR/FCT/UNESP, 2001.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. 10. Ed. São Paulo: Contexto, 2000.

SPOSITO, M. E. B. A Gestão do Território e as Diferentes Escalas da Centralidade Urbana. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano III, n. 4, p.27-37, jan/jun. 1998.

SPOSITO, M. E. B. **Estruturação e centralidade**. In: Encuentro de Geografos de América Latina, 3., 1991. Anais. Toluca/México, v. 1., p. 44-45.

STEINBERGER, Marília. Formação do aglomerado urbano de Brasília no contexto regional e nacional. In: PAVIANI, Aldo. (Org.). **Brasília – Gestão urbana: conflitos e cidadania**. Brasília: Editora Unb, 1999.

TOURINHO, A. de O. Centro e centralidade: uma questão recente. In: CARLOS, A. F. A; OLIVEIRA, A. U. de (orgs): **Geografias das Metrôpoles**. São Paulo: Contexto, 2006.

TURKIENICZ. In: **Urbanização e metropolização: a gestão dos conflitos em Brasília**. (Org.). Brasília: Editora UnB, 1987.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional**, 2019. Folder UnB em Números. Disponível em: http://www.dpo.unb.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=57:folder-unb-em-numeros&Itemid=742.

VASCONCELOS, José Adirson. **A mudança da capital**. 2ed.—[Brasília]: Gráfica e Editora Independência, 1978. 375p.il.

VESENTINI, José William. **A capital da geopolítica**. 4ed.—São Paulo: Ática, 1996. 239p. (Ensaio, 124). ISBN: 85-08-02061-9.

VIEIRA, Patrick de Almeida. Atílio Corrêa Lima e o planejamento de Goiânia – um marco moderno na conquista do sertão brasileiro. In: **Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, v. 4, n. 4, mar. 2011. Disponível em: [file:///C:/Users/Biblioteca%20IHGDF/Downloads/8635150-Texto%20do%20artigo-4402-1-10-20150518%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Biblioteca%20IHGDF/Downloads/8635150-Texto%20do%20artigo-4402-1-10-20150518%20(1).pdf).

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001. 373p.

VILLAÇA, Flávio. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2012. 296 p.

ZANDONADI, Júlio César. **Novas centralidades e novos habitats: caminhos para a fragmentação urbana em Marília (SP)**. 2008. 253f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente-SP.

Sítios eletrônicos das escolas particulares localizadas na RA III - Taguatinga

BERÇÁRIO E CRECHE ALEGRIA DO SABER. Disponível em: <https://www.facebook.com/alegriadosaberbsb/>. Acesso em: 08 mar 2019.

CASA DE BRINQUEDOS BABY. Disponível: <http://www.escolacasadebrinquedos.com.br/site/>. Acesso em: 08 mar 2019.

CASA DO CAMINHO. Disponível em: <https://www.casadocaminho.org/>. Acesso: 08 mar 2019.

CEAP – CENTRO EDUCACIONAL APRENDIZ. Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/category/School/CEAP-Centro-Educacional-Aprendiz-522009907987757/>. Acesso em 10 abr 2019.

CEAV JÚNIOR – CENTRO EDUCACIONAL ALMEIDA VIEIRA JÚNIOR. Disponível em: <http://www.ceavjr.com.br/>. Acesso em: 10 abr 2019.

CEFS – CENTRO DE EDUCAÇÃO FONTE DO SABER. Disponível em: <https://guia-distrito-federal.escolasecreches.com.br/educacao-infantil-creche/ESCOLA-CEFS-C-DE-EDUC-FONTE-DO-SABER-taguatinga-brasilia-distrito-federal-i53014006.htm>. Acesso em: 10 abr 2019.

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SONHO DE CRIANÇA – UNIDADE I. Disponível em: <https://escolasbr.com/cei-sonho-de-crianca-ceisc>. Acesso em : 23 fev 2019.

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SONHO DE CRIANÇA – UNIDADE II. Disponível em: <https://escolasbr.com/cei-sonho-de-crianca-ceisc>. Acesso em : 23 fev 2019.

CENTRO DE ENSINO ARCO-ÍRIS ENCANTADO. Disponível em: <https://www.maisbolsas.com.br/educacao-basica/centro-de-ensino-arco-iris-encantado#!>. Acesso em: 03 mar 2019.

CENTRO DE ENSINO CASTELO ENCANTADO. Disponível em: <http://www.escolacence.com.br/>. Acesso: 05 mar 2019.

CENTRO DE ENSINO DO SESI/DF – TAGUATINGA. Disponível em: <https://www.sistemafibra.org.br/sesi/unidades-do-sesi-df/taguatinga>. Acesso em: 05 mar 2019

CENTRO DE ENSINO GRAU TÉCNICO – UNIDADE TAGUATINGA. Disponível em: <https://www.grautecnico.com.br/>. Acesso em: 15 fev 2019.

CENTRO DE ENSINO ISAAC NEWTON. Disponível em : <https://isaacnewton.net.br/>. Acesso em: 15 fev 2019.

CENTRO EDUCACIONAL ADVENTISTA DE TAGUATINGA. Disponível em: <https://taguatinga.educacaoadventista.org.br/> Acesso em:15 fev 2019.

CENTRO EDUCACIONAL BRASIL CENTRAL. Disponível em: <http://cebrasilcentral.com.br/novosite/>. Acesso em: 15 fev 2019.

CENTRO EDUCACIONAL CERTO. Disponível em: <https://www.rededeensinocerto.com.br/>. Acesso em: 15 fev 2019.

CENTRO EDUCACIONAL CETESI. Disponível em: <http://cetesi.com.br/>. Acesso em: 15 fev 2019.

CENTRO EDUCACIONAL DE INTELIGÊNCIA. Disponível em: <http://www.empresascnpj.com/s/empresa/centro-educacional-de-inteligencia-universal-nome-fantasia-centro-educacional-de-inteligencia-universal/24581808000178>. Acesso em: 15 fev 2019.

CENTRO EDUCACIONAL DE TAGUATINGA CETAG. Disponível em: <https://www.empresascnpj.com/s/empresa/centro-de-apoio-e-preparacao-educacional-eireli-nome-fantasia-cetag-centro-educacional-de-taguatinga/23825049000189>. Acesso em: 15 fev 2019

CENTRO EDUCACIONAL EVOLUÇÃO. Disponível em: <http://ead.centroevolucao.com.br/>. Acesso em: 02 mar 2019.

CENTRO EDUCACIONAL JUSCELINO KUBITSCHEK – TAGUATINGA. Disponível em: <https://www.jk.edu.br/>. Acesso em: 02 mar 2019.

CENTRO EDUCACIONAL PROJEÇÃO. Disponível em: <https://projecao.br/>. Acesso em: 02 mar 2019.

CENTRO EDUCACIONAL PROJEÇÃO TAGUATINGA NORTE UNIDADE II. Disponível em: <https://projecao.br/>. Acesso em: 02 mar 2019.

CENTRO EDUCACIONAL UPI. Disponível em: <http://upcolegio.com.br/>. Acesso em: 05 mar 2019

CIES CENTRO DE INOVAÇÃO EDUCACIONAL EM SAÚDE. Disponível em: <https://ciesinova.com.br/sobre/>. Acesso em: 05 mar 2019.

CLARETIANO – CENTRO EDUCACIONAL STELLA MARIS. Disponível em: <https://claretianocolegio.com.br/taguatinga>. Acesso: 05 mar 2019.

COBIAN – COLÉGIO BIÂNGULO. Disponível em: <https://colegiobiangulo.com.br/>. Disponível em: 05 mar 2019.

COLÉGIO ALUB TAGUATINGA NORTE. Disponível em: <http://alub.com.br/>. Acesso em: 03 mar 2019.

COLÉGIO ANCHIETA. Disponível em: <http://www.colegioanchieta.g12.br/>. Acesso em: 05 mar 2019.

COLÉGIO BELAAR MADRE BLANDINA. Disponível em: madreblandina.educacional.net/. Acesso em: 05 mar 2019.

COLÉGIO OBJETIVO DF – UNIDADE III. Disponível em:
<https://www2.objetivo.br/default.asp>. Acesso em: 06 mar 2019.

COLÉGIO CONEXÃO. Disponível em:
<https://www.colegiocursoconexao.com.br/home>. Acesso em: 06 mar 2019.

COLÉGIO DJ. Disponível em: <http://www.colegiodj.com.br/>. Acesso em: 06 mar 2019.

COLÉGIO EDUCRIARTE. Disponível em: <http://www.colegioeducriarte.com.br/>. Acesso em: 06 mar 2019.

COLÉGIO ESPU. Disponível em: <http://colegioespucoc.com.br/>. Acesso em : 06 mar 2019.

COLÉGIO EVOLUÇÃO. Disponível em: <https://www.evolucaocc.com.br/>. Acesso em: 06 mar 2019.

COLÉGIO IDEAL – UNIDADE II. Disponível em: <https://www.idealbsb.com.br/>. Acesso em: 06 marc 2019.

COLÉGIO IDEAL – UNIDADE III. Disponível em: <https://www.idealbsb.com.br/>. Acesso em: 06 marc 2019.

COLÉGIO JESUS MARIA JOSÉ. Disponível em: <http://colegiojesusmariajose.org.br/>. Acesso em: 06 marc 2019.

COLÉGIO KADIMA. Disponível em: <http://colegiokadima.com/site/>. Acesso em: 07 marc 2019.

COLÉGIO MADRE TERESA. Disponível em: <http://www.madreteresa.net.br/>. Acesso em: 07 marc 2019.

COLÉGIO MARISTA CHAMPAGNAT. Disponível em:
<https://marista.edu.br/champagnat/>. Acesso em: 07 marc 2019.

COLÉGIO PRESBITERIANO SIMONTON. Disponível em:
<https://colegiosimonton.com.br/>. Acesso em: 07 marc 2019.

COLÉGIO PRIME. Disponível em: <https://www.maisbolsas.com.br/educacao-basica/colegio-prime-taguatinga#!>. Acesso em: 07 marc 2019.

COLÉGIO PRÓ-FUTURO. Disponível em: <http://www.profuturo.com.br/>. Acesso em: 07 marc 2019.

COLÉGIO SABER. Disponível em: <https://colegiosaberdf.com.br/>. Acesso em: 07 marc 2019

COLÉGIO SABER EDUCAÇÃO INFANTIL. Disponível em:
<https://colegiosaberdf.com.br/>. Acesso em: 07 mar 2019.

COLÉGIO TRIÂNGULO. Disponível em: <http://www.colegiotriangulo.com.br/>. Acesso em: 07 mar 2019.

COLÉGIO VIP. Disponível em: <https://colegiovipdf.com/>. Acesso em: 07 mar 2019.

COLÉGIO VIVENCIAR. Disponível em: <https://www.caadf.org.br/convenios/colegio-vivenciar/#.XTX11ehKjcc>. Acesso em: 07 mar 2019.

CRECHE CANTINHO DA PAZ. Disponível em: <https://www.facebook.com/search/top/?q=Creche+Cantinho+DA+Paz>. Acesso em: 07 mar 2019.

CRESCE. Disponível em: <http://escolacresce.com.br/diferenciais/>. Acesso em: 07 mar 2019.

EDUCAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – EDUSESC. Disponível em: <http://www.edusec.com.br/>. Acesso em: 07 mar 2019.

ESCOLA CASA DE BRINQUEDOS. Disponível em: <http://www.escolacasadebrinquedos.com.br/site/>. Acesso em: 07 mar 2019.

ESCOLA CIA DA CRIANÇA. Disponível em: <http://www.escolaciadacrianca.com.br/>. Acesso em: 07 mar 2019.

ESCOLA ESTRELA GUIA. Disponível em: <https://www.facebook.com/escolaecrecheestrelaguia/>. Acesso em: 07 mar 2019.

ESCOLA FLOR DE LIS. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/07/pppcepiflorldeliscresobradinho2018.pdf>. Acesso em: 07 mar 2019.

ESCOLA NOSSA SENHORA DE LOURDES. Disponível em: <https://www.facebook.com/escola.sagradofilho/>. Acesso em: 07 mar 2019.

ESCOLA PEQUENOS GENIAIS. Disponível em: <https://www.facebook.com/escolapequenosgeniais/>. Acesso em: 07 mar 2019.

ESCOLINHA BEIJA-FLOR. Disponível em: <http://sumtec.se.df.gov.br/sistemas/ppp/wp-content/uploads/2016/10/CEPI-Escolinha-Beija-flor-2016.pdf>. Acesso em: 07 mar 2019.

FACULDADE ESTÁCIO BRASÍLIA. Disponível em: <http://portal.estacio.br/unidades/centro-universit%C3%A1rio-est%C3%A1cio-de-bras%C3%ADlia/>. Acesso em: 07 mar 2019.

FACULDADE ALBERT EINSTEIN. Disponível em: <https://www.falbe.edu.br/>. Acesso em: 07 mar 2019.

FACULDADE LS. Disponível em: https://www.ls.edu.br/?page_id=748/. Acesso em: 07 mar 2019.

FACULDADE ANHANGUERA (KROTON EDUCACIONAL). Disponível em: <http://www.kroton.com.br/>. Acesso em: 07 marc 2019.

FACULDADE SENAC DF. Disponível em: <https://www.df.senac.br/faculdade/>. Acesso em: 07 marc 2019.

FACULDADE JK. Disponível em: <https://www.rededeensinojk.com.br/>. Acesso em: 07 marc 2019.

FACULDADE EVANGÉLICA (FORTIUM). Disponível em: <http://fortiumtaguatinga.com.br/>. Acesso em: 07 marc 2019.

INTED – INSTITUTO NT DE EDUCAÇÃO. Disponível em: <https://www.inted.com.br/>. Acesso em: 07 marc 2019.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO GUINNESS. Disponível em: <https://www.colegioguinness.com.br/>. Acesso em: 07 marc 2019.

INSTITUTO MÉRITO. Disponível em: <https://institutomerito.com.br/sobre-nos/>. Acesso em: 07 marc 2019.

INSTITUTO MONITOR. Disponível em: <https://www.institutomonitor.com.br/>. Acesso em: 07 marc 2019.

INSTITUTO RESENDE. Disponível em: <https://institutoresende.com.br/>. Acesso em: 07 marc 2019.

LS – ESCOLA TÉCNICA. Disponível em: https://www.ls.edu.br/?page_id=34/. Acesso em: 07 marc 2019.

ORIGINAL BABY CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL. Disponível em: <https://www.escolaoriginal.com.br/>. Acesso em: 07 marc 2019.

PRÓ-EDUCAR INSTITUTO TÉCNICO EDUCACIONAL. Disponível em: <https://www.proeducarsaude.com.br/>. Acesso em: 07 marc 2019.

RECANTYO INFANTIL CALAZANS. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/rede-particular/>. Acesso em: 07 marc 2019.

REDE DE ENSINO CERTO TAGUATINGA NORTE. Disponível em: <https://www.rededeensinocerto.com.br/>. Acesso em: 07 marc 2019.

UCB – UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. Disponível em: <http://ucb.catolica.edu.br/>. Acesso em: 07 marc 2019.

ÚNICO EDUCACIONAL TAGUATINGA. Disponível em: <http://unicoeducacional.com.br/>. Acesso em: 07 marc 2019.

UNI – UNIÃO NACIONAL DE INSTRUÇÃO. Disponível em:
<http://grupouni.com.br/website/>. Acesso em: 07 marc 2019.

UNICEUB. Disponível em: <https://www.uniceub.br/>. Acesso em: 07 marc 2019.